



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
DOUTORADO EM SAÚDE PÚBLICA

Ana Clara de Rebouças Carvalho

Agir e interagir na prevenção da violência: estudo em um bairro popular de Salvador – Bahia

Salvador – Bahia
2016

Ana Clara de Rebouças Carvalho

Agir e interagir na prevenção da violência: estudo em um bairro popular de Salvador – Bahia

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Saúde Pública, na área de Ciências Sociais em Saúde.

Profa. Orientadora: Leny Alves Bomfim Trad

Salvador – Bahia
2016

Ficha Catalográfica
Elaboração Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

C331a Carvalho, Ana Clara de Rebouças.

Agir e interagir na prevenção da violência: estudo em um bairro de Salvador-Bahia / Ana Clara de Rebouças Carvalho. -- Salvador: A.C.R.Carvalho, 2017.

270 f.

Orientadora: Profa. Dra. Leny Alves Bomfim Trad.

Tese (doutorado) – Instituto de Saúde Coletiva.
Universidade Federal da Bahia.

1. Violência. 2. Prevenção da Violência. 3. Políticas Públicas.
I. Título.

CDU 364

Ana Clara de Rebouças Carvalho

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Saúde Pública, na área de Ciências Sociais em Saúde.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Ceci Vilar Noronha - ISC/UFBA

Profa. Dra. Clarice Santos Mota - ISC/UFBA

Profa. Dra. Heloniza Oliveira Gonçalves Costa - Escola de Enfermagem/UFBA

Profa. Dra. Iara Maria de Almeida Souza - FFCH/UFBA

Profa. Dra. Leny Alves Bomfim Trad - ISC/UFBA (orientadora)

Ao professor Gey Espinheira, uma inspiração
para intervir.

À comunidade do Calabar, uma inspiração
para resistir.

AGRADECIMENTOS

Deus, muito obrigada por mais uma etapa vencida! Abaixo de Ti, ou como expressão direta, meus pais amados, Urânia Rebouças e Carlos Augusto Carvalho, a gratidão de toda a minha alma, a qual estendo aos meus adorados irmãos, Daniel e Fátima; e a feliz certeza de que cada conquista é também de todos vocês.

À Fabiola Beatriz Sorlino, palavras estão longe de alcançar o meu mais profundo agradecimento por tudo, por todas as horas, empenhos e sonhos compartilhados.

A todos os meus amigos, amigas e familiares pela torcida de sempre e compreensão pelas longas ausências em muitos momentos desta jornada.

Aos caríssimos mestres do Instituto de Saúde Coletiva, em especial, às professoras Ceci Vilar, Mônica Nunes e Litza Cunha, que tornaram este caminhar mais leve e farto de valiosas trocas; aos servidores deste Instituto, especialmente, à querida Nuncy, toda a gratidão!

Aos colegas/amigos do ISC/UFBA, absolutamente essenciais nesta caminhada, um agradecimento fraterno e emocionado, em especial, a Erik Abade e à Michelle Christini Vieira, amigos de hoje e de amanhã, fizemos um verdadeiro “trio parada dura”!

Ao grupo FASA, em especial, à Rosália Sá, à Ana Angélica Rocha, à Sandra Brasil e à minha orientadora Leny Alves Bomfim Trad, a quem sou muito grata pelas partilhas para além daquelas que culminaram com este tão desejado fruto.

Aos estudantes, monitores e bolsistas, em especial, a Tiago Ferreira e à Maria de Fátima Gavião, parceiros diretos ou indiretos dos desafios e alegrias do conhecer, aprender, trocar, construir: cada minuto do meu esforço é para vocês também!

Aos colegas/amigos do Departamento de Odontologia Social e Pediátrica da FOUFBA pelo grande apoio e incentivo de sempre; também dedico a esta família mais este passo!

À querida família Sorlino, meu profundo agradecimento pela torcida e acolhimento, a Pablo Sorlino, a revisão primorosa da tradução.

Aos amigos que tornaram ainda mais valiosas e acolhedoras as experiências em terras italianas: Franco Sorlino, Ardigò Martino, Luca Jourdan, Rose Mirembe, Augusta Nicoli, Brigida Marta, Francesco Sintoni, Mariana Navarro, Diane Almeida, Andrea Canini, Sara Scavo e a todos os colegas do CSI – UNIBO, *in bocca al lupo! Grazie mille a tutti!*

À Janaína Paiva e a Pedro Mendes as tantas trocas, em especial, aquelas que só nós sabemos entre o ir e vir, entre dores e delícias desta aventura além mar!

À Andrija Almeida, amiga querida que tanto me inspira; é mesmo um aprendizado cada momento ao seu lado!

À Polícia Militar da Bahia, sempre receptiva e solícita, um especial agradecimento.

A todos os colaboradores do Calabar que simplesmente viabilizaram este trabalho, dedicando-me gentilmente cada minuto do seu tempo, acreditando e sonhando juntos comigo desde as linhas mais confusas e inseguras de mais um projeto de pesquisa, que acolheram com tamanha nobreza, ao ponto final e aos bons frutos que ainda poderemos colher. Mais uma vez, é também por vocês e para vocês cada minuto desta inspiração. Muito obrigada!

Diálogo com Manoel de Barros:

- Caro poeta, se “todas as coisas cujos valores podem ser disputados no cuspe à distância servem para a poesia”, e se “tudo que a civilização rejeita serve para a poesia”, que fim poderíamos dar às violências?
- (silêncio)

Insistências com Manoel de Barros:

- Mas, poeta, se “cada coisa sem préstimo tem seu lugar” e “as pessoas desimportantes dão para a poesia”, não poderíamos conter a violência somente entre versos e prosas?
- (silêncio)

Conclusões com Manoel de Barros:

- Entendi, caro poeta, o que pode fazer a poesia: “as coisas jogadas fora têm grande importância – como um homem jogado fora”.

Estudar é sempre fazer política.

Bruno Latour

CARVALHO, Ana Clara de Rebouças. *Agir e interagir na prevenção da violência: estudo em um bairro popular de Salvador - Bahia*. 270p. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, 2016.

RESUMO

A violência é considerada um dos cinco problemas prioritários do mundo, segundo o Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência (OMS, 2014). De acordo com este documento, muitos países estão desenvolvendo planos de ação, e investindo em prevenção, mas não em níveis adequados e compatíveis com a dimensão e a gravidade do problema. O Brasil não foge à regra, e tem apresentado índices de violência expressivos que a tornam um problema social e de saúde pública de grande relevância. Em face deste quadro, esta pesquisa partiu da seguinte questão de investigação: como atores de um dado território atuam e interatuam para prevenir violências recorrentes neste espaço? Isto posto, objetivei descrever os processos de ação e interação entre lideranças comunitárias, policiais e profissionais de saúde no que diz respeito à abordagem preventiva de violências frequentes em um bairro popular de Salvador, Bahia. Mais especificamente, descrevi ações de prevenção de violência desenvolvidas nos dispositivos comunitários e institucionais (serviço de saúde, Base de Segurança), o grau de articulação entre estes segmentos, bem como busquei identificar limites e potencialidades das experiências em foco, de modo a refletir sobre possíveis contribuições à abordagem preventiva em outros contextos comunitários. Para tanto, realizei uma etnografia que incorporou a Teoria Ator Rede, com ênfase na conformação heterogêneas das redes que atuam preventivamente sobre a violência, especialmente, em territórios sócio-ambientalmente vulneráveis. A experiência etnográfica e a análise do *corpus* atenderam à pergunta desta pesquisa nas seguintes direções: os atores comunitários e institucionais que acompanhei executam ações preventivas em diferentes perspectivas e voltadas a públicos igualmente diversos, com certa ênfase na infância e adolescência; tais ações tendem a se desenvolver de modo pouco articulado entre si e, especialmente, entre os dispositivos comunitários e institucionais presentes no bairro, com destaque para a ainda discreta atuação do serviço de saúde no que tange o objeto em foco. As principais limitações vistas e apontadas pelos atores dizem respeito ao frágil estímulo estatal e às grandes restrições de recursos públicos, em especial, às dificuldades de ordem estrutural e funcional para o desenvolvimento das ações, o que, por outro lado, contrastam com o potencial criativo, agregador e mobilizador destes atores. O estudo revelou, portanto, aspectos especialmente complexos relativos aos processos de enfrentamento da violência, apontando limitações estruturais e funcionais desde a proposição de ações preventivas à manutenção destas no tempo, tanto nos dispositivos comunitários, com destaque para os espaços educativos, quanto nos institucionais, a exemplo dos desafios vistos nos serviços de saúde e de segurança pública do bairro, em que pesem a mobilização e protagonismo dos atores a despeito de tais fragilidades. Finalmente, é esperado que o conjunto das análises deste trabalho venha a contribuir com as políticas públicas vigentes, ou a serem formuladas, voltadas à prevenção das expressões de violência recorrentes neste e em semelhantes contextos urbanos.

PALAVRAS CHAVE: violência, prevenção da violência, políticas públicas.

CARVALHO, Ana Clara de Rebouças. *Act and interact in the prevention of violence: study in a disadvantaged neighbourhood of Salvador – Bahia*. 270p. Doctoral thesis. Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, 2016.

ABSTRACT

Violence is one of the five priority world problems, as stated in the World Report on Violence Prevention (WHO, 2014). According to this document, many countries are developing action plans, and investing in prevention, but not in suitable and consistent to levels, size, and severity of the problem. Brazil is no exception, and has presented impressive rates of violence that make it a social and public health problem of great importance. Given this context, this research came from the following question: how can players in a given territory act and interact to prevent recurrent violence in this place? That said, the aim is to describe the process of action and interaction between community leaders, police and healthcare professionals regarding the preventive approach of frequent violence in a popular neighbourhood of Salvador, Bahia. More specifically, preventive actions, violence developments in community and institutional arrangements are described (healthcare service, Security Base), and further the degree of coordination between these segments, to identify the thresholds and of the potential experiences in focus, in order to reflect on contributions to preventive approach in other community settings. Therefore, I conducted an ethnographic study which incorporated the Actor Network Theory, with emphasis on heterogeneous conformation of networks that act preventively on violence, especially in social and environmentally vulnerable areas. This ethnographic experience and the *corpus* analysis responded to the question of this research in the following directions: community and institutional actors who I observed perform preventive actions in different perspectives and focusing at different audiences, with some emphasis on childhood and adolescence; such actions tend to be developed not very well articulated to each other and, especially, between community and institutional arrangements present in the neighbourhood, highlighting the still discreet performance of the healthcare service regarding the object in focus. The main limitations viewed and noted by actors concern to the fragile state incentive and major restrictions on public resources more specifically the of structural and functional action development difficulties, which, on the other hand, contrasts with the ingenious potential of these actors. The study revealed, however, especially complex aspects related to violence coping processes, pointing structural and functional limitations from the proposition of preventive actions to the maintenance of these in time, not only in the community, especially in the educational spaces, but also in the institutional arrangement, as an example the challenges seen in healthcare services and public safety of a neighbourhood, in spite of the mobilization and active participation of actors despite such weaknesses. Finally, it is expected that this set of analyses may contribute to current public policies, or public policies to be made, aiming the prevention of recurrent expressions of violence in this place and similar urban contexts.

KEY WORDS: violence, public policies, violence prevention.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Níveis de prevenção de violência no campo da segurança pública	56
Quadro 2	Formas de classificação dos tipos de violência	57
Figura 1	Modelo ecológico adotado pela Organização Mundial de Saúde	59
Quadro 3	Composição dos níveis do modelo ecológico	60
Foto 1	Via de acesso entre espaços público e privado no bairro do Calabar	89
Foto 2	Rua de acesso ao bairro, via Jardim Apipema (lado do Camarão)	89
Foto 3	Ponto particular de comércio no bairro	89
Foto 4	Objeto em via pública no bairro	89
Foto 5	Vista do entorno a partir do lado do Camarão	92
Foto 6	Ponto de comércio (lado do Camarão)	92
Foto 7	Faixa da IV Caminhada LGBT do Calabar de 2014	93
Foto 8	Detalhe da decoração da III Parada LGBT do Calabar em 2013	93
Foto 9	Ornamentação da III Parada LGBT do Calabar em 2013	93
Foto 10	Momento de concentração da III Parada LGBT do Calabar (2013)	93
Foto 11	Oficina de grafite: parceria ACCS/UFBA e lideranças comunitárias do bairro	131
Foto 12	Oficina de grafite: parceria ACCS/UFBA e lideranças comunitárias do bairro	133
Foto 13	Muro no lado do Bomba (2014) anterior à intervenção da oficina de grafite	138
Foto 14	Oficina de grafite: parceria ACCS/UFBA e lideranças comunitárias do bairro	141
Foto 15	Oficina de grafite: parceria ACCS/UFBA e lideranças comunitárias do bairro	141
Foto 16	Muro entre o bairro do Calabar e a Universidade Federal da Bahia	141
Foto 17	Primeira reforma do espaço da Biblioteca Comunitária do Calabar (2006)	162
Foto 18	Reforma do piso da Biblioteca Comunitária do Calabar (2006)	162
Foto 19	Reforma mais recente da Biblioteca Comunitária do Calabar (2016)	162
Foto 20	Biblioteca Comunitária do Calabar em outubro de 2016	162
Foto 21	Mural de atividades da Biblioteca Comunitária do Calabar (2016)	168
Foto 22	Bonecas <i>Abayomi</i> confeccionadas na Biblioteca (2016)	173
Foto 23	Sandálias enfileiradas durante sessão de cinema na Biblioteca (2016)	173
Figura 2	“Baralho do crime” da Secretaria de Segurança Pública da Bahia (2016)	204
Foto 24	Convite para o café da manhã das mães do Calabar (2013)	219
Foto 25	Café da manhã das mães do Calabar (2013)	219
Figura 3	Convite do Torneio de judô promovido pela Base Comunitária (2014)	237
Foto 26	Torneio de judô promovido pela Base Comunitária de Segurança (2014)	237
Foto 27	Torneio de judô promovido pela Base Comunitária de Segurança (2014)	237
Foto 28	Torneio de judô promovido pela Base Comunitária de Segurança (2014)	237

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACCS	Ação Curricular em Comunidade e Sociedade
ANT	<i>Actor Network Theory</i>
ASCMUC	Associação Cultural de Mulheres Unidas do Calabar
BCC	Biblioteca Comunitária do Calabar
BCS	Base Comunitária de Segurança
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAAE	Certificado de Apresentação para a Apreciação Ética
CEP	Conselho de Ética em Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CONEP	Conselho Nacional de Ética em Pesquisa
CONJUVE	Conselho Nacional da Juventude
CRQ	Comunidade Remanescente Quilombola
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
CVPS	Crimes Violentos contra o Patrimônio
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DPCDH	Departamento de Polícia Comunitária e Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FGM	Fundação Gregório de Matos
FOMPI	Fórum de Monitoramento Participativo Interconselho
GAPA	Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS
IBIT	Instituto Brasileiro para Investigação de Tuberculose
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPU	<i>Inter Parliamentary Union</i>
JUC	Juventude Unida do Calabar
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MinC	Ministério da Cultura
MS	Ministério da Saúde
NAT	Núcleo de Articulação Territorial
OMS	Organização Mundial de Saúde
PNRMAV	Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência
PSF	Programa de Saúde da Família
RENURB	Companhia de Renovação Urbana de Salvador

RMS	Região Metropolitana de Salvador
SIH	Sistema de Informações Hospitalares
SIM	Sistema de Informações de Mortalidade
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
SPM	Superintendência de Políticas para as Mulheres de Salvador
SSP - BA	Secretaria de Segurança Pública da Bahia
SUS	Sistema Único de Saúde
TAR	Teoria Ator Rede
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
USF	Unidade de Saúde da Família

SUMÁRIO

Apresentação	15
1. Introdução	17
2. Objetivos	21
3. Abordagem teórica	22
3.1 Teoria Ator Rede: aspectos essenciais.....	23
4. Demarcações conceituais	35
4.1 Violência: “uma forma de sociabilidade”.....	36
4.2 Prevenção: um conceito chave.....	50
5. Percursos metodológicos	68
5.1 Parêntese biográfico: notas sobre uma trajetória no (com) o bairro.....	69
5.2 O campo e o fazer a pesquisa.....	74
5.3 Considerações éticas.....	83
Capítulo I - Calabar: cenário de resistências e mobilizações	85
1.1 O território, sua gente, suas rotinas.....	86
1.2 Calabar, cenário de resistências: um olhar sobre sua história.....	94
1.3 Comunidade e mobilizações: a prevenção da violência em pauta?.....	114
Capítulo II - A violência nossa de cada dia	129
2.1 A “violência de base”: uma outra nota sobre trajetória(s)	130
2.2 Calabar: o lugar da(s) violência(s)?.....	144
Capítulo III - Trajetória do prevenir a violência: a ação de lideranças comunitárias em foco	159
3.1 Flora, Benedito, e a “comunidade ditosa”.....	160
3.2 Luan e a juventude que dança.....	184
3.3 Dora, Violeta e as mulheres do Calabar.....	205

Capítulo IV - "O dia em que o soldado chorou": a prevenção da violência entre policiais comunitários.....	221
4.1 O policiamento comunitário e os desafios de existir.....	222
4.1 "Foi épico": policiamento comunitário e os desafios do prevenir.....	239
Considerações finais.....	252
Referências.....	262

APRESENTAÇÃO

A presente tese é fruto de um estudo realizado em quase meia década de trocas e interações em um bairro popular de Salvador da Bahia, muito embora a convivência com as inquietações que o tangenciaram ou entrecruzaram supera este punhado de anos: na condição de mais uma intrigada e insistente pesquisadora sobre um dos fenômenos mais corriqueiros, complexos e presentes da humanidade, a violência. Nascida na década de 1980, quando esta passou a ser reconhecida também como um problema de saúde pública no Brasil, posso então considerar que, enquanto experiência vivida, seja direta ou indiretamente, leva o tempo da minha existência, o que, em que pese toda a sua dramaticidade, faz toda a diferença à abordagem aqui eleita: uma etnografia.

Fazer a diferença, no entanto, não significou, em absoluto, que se tratou de uma tarefa fácil de se dar cabo. Antes de tudo porque a condição nativa não assegura, necessariamente, toda a facilidade e fluidez desejadas, como já captaram os etnógrafos mais experientes. Assim, o essencial exercício do estranhamento está longe de ser dado e pacífico; e requer construções, reflexões, concessões e, sobretudo, vigilância permanente. Deste modo, nem sempre o logrei, embora estes tenham sido os esforços mais prementes ao longo do percurso que conduziram ao produto que por ora apresento.

Destaco ainda o atributo da complexidade que marca muitas das definições daquele fenômeno. Assim, ao se reportar à violência, muitos falam em polissemia, polifonia, multicausalidade, transdisciplinaridade, enfim, movimentos diversos à guisa de explicação ou compreensão. Todavia acredito que tais esforços estejam mais distantes de um consenso, pouco provável, e mais próximos do que parece ponto pacífico: a sua reafirmada complexidade, e esta, por sua vez, não pode ser mais uma retórica, um lugar comum, mas sim constitutiva das formas dadas a se conhecer, como nos colocou Souza (2011: 28). Neste sentido, violência foi aqui compreendida como uma “forma de sociabilidade” e como tal, complexa e presente nas mais diversas relações, tanto no espaço que acolheu este estudo, quanto poderá sê-lo em qualquer lugar deste mundo onde a mesma seja um repertório ao alcance na resolução dos conflitos dos mais triviais e particulares, dos mais amplos e aos mais extraordinários.

Complexos também foram os percursos e, muitas vezes, os percalços vencidos desde a formulação mais nítida daquilo que chamamos de ponto de partida – o então “problema de investigação” – ao ponto final desta tese, evidentemente, provisório. E longa fora a sua gestação: cerca de quatro anos de campo, entre idas e vindas, encontros e

desencontros, nós e laços, fôlego e cansaço, obviedades e surpresas. Enfim, tudo que compõe o denso ato de etnografar. Ainda sobre o porto de origem, e tal como uma figura impressionista, só é possível melhor apreendê-lo no distanciamento.

Posso dizer que a inquietação sobre as formas e os meios de se prevenir violência ocorreu-me ainda ao findar a dissertação de mestrado, no ano de 2009, quando pesquisei dois hospitais públicos de referência no atendimento à criança e ao adolescente na capital baiana, à época, interessada em descrever percepções e ações dos profissionais aí lotados àqueles públicos em situação de violência intrafamiliar. Ao concluir este estudo, deparei-me então com mais lacunas do que as esperadas acerca da dimensão preventiva dos eventos violentos incidentes que chegavam ali àqueles espaços.

Tempos depois, então ingressa no doutorado, reencontrei-me com a afortunada oportunidade de retomar a indagação, todavia deslocada do contexto hospitalar ao espaço do viver confiado à Atenção Básica: o território, a comunidade. Considerados os desafios que cada contexto comporta, talvez, o maior deles estivesse na “escolha” do objeto em si: as ações de prevenção de violência. Dito de outro modo, em que pesem as particularidades de cada “nível de complexidade”, prevenir violência não se constitui das coisas mais simples, aliás, antes disto, a própria “ação” jamais fora uma “cama para repousar” desde a filosofia, menos ainda para a ciência, como nos lembrou Latour (2012).

Por fim, não ser simples não significou, e não significa, ser impossível, e esta foi justo a pretensão de fundo neste trabalho: conhecer as possibilidades de se antecipar à violência na intimidade das relações em um dado contexto comunitário. Isto posto, segui com os não menos desafiantes processos reflexivos a partir da apreensão e aprendizado que a experiência etnográfica nos brinda, em meio aos valiosos e calorosos vínculos que daí foi possível construir. Nesta direção, as linhas que se seguem vão fartas de humildade e de sonho: ser um pequeno, mas entusiasmado contributo ao fomento da promoção da vida e da cultura de paz.

1. INTRODUÇÃO

A cada ano, a violência vitima fatalmente meio milhão de pessoas no mundo. Metaforicamente, seria algo equivalente a cogitar que toda a população de uma cidade de médio porte fosse por inteiro dizimada, anualmente, em razão de eventos violentos. Em termos mais precisos, a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2014: 2) aponta para os 6 milhões de homicídios registrados na primeira década do século XXI, número este que já supera o quantitativo das “mortes ocorridas em todas as guerras ao longo deste período”. Deste preocupante cenário, é a região das Américas que concentra as mais altas taxas, algo em torno de 28,5 de homicídios por 100 mil habitantes; sendo a maior parte de homens e em faixas etárias jovens e de adultos jovens (OMS, 2014).

Ainda em termos mundiais, a violência não fatal, por sua vez, expressa-se cotidianamente em suas mais variadas formas: seja de natureza física, sexual, psicológica, moral, entre outras; seja na sinergia entre estas, inclusive, em ciclos de reincidência, tal como a literatura tem amplamente registrado (OMS, 2014; PERES, 2014; MINAYO, 2005; BRASIL, 2001). Não obstante a difícil comensurabilidade da sua magnitude, é também a OMS (2014) quem afirma que, globalmente, “todos os dias dezenas de milhares de indivíduos são vítimas de violência não fatal”; sendo aqui as “mulheres, idosos e crianças” os grupos mais impactados por tais eventos.

No Brasil, encerramos o século passado com o terceiro maior Coeficiente de Mortalidade por Homicídio na região das Américas (23 por 100 mil habitantes); e abrimos o novo alcançando 31,8 por 100 mil, em 2001 (PERES, 2014; REINCHENHEIM et al., 2011). De acordo com estes últimos autores, “embora existam sinais de declínios”, é possível se afirmar que as chamadas causas externas – as violências e os acidentes – assumem no país taxas muito expressivas desde as últimas três décadas; e, mais recentemente, é a violência responsável pelo terceiro lugar em mortalidade e a sexta maior causa de internações hospitalares no Brasil (REINCHENHEIM et al., 2011).

Em face destes números – cabendo ainda ressaltar que a subnotificação e/ou a precariedade dos registros escamoteiam, em grau considerável, a realidade aqui e em muito países (OMS, 2014) – a violência, além de um problema social e secular no Brasil, passa a ser reconhecido como um problema de saúde pública a partir da década de 1980 (PERES, 2014; MINAYO, 2006; BRASIL, 2001), e que vem mobilizando, em variadas intensidades, os mais diversos setores e serviços. Exemplo disto, em que pese se tratar de uma iniciativa setorial, foi a formulação da Política Nacional de Redução da

Morbimortalidade por Acidentes e Violências (PNRMAV – MS) pelo Ministério da Saúde em 2001, que veio a estabelecer “diretrizes e responsabilidades institucionais, nas quais estão contempladas e valorizadas medidas inerentes à promoção da saúde e à prevenção desses eventos, mediante o estabelecimento de processos de articulação com diferentes segmentos sociais” (BRASIL, 2001, p. 2).

Além desta, e já ponderadas as suas potencialidades e limitações (MINAYO e DESLANDES, 2009), outras importantes respostas à violência no país têm se expressado nos “grandes avanços em termos de legislação e planos de ação”, ainda que desafios se coloquem à avaliação de tais avanços (REINCHENHEIM et al., 2011). Deste vasto rol, estes autores destacam o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990); os planos nacionais de Políticas da Mulher (2004; 2008); o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), a Lei Seca (Lei 11.705/2008), uma vez considerado o alto volume de acidentes de trânsito, entre outras tantas iniciativas.

Noutro giro, os contrastes entre a violência na condição de um dos problemas mais recorrentes e prioritários no mundo e as abordagens preventivas que os mais diversos países têm adotado foram descritos pela OMS através do Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência, publicado em 2014, o “primeiro deste tipo”, e com este alcance, segundo a própria Organização. Dentre as principais conclusões, e de especial interesse neste estudo, destaco: “muitos países estão desenvolvendo planos de ação nacionais, e vêm investindo em prevenção, mas não em níveis adequados e compatíveis com a dimensão e a gravidade do problema” (OMS, 2014).

Dentre as recomendações, há aquelas que objetivam “reduzir em 50% as mortes relacionadas com a violência em todos os lugares do mundo”, e “eliminar a violência contra a criança e todas as formas de violência contra mulheres e meninas em 2030”, previstos na “agenda de desenvolvimento pós-2015” (OMS, 2014). Além disso, a OMS (2014 – grifos meus) enfatiza o **agir** em perspectiva multissetorial sobre as fragilidades já identificadas, tais como as lacunas de conhecimento, de acesso e da qualidade dos serviços, de efetivação de políticas e leis que fomentem a prevenção, entre outras.

Neste empenho – do agir preventivamente sobre a violência – certo protagonismo tem sido conferido ao setor saúde no Brasil, mesmo considerados os desafios das mais diversas naturezas (SCHRAIBER et al. 2006; MINAYO, 2006; BRASIL, 2001). Tanto assim que segue sendo recomendado a este setor “expandir o seu papel na prevenção da violência”, ampliar e qualificar os seus serviços, bem como aprimorar o seu sistema de coleta de dados (OMS, 2014), uma vez sendo este uma importante porta de entrada dos

eventos. Ademais, os impactos deste fenômeno são bastante sensíveis ao setor, e de fato por ele sentido, haja vista a alta morbimortalidade e os massivos custos individuais e coletivos decorrentes das causas externas (PERES, 2014; REINCHENHEIM et al., 2011).

A despeito das potencialidades deste privilegiado espaço de atuação, resistências e estranhamento ainda marcam a presença da violência enquanto um “objeto de interesse para o campo da saúde” (PERES, 2014: 437). Ainda de acordo com esta autora, tal estranheza se justifica, em parte, pelo o fato de ser este fenômeno “tradicionalmente tratado no âmbito das políticas de segurança pública, como um objeto próprio ao campo da atuação policial e do sistema de justiça”. Este último setor, por sua vez, também tem acumulado expertises diante das demandas da problemática, uma vez que, em seu amplo escopo de atribuições, a segurança pública atua “direta ou indiretamente na busca do controle da criminalidade e na prevenção de violências” (COSTA e LIMA, 2014: 482). Inclusive, é a própria OMS (2014 – grifos meus) quem recomenda que “sejam intensificados os esforços para melhorar o **policciamento comunitário** e orientado para resolução de problemas”.

Finalmente, em termos da produção de saberes, muito embora as reflexões sobre a violência no país tenham adquirido grande importância nas últimas três décadas, de modo a mobilizar diferentes setores e áreas do conhecimento, “as fontes teóricas, nem sempre explicitadas, foram muito variadas, o que produziu um debate disperso” (ZALUAR e LEAL, 2001: 147). Diante disto, e sublinhando aqui o âmbito das práticas, se a exclusividade não é possível a nenhum setor isoladamente para uma abordagem efetiva sobre o problema, por outro lado, a articulação dos mais diversos campos para este fim não tem se dado de forma satisfatória no Brasil, e a participação cidadã reclama maior intensificação e engajamento (GUINDANI, 2014; GODINHO, 2014; SCHRAIBER et al. 2006; MINAYO, 2006; BRASIL, 2001).

As inquietações que suscitaram a proposição deste estudo assentaram-se justamente sobre os contrastes e desafios até aqui expostos. Traduzidas enquanto pergunta de investigação, estas assim se colocaram: como atores atuam e interatuam para prevenir violências recorrentes em um determinado território? E ainda: quais limites e contradições – mas também quais inovações e potencialidades – revelam-se em termos de prevenção da violência a partir de um contexto onde interagem diferentes atores comunitários e institucionais?

Especificamente, esta pesquisa, de natureza etnográfica, situou-se no Calabar, um bairro de Salvador, Bahia, com notável histórico de mobilização comunitária, sobretudo,

em face de desigualdades e iniquidades que incidem sobre este espaço, tal como descrito no decorrer deste trabalho. Também de grande interesse foram os frutos destes processos participativos, tais como as associações e dispositivos comunitários fortemente atuantes, a exemplo da Biblioteca Comunitária e a Escola Aberta do Calabar, assim como os serviços públicos presentes neste território como a Unidade de Saúde da Família e, mais recentemente, o policiamento comunitário, uma Base Comunitária de Segurança.

Do ponto de vista da abordagem teórica, esta pesquisa serviu-se da Teoria Ator Rede, especialmente, das contribuições de Bruno Latour. De posse então das bagagens teórico – empíricas, prossegui com as análises que foram vertidas em quatro capítulos de resultados e uma reflexão final dedicada a um esforço de síntese e de proposições a partir do que fora possível viver e pensar, entre imersões e distanciamentos, trocas e silêncios, processos típicos do “etnografar”, nesta quase meia década de estudo.

O primeiro capítulo volta-se à contextualização do espaço que acolheu este estudo e a comunidade nele residente, já demarcando aí aspectos e processos que incidem, em algum grau, sobre o objeto em foco, a prevenção da violência. Já o segundo capítulo aprofunda o olhar sobre as experiências de vitimização mais comumente vistas no bairro, discutindo também o que estarei chamando de “violência de base”, a qual, dentre outras expressões violentas, justificam o privilégio conferido aqui ao agir preventivamente.

No terceiro capítulo, por sua vez, “seguí os atores”, buscando evidenciar as ações propriamente ditas daquelas lideranças comunitárias que se destacaram pelo protagonismo que foi possível captar no recorte de tempo da pesquisa. E assim também o fiz no quarto texto de resultados, todavia dedicado às ações desenvolvidas por agentes da Base Comunitária de Segurança do bairro, no que tange o objeto deste estudo.

É então no desvelar destes quatro momentos que pretendo responder àquelas indagações que motivaram este percurso, assim como aos objetivos a seguir expostos. Finalmente, a expectativa com este trabalho é de poder contribuir com as reflexões e ações comprometidas com a prevenção das formas de violência que mais se expressam neste espaço e em outros contextos urbanos onde estas se fazem presentes.

2. OBJETIVOS:

2.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar, através de abordagem etnográfica, processos de ação e inter-ação entre atores comunitários e institucionais no que diz respeito à abordagem preventiva de violências frequentes em um bairro popular de Salvador – Bahia.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Situar as principais expressões de violência observadas no bairro em foco, de modo a contextualizar as análises sobre o agir preventivamente;
- Descrever ações de prevenção de violência desenvolvidas tanto pelos dispositivos comunitários quanto institucionais (serviço de saúde, Base de Segurança) e o grau de articulação entre estes segmentos;
- Identificar limites e potencialidades destas ações, problematizando possíveis contribuições à abordagem preventiva em outros contextos comunitários a partir de políticas públicas vigentes ou a se propor.

3. ABORDAGEM TEÓRICA

Nesta seção, apresento a abordagem teórica que inspirou este estudo, a Teoria Ator Rede. Foi então a partir deste olhar que prossegui com as diversas etapas constituintes este trabalho, perpassando desde as incursões no campo, à coleta de dados que conformam o *corpus* de pesquisa e, finalmente, aos processos analíticos que se vertem textualmente nos capítulos desenvolvidos.

A “Teoria Ator Rede” – ou em seu acrônimo mais amplamente conhecido, “Actor Network Theory” (ANT) – emerge no interior de um campo denominado Estudos da Ciência e da Tecnologia, nos anos de 1980, em face da “necessidade de uma nova teoria social ajustada” a tais objetos (LATOURE, 2012; MELO, 2007). Segundo Bruno Latour, um dos fundadores desta abordagem, a “Teoria Ator Rede”, doravante ANT, na realidade se inicia a partir de “três documentos”: dois produzidos por Jonh Law e por Michael Callon, em 1986, e mais um feito por ele, em 1988, quando os “não humanos se apresentaram à teoria social de uma maneira nova” em decorrência dos investimentos empíricos e novas reflexões em torno da própria ciência e das tecnologias (LATOURE, 2012: 29).

Ao passar dos anos, e com os acúmulos empíricos e crescentes reflexões, a ANT transcendeu aquele escopo, de modo a poder atender a outros campos e temáticas, daí a razão desta escolha para dar conta do objeto deste estudo, a prevenção da violência. Por outro lado, e ainda de acordo com Latour (2012), os pressupostos basais da ANT são relativamente pouco partilhados ou mobilizados no interior das Ciências Sociais e em áreas afins quando comparados às perspectivas mais hegemônicas, a exemplo da Sociologia Crítica e a Sociologia da Crítica.

Em se tratando de estudos sobre a violência desde aquela abordagem, tudo indica que pesquisas e produções bibliográficas sejam ainda bastante escassas. Por este e outros motivos, e esperando que este trabalho venha a contribuir com a temática em foco desde este lugar, digamos, incomum, será necessário desenvolver com um pouco mais de detalhes o referencial eleito.

3.1 A TEORIA ATOR REDE: ASPECTOS ESSENCIAIS

A tarefa de definir uma teoria, no caso, para efeitos de uma breve contextualização é daquelas bastante desafiantes. Guardadas as devidas dimensões, é algo como o próprio Latour (2012: 166), inspirado em Ludwig Fleck (1981), assinalava sobre a impossibilidade de fornecer um “relato histórico preciso de uma disciplina científica”. Ou, em suas próprias palavras: “é como querer registrar por escrito o curso natural de uma animada conversação entre várias pessoas, todas falando ao mesmo tempo e cada qual querendo ser ouvida, a qual, não obstante, permitiu que um consenso se cristalizasse” (LATOUR, 2012: 166).

Assim, entre tantos acúmulos, sobreposições e ruídos, e se é possível algum consenso sobre a teoria aqui em foco, arbitremos como ponto de partida uma tentativa de definição formulada por John Law, ainda na década de 1990, em um artigo que buscou descrever a Teoria Ator-Rede como um “corpo de escritos teóricos e empíricos que trata das **relações sociais**, incluindo poder e organização, com **efeitos de redes**” (LAW, 1992: s/p – grifos meus). E avança este autor:

A teoria é distintiva porque ela insiste que as **redes são materialmente heterogêneas** e argumenta que não existiria sociedade e nem organização **se essas fossem simplesmente sociais**. Agentes, textos, dispositivos, arquiteturas são todos gerados nas redes do social são partes delas, e são essenciais a elas. (LAW, 1992, s/p – grifos meus)

Isto posto, alguns pontos merecem um olhar mais cuidadoso, uma vez que já revelam alguns dos aspectos que conformam a ANT, e que foram absolutamente úteis a este estudo. Evidentemente sem pretender exauri-los, exploro os destaques feitos acima, iniciando pelo que, nesta perspectiva, se entende por “social” e por “heterogeneidade” para assim poder aproximar-me do binômio que batiza a teoria e, simultaneamente, já poder oferecer pistas de como este conjunto de noções contribuem com esta pesquisa.

Em primeiro lugar, e de acordo com Latour (2012), se há algo que, de antemão, demarca uma diferença radical entre a ANT e a grande parte das abordagens teóricas das Ciências Sociais é a própria noção do “social”. De acordo com este autor, e bem diversamente do uso corrente entre os cientistas sociais, o social “não pode ser construído como uma espécie de material ou domínio e assumir a tarefa de fornecer uma ‘explicação social’ de algum outro estado de coisas” (LATOUR, 2012: 17 – 8). Dito de

outro modo, o termo não pode significar, ao mesmo tempo, “um movimento durante um processo de agregação”, nem tampouco um “tipo específico de ingrediente que se supõe diferir de outros materiais” (idem). Neste último, avança ele, não seria equivocado empregar a palavra “se ela designa aquilo que já está agregado”, todavia – e isto parece bastante relevante, inclusive, ao próprio campo da Saúde Coletiva – “surgem problemas caso ‘social’ passe a significar **um tipo de material**, como se o adjetivo fosse comparável, grosso modo, a outros termos como ‘de madeira, ‘de aço’ ‘biológico’, ‘econômico’, etc. (LATOURE, 2012:17 – grifos meus).

Em contraposição a esta tendência amplamente verificável, na abordagem aqui em relevo, o significado de “social” restringe-se de modo tão drástico que praticamente retorna ao seu berço etimológico. Assim, a ANT concebe o social essencialmente enquanto “associações”, tomando por base a genealogia histórica da palavra “social” que, no latim, significa “associado”; e, nas diversas línguas, designa primeiro ‘seguir alguém’ e depois ‘alistar-se’ e ‘aliar-se a’ para finalmente exprimir ‘alguma coisa em comum’”. (LATOURE, 2012: 24; STRUM e LATOURE, 1987).

Então, se aqui o “social” refere-se especificamente a associações, a primeira coisa a ser dita é que, contrariamente ao que supõe as abordagens sociológicas mais correntes, tais associações não estão necessariamente prontas, não estão dadas, nem definitivamente consolidadas. Do ponto de vista metodológico, se há o interesse em se conhecer um dado recorte de realidade, impõe-se como desafio ao pesquisador “seguir os atores” em seus movimentos de agregações e desagregações; ou, antes disso, tornar “rastreadáveis” tais movimentos de associação. Dito isto, decorre mais um dos pressupostos da ANT assim sintetizado por Latour (2012): “não existem grupos, mas sim formação de grupos”. Em outras palavras, os grupos estariam mais para os esforços constantes de coesão do que para o pressuposto de que já estariam dados, prontos e, sobretudo, à disposição dos olhares sociológicos ávidos por “explicações sociais” de quaisquer fenômenos emergentes do viver em “sociedade”.

A propósito, este é um dos aspectos que se notou desde as primeiras aproximações com o campo: o que observei é que não havia, e não há, homogêneos prontos e estanques à espera de descrição, menos ainda, de prescrição, mas sim o constante movimento dos atores em busca de associações ou em estado de desassociações, a depender das circunstâncias. E, em se tratando do agir coletivamente em torno da prevenção de violências, tais movimentos assim se expressaram, como se buscará oportunamente descrever no decorrer deste trabalho.

Outro aspecto destacável da ANT refere-se ao **caráter heterogêneo das redes** (Law, 1992 – grifos meus). Para este autor, a heterogeneidade “reside no núcleo da teoria ator rede, e é uma forma de sugerir que as organizações, os agentes e as máquinas são todos efeitos gerados em redes de certos padrões de diversos materiais, não apenas humanos”. Posto de modo bem mais direto, temos em Latour (2012): “os objetos também agem”. E eis que aqui nos deparamos com outra provável radicalidade em relação a maior parte das abordagens sociológicas.

Evidentemente, a compreensão de tal proposição está na estrita dependência do contexto da sua emergência no interior desta teoria¹, em especial, quando foram sentidas as limitações da abordagem excessivamente antropocêntrica, típica das principais correntes sociológicas. Assim, diante das exigências que os objetos, sobretudo, dos chamados “objetos não humanos” impuseram à sociologia da ciência e das tecnologias, sucedeu-se não apenas um outro olhar sobre estes, mas também uma “nova forma de agir”, tal como bem esmiúça Latour (2012):

À primeira vista, repor objetos no curso normal de ação pode parecer inócuo. Afinal de contas, nem se duvida que panelas ‘fervam’ água, que facas ‘cortem’ carne, que cestos ‘guardem’ comida, que martelos ‘preguem’ pregos [...]. Estes verbos não designam ações? O que a introdução dessas atividades humildes, prosaicas e corriqueiras trata de novo para um cientista social? No entanto, traz. [...]. Se insistirmos na decisão de partir das **controvérsias sobre atores e atos, qualquer coisa** que modifique uma situação fazendo diferença é um ator – ou, caso ainda não tenha **figuração**, um **actante**. Portanto, nossas perguntas em relação a um agente são simplesmente estas: **ele faz diferença no curso da ação ou não?** Haverá alguma prova mediante a qual possamos detectar essa diferença? (LATOURE, 2012, p. 107 – 8; grifos meus e do autor)

Os destaques feitos acima pedem a atenção para outro aspecto que exige um pouco mais de vagar: é o caso da noção de “actante”. De acordo com Melo (2007: 183), e baseando-se em Latour (2001), a palavra “actante” tem origem na literatura, e mais precisamente na semiótica, e vem a “designar todo o elemento, humano ou não humano, que produz ou sofre modificações em ações praticadas”. Ou seja, por mais estranho que se possa soar aos ouvidos mais acostumados à primazia antropocêntrica, em ANT, e

¹ Aos poucos familiarizados com a Teoria Ator Rede sugerimos a leitura da publicação de Bruno Latour – Reagregando o social: uma introdução à teoria Ator-Rede – na qual este autor, além de oferecer os fundamentos básicos desta abordagem – precisa muito satisfatoriamente as condições e justificativas para a sua emergência na década de 1980.

nesta pesquisa, estaremos sempre atentos aos elementos, humanos ou não humanos, que interferiam na ação de interesse ao estudo. Na tentativa de tornar ainda mais clara tal proposição, e utilizando para este fim das perguntas que levantou Latour (2012) naquela citação, as respostas mais imediatas a elas são um taxativo “sim”, e que se desdobra em:

[...] Se você puder, com a maior tranquilidade, sustentar que pregar um prego com ou sem um martelo, ferver água com ou sem panela, transportar comida com ou sem um cesto, andar na rua com ou sem roupa [...] que a introdução desses implementos comuns não muda nada ‘de importante’ na realização de tarefas, então você está pronto para visitar a Terra Longínqua do Social e desaparecer daqui. Para todos os membros da sociedade esses implementos fazem muita diferença e são, pois, segundo a nossa definição, atores – ou, mais exatamente, partícipes no curso da ação que aguarda figuração. Isso, é claro, não significa que os partícipes ‘determinem’ a ação, que os cestos ‘provoquem’ o transporte de comida ou que martelos ‘imponham’ a inserção do prego. Essa inversão no rumo da influência funcionaria apenas como o meio de transformar os objetos nas causas cujos efeitos seriam conduzidos pela ação humana agora limitada ao papel de mero **intermediário**. Ao contrário, significa que existem inúmeros **matizes metafísicos entre a causalidade plena e a inexistência absoluta**. [...] A ANT não alega, sem base, que os objetos fazem coisas ‘no lugar’ dos atores humanos: diz apenas que nenhuma ciência do social pode existir se a questão de o **quê e quem participa da ação** não for logo de início plenamente explorada. (LATOURE, 2012, p. 108 – 9; grifos meus)

Feitas estas demarcações, torna-se possível ilustrar como o enfoque teórico-metodológico da ANT foi mobilizado neste estudo. Assim, apresento um exemplo concreto que veio da imersão no campo. Tomemos o caso das armas de fogo. Alguns interlocutores, por ocasiões e motivos diversos sinalizaram que faz toda a diferença, por exemplo, o agir (e o interagir) preventivamente sobre violência, não importando qual tipo de violência se esteja abordando, se o adolescente ou o adulto jovem partícipe de uma dada ação possa ter acesso à arma. E, neste caso, não estou falando necessariamente do exato momento da ação: mas do instante da consciência de que aquele sujeito, em algum momento, porta armas. O contrário também se aplicou: das ações de prevenção da violência – ou mesmo das ações mais amplas de envolvimento com a comunidade – fez bastante diferença o fato da polícia comunitária que ali interagiu diretamente com o público, inclusive com crianças, estar armada no calor da interação.

Aqui não entremos no mérito se é ou não “legítimo” ou “compreensível” tal configuração em se tratando da polícia, uma vez que, apesar de comunitária, é também militar. Esta discussão pode ser também desdobrada, mas para efeitos do que pretendo

por em relevo, temos: a arma e a farda modulam sim, em algum grau, a interação, tal como os relatos e as vivências no campo me permitiu observar.

Se, então, isto “modula” inteiramente a interação, precisamos esmiuçar esta noção, recorrendo ao termo, digamos, correlato em ANT, a “mediação”, e adequemos aqui o seu sentido. Assim, a partir de agora, falarei em “mediação”, a qual pode ser conferida a qualquer elemento – humano ou não humano – que seja significativo no contexto da ação. Para o seu melhor entendimento, todavia, são necessários dois movimentos, tal como nos propôs Latour (2012: 62 – 3): primeiro, atentemos brevemente para a “produção do social”, demarcando a diferença entre a “sociologia do social” e a ANT; e depois contrastemos a noção de “mediação” com aquela da “intermediação”.

Poderíamos atenuar as diferenças entre as duas escolas dizendo que, “naturalmente”, no entender de todos os cientistas sociais, os grupos precisam ser feitos e refeitos por outros meios, não sociais, e que não existe agrupamento capaz de preservar sua existência sem algum tipo de manutenção. Sem dúvidas, todos concordarão que, por exemplo, as festas populares são necessárias para “renovar os laços sociais”; que a propaganda é indispensável para “aquecer” as paixões das “identidades nacionais”. [...]. Esses tipos de expressão saltam sem dificuldade de nossos teclados. Entretanto, seu efeito preciso depende de como entendemos os diversos modos de falar alusivos à formação de grupos”. Para os sociólogos do social, tais termos designam os muitos avatares que a *mesma* ordem social pode assumir e as variadas ferramentas com que ela “representa” a si própria ou por intermédio das quais é “reproduzida”. Em sua visão, “forças sociais” estão sempre presentes nos bastidores, de sorte que os meios para concretizar essa presença importam muito – mas nem tanto. **Para os sociólogos de associações, fazem toda a diferença do mundo porque não existe uma sociedade por onde começar, nenhuma reserva de vínculos, nenhum tranquilizador vidro de cola para manter unidos todos esses grupos.** Se você não promover a festa hoje ou não imprimir o jornal agora, simplesmente perderá **o agrupamento, que não é um edifício à espera de restauração, mas um movimento que precisa continuar.** (LATOURE, 2012: 62 – 3; grifos do autor e meus).

Ao investir nesta diferenciação entre os modos de conceber a “produção do social”, este autor introduz, por conseguinte, a “distinção entre o ostensivo e o performativo”, isto é, o “objeto de uma definição ostensiva permanece aí, não importa o que aconteça ao dedo indicador de quem assiste”; do lado oposto, o “objeto de uma definição performativa desaparece quando não é mais representado – ou, caso permaneça, isso significa que *outros* atores entraram em cena” (LATOURE, 2012: 63 – grifos do autor). Estes “**outros**” atores podem ser aqueles actantes humanos e/ou não

humanos, como visto anteriormente; e estes podem ainda ser lidos como “intermediários” ou enquanto “mediadores” na produção do social.

Um intermediário – e podemos encontrá-lo mais farta e amplamente no “mundo social” daquela sociologia – é, por definição do nosso autor de referencia, “aquilo que transporta significado ou força sem transformá-los: definir o que entra já define o que sai” e, usando de uma analogia metafórica, um intermediário é uma espécie de “caixa preta, mas uma caixa preta que funciona como uma unidade, embora internamente feita de várias partes” (LATOURE, 2012: 65). Já “mediadores”, enfim chegando, “não podem ser contados como apenas um, eles podem valer por um, por nenhum, por várias ou uma infinidade”; o que entra neles nunca define exatamente o que sai; sua especificidade precisa ser levada em conta todas as vezes” (idem). E mais:

Os mediadores transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam. Não importa quão complicado seja um intermediário, ele deve, para todos os propósitos práticos, ser considerado como uma unidade – ou nada, pois é fácil esquecê-lo. Um mediador, apesar de sua aparência simples, pode se revelar complexo e arrastar-nos em muitas direções que modificarão os relatos contraditórios atribuídos a seu papel. Um computador em perfeito funcionamento é ótimo exemplo de um intermediário complicado, enquanto uma conversa banal pode se transformar numa cadeia terrivelmente complexa de mediadores onde paixões, opiniões e atitudes se bifurcam a cada instante. No entanto, quando quebra, o computador se torna um mediador pavorosamente complexo, ao passo que uma sofisticada discussão em uma mesa redonda em um encontro acadêmico às vezes se transforma num intermediário totalmente previsível e monótono, repetindo uma decisão tomada em outra parte. (LATOURE, 2012: 65 – 6; grifos do autor)

Tomando o exemplo do “computador” e da “conversa” para clarear as diferenças entre ser um “intermediário” e ser um “mediador”, retornemos ao exemplo da arma de fogo e convidado também, para compor esta ilustração, uma “conversa”, no caso, entre policiais e um grupo de jovens negros. A arma poderá ser um silencioso intermediário quando em repouso, ali bem afivelada à cintura dos policiais em ronda no quarteirão, enquanto uma “conversa banal” entre os mesmos policiais e aqueles jovens pode se “transformar numa cadeia terrivelmente complexa de mediadores” onde tensões e atitudes podem se aflorar ou, ao contrário, onde ideias e projetos podem acontecer, tal como discuto no quarto capítulo deste trabalho. Invertendo as cadeiras, uma arma nas “mãos erradas”, seja do policial destreinado ou do menino da esquina, torna-se um

“mediador pavorosamente complexo”, ao passo que a mesma conversa entre policiais e jovens pode se “transformar num intermediário totalmente previsível e monótono, repetindo uma decisão tomada em outra parte”, a exemplo do aviso de um pedido da vizinhança incomodada para que o animado grupo juvenil abaixe o som da festa depois das dez da noite.

Prosseguindo com a teoria, os mais reticentes às proposições deste enfoque ainda tenderão a objetar mais ou menos nas seguintes direções: mas que relevância haveria em elementos “não humanos” se não seriam estes, por si só, ou, em si mesmos, dotados de “intencionalidade”, “significados” e, obviamente, de “autonomia”? E, dos mais desconfiados, poderíamos ouvir algo como: que “autonomia” ou que potencial de determinação teriam os objetos inanimados?

Vamos lá. À primeira mirada, tais considerações já apontam, e reforçam, aquela tendência fortemente antropocêntrica que marcou, e ainda marca, a maior parte das Ciências Sociais. Depois, tentando abandonar, ou ao menos minorar, a tônica “apriorística” destas Ciências – especialmente no que se refere ao que deve ou não compor os agrupamentos – e, por conseguinte, tendo a possibilidade de dar primazia aos objetos não humanos, a ANT não pretende, necessariamente, descartar quaisquer outras dimensões, tais como a “reflexiva” ou “simbólica”, como pontuou Latour (2012), ou quaisquer outras capacidades tipicamente conferidas ao humano, e tradicionalmente enfocadas pelas abordagens mais hegemônicas. Mas quais seriam então as suas pretensões ao admitir tal heterogeneidade?

Novamente, é um tanto árduo responder de modo sintético neste breve espaço de contextualização, mas arrisco uma tentativa: o “novo” olhar e o “novo” lugar que a ANT empresta aos objetos não humanos – flagrando-os então enquanto partícipes das redes heterogêneas – ocupam-se mais em reconhecer o potencial revelador de realidades em face dos problemas que mobilizam e justificam o ato do fazer ciência, e menos em polemizar, ou necessariamente negar, as tantas contribuições advindas das mais diversas correntes teóricas neste campo ao longo do tempo.

Em assim sendo, quando Melo (2007), por exemplo, decidiu “seguir as pipas” através do enfoque teórico-metodológico da ANT certamente esteve mais interessada em per-seguir “rudimentos para uma psicologia social do brinquedo” do que despertar possíveis reações aos mais resistentes a uma abordagem que, por exemplo, dispensa as tais “explicações sociais” dos fatos, conforme bem argumenta Latour (2012). Ou, tal como colocou aquela primeira autora: “elegemos a pipa, objeto de tradição milenar que encerra

múltiplas histórias, como objeto a ser investigado nas redes que garantam a sua sobrevivência, nas aprendizagens que suscita, nos efeitos que promove” (MELO, 2007: 169). E ainda conclui esta autora, contribuindo assim para a nossa melhor compreensão:

Entendemos que o trabalho de seguir pipas em ação requer o movimento de soltar-se ao sabor do vento, mas, ao mesmo tempo, a necessidade de ter uma linha que nos ligue ao chão, sem o que a pipa não voa. [...]. Pretendemos que essa ligação seja a metodologia da Teoria Ator Rede, suficientemente flexível para nos dar a liberdade de voar, ao mesmo tempo em que nos impele a buscar coerência nas empreitadas para realizar uma boa fabricação. Da mesma forma que os humanos, **os objetos também têm uma história a ser contada**, são nós de uma rede bem ou mal vinculada, produzindo bons ou maus efeitos. Descrever estes vínculos e aquilo que eles movem nos possibilita ir além dos objetos, pela verificação de como as **trocas de propriedades entre humanos e não humanos modificam a ambos e operam modificações na realidade. Contar a história dos objetos é resgatar a nossa própria humanidade.** (MELO, 2007, p. 181 – 2; grifos meus)

Dito isto, voltemos ao primeiro exemplo para afirmar que não foram exatamente as armas de fogo os elementos privilegiados que persegui neste estudo, muito embora poderiam sê-las; e certamente muito nos forneceria sobre o próprio objeto em foco, a prevenção da violência. Afinal de contas, seria possível negar, para efeitos de redução de índices de violência, que não faz diferença ter uma “sociedade armada até os dentes” ou amplamente desarmada? A propósito, estudos nesta linha, e com os mais variados enfoques, têm sugerido correlações neste âmbito, tal como apontou Peres (2014: 452), quando assinala que são de grande importância as “medidas para o controle do acesso a armas de fogo, facas e pesticidas”, uma vez considerado o forte impacto destas sobre a mortalidade, sobretudo das primeiras, tidas como “importante fator de risco para mortes por homicídio” (PERES, 2014: 452).

Nesta pesquisa, se não foram exatamente as armas, certamente segui outros objetos que foram relevantes para a conformação da rede que busquei delinear com este estudo em resposta aos objetivos expostos. Daí, segui certos muros, quimonos e tatames de judô, instrumentos musicais, contos infantis. Foram seguidos também uma praça pública, um ar condicionado, o pátio de uma escola e, especialmente, uma edificação: um prédio com capacidade para comportar desde estantes de livros de uma biblioteca comunitária às munições do policiamento comunitário que fica logo no andar de cima.

E os humanos? Sim, a pesquisa seguiu os atores de “carne e osso”, indubitavelmente. Como referido nos objetivos, foram três as categorias especialmente

acompanhadas neste estudo: aqueles considerados “lideranças comunitárias”, dado o histórico de engajamento e mobilizações em ações voltadas à coletividade residente neste território; também me voltei aos que atuam na unidade de saúde do bairro; e finalmente aos policiais comunitários, igualmente constantes neste espaço. Os critérios da seleção de tais categorias serão devidamente aclarados na seção metodológica, de modo que, por ora, é suficiente registrar que, tal como é previsto em toda e qualquer pesquisa, e independentemente do enfoque teórico adotado, escolhas e recortes são necessários. Todavia, em se tratando de um estudo em ANT, podem figurar em um mesmo universo, se necessário for, tanto um grupo de apicultores quanto, as abelhas, o apiário, os significados deste fazer, os processos de trabalho e a florada vertida em mel.

Um último aspecto no corpo da teoria que merece um olhar mais atento neste estudo, e segundo Latour (2012: 84), é aquele que diz respeito às “características sempre presentes nos argumentos contraditórios a respeito do que aconteceu”, e estas são apresentadas em quatro eixos por este autor, a saber: “as ações são parte de um relato; possuem uma figura qualquer; opõem-se a outras ações rivais; e, por fim, são acompanhadas por uma teoria explícita da ação”. Nesta breve contextualização não lograrei detalhar cada um destes encaminhamentos, apesar de reconhecê-los ao longo dos processos que conformaram esta pesquisa – nas interações no campo, nas falas concedidas, nas análises destas, na escrita deste texto, enfim – mas enfatizo o último dos eixos porque essencial à melhor compreensão das escolhas metodológicas e, por conseguinte, do próprio produto que temos em mãos. E assim temos:

Os atores podem também ter suas próprias teorias da ação para explicar como se produzem os efeitos das ações. Bons raciocinadores e habilidosos, os atores – segundo a nova postura provisória da ANT – possuem sua própria metateoria sobre como a ação se desenvolve e na maioria das vezes deixam perplexos os metafísicos tradicionais. Discutem não apenas qual ação está predominando, como de que maneira ela faz sentir sua influência. De novo, a grande distinção será decidir se a ação – uma vez dotada de existência, figuração e oponentes – deve ser encarada como um intermediário ou um mediador. Em ambos os casos, a conclusão do relato do ator parecerá muitíssimo diferente. (LATOURE, 2012: 90 – 1)

Sobre a distinção crucial entre a função intermediadora ou mediadora da ação, já tratei antes, mas o que aqui gostaria de sublinhar – porque, mais uma vez, essenciais à compreensão do protagonismo que os atores assumem neste estudo – é a devolução a

estes da sua própria capacidade de “teorização” ou de “meta teorização”, como nos aponta aquele autor, sem aqueles excessos de desconfiança de que há, por exemplo, muita “ilusão” nesta “transparência” ou ainda muitas “forças ocultas” nos bastidores deste pensar e agir, ou mesmo que tudo já está muito previsto, definido ou pré-formatado pelas condições concretas ou simbólicas, presentes ou remotas, mas que não deixem nenhum milímetro de movimento para os nossos atores. Neste estudo, portanto, a “ação” foi compreendida, em parte, pelas contribuições que advêm dos acúmulos em ANT, em especial, quando incorpora a dimensão “não humana” em suas mediações; e, em outra parte, naquela inspiração vista em Hannah Arendt quando incorpora “seu sentido mais geral” que “significa tomar iniciativa, iniciar”, ou “imprimir movimento a alguma coisa, que é o significado original do termo latino *agere*” (ARENDDT, 2013: 221 – 2).

Assim, e seguindo com esta pensadora, por se “constituírem um *initium*, por serem recém-chegados e iniciadores em virtude do fato de terem nascido, os homens tomam iniciativas, são impelidos a agir”. Além disto, e em outro giro, é também confluyente aquele pressuposto das “ações serem parte de um relato”, com a relação íntima estabelecida por Arendt (2013: 223) entre “ação” e “discurso” quando nos diz que “a ação muda deixaria de ser ação, pois não haveria mais um ator; e o ator, realizador de feitos, só é possível se for, ao mesmo tempo, o pronunciador de palavras”. Ou, dito de outro modo, “a ação que ele inicia é humanamente revelada pela palavra, e embora seu ato possa ser percebido em seu aparecimento físico bruto, sem acompanhamento verbal, só se torna relevante por meio da palavra falada na qual ele se identifica como o ator, anuncia o que faz, fez e pretende fazer” (ARENDDT, 2013: 223).

Em tempo, ressalvo que o convite ao pensamento filosófico não é aqui casual, mas parte mesmo do lugar que a filosofia pode assumir desde a perspectiva teórica adotada. Tanto assim que é o próprio Latour (2012: 34 – 5) quem afirma que Gabriel Tarde (1834 – 1904) “pode ser considerado um precursor da ANT”. Evidentemente sem pretender aprofundar, Tarde “foi, talvez, o mais filósofo dos sociólogos, ou o mais sociólogo dos filósofos, precisamente no momento em que certa sociologia emergente procurava se livrar das trevas da metafísica”, como nos diz Vargas (2007: 11). Na “inoportuna” contramão disso, mais precisamente, da sociologia do “sociólogo dos sociólogos” (VARGAS, 2007: 11), Émile Durkheim (1858 – 1917), as incursões de Tarde, a partir da sua “monadologia leibniziana”, “invertem o liame entre micro e macro”, o que, segundo Latour (2012: 35), “explica a oposição radical de Tarde e Durkheim”, como podemos ver no seguinte destaque feito por este último autor:

Tal conceito é, na verdade, quase o extremo oposto da noção unilinear dos evolucionistas e do Sr. Durkheim. Em vez de explicar tudo pela suposta supremacia da lei da evolução, que obriga os fenômenos coletivos a reproduzir-se e repetir-se indefinidamente numa certa ordem, sem justificar os fatos menores pelos maiores e a parte pelo todo, eu dou conta das semelhanças coletivas do todo reunindo atos elementares minúsculos: os maiores pelos menores e o todo pela parte. Essa maneira de ver os fenômenos está destinada a provocar na sociologia uma transformação semelhante à ocorrida na matemática pela introdução do cálculo infinitesimal. (TARDE, 1899, 2000, p. 35 – citado por LATOUR, 2012: 35 – grifos meus).

E é justo neste “cálculo infinitesimal” e no esforço de conhecer as “semelhanças coletivas do todo reunindo atos elementares minúsculos” que apostei profunda e verdadeiramente em “seguir os atores”, de fato “per-seguidos” neste estudo. Então, ali, “minúsculos”, residentes de uma pequena comunidade, em um ínfimo ponto do planeta, mas que em suas ações e teorias a respeito do objeto que busco acessar – a prevenção da violência – podem nos revelar em termos das “semelhanças coletivas”, e também, claro, das diferenças. A propósito, e como mesmo nos lembra Tarde (2007: 98), “existir é diferir; na verdade, a diferença é, em um certo sentido, o lado substancial das coisas, o que elas têm ao mesmo tempo de mais próprio e de mais comum”.

Apostei também nesta base teórica e filosófica por entender que a mesma tanto nos permite, se não por completo dissolver, mas reposicionar as famigeradas dicotomias sociológicas – “micro” versus “macro”; “local” e “global”; “agência” e “estrutura” – quanto nos convida a uma outra relação com o “ínfimo”. E, em se tratando de tempos “massificantes”, para usar um termo mais corriqueiro, podemos ter um interessante efeito ético e político ao conferir valor ao “ínfimo”, confiando aí tudo que é passível de assim ser compreendido, inclusive, o humano:

Se tudo parte do infinitesimal é porque um elemento, um único elemento, tem a iniciativa de uma mudança qualquer, movimento, evolução vital, transformação mental ou social. Se todas essas mudanças são graduais, e aparentemente contínuas, isso mostra que a iniciativa do elemento empreendedor, embora secundada, encontrou resistências. Suponhamos que todos os cidadãos de um Estado, sem exceção, adiram plenamente a um programa de reorganização política nascido no cérebro de um deles e, mais especialmente, em um ponto desse cérebro. A reforma inteira do Estado segundo esse plano, em vez de ser sucessiva e fragmentária, será brusca e total, seja qual for o radicalismo do projeto. É somente a contrariedade de outros planos de reforma ou de outros tipos de Estado ideal que cada membro de uma

nação possui conscientemente ou não, que explica **a lentidão das modificações sociais**. (TARDE, 2007: 61 – grifos meus)

Encerro estas breves incursões filosóficas que a escolha teórica me incitou a percorrer, destacando desta última citação, além das passagens que reafirmam os aspectos acima enfatizados, o caráter lento, sim, muito lento das “modificações sociais”. Latour (2012: 47), ao longo da obra aqui tomada como um importante referencial, também reafirma tal lentidão, desculpando-se com suas metáforas para “bons entendedores”: “a viagem com a ANT, lamento dizer, será penosamente lenta”, pois, enquanto os “sociólogos do social parecem pairar como anjos, transportando poder e conexão quase imaterialmente, o estudioso da ANT tem de arrastar-se como uma formiga, carregando seu pesado equipamento para estabelecer até o mais insignificante dos vínculos”.

Até aqui, portanto, intentei mostrar a pretensão de abandonar aqueles postos mais angelicais e voltar ao nível do chão, da terra, do território onde encontrei os atores, também em seus “trabalhos de formiga”, dispostos a colaborar com este longo e quase sempre tortuoso percurso. Por fim, neste texto, busquei evidenciar algumas das noções da Teoria Ator Rede que de imediato se mostraram fundamentais a este estudo. Outros aspectos, ou o aprofundamento do que foi exposto, emergirão oportunamente ao longo deste trabalho, em especial, na seção metodológica, no que tange à operacionalização das noções e pressupostos aqui elencados. Por ora, voltemos o olhar à violência sobre a qual vislumbrei as possibilidades do agir preventivamente.

4. DEMARCAÇÕES CONCEITUAIS

Situada a abordagem teórica e, como nos sugere Latour (2012), tendo um “tópico à mão”, no caso aqui, a “prevenção da violência”, senti necessidade de abrir este espaço para abrigar aquilo que chamei de “demarcações conceituais”, as quais faço em dois momentos: um que se volta ao que concebo neste estudo enquanto “violência”, o outro que se dedica ao conceito de “prevenção”. Diante disto, é muito provável que o leitor questione: mas não seria suficiente demarcar conceitualmente apenas aquele objeto em um único fôlego, isto é, delimitar a própria “prevenção da violência”?

A resposta poderia ser positiva, o que seria, inclusive, mais fácil e econômico. Todavia, estamos diante de duas coisas que estão longe de um lugar pacífico e bem acomodado sobre consensos, cada uma com sua cota de motivos. A noção de prevenção, como veremos, apesar de bastante remota e amplamente acionada, em especial, nos setores da saúde e da segurança públicas, tende a agregar em si mesma diferentes “níveis”, estratégias e elementos dos mais diversos para cumprir o que promete: chegar antes de um evento, via de regra, evitável e indesejável. Portanto, apesar de fortemente reivindicada, não parece ser das tarefas mais fáceis. A noção de violência, por sua vez, contempla uma profusão de concepções que nos obriga a arbitrar algum ponto de partida se pretendemos compreender e/ou intervir sobre a mesma.

No caso deste estudo elegi como ponto de partida conceitual aquele que a concebe enquanto “uma forma de sociabilidade” e que, portanto, tende a atravessar muitas das suas expressões no mundo das interações. Ao fazê-lo, e somada à escolha teórica, duas coisas perderam sentido, ou já não o tinham antes e assim permaneceram após tais opções. Primeira, “definir” *a priori* quais expressões de violência mais se pronunciariam ali, na vida vivida daquele território, preferindo assim que este falasse mais de si naquele recorte de tempo. Segunda, incorporar uma espécie de “pacote fechado” e prescritivo de “prevenção da violência”, semelhante àqueles que já vem previamente formatado, “pronto para usar” diante de uma “violência física” ou “sexual” ou “patrimonial”, e assim por diante. Não que estes não tenham o seu uso e valor. Aqui, entretanto, o esforço foi outro: afinal, como prevenir a violência enquanto uma forma de sociabilidade, considerando que esta, como dito, perpassa as várias expressões violentas? Daí a negativa dada àquela questão inicial; daí as páginas que se seguem com o esforço de embasar aquilo que o campo revelou nesta direção.

4.1 Violência: “uma forma de sociabilidade”

Diante da palavra “violência”, e como sinalizado por Michel Wieviorka (2004: 21), “inomináveis problemas surgem, a começar por saber do que estamos falando”. Ainda de acordo com este autor, temos que “o termo violência amalgama uma imensa reunião de noções, mais ou menos confusas ou intrincadas” (WIEVIORKA, 2004: 21 – minha tradução). Ideia esta partilhada por diversos nomes da literatura especializada nacional e internacional, na qual, não raro, encontramos o uso de expressões tais como “polissemia”, “polifonia”, “complexidade”, “paradoxos” para se reportarem à violência quando dos esforços de satisfazê-la, ao menos razoavelmente, enquanto questão teórica.

Em assim sendo, e na tentativa de eleger um recorte conceitual em meio a tais nebulosidade e diversidade de perspectivas, busco antes situar algumas tendências, ainda que brevemente, das quais destaco três bastante frequentes, embora não necessariamente excludentes entre si, a saber: uma que concebe a violência enquanto “algo” de natureza instrumental; outra que a compreende enquanto um “comportamento”; e aquela que a admite enquanto um “fenômeno” perceptível em função de um certo repertório de sentidos e significados a este atribuídos em um dado tempo e local e/ou em razão do que se concebe a partir da chamada “experiência vivida”, no sentido fenomenológico da expressão. Em relação àquela primeira, Zaluar e Leal (2001: 147 – 8) trazem a seguinte contribuição:

Muitos autores preocuparam-se em marcar as diferenças entre poder e violência, inspirando-se em Hannah Arendt quando caracteriza **a violência como um instrumento e não um fim**. Os instrumentos da violência, segundo esta autora, seriam mudos, **abdicariam do uso da linguagem** que caracteriza as relações de poder, baseadas na persuasão, influência ou legitimidade. Outras definições não fogem desse paradigma, mas incorporam a palavra na sua definição: a violência como o não reconhecimento do outro, a anulação ou a cisão do outro (Adorno, 1993 e 1995; Oliveira, 1995; Paixão, 1991; Tavares dos Santos *et al.*, 1998; Zaluar, 1994); a violência como a negação da dignidade humana (Brant, 1989; Caldeira, 1991; Kowarick e Ant, 1981); a violência como a ausência de compaixão (Zaluar, 1994); a violência como a palavra emparedada ou o excesso de poder (Tavares dos Santos *et al.*, 1998). Em todas elas ressalta-se, explicitamente ou não, **o pouco espaço existente para o aparecimento do sujeito da argumentação, da negociação ou da demanda, enclausurado que fica na exibição da força física pelo seu oponente ou esmagado pela arbitrariedade dos poderosos que se negam ao diálogo**. (ZALUAR E ALVES, 2001: 147 – 8 – grifos meus)

Desta síntese, destaco uma das peculiaridades que marcam esta forma de conceber a violência, e a qual retomo oportunamente: aquela que está justamente na supressão da capacidade dialógica em face aos conflitos previstos nas relações interpessoais, inclusive, tomando a violência como repertório corrente na mediação destes. Ademais, nesta acepção instrumental, estou também falando de uma leitura da violência inspirada na concepção weberiana da expectativa do monopólio estatal da força física, quer dizer, da legitimidade pretendida pelo Estado em relação à exclusividade do uso da violência física, e de tal forma que “se só existissem estruturas sociais de que a violência estivesse ausente, o conceito de Estado teria também desaparecido” (WEBER, 1968). Antes disso, e como bem pontuou Schulchter (2011), se podemos falar de uma sociologia compreensiva, em parte, como uma sociologia “kantinizadora”, é porque, desde a Metafísica dos Costumes, entende-se que o direito de Estado está ligado à competência de exercer coerção e punição, onde a violência é então prevista.

Destas fontes e releituras, portanto, é possível se depreender aquela natureza instrumental conferida à violência – e, como tal, como um instrumento – podemos usá-la ou não; detê-la ou não; restringir ou ampliar a sua utilização; legitimá-la como de uso exclusivo do Estado e, ao mesmo tempo, senti-la excessiva em dadas situações, ou flagrá-la entre particulares, como é o caso do castigo físico ainda utilizado na intimidade dos lares na relação entre pais e filhos, por exemplo. Inclusive, estaria aqui um dos problemas desta concepção, conforme apontam Zaluar e Leal (2001: 148), pois “não esclarece onde e como o excesso se manifesta, o que implica dizer os limites, as regras, as normas legitimamente aceitas para o exercício do poder”. E ainda concordando com estas autoras, isto “desemboca”, como veremos, no “Estado de Direito e na construção da nação”, pois “qualquer que seja o balizamento do excesso de poder, afirmá-lo conduz à questão não discutida do limite” (ZALUAR e LEAL, 2001).

Ademais, é também na condição substantiva de “instrumento” que se faz entender porque é possível consubstanciá-la nas categorizações das tipificações criminais, a exemplo do “homicídio”, do “feminicídio”, “roubo”, “estupro”, onde a violência está presente. Ou ainda adjetivá-la, a violência, tal como se ver correntemente nas variantes “violência física”, “violência moral”, “simbólica”, “patrimonial”, “violência sexual”, entre outras. Tendência semelhante é aquela que faz classificá-la em função de segmentos da sociedade, como a “violência contra a criança e o adolescente”, a “violência contra a mulher”, contra o idoso, o negro, os homossexuais, os imigrantes, etc.

Deste modo, embebidos desta concepção, é que muitos setores e organizações pautam suas orientações e práticas, dado o caráter “operativo” que esta forma de conceber a violência pode assumir, passível então de ser tipificada e classificada para fins de intervenção. Exemplos disto podemos observar, no caso do Brasil, em uma série de planos, políticas e estatutos voltados à abordagem preventiva da violência aos mais diversos grupos, bem como à amplitude e ao aprimoramento da atenção a estes (REINCHENHEIM et al., 2011; MINAYO, 2006); e, em âmbito mundial, vemos as contribuições de organizações supranacionais, como no caso das compilações da OMS, com destaque para o mais recente e amplo relatório sobre prevenção das violências, tal como citado na introdução.

A concepção da violência como um “comportamento” humano, por sua vez, é bastante presente em algumas áreas das ciências humanas, como na educação e na psicologia, mas também na área da saúde, tal como fica patente em muito da literatura científica e nos diversos manuais técnicos de orientação à intervenção desde este setor (OMS, 2002; BRASIL, 2001). Aqui não detalharei as nuances dos modelos explicativos que tomam a violência como uma expressão comportamental, fruto de determinadas causas, e gerador de certas consequências, inclusive porque alguns aspectos deste quadro de compreensão abordarei a seguir na noção de prevenção.

Já aquela terceira tendência de concepção refere-se ao olhar sobre a violência enquanto um fenômeno estritamente dependente do conjunto de sentidos e significados a ela conferidos em um dado contexto; ou, como pontuei, enquanto experiência vivida, tal como é visto frequentemente nos estudos de vitimização. Sobre aquela primeira vinculação, Yves Michaud já assinalava: “a noção de violência é, por princípio ambígua, e sua significação é estabelecida por procedimentos políticos segundo o grupo que, em um dado momento, tem o poder de rotulá-la contra outros grupos” (MICHAUD, 1978: 92). E, mais recentemente, reiterado por Maria Stella Porto (2010: 51), temos: “a violência pode ser identificada de forma múltipla e diferenciada, de modo que seus sentidos não podem, portanto, ser analisados independentemente do campo social em que se inserem”.

É justo nesta perspectiva que estão os esforços em captar os múltiplos “significados da violência”, como nos diria Adorno (2010). Tanto assim que este autor, ao se referir às ações de prevenção da violência, ponderou: “nenhuma política de segurança pública e de controle social pode, hoje, reivindicar eficiência se não considera os múltiplos significados, os múltiplos atores implicados na produção, disseminação, recepção e contenção das violências” (ADORNO, 2010: XIII).

Isto posto, sublinho que este trabalho não se situa exata e exclusivamente em nenhuma das três vertentes, embora reconheço que certos elementos e aspectos de cada uma delas se expressaram, com mais ou menos força, nos discursos dos atores, ou foram acionados para fins analíticos do *corpus* da pesquisa quando assim demandado. Isto significa que mais do que “prometer fidelidade” ou “exclusividade” a uma dada perspectiva, considere incorporar elementos que vieram a favorecer a compreensão da violência em face do fim maior deste estudo: avançar em proposições no eixo da prevenção da violência, independente do enfoque teórico das quais emergem.

Neste último, a lógica aqui adotada comunga com a reflexão já proposta por Schraiber et al. (2006), ao assinalarem que a abordagem da violência, em sua complexidade, reclama por “solidariedade das disciplinas, e exige particular aproximação científica em que a metodologia se combina com a ética” (SCHRAIBER et al., 2006: 119). Ademais, e tal como relatou Latour (2012), em ANT, já não há por que se esquivar das “controvérsias” sobre os fatos, pois, se há algum modo de apreendê-los, certamente não será através de apriorismos, tautologias e de exclusivismos, mas justo “desdobrando as controvérsias sobre o mundo social”.

Neste trabalho, portanto, propus uma via de “entremeios”. Quer dizer, busquei entremear, além de algumas contribuições desde àquelas tendências acima evidenciadas, mas também ponderações inspiradas na ANT e, ainda, certas proposições que aludem ao pensamento foucaultiano. Neste último, referi-me especificamente a reflexões feitas sobre o universo da violência desde este olhar, inclusive, por alguns autores brasileiros, a exemplo de Tavares dos Santos, para quem, a violência pode ser compreendida tanto como uma “**forma de sociabilidade**”, prevista nas mais diversas relações e espaços, quanto como um “dispositivo de controle aberto e contínuo”, onde se “dá a afirmação de poderes, legitimados por uma determinada norma social, o que lhe confere a forma de controle social”. (TAVARES DOS SANTOS et al., 1998 – grifos meus).

Avançando um pouco mais nestes pressupostos, temos que a “violência não seria apenas a sua manifestação institucional, pois a força, coerção e dano em relação ao outro estaria tanto no nível macro, do Estado, quanto no nível micro, nos grupos sociais” (ZALUAR e ALVES, 2001; TAVARES DOS SANTOS et al., 1998). Estes últimos autores falam então em uma “microfísica da violência”, por reconhecer a capilaridade que marca tal fenômeno, assim posta: a violência está presente entre grupos, gêneros e gerações, nas manifestações do racismo, nos mais diversos espaços, a exemplo da escola, do trabalho, dos serviços, das instituições, nas casas, nas ruas. Dito de outro modo, a

violência estaria expressa no “excesso de poder que impede o reconhecimento do outro – pessoa, classe, gênero, raça – mediante o uso da força ou da coerção, provocando algum tipo de dano, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea” (TAVARES DOS SANTOS et al., 1998).

Mais recentemente, este autor atualiza esta abordagem da violência, a caracterizando enquanto “difusa”, uma vez que “os fenômenos da violência adquirem outros contornos, passando a disseminar-se por toda a sociedade, provocando dificuldades aos Estados contemporâneos em enfrenta-los” (TAVARES DOS SANTOS, 2014: 22). Reafirmando uma “microfísica da violência”, acresce que esta “significa uma rede de exercício de poder de composições micro e macrosociais, pois a violência também alicerça uma sociedade dividida”; e destaca a sua expressão física, como em:

Subjacente a todas as formas possíveis de violência, percebe-se como foco ordenador da lógica da coerção social, como efetividade ou virtualidade nunca esquecida, ou como princípio operatório das relações – o exercício da violência física. A violência física incide sobre o corpo, com extrema minúcia e precisão no dilaceramento da carne, com o intuito de mortificá-lo, pela tortura, pelo fogo, pela humilhação, pela morte. A violência física recoloca, como questão irrenunciável dos grupos sociais, o direito à vida. Ainda mais porque se configura como uma rotina de violência. [...] A prática da violência vai se inserir em uma rede de dominações, de vários tipos – classe, gênero, etnia, por categoria social e violência simbólica – que resultam na fabricação de uma teia de discriminações, estigmas, exclusões, possivelmente sobrepostas, portadora de uma racionalidade específica. (TAVARES DOS SANTOS, 2014; p. 23).

Já sobre a concepção da violência enquanto uma “forma de sociabilidade”, outros autores a revisitaram, acrescentando aspectos ou a reformulando, como o fez Machado da Silva. Este autor vem refletindo sobre o que chama de “sociabilidade violenta”, e o faz de modo atrelado aos seus estudos sobre os processos violentos que se expressam no espaço urbano, em especial, na cidade do Rio de Janeiro. Daí então admiti-la como “um padrão de sociabilidade”, na qual o “crime passou a se organizar como uma espécie de nebulosa com vários graus de adesão a um núcleo duro” (SILVA, 2014: 33). Assim, recorri a esta variante – a “sociabilidade violenta” – nas análises que fiz ao longo deste trabalho quando elementos do empírico se vincularam à “**violência urbana**”, compreendida por este autor como “um ‘mapa’ que apresenta aos atores um complexo de relações de fato e cursos de ação obrigatórios – expressão simbólica de uma ordem social, para todos os efeitos práticos”; e que está, sobretudo, “no centro de uma formação discursiva que

expressa uma **forma de vida constituída pelo uso da força como princípio organizador das relações sociais**" (SILVA, 2004: 58 – 9; grifos meus).

Isto posto, é interessante tecer algumas considerações sobre este modo de conceber a violência e a abordagem teórica adotada neste estudo. Em primeiro lugar, analiso uma possível confluência entre admitir a violência como uma "**forma de sociabilidade**" e a concepção da ANT do que venha a ser "forma". Para esta abordagem, e de acordo com Latour (2012: 320), o entendimento de "forma" abandona o seu sentido mais abstrato e assume outro "bastante concreto e prático: forma é simplesmente aquilo que permite a alguma coisa ser transportada de um lugar para o outro; ela se torna então um dos tipos de translações mais importantes". Dito de outro modo, temos:

Tal deslocamento do ideal para o material pode ser estendido à *informação*. Prover uma peça de informação é a ação de colocar algo dentro de uma forma. Mas, agora, a palavra assume um sentido muito mundano, muito prático; ela pode ser um pedaço de papel, um documento, um relatório, um relato, um mapa, seja o que for que realize o feito incrível de transportar um local para dentro de outro sem deformações através de transformações massivas. (LATOURE: 2012; p. 320 – 1, grifo do autor)

A concretude da noção de "forma" segundo a ANT – porque entendida enquanto algo que transporta "alguma coisa de um lugar para o outro" ou que recebe algo, como no caso acima, a "informação" – nos ajuda com o objeto deste estudo, a prevenção da violência, uma vez que seria possível cogitar intervir sobre um "transportador" que poderá comportar o conteúdo em questão: a violência, seja ela entendida enquanto um instrumento, um comportamento, um sentido ou um significado atribuído. Partindo deste pressuposto, se então considerarmos a violência puramente como uma "forma", desde aquela acepção, a mesma "é" e, simultaneamente, pode "transportar"² suas múltiplas expressões, como uma punição física (ao invés de uma mediação dialógica, e aqui já pensando em termos preventivos); uma agressão auto infligida, como o suicídio; uma ofensa moral e psicológica; o tolhimento de subjetividades em contextos onde relações e

² A analogia que Latour (2012: 320) toma de empréstimo a fim de tornar mais claro o conceito de forma admitido pela ANT pode também nos ajudar aqui, assim posta: "os francófonos têm a grande vantagem de ouvir ainda, na palavra *forme*, a mesma etimologia de seus amados *fromages*, sendo os queijos, literalmente, leite fermentado vertido numa *forme* ou *fourme*". Apesar da trivialidade do exemplo, o raciocínio estabelecido é aquele que concebe a forma como "aquilo que transporta algo" e, simultaneamente, "é" o seu conteúdo transportado.

atos de dominação tácitas ou explícitas se colocam, etc. Assim, a violência enquanto "forma" contemplaria uma série de situações que, seja entre o senso comum, ou em abordagens teóricas diversas, seriam passíveis de reconhecimento como tal.

Todavia, quando à "forma" se alia a noção de "sociabilidade", passando então à condição de uma "forma de sociabilidade", estamos diante não apenas de uma mera justaposição, mas, talvez, de uma unidade semântica, e certamente de alguma coisa que se torna mais complexa, no sentido mesmo literal do termo: um outro sistema de ideias entra em cena e, no caso, são as contribuições de Georg Simmel em torno daquela segunda noção que aqui assumem o protagonismo. Antes de acessá-la, a "sociabilidade", é imprescindível algumas breves contextualizações.

Se, como será exposto, Tönnies é uma referencia sociológica importante para compreendermos o conceito de "comunidade", caro a este estudo, Simmel estaria entre os autores mais acionados quando o olhar está sobre os processos e dinâmicas que conformam isto que chamamos de "sociedade" quando então traz a pergunta: "como é possível a sociedade?". E, em resposta a isto, encontrei um entendimento que, a propósito, mantém pontos de contato com a abordagem ANT, como podemos notar em:

Por sociedade não entendo apenas o conjunto complexo de indivíduos e dos grupos unidos numa mesma comunidade política. Vejo uma sociedade em toda parte onde os homens se encontram em reciprocidade de ação e constituem uma unidade permanente ou passageira. Logo, em cada uma dessas uniões produz-se um fenômeno que caracteriza, da mesma forma, a vida individual; a cada instante, forças perturbadoras, externas ou não, opõem-se ao agrupamento, e este, se for deixado a agir por sua própria conta, não tardarão elas a dissolvê-lo, isto é, a transferir seus elementos para agrupamentos estranhos. Todavia, a essas causas de destruição opõem-se forças conservadoras que mantêm unidos esses elementos, asseguram sua coesão, e através disso, garantem a unidade do todo, até o momento em que, como todas as coisas terrestres, eles se rendem aos poderes dissolventes que os cercam. (SIMMEL, 1898 traduzido por MORAES FILHO, 1983, p. 48).

Sobre os pontos de contato, é possível flagrar alguma concordância no entender a "sociedade" como um movimento permanente de coesão e de dissolução, dependente da ação e interação dos seus atores, não sendo, portanto, um agregado estanque e definitivamente consolidado. Ademais, é no interior desta perspectiva que Simmel (1898: 58) recorre, primeiramente, à noção central de "sociação" (*Vergesellschaftung*), a qual

nos permitirá entender, um pouco mais adiante, a "sociabilidade". Além desta, temos também o conceito de "interação", cuja relevância para este estudo é igualmente expressiva, e que, para este autor, é de suma importância simplesmente porque "a sociedade existe onde quer que vários indivíduos entrem em interação"; ou, lido ao contrário, são as interações que convertem indivíduos, em seus mais diversos fins e motivações, em "unidade", em "sociedade". Já em relação à ideia de "sociação", este autor a confere uma espécie de primazia, no sentido de ser a condição primeira às coisas que se colocam no viver em sociedade, assim posto: "nem a fome, nem o amor, nem o trabalho, nem a religiosidade, nem a técnica, nem os produtos intelectuais são, por si mesmos, de natureza social; contudo, é o próprio fato da sociação que dá a todas essas coisas a sua realidade" (SIMMEL, 1898: 58)³.

A partir daí, tece ele uma série de desdobramentos e elaboradas reflexões acerca da interação e da sociação, incluindo aí noções a respeito do "conflito"⁴, e o seu papel nestes processos, e da "dominação"⁵, como mais uma "forma de interação", ambas caras

³ Uma conceituação mais completa e que contribui para um entendimento mais sólido desta noção chave está em: "[...] a própria sociedade em geral se refere à interação entre indivíduos. Essa interação sempre surge com base em certos impulsos ou em função de certos propósitos. Os instintos eróticos, os interesses objetivos, os impulsos religiosos e propósitos de defesa ou ataque, de ganho ou jogo, de auxílio ou instrução, e incontáveis outros, fazem com que o homem viva com outros homens, aja por eles, com eles, organizando desse modo, reciprocamente, as suas condições – em resumo, para influenciar os outros e para ser influenciado por eles. A importância dessas interações está no fato de obrigar os indivíduos, que possuem aqueles instintos, interesses, etc. a formarem uma unidade – precisamente, uma 'sociedade'. Tudo que está presente nos indivíduos (que são os dados e imediatos de qualquer realidade histórica) sob a forma de impulso, de interesse, propósito, inclinação, estado psíquico, movimento – tudo que está presente neles de maneira a engendrar ou mediar influências sobre outros, ou que receba tais influências, designo como conteúdo, como matéria, por assim dizer, da sociação. Em si mesmos, essas matérias com as quais a vida é preenchida, as motivações que a impulsionam, não são sociais. Estritamente falando, nem fome, nem amor, nem trabalho, nem religiosidade, nem tecnologia, nem as funções e resultados da inteligência são sociais. São fatores da sociação apenas quando transformam o mero agregado de indivíduos isolados em formas específicas de ser com e para um outro – formas que estão agrupadas sob o conceito geral de interação. Desse modo, a sociação é a forma (realizada de incontáveis maneiras diferentes) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses. Esses interesses, quer sejam sensuais ou ideais, temporários ou duradouros, conscientes ou inconscientes, causais ou teleológicos, formam a base das sociedades humanas." (SIMMEL, 1898, p. 165 - 6)

⁴ Na concepção simmeliana, o conflito é entendido como uma "forma pura de sociação e tão necessária à vida do grupo e sua continuidade como o consenso" (SIMMEL, 1898: 23).

⁵ Simmel (1898), ao conceber a "dominação" como mais uma "forma de interação", o faz explorando o seu "aspecto sociológico", isto é, interessado em situá-la como parte dos processos de "ação mutuamente determinada" ou como "formas societárias". Assim, para ele, "geralmente, ninguém deseja que sua influência determine por completo um outro indivíduo; mais desejável é que esta influência, esta determinação do outro, atue de volta sobre o próprio sujeito; por conseguinte, mesmo uma vontade-de-dominar abstrata é um caso de interação" (SIMMEL, 1898:

ao estudo da violência. Por ora, aportemos no conceito da "sociabilidade", que é disposta, em linhas gerais, "como uma forma autônoma ou lúdica de sociação", segundo Simmel (1898: 168). Evidentemente, tal anunciado demanda explicações um pouco mais pormenorizadas à guisa da sua compreensão.

Assim, em primeiro lugar, Simmel (1898: 165 - 66) parte do pressuposto de que "em qualquer sociedade humana pode-se fazer uma distinção entre seu conteúdo e sua forma", tendo como objetivo em isto entender o modo "em comum" de como a "sociação humana ocorre", isto é, "as formas e a leis próprias da sociação". O que este autor entende como a forma seria justo a sociação, a qual pode ser "realizada de incontáveis maneiras diferentes e pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses" (idem). Estes interesses, por sua vez, são por ele concebidos como "conteúdo", "matéria", também contemplando uma diversidade de formas (impulsos, propósitos, inclinações, etc.). Isto posto, a distinção acima proposta tem a ver com o que Simmel chamou de "autonomização dos conteúdos" vista, especialmente, em dadas circunstâncias históricas, sendo a expressão da "sociabilidade" um dos casos:

Este processo funciona também na separação do que chamei de conteúdo e forma da vida societária. Aqui, "sociedade" propriamente dita é o estar com um outro, para um outro, contra um outro, através de veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais. As formas nas quais resulta esse processo ganham vida própria. São liberadas de todos os laços com os conteúdos, existem por si mesmas e pelo fascínio que difundem pela própria liberação destes laços. **É isto precisamente o fenômeno que chamamos de sociabilidade.** (SIMMEL, 1898: 168 - grifos meus)

Diversos autores contemporâneos revisitaram e reafirmaram este conceito, a exemplo de Frúgoli Jr. (2007: 9), quem o lê enquanto um "tipo ideal entendido como o

107). E avança: "mesmo no desejo de dominação existe algum interesse pela outra pessoa que, por isso mesmo, constitui um valor; só quando o egoísmo não se importa nem mesmo com o desejo de dominação, só quando o outro é absolutamente indiferente e um simples meio para finalidades que estão além dele, é que foi eliminada a última sombra de qualquer processo de sociação" (idem: 108). De significativa utilidade para se pensar a violência, temos ainda em Simmel (1898: 108): "mesmo nos casos de subordinação mais opressivos e cruéis, ainda existe uma considerável medida de liberdade pessoal". E mais: "a coerção 'absoluta', a que mesmo o tirano mais cruel nos obriga, é sempre nitidamente relativa; sua condição é o nosso desejo de escapar de nossa desobediência; uma análise mais precisa mostra que a relação de superordenação/subordinação só destrói a liberdade do subordinado em caso de violação física direta". E aqui podemos encontrar um ponto de contato entre o olhar de Simmel e as reflexões tecidas por Foucault (2004) tempos depois quando aponta que nos "estados de dominação, a margem de liberdade é extremamente limitada".

'social puro', forma lúdica arquetípica de toda a socialização humana, sem quaisquer propósitos, interesses ou objetivos que a interação em si mesma". Ou seja, e conforme pontuam Oliveira e Vieira (2014:3), "dentro de um quadro mais amplo do pensamento de Simmel, a sociabilidade é uma forma". Finalizando aqui esta contextualização conceitual, temos em suas próprias palavras:

A sociabilidade demanda o mais puro, o mais transparente, o mais eventualmente atraente tipo de interação, **a interação entre iguais**. Devido a sua verdadeira natureza, deve criar seres humanos que renunciem tanto os seus conteúdos objetivos e assim modifiquem sua importância externa e interna, a ponto de se tornarem **socialmente iguais**. Cada um deles deve obter valores de sociabilidade para si mesmo apenas se os outros com quem interage também os obtêm. A sociabilidade é o jogo no qual se **"faz de conta" que são todos iguais** e, ao mesmo tempo, se faz de conta que cada um é reverenciado em particular, e "fazer de conta" não é mais mentira do que o jogo ou a arte são mentiras devido ao seu desvio da realidade". (SIMMEL, 1898: 173 - grifos meus)

Diante disto, e retomando a delimitação central, quando cogitamos a violência enquanto "forma de sociabilidade", e consideradas as ponderações acima, estaremos então a concebendo, em última análise, como uma "forma". Aqui, em um primeiro olhar, deparamo-nos com o que parece ser uma simples tautologia, no caso, uma "forma da forma", todavia se estão garantidos os diferentes sentidos destas "formas", tal como intentei elucidar, proponho então que admitir a violência enquanto "forma de sociabilidade" é deslocá-la para aquele primeiro lugar-sentido da "forma", isto é, o "algo que transporta", no caso, transporta a "sociabilidade", em sua perspectiva simmeliana.

Naquele deslocamento, e como visto antes, se o "transportador" é ou carrega em si mesmo aquelas mais diversas expressões da violência – a agressão física, a ofensa moral, as injúrias e os abusos das mais diversas naturezas – aquela "forma pura" da interação, a "interação entre iguais", ou seja, a sociabilidade, não poderá passar incólume. E não passará porque, e para o próprio Simmel (1898: 108), "a violência física direta destrói a liberdade", inclusive, em casos de relação entre ordenadores e subordinados; ou, como colocou Chauí (1984), a violência converte "uma diferença e uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, exploração, opressão"; isto é, opera "a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior". Aqui, portanto, partimos de um lugar onde a sociabilidade já se de-forma.

Assim, por exemplo, se, em uma dada relação interpessoal, as agressões físicas e morais são as formas mais habituais de mediação dos conflitos, sendo estes absolutamente previstos nas interações humanas, podemos falar então em uma “sociabilidade violenta”, isto é, em uma sociabilidade que se “deforma” a partir daqueles seus transportadores, a(s) violência(s). A propósito, estaria justo aqui o pressuposto que defendo a partir deste modo de concebê-la: o da possibilidade de se atuar preventivamente, intervindo sobre a violência enquanto “forma concreta” que “é” ou “transporta” as suas mais variadas expressões.

Trazendo isto então para a dimensão prática, e em termos de prevenção, seria, por exemplo, o caso de cogitar a possibilidade da seguinte reflexão entre pares em meio aos conflitos previstos na cotidianidade: há uma outra “forma” de solucioná-los ou minorá-los que prescindia de uma expressão qualquer de violência, sobretudo, a “física-moral” que aniquila qualquer espaço de autonomia-liberdade? Ou mesmo, antes disso, seriam possíveis meios de estimular ampla e coletivamente reflexões sobre o quanto de violência transportamos ou expressamos nas nossas ações cotidianas? Evidentemente, estou muito distante de satisfazer tais questões neste trabalho, todavia são aqui postas como balizadoras de uma profunda e, talvez inesgotável, reflexão sobre o prevenir a violência dentro de um tempo biográfico produtivo.

Antes de encerrar esta delimitação conceitual, cabe uma última ponderação: muito embora se admita aqui a violência como “dispositivo de controle aberto e contínuo” ou como “forma de sociabilidade”, e a significativa capilaridade que a mesma possa alcançar, há certa incompatibilidade em assim concebe-la e, simultaneamente, lidar com a polarização do mundo social em “macro” e “micro” dimensões, comumente vista entre aqueles que partilham daquele olhar. Clareio o motivo, mas não sem interrogar: onde exatamente estaria o “micro” e o “macro”? Onde podemos palpá-los, operacionaliza-los, confirmá-los ou refutá-los? Devo dizer que as perguntas também se inspiram na problematização que Latour (2012) faz em torno do “global” e do “local” – quando busca “aplainar o social” a fim de torná-lo novamente “rastreadável” – de modo que a reflexão pode ser aqui deslocada, guardadas as devidas particularidades:

[...] tão logo os locais que manufaturaram as estruturas globais são enfatizados, **toda a topografia do mundo social se modifica**. O **macro** já não descreve um local *maior* ou *mais* amplo em que o **micro** possa ser encaixado como as bonecas Matryoshka russas, mas **outro lugar igualmente local, igualmente micro, conectado a muitos outros por algum meio que transporta tipos de traços específicos**. Nenhum lugar é maior que outro, mas alguns se beneficiam de conexões bem mais

seguras com *mais* lugares. Esse movimento tem o efeito benéfico de manter a paisagem plana, pois o que antes, na sociologia pré-relativista, se situava “acima” ou “abaixo”, permanece lado a lado e inserido firmemente no mesmo plano dos outros locais que tentava superar ou incluir. **O que se ressalta muito mais vividamente são as conexões, fios, meios de transporte e veículos que ligam lugares.** (LATOURE, 2012, p. 255 – grifos meus e do autor)

Os últimos destaques tiveram o propósito frisar aquilo que ganha grande importância na perspectiva da ANT, e que contribuem com as reflexões sobre o objeto em foco, isto é: torna-se mais relevante saber sobre como **formas** e **meios** se conectam às variadas expressões da violência, inclusive, muitas vezes, em relações sinérgicas, do que polarizá-las artificialmente, onde supostamente se poderia ver, por um lado, efeitos de uma “violência estrutural” e, de outro, atos de “violência interpessoal”, por exemplo. Naquele primeiro esforço, a propósito, seria possível aumentar as expectativas de se ter uma maior clareza acerca dos processos e dinâmicas da violência que, na prática, seguem sobrepostos ou intrincados, muito provavelmente, na maioria dos casos.

Ademais, e ainda tomando como base aquele autor, com isto não se está negando que possam existir tipologias, hierarquias, abusos de poder e dominação. Muito pelo contrário: há mais de século, sabemos, estas assimetrias e distorções existem; e a própria violência – seja como repertório relacional, instrumento ou abstrações sentidas e significáveis – pode reforçá-las ou, no mínimo, as modulam em algum grau.

Isto posto, quando ponderei aquela incompatibilidade acima, estive apenas buscando evidenciar que a violência, inclusive, como uma “forma”, perpassa desde isto que chamam do “micro” quanto de “macro”; e que, na prática, pode ser muito difícil identificar estas duas dimensões, ou, pior, talvez, infértil fazê-lo, ainda que fosse possível. Partindo então para um exemplo que vem do campo, temos: as normas que vêm de um “nível macro” é de não se utilizar da “força física” em uma abordagem policial, exceto em determinadas circunstâncias, todavia foi possível presenciar um agente, na mais “micro” e quente relação do dia a dia, pisar nas costas do menino da comunidade rendido no chão antes de pedir a sua carteira de identidade ou mesmo agredi-lo fisicamente, como revela um dos nossos colaboradores, a propósito, um jovem negro morador:

[...] eu escapei, mas meus amigos não escaparam, porque é tomar porrada, eles não sabem revistar. Teve uma parte mesmo que, passaram na televisão e tudo. É, eles estavam fazendo greve, mas lá eles não fazem greve não. A televisão foi lá. Estes fizeram manifestação porque a PM estava indo lá, estavam batendo e estavam ainda gravando. Altas

horas da noite, eles chegavam na sede que tem lá, pegaram gente, gravou, eles revistando e batendo nas pessoas. Eles batem revistando, e dá aqueles tapas. Fico olhando assim, eu e meus amigos fica olhando. Teve uma época de São João que a gente apanhou porque estava com bomba. Eu apanhei da polícia, você não sabe como dói. (J1, 2014)

Ainda em face de situações como estas, se ainda insistirmos, o praça, de fato, pode representar o “macro” ali, na interação com aquele menino, em seu “micro” espaço. Isto é, ali, aquele policial pode “ser o Estado”, mas, para este “Estado”, consubstanciado em seus agentes institucionais, como a polícia, aquele único sujeito, mesmo assim tão “micro” – pior ainda se multiplicado em tantos outros “micros” – já encerra o potencial de constranger, em alguma medida, aquele “macro”, no caso, o “Estado”, que busca ali se representar. É justo em face destes “entremeios” que questionei: é sobre a violência enquanto uma **forma de sociabilidade** onde devemos nos debruçar, e seus desdobramento em atos concretos, ou será necessário, mais uma vez, reafirmar quem estaria em um suposto nível “micro” ou “macro” nesta interação? Será mesmo prioritário seguir confirmando que, “sim”, existem distorções do uso do poder e dominação nas relações interpessoais? Sim, existem, mas qual seria o passo além, de entendimento e de ações, uma vez que o problema prossegue “nebuloso” à despeito destas já tanto óbvias e um pouco “esgarçadas” constatações?

Finalmente, uma última ponderação a fazer pretende, nada mais, nada menos do que “dissolver” os agregados que aquelas abordagens tendem a tomar como, dados, prontos e inapelavelmente consolidados, tais como “grupos”, “sociedades” e o próprio Estado. E aqui o mesmo se aplica: isto não significa dizer que não possam existir concretamente tais agregados. Ao invés disso, e em consonância com o enfoque teórico escolhido, falemos mais em **movimentos permanentes de con-formação destes agrupamentos do que em definitivos e em cristalizações** que, inclusive, vetam qualquer possibilidade de reais e significativas transformações se admitimos o contrassenso daqueles homogêneos, prontos e essencialmente consolidados.

Buscando clarear, tomemos novamente o caso da violência. Se assumimos de uma vez por todas que a violência é de tal modo constitutiva do Estado, como então previsto desde aquelas perspectivas kantiana e weberiana; e, se este Estado foi, é, e sempre será o mesmo agregado “natural e essencialmente” dotado de um dado conjunto de certas características, dentre as quais, a prerrogativa do monopólio da violência, não há muito mais sobre o que reivindicar. Um instigante contraponto disto podemos encontrar em Bobbio quando, em suas últimas reflexões, debruçou-se sobre uma possível

nonviolenza – mais especificamente, a “não violência como uma virtude eminentemente política” – a partir da inspiração de filósofos italianos, tais como Aldo Capitini e Benedetto Croce, bem como em diálogos com pensadores desta “não violência” no campo político, como Enrico Peyretti e Giuliano Pontara. Este último autor, pontua:

[...] A não violência está dentro da política de um modo totalmente especial porque, dentre outros tantos motivos, usa métodos que não ameaçam os interesses vitais do opositor, mas sim métodos que tendem a humanizar o opositor, em vez de desumanizá-lo; e é deste modo que faz-se o canal através do qual a serenidade se converte em força, uma força distinta e que opera de modo distinto da violência. (PONTARA, 1994 citado por BOBBIO, 2011; p. 11).

Nestas palavras, estamos diante de um modo radicalmente diverso de lidar com o objeto: aqui, a violência nos parece mais “relativizada”, ou mesmo, mais “coisificável” em relação àquela prevista para o agregado estatal referido acima. Talvez, sobre este último, ainda possam retrucar: “mas não é possível falar em termos dos abusos da violência, seja pelo Estado, seja pelos particulares”? Todavia, pondero: será mesmo que temos, ao menos desde a emergência dos Estados modernos, como precisar, com alguma segurança, os limites entre os “usos” da violência e aquilo que vem a se configurar enquanto “abusos” deste mesmo dispositivo? A propósito, tem sido este o foco privilegiado nas Ciências Sociais ou aquele que afirma e reafirma que há mesmo violência, em alguma medida, nos diferentes níveis e relações assimétricas de poder e de dominação? Antes de eventuais rechaços, ressalto que estas são apenas algumas perguntas que me acompanharam no campo, e não afirmações precipitadas.

Evidentemente não tenho a pretensão de respondê-las aqui, nem ao final deste trabalho, mas de fato serviram-me mais de contraponto ou de boa inspiração: afinal, quando estamos falando de prevenção da violência, a qual violência estamos de fato nos referindo? Tal como intentei assinalar até aqui, estou falando da violência enquanto um “dispositivo” ou como uma “forma de sociabilidade” que está, em alguma medida, ao alcance e presente nas interações dos atores que segui. Tais atores, e não importa se um policial, um médico ou um pai de família, foram dispostos em um mesmo “plano” – sem querer com isto negar assimetrias – mas sim à guisa de tentar desnudar ao máximo este que é o objeto central dos esforços analíticos neste trabalho: a sociabilidade violenta e as suas ações de prevenção.

4.2 PREVENÇÃO: UMA NOÇÃO CHAVE

Autores contemporâneos têm associado a noção de “prevenção”, amplo senso, à área da saúde, mais especificamente, à disciplina epidemiológica, tal como nos aponta Silveira (2014: 540): “a prevenção tem suas raízes na epidemiologia, a qual lança mão de estudos prospectivos para identificar fatores de risco e proteção para agravos, incluindo os decorrentes da violência” e, de grande interesse deste trabalho, “estudos experimentais e quase experimentais para avaliar a eficácia e a efetividade dos programas de prevenção” (SILVEIRA, 2014: 240). Antes pois de avançar nestas possibilidades de relações mais estreitas entre a “prevenção” e os “programas de prevenção da violência”, é útil revisitar, mesmo que brevemente, a gênese daquela noção que suscita o presente estudo.

A prevenção, “enquanto conceito aplicado a políticas públicas, emergiu no campo da saúde, na década de 1950, com as teorizações de Hugh Leavell e Edwin Clark (1958)”, de acordo com as quais é possível ‘antecipar, preceder ou tornar impossível por meio de uma providência precoce o desenvolvimento de doenças e agravos à saúde’ (SILVEIRA, 2014: 540). Nas próprias palavras daqueles autores, o termo “prevenção”, tal como utilizaram na sua obra mais conhecida – Medicina Preventiva – “tem o significado que tinha na época elizabetana, qual seja, ‘vir antes ou preceder’, coincidindo, ainda segundo eles, com a definição de dicionário à época, a saber: “antecipar, preceder, tornar impossível por meio de uma providência precoce” (LEAVELL e CLARK, 1976: 17).

E é justo sobre esta ideia de “providência precoce” que o clássico modelo proposto por aqueles dois autores se desdobra, assentando-se, por sua vez, nos “níveis de prevenção”, amplamente mobilizados dentro e fora da área da saúde, a exemplo da segurança pública, como discorre aquela primeira e outros pesquisadores, aos quais recorro mais adiante. Por ora, voltemos o olhar novamente à emergência do conceito, especialmente, nos moldes tais como permanece acionado na atualidade, mas que se consolidou fortemente no bojo da chamada “Medicina Preventiva”.

A tese de Sérgio Arouca, em suas densas e críticas reflexões acerca do que chamou de “dilema preventivista”, publicada então na eferescente década de 1970, apresenta interessantes registros de “condutas preventivas” ao longo da história, embora o seu foco estivesse mais direcionado aos “discursos preventivistas” e à Medicina

Preventiva, compreendida por aquele autor enquanto um “movimento ideológico”. Ainda assim, é neste empenho que podemos encontrar algo como:

[...] quando, em contato inicial, identificamos as condutas preventivas com a medicina preventiva, podemos encontrar as origens daquelas em remotos tempos históricos, pois elas acompanharam a evolução da própria medicina. Nas civilizações primitivas, onde a medicina era religiosa e mágica, a prevenção da ocorrência de enfermidades estava naturalmente ligada a um mundo sobrenatural, constituído de deuses e espíritos. [...] A medicina egípcia, por exemplo, possuía conhecimentos sobre a inoculação humana contra a varíola, a associação entre a peste bubônica e ratos, bem como um adequado sistema de proteção à infância (LEFF, 1953). A medicina grega, com Hipócrates, para citarmos outro exemplo, levava em consideração, na determinação das doenças, o clima, a alimentação e as águas; e, ao passo que privilegiava a visão holística do ser humano, criticava a escola médica de *Cnidos*, que se concentrava sobre o órgão afetado pela doença. Poderíamos continuar investigando, na história da medicina, a história das condutas preventivas; seria interessante seguir sua evolução através da medicina romana com suas obras sanitárias, das prescrições preventivas existentes em documentos religiosos – como a Bíblia e o Alcorão - e, prosseguindo, poderíamos adentrar pela medicina das espécies até o nascimento da clínica, atingindo o interior da medicina microbiana do século passado. Todavia, sem desprezar esse importante aspecto, preferimos partir da premissa de que **a história das ciências é, basicamente, a história das ideias e de que estas encontram sua especificidade na relação que possuem com a estrutura social que as gerou e permitiu seu aparecimento.** (AROUCA, 1975: 8 – grifos meus)

Nesta citação, vemos que os sinais do agir preventivamente – no sentido das tentativas de se antecipar à manifestação de eventos potencialmente nocivos à vida – datam de tempos longínquos, e que parecem de fato fortemente atrelados à dimensão da saúde humana, embora, talvez, não exclusivamente. Já os destaques que faço ao final pretendem outra coisa: justo quando Arouca envereda pela perspectiva que o conduz ao mundo dos “contextos sociais” – ou, como ele mesmo prefere, por “determinar, em dado contexto social, a que tipo de racionalidade o conceito pertence” – a opção teórica feita no presente estudo nos levaria – e poderá nos levar em oportunas pesquisas – a insistir um pouco mais no teor daquelas práticas preventivas, escavando o que elas ainda teriam a nos informar sobre as recorrências e regularidades sobre o agir preventivo que flagramos hoje entre os atores no território em questão, ou em qualquer outro lugar. Mas, como dito, este seria um outro estudo, no caso, mais historiográfico do etnográfico, e os nossos objetivos aqui, conforme exposto na introdução, são outros.

Caminhando um pouco mais com Arouca (1975), é também nos seus resgates que temos o reconhecimento das seguintes contribuições: “os princípios teóricos deste movimento (ideológico) acham-se sistematizados por Leavell e Clark (1965) em sua obra *Medicina Preventiva para o Médico em sua Comunidade*”. E aqui há uma bifurcação das ênfases: enquanto Arouca irá desnudar princípios e corolários desta Medicina à guisa dos seus interesses de investigação, irei voltar a atenção ao teor de tais contributos, uma vez que, passados pouco mais de meio século da obra deste par, e em que pesem possíveis críticas e limitações, ou mesmo, avanços e refinamentos de certas ideias, apresenta ainda um modelo fortemente mobilizado, tal como frisei no início desta subseção.

Aquela obra, então considerada um referencial, traz solidamente, além dos seus princípios básicos, algumas orientações de aplicação destes em diferentes direções, e também oferece pistas sobre alguns aspectos caros à organização e à oferta de serviços que se mostram ainda sensíveis e desafiantes, a exemplo das complexas questões do financiamento dos sistemas de saúde vistas nos dias de hoje. Curiosamente, e de especial interesse a este estudo, na seção dedicada às aplicações, já nos defrontamos com um capítulo dedicado à “prevenção da lesão e da morte por acidente”, assinado por McFarland e Moore (1965), onde estes autores antecipam, àquela época, os principais fatores de risco relacionados às ditas “causas externas”, isto é, as violências e acidentes, tais como a influência do álcool nos eventos mórbidos ou letais automobilísticos e a relação entre acesso a armas de fogo e as taxas de suicídios e homicídios.

Mas é revisitando os princípios básicos que nos deparamos com a atualidade de boa parte dos pressupostos e também o potencial de aplicabilidade destes, os quais, diga-se de passagem, instigariam os fundadores da Teoria Ator Rede, e torno mais claros os motivos desta afirmação. Assim, antes de chegar ao nosso núcleo de interesse do modelo – aos “níveis de prevenção” propriamente ditos – valem algumas considerações.

Em primeiro lugar, no empenho de definir os conceitos, Leavell e Clark percorrem duas vias: uma de aclarar os objetivos da chamada Medicina Preventiva, outra de identificar possíveis convergências entre esta e outros dois movimentos igualmente burilados àquela época, a Medicina Social e a Medicina Comunitária. Ou seja, diversamente de uma forte tendência vista ao longo do último século, em especial, entre os mais inspirados nas perspectivas marxistas e pós estruturalistas, aqueles autores optaram por um olhar, digamos, mais “pragmático”⁶ sobre a Medicina Preventiva em seus

⁶ Pragmatismo aqui entendido, amplo senso, tal como colocou Guerra (2013: 42), concebendo-o como “um tipo de pensamento que sustenta a práxis cotidiana, já que incorpora uma determinada

pressupostos e operacionalidade. Com isto quero dizer que, antes de “vasculhar” as prováveis intenções, relações e ideologias de base – e não necessariamente as negando existência ou importância – os esforços estiveram mais direcionados a descrever aquele movimento que tinha como um dos fundamentos o agir preventivamente no campo da saúde e os termos da operacionalidade deste agir.

Justo aqui já cabe sublinhar o que seria plausível desde uma abordagem em Teoria Ator Rede, isto é: o foco também não estaria nos tais “contextos sociais” ou nas “caixas pretas” das intenções e tipos de relações que “regem” ou “reagem” a este tal “mundo social”, mas sim nas “substâncias” e na “concretude” (opondo-se aqui às ideologias) que conformam um dado objeto ou recorte de realidade. Deslocando para o caso da Medicina Preventiva seria também a sua “matéria prima”, isto é, os seus instrumentos e rol de ações, os seus objetivos e as expectativas de interações, e não os “bastidores” ideológicos ou estruturantes, que estariam sob um olhar mais atento e ávido por captar e descrever.

Do mesmo modo confluyente está o conceito de saúde de onde partem aqueles autores ao defender a “saúde como um estado relativo”. Assim, já àquela época, hesitaram à clássica e revisitada proposição da OMS que considera a saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social” em contraposição à “mera ausência de moléstia ou enfermidade”, isto é, admitem assim um horizonte tão distante, tão inatingível, tal como tem sido atualmente problematizado por algumas correntes, embora se reconheça o papel ou o efeito de tal amplitude no nortear as políticas sociais de caráter mais universalista e integral. Leavell e Clark (1976), por sua vez, recorreram ao que consideraram então um “conceito mais dinâmico”, proposto por Perkins, em 1938:

Saúde é um estado de relativo equilíbrio de forma e função do organismo, que resulta de seu ajustamento dinâmico satisfatório às forças que tendem a perturbá-lo. Não é um inter-relacionamento passivo entre matéria e as forças que agem sobre elas, mas uma resposta ativa do organismo no sentido do reajustamento. (PERKINS, 1938 citado por LEAVELL e CLARK, 1976: 11)

Este reposicionamento conceitual, e agregando então a relatividade nele contido, parece ter gerado, naqueles autores, o entendimento de que, ao invés de um estado

racionalidade que consiste no modo de pensar a realidade na sua imediaticidade e de agir sobre ela”; ou como Joas (1999: 132) o situou enquanto uma “filosofia da ação” que, na sociologia, “desenvolveu o conceito de ação”, contribuindo para a “compreensão da intencionalidade e da sociabilidade”.

absoluto e, por isso mesmo, “inatingível”, “todos têm algum grau de saúde: os que se encontram em excelente condição, sem qualquer queixa, os que estão razoavelmente bem, os que se sentem abaixo do normal e os que estão realmente enfermos” (LEAVELL e CLARK, 1976: 11). Isto posto, afirmam que é possível então “pensar sobre a saúde, assim como sobre a doença e a invalidez, como uma escala graduada”. É justo a partir desta ideia de gradação que se desdobra nos “níveis de prevenção” que veremos adiante. Ademais, e de modo significativo para as aproximações que estou aqui empreendendo, a saúde “pode ser afetada por **agentes patológicos animados e inanimados**, pelas características inerentes ou adquiridas pelo homem e pelos muitos **fatores do meio ambiente** em que vive” (LEAVELL e CLARK, 1976: 11 – grifos meus).

Os grifos acima ressaltam os aspectos que endossam as possibilidades de aproximação entre os pressupostos destes autores e a ANT, afinal estamos incluindo, além do mundo social onde humanos modulam as ações e interações, mas também os “agentes inanimados” e “fatores do meio ambiente” no universo das “explicações” sobre os fatos aos quais se pretende intervir. E é nesta perspectiva que aqueles autores irão discorrer toda a sua argumentação de modo a privilegiar, em algum grau, a “doença”, entendida enquanto “processo”, incorporando também o pressuposto da “múltipla causalidade”. Tanto assim que a base sobre a qual se desenvolverão os “níveis de prevenção” está no famoso modelo da História Natural da Doença, detalhadamente descrito naquela obra.

Evidentemente, adaptações foram feitas por pesquisadores da temática para se pensar a prevenção da violência desde esta perspectiva, uma vez que não estamos falando de uma doença *stricto sensu*⁷, embora esta possa decorrer de eventos violentos, daí seus impactos fortemente sentidos pelo setor saúde, tal como apontado na introdução. Ademais, a expectativa desta pesquisa foi de também contribuir com estas reformulações, acrescido o fato de estar adotando aqui a abordagem da ANT para este repensar a prevenção da violência. Veremos então a partir daqui algumas das adaptações, buscando atender à especificidade do nosso objeto, todavia já ressaltando que, em muitas delas, a dimensão preventiva do crime⁸, e não somente da violência, é incluída porque, muitas vezes, imbricadas.

⁷ Aqui no sentido da “condição biopatológica”, como nas *disease*, categoria proposta pela Antropologia Médica, em contraposição às acepções mais subjetivas da doença como enfermidade (*illness*) ou como processos sociais (*sickness*).

⁸ Muito embora “crime” e “violência” sejam, sociológica ou juridicamente, categorias bastante distintas uma da outra – e em que pese que a primeira possa comportar a segunda, e esta pode vir a se configurar enquanto crime ou se desconfigurar como tal, apontado o caráter dinâmico e

Volto-me à publicação do denso e amplamente divulgado Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, publicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no início deste século. De acordo com Peres (2014: 448), é neste documento onde encontramos estabelecidos amplamente “os parâmetros que delimitam, segundo a OMS, a abordagem da saúde pública à violência”, tendo, como assinala aquela autora, a **prevenção** como “**objetivo último das ações no campo**” (PERES, 2014: 448 – grifos meus).

Naquele relatório, portanto, encontramos fartas informações acerca do fenômeno e, já se destaca em seu capítulo de abertura, o seguinte pressuposto: “a violência pode ser evitada”. E mais: “não se trata de uma questão de fé, mas de uma afirmação baseada em evidências” (KRUG et al., 2002: 3). Tais evidências se referem a ações de prevenção realizadas em determinadas localidades, a exemplo da cidade de Cali, na Colômbia, cujos índices de homicídio reduziram em 30% em um intervalo de três anos, na década de 1990, em decorrência da implementação de um programa de múltiplas vertentes de ação, dentre elas, a proibição do porte de armas de fogo, segundo os destaques da própria OMS (2002). Em termos da abordagem preventiva, a OMS também adota o modelo dos níveis de prevenção, e desde uma perspectiva temporal, a saber:

Prevenção primária - abordagens que visam a evitar a violência antes que ela ocorra. **Prevenção secundária** - abordagens que têm como foco as respostas mais imediatas à violência, tais como assistência pré-hospitalar, serviços de emergência ou tratamento de doenças sexualmente transmitidas após um estupro. **Prevenção terciária** - abordagens que visam à assistência em longo prazo no caso de violência, tais como reabilitação e reintegração, e tentam diminuir o trauma ou reduzir a invalidez de longo prazo associada à violência (DAHLBERG e KRUG, 2002: 37 – grifos meus).

É notório que este modo de conceber a prevenção da violência põe em relevo tanto o fator temporal quanto o fato em si, a exemplo da violência de natureza sexual enfatizada na descrição. Da definição, sublinho ainda o caráter dinâmico da abordagem preventiva, isto é, temos a possibilidade da prevenção antes, durante e depois de um dado evento ocorrido, nestes dois últimos tempos, no sentido das estratégias de minorar os possíveis danos progressivos decorrentes. Abrindo um espaço para a incorporação

mutável de ambas – há autores que apontam certa tendência de sobreposição e/ou de confundimento entre elas, tal como nos apontou Minayo (2005), afirmando que a “violência criminal é aquela que predomina na consciência contemporânea”.

desta classificação da abordagem preventiva feita pelo setor da segurança pública, Silveira (2014: 540 – 1) apresenta uma sistematização, condensada no quadro abaixo:

Quadro 1 – Níveis de prevenção da violência no campo da segurança pública

Prevenção primária
Busca-se, neste nível, evitar o crime e a violência antes que ocorram por meio de medidas que se dirigem à população como um todo. Essas medidas podem implicar intervenção no meio ambiente físico e social, abordando os fatores que podem provocar o crime.
Prevenção secundária
Tratam-se de ações dirigidas para grupos identificados como potenciais agressores ou vítimas, por seu grupo etário, local de moradia, estilo de vida, circunstâncias socioeconômicas e outros fatores, ou seja, grupos que por sua maior tendência/vulnerabilidade ao crime merecem mais atenção. Exemplificam medidas desse nível os programas nos quais os moradores organizam grupos que vigiam as vizinhanças, projetos que visam interferir em comportamentos problemáticos de grupos de jovens, antes que eles conduzam a comportamentos criminosos, e projetos e programas que buscam garantir suporte social a jovens vivendo em áreas de risco.
Prevenção terciária
Neste nível estão as ações de prevenção terciária com abordagens voltadas para cuidados de longo prazo com reabilitação e reintegração de vítimas e agressores, esforços para atenuar ou reduzir a deficiência, no longo prazo, associada à violência, suporte às vítimas e suas famílias, compensação, reparação, etc.

Fonte: adaptada de Silveira (2014) e Krug et al. (2002)

Ainda sobre a abordagem descrita acima, Silveira (2014: 541) acresce inspirada nas contribuições de Mesquita Neto et al. (2004): “as ações dos três níveis de prevenção são com frequência implementados concomitante e de forma mais ou menos integrada”. Além desta clássica forma dos três níveis, e de volta à OMS, esta também adota outras possibilidades, como colocou Peres (2014: 450), nas quais encontramos tanto a tipificação da prevenção em função das “características do grupo alvo”, ou seja, do perfil dos grupos aos quais as ações se dirigem, quanto encontramos também o que é denominado de “nível de risco do modelo ecológico”. O quadro abaixo sintetiza:

Quadro 2 – Formas de classificação dos tipos de prevenção

Características do grupo-alvo
Universais – Medidas que se aplicam a toda a população, independente do risco, a exemplo das medidas para controle do porte e uso de armas de fogo, campanhas na mídia sobre violência familiar, alterações no currículo escolar com introdução de temas relacionadas com prevenção à violência.
Selecionadas – Medidas que se aplicam a grupos de pessoas identificados como estando sob risco de envolvimento com a violência – como vítima ou perpetrador – a partir da presença de fatores de risco, a exemplo de programas para a inclusão de jovens residentes em áreas com concentração de desvantagens no mercado e trabalho formal, programas de tratamento do uso abusivo de drogas.
Indicadas – Medidas que se aplicam a pessoas em situação de violência, como vítimas ou agressores, a exemplo dos programas de atendimento especializado para mulheres em situação de violência doméstica e perpetradores de violência doméstica.
Nível de risco do modelo ecológico
Individual – Medidas voltadas para a redução de exposição a fatores de risco individuais ou para a mudança de comportamentos individuais que resultam em maior exposição a riscos, a exemplo do uso abusivo de drogas, abuso e violência contra criança.
Relacional – Medidas que têm como objetivo interferir e modificar padrões de relacionamento pessoais próximos, a exemplo de programas voltados para o desenvolvimento de habilidades parentais e reforço de vínculos familiares.
Comunitária – Medidas voltadas para a modificação de características dos contextos comunitários que se mostram associados a maior risco de vitimização violenta, a exemplo de medidas de urbanização dos espaços públicos, iluminação pública, intervenções nos ambientes escolares e ocupacionais.
Social – Adoção de ações, programas e políticas que objetivem a redução das desigualdades (sociais, de gênero, etc.), assim como a alteração de atitudes e práticas culturais violentas, a exemplo de campanhas e a promulgação de leis e estatutos que garantam direitos civis e políticos a grupos desfavorecidos ou minoritários, dentre outras.

Fonte: adaptada de Peres (2014) e Krug et al. (2002)

Do mesmo modo, no setor da segurança pública, há outras formas de classificar a abordagem preventiva da violência e do crime. Evidentemente, e sem pretender exauri-las, destaco aquela que contempla quatro estratégias, com linhas de ação bastante diferenciadas, tal como Silveira (2014: 541) também contemplou em sua revisão. Antes, é importante notar a ênfase dada à noção de “risco”, bem como o modo como é manejada nesta sistematização, aspectos que discuto mais à frente:

Outra classificação bastante conhecida dos programas de prevenção aponta quatro estratégias (Tonry e Farrington, 1995). A primeira pode ser chamada de prevenção da evolução criminal e baseia-se na identificação de **fatores de risco** para o envolvimento recorrente em eventos criminosos, seja na situação de autor, seja na de vítima. Os programas desta linha tentam evitar o desenvolvimento do potencial criminoso dos indivíduos, a partir da intervenção sob **fatores de risco** (déficits neurológicos e cognitivos, impulsividade, desordem de conduta e agressão, esquizofrenia, uso de drogas, etc., e outros fatores associados ao comportamento antissocial e criminoso) e **fatores de proteção**

identificados em estudos sobre o desenvolvimento humano. Os programas buscam ainda a melhoria das condições ambientais de forma a facilitar o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente. O segundo modelo é o da prevenção situacional, que promove intervenções destinadas a prevenir o crime por meio da redução das oportunidades, aumento do risco e das dificuldades para se cometer o crime (Clarke, 2009). O terceiro grupo, a prevenção comunitária, diz respeito às intervenções que alteram as condições sociais e institucionais que podem gerar um comportamento criminoso (no âmbito das famílias, vizinhanças, normas, clubes, organizações, etc.). E, por fim, a quarta modalidade, conhecida como de prevenção criminal, está baseada nos órgãos do sistema de justiça criminal e busca reduzir o crime por meio da detenção, ressocialização, incapacitação e reabilitação, produzidas pela aplicação da lei. (SILVEIRA, 2014: 541)

Outro elemento que é importante ressaltar refere-se ao modo de abordar e de intervir sobre a violência, o qual se assenta no pressuposto da **causalidade**. Tanto assim que, para a OMS (2002), a abordagem da saúde pública sobre a violência se estrutura em quatro etapas, as quais podem ser sintetizadas como: a do diagnóstico descritivo; a do diagnóstico etiológico; a da implementação e avaliação de estratégias de prevenção; e a da divulgação e replicação das ações preventivas mais exitosas (PERES, 2014: 448).

O componente descritivo objetiva “conhecer a magnitude e a distribuição em grupos populacionais” do problema, detalhando esta distribuição em função das mais diversas variáveis, tais como características sócio demográficas, geográficas, temporais, entre outras. Já o diagnóstico etiológico, e daí a ênfase sobre a causalidade, refere-se à “identificação de fatores de risco e/ou proteção” relativos à ocorrência de eventos violentos (PERES, 2014: 448; KRUG, et al. 2002). As demais etapas voltam-se às ações preventivas, à avaliação e à reprodução destas.

Ainda em relação àquela dimensão etiológica da abordagem, é importante assinalar que, desde seus primeiros empenhos de assimilação da violência enquanto um problema de saúde pública, a OMS – e tantos outros atores nela inspirados, como o caso do Ministério da Saúde no Brasil – admitem a complexidade do fenômeno da violência e, no empenho de a esta contemplar, a traduzem em termos de multicausalidade. Esta, por sua vez, busca se expressar no denominado *modelo ecológico*, o qual, de acordo com a OMS (2002), concebe a violência como o “resultado da complexa interação de fatores individuais, de relacionamento, sociais, culturais e ambientais” (KRUG et al., 2002: 12).

Por ora, detalho um pouco mais este modelo e os fatores que o compõe, todavia, tecendo, ao longo, algumas ressalvas, em virtude da abordagem teórica adotada neste estudo. De acordo com Krug et al. (2002: 12), o modelo ecológico foi introduzido pela

primeira vez no fim da década de 70 do século passado e foi, *a priori*, aplicado aos casos de violência infantil e juvenil, sendo ampliada a sua utilização, mais recentemente, para outros grupos, como entre parceiros íntimos e idosos (*idem*). Ainda segundo aqueles autores, o modelo “explora a relação entre fatores individuais e contextuais, e considera a violência como o resultado de vários níveis de influência sobre o comportamento” (KRUG et al. 2002: 12).

Via de regra, o modelo ecológico é representado através de uma configuração espacial que hierarquiza estes fatores, a despeito da assinalada interação entre eles, como pode ser observado na figura 1. Em que pese a ampla adesão a este referencial explicativo, a ressalva a ser feita aqui se refere à dificuldade de se isolar e, por conseguinte, de operar, na prática, os fatores dispostos hierarquicamente no modelo, muito embora a interação entre eles seja reivindicada por esta abordagem. Soma-se a isto a o fato de encontrar uma grande heterogeneidade entre os fatores abarcados em um mesmo patamar de “condicionantes”, tal como apresenta o próximo quadro.



Figura 1 – Modelo ecológico adotado pela Organização Mundial de Saúde (Fonte: Krug, 2002)

Quadro 3 – Composição dos níveis do modelo ecológico

Nível individual
Busca identificar fatores históricos – biológicos e pessoais – que uma pessoa traz em seu comportamento. Além dos fatores biológicos e demográficos, são levados em consideração outros fatores tais como impulsividade, baixo rendimento escolar, abuso de substâncias (tóxicas) e histórico de agressão e abuso. Em outras palavras, este nível do modelo ecológico se concentra nas características da pessoa que aumentam a possibilidade de ela ser uma vítima ou um perpetrador da violência.
Nível relacional
Explora como as relações sociais próximas – por exemplo, relações com companheiros, parceiros íntimos e membros da família – aumentam o risco para a vitimização violenta e perpetração da violência. Nos casos de violência de parceiro e maus tratos à criança, por exemplo, a interação quase diária ou o convívio em casa com alguém que pratique abuso podem aumentar a oportunidade de confrontos violentos.
Nível comunitário
Analisa os contextos comunitários em que as relações estão embutidas – como escolas, locais de trabalho e vizinhanças – e busca identificar as características desses cenários que estão associadas ao fato de a pessoa ser vítima ou perpetrador da violência. Um alto nível de mobilidade residencial (em que as pessoas não ficam por muito tempo em uma mesma moradia e mudam-se muitas vezes), a heterogeneidade (população muito diversa, com pouco “vínculo” social que una as comunidades) e alta densidade populacional são exemplos dessas características e todas têm sido associadas à violência.
Nível social
Analisa os fatores sociais mais amplos que influenciam os índices de violência. Aqui se incluem os fatores que criam um clima favorável à violência, os que reduzem as inibições contra a violência e aqueles que criam e sustentam lacunas entre os diferentes segmentos da sociedade – ou tensões entre diferentes grupos ou países. Os principais fatores sociais incluem: normas culturais que apoiam a violência como uma forma aceitável para solucionar conflitos; atitudes que consideram o suicídio como uma questão de escolha individual em vez de um ato de violência que pode ser evitado; normas que dão prioridade aos direitos dos pais sobre o bem estar da criança; normas que reafirmam o domínio masculino sobre as mulheres e crianças; normas que validam o uso abusivo da força policial contra os cidadãos; normas que apoiam os conflitos políticos. Os fatores sociais mais amplos incluem ainda as políticas de saúde, educacionais, econômicas e sociais que mantêm altos os níveis de desigualdade econômica e social entre os grupos na sociedade.

Fonte: adaptada de Peres (2014) e Krug et al. (2002)

Neste quadro, podemos observar a diversidade de elementos que compõe os níveis do modelo, reconhecendo entre eles, fatores que têm sido ampla e reiteradamente associados à ocorrência de violência, a exemplo da vigência de normas que aprofundam conflitos e dominação entre as relações interpessoais na “casa” ou na “rua”, tal como nos mostrou o estudo sobre aspectos transculturais da violência, feito por Rosemary Gartner, na década de 1990. Neste sentido, e segundo os empenhos explicativos desta autora, a variação transcultural da violência é devida a diferenças na extensão pela qual as

sociedades toleram ou exaltam comportamento agressivo de indivíduos e atos violentos por parte do Estado, bem como distribuem equitativamente renda e riqueza, e ainda, como as violências são caracterizadas pelas instituições sociais e políticas que ligam seus membros a redes de interdependência mútua e obrigação comum (GARTNER, 1996).

Em contraposição, e como se pode verificar na heterogeneidade dos elementos contidos no modelo ecológico, exposta naquele último quadro, torna-se admissível que um fator de risco dito “social” seja também de natureza “cultural”, a exemplo do comportamento machista como risco para a ocorrência da violência de gênero, assim como, neste mesmo “pacote” do social, estarem contidas também as desigualdades econômicas e conflitos políticos enquanto fatores de risco “sociais”. Esta é, como visto anteriormente, uma das críticas basais da ANT à maciça recorrência ao “social” como agregador de múltiplas coisas que não necessariamente estão, *a priori*, agregadas, o que pode conduzir, muitas das vezes, à superficialidade analítica do objeto e/ou à dificuldade em operar com especificidade e resolutividade em termos de intervenção preventiva.

Outro aspecto passível de problematização diz respeito ao próprio efeito que a utilização inadequada do conceito de risco pode gerar, tal como alguns autores, dentro e fora da Epidemiologia, já lograram desvelar. Assim, se voltarmos às origens do seu uso na acepção epidemiológica mais radical, o conceito “surgiu no contexto do estudo de doenças transmissíveis, pois a identificação de microrganismos não foi suficiente para explicar totalmente as causas da sua ocorrência”, como pontou Dina Czeresnia (2004: 448), inspirando-se nas reflexões de Susser sobre o pensamento causal nas ciências da saúde feita lá na década de 1970. E segue exemplificando aquela primeira autora: “nem todos os indivíduos que entram em contato com os microrganismos adoecem; os que adoecem não apresentam a mesma gravidade”, constatações estas que sugeriram o uso da estatística a fim de “buscar avaliar a probabilidade da interferência de outros fatores no processo” (CZERESNIA, 2004: 448).

Ainda segundo esta autora, com o crescimento progressivo das doenças não transmissíveis, a partir do pós segunda guerra, e, simultaneamente, com o amadurecer do conceito e das técnicas de cálculo de risco, os “modelos estatísticos, aplicados a **teorias biológicas**, passaram a ter cada vez mais desenvolvimento e aprimoramento” (CZERESNIA, 2004: 448 – grifos meus). Os grifos que faço desta colocação são para enfatizar que, não obstante a extrapolação do uso estatístico para situações onde a dinâmica do adoecimento relaciona-se a fatores para além da interação hospedeiro-microrganismo, ainda assim estamos no âmbito das “teorias biológicas”, de modo que, a

transposição para o universo complexo das violências, quando então compreendidas como um “problema de saúde pública”, tem revelado limitações e certos “efeitos colaterais”, sobre os quais discuto mais adiante. Por ora, e sublinhando ainda mais a especificidade do conceito de risco, temos:

A construção de métodos de avaliação de riscos tem a **experimentação** como critério básico de rigor e legitimidade científica. No trabalho experimental, a lógica é **controlar todos os fatores** que podem interferir na experiência, criando-se condições de observar uma **relação de causa e efeito**. O ideal experimental é poder **comparar a causa com a não causa**, estando todas as outras condições sob controle. Para inferir o risco de um ou um grupo de fatores, deve-se buscar observá-lo independentemente dos demais (CZERESNIA e ALBUQUERQUE, 1995). Construir um modelo para medir o efeito de uma causa, ou um conjunto de causas, exige um **processo de “purificação”**. É necessário assumir algumas premissas que viabilizam o modelo, isolando os elementos que deseja observar. Este processo constrói uma **abstração** do fenômeno estudado. Na medida em que o modelo é construído, o fenômeno passa a ser apreendido mediante uma **representação, que reduz sua complexidade** (STENGERS, 1990). A construção da representação é inerente à lógica do modelo, e é justamente a **simplificação** que viabiliza a sua **operacionalização**. A abordagem de risco, por mais que se tornem mais complexos os modelos de análise, **reduz, desconsidera aspectos dos fenômenos estudados**. (CZERESNIA, 2004, p. 448 – 9; grifos meus).

Esta citação, e os destaques feitos nela, tornam evidentes os critérios conferidos a este modelo de análise, bem como o que se compreende enquanto “risco” *stricto sensu*. O uso deste conceito fora destas condições e deste propósito desagua em duas tendências observáveis, a saber: uma que desvirtua o conceito do que realmente ele se pretende e pode alcançar; outra, e ainda mais relevante, não atende às necessidades de compreensão do objeto que se busca elucidar e, subsequentemente, intervir, uma vez desconsiderados seus critérios basais. No caso da violência, é então de se questionar: como um modelo que, propositadamente, “reduz a complexidade” dos fenômenos para fins operativos pode responder às demandas de um objeto complexo como tal?

Sem pretender exaurir aqui as respostas possíveis a tal indagação, elejo dois caminhos neste empenho, um que confirma a viabilidade do uso desta abordagem, outro que a torna infecunda. Na primeira, e aqui em plena convergência com os pressupostos da Teoria Ator Rede, é sim cabível se falar em risco no universo da violência, se o uso deste é tal e como prescrito conceitual e tecnicamente, sendo ainda o pesquisador cômico das suas potencialidades e limites. Assim, quando a abordagem do risco procede

com a “experimentação”, com o “controle” de fatores, com os esforços de “purificação” das condições, entre outros artefatos técnicos na expectativa de se desnudar uma dada relação entre uma coisa e outra, estamos então diante da sua potencialidade. Guardadas as particularidades, a ANT, possivelmente, leria tal abordagem em termos de esforços de “aplainar”, isto é, de tornar “plano”⁹ um dado recorte de realidade à guisa de se poder fazer enxergar, no caso, uma dada relação de causa e efeito, em meio ao turbilhão de coisas e processos, não desconsiderando, todavia, que, na realidade, tudo isto esteja ali.

Traduzindo em exemplo, podemos falar em fator de risco no universo dos estudos sobre a violência, e com a devida segurança, quando nos reportamos ao acesso às armas de fogo. Assim, tal como colocou Peres (2014: 452), “são muitos os estudos que demonstraram que a disponibilidade de armas de fogo constitui-se em importante fator de risco para as mortes por homicídios”, recorrendo aqui a estudos que, de fato, acionaram a abordagem de risco para corroborar com esta associação. É o caso da pesquisa de Weibe (2003: 771), onde buscou analisar os riscos de suicídio e homicídio associados à presença de armas de fogo em casa, em um estudo de caso-controle de abrangência nacional, concluindo que homens que portam armas de fogo em suas residências têm maior chance de envolvimento em homicídios e, pelo menos, duas vezes maior entre as mulheres com o mesmo acesso doméstico.

Já aquele caminho infértil do uso da abordagem do risco – ou que, na pior das hipóteses, produz certas “ervas daninhas”, como o caso de estigmas e segregações – encontra contundentes críticas nos mais variados graus. Neste empenho, Ruotti, Massa e Peres (2011) revisitaram os problemas ocasionados quando do uso da abordagem dos “grupos de risco”, no contexto da emergência do HIV, nos anos 1980. Dentre tais problemas, os processos de estigmatização que recaíram sobre estes “grupos de risco” foram, indubitavelmente, um daqueles “efeitos colaterais” que o manejo inadequado do conceito acarretou. Nas resgastes daquelas autoras, temos:

Cabe ressaltar que este processo de estigmatização, evidenciado nos clássicos quatro H’s (homossexuais, hemofílicos, heroinômanos e

⁹ Esta ideia advém das reflexões em ANT acerca das formas de abordagem das interações e dos vínculos sociais a partir de um reposicionamento de duas polarizações frequentemente vistas em correntes teóricas das Ciências Sociais, nas quais somos “forçados a migrar constantemente entre dois tipos de lugares – a interação local e o contexto global” (LATOURETTE, 2012: 239 – 40). Apontando a inviabilidade de se atender a tais dimensões, ao menos, nos moldes convencionais, é que este autor apresenta a “solução explorada pela ANT” que perpassa a necessidade de “manter o domínio do social completamente *plano*”, isto é, de devolver à capacidade investigativa das Ciências Sociais o seu “principal fenômeno”, qual seja a “própria produção de lugar, tamanho e escala” (LATOURETTE, 2012: 248 – grifos do autor). Mais detalhes deste movimento vemos neste autor.

haitianos), estruturou-se, de acordo com Ayres et al. (2003), a partir da transformação sofrida pelo conceito de risco, que passou de uma categoria analítica de inferência causal (e, portanto, eminentemente abstrata e coletiva), para uma categoria operacional de caráter individualizante – que se fazia reconhecer pela presença de características que marcavam a pertinência de sujeitos a determinados “grupos de risco”, alvo privilegiado das ações preventivas. Desta forma, o conceito de risco passa a demarcar fronteiras identitárias e apoiar a proposição de medidas de isolamento e abstinência sexual (Ayres et al., 2003; Delor, Hubert, 2000). Neste sentido, o risco passa a operar como uma categoria ontológica, como uma marca identitária do sujeito que, em si, representa o risco que virtualmente porta (Ayres et al., 2003). (RUOTTI, MASSA e PERES, 2011, p. 380).

Tal abordagem – a dos “grupos de risco” – extrapola o caso da HIV, de modo que uma tendência similar ainda é flagrável entre modelos explicativos da violência, mesmo que indiretamente, tanto no campo da saúde, quanto para além dele; e, por conseguinte, nas formas de intervir, seja sobre as violências correntes nos espaços públicos, seja sobre aquelas latentes na intimidade das relações; e há expressões concretas disto. Uma delas está, por exemplo, na frequente e maciça polarização “vítima” *versus* “agressor”. Muito embora tal polaridade possa ocorrer em dadas situações, sobretudo, de violência exacerbada, tal modo de configurar, tanto para fins analíticos, quanto preventivos, tende a reforçar processos de estigmatização e a cristalizá-los em posições dicotômicas, estanques e, muitas vezes, improdutivas de “vítimas” e “agressores”.

E aqui, mais uma vez, não desconsidero que existam diferenças na distribuição dos eventos entre os mais diversos “grupos”, isto é, sabemos da farta casuística que recai, por exemplo, sobre a juventude negra e pobre no Brasil¹⁰, e que este fato demanda atenção e intervenção preventiva em suas especificidades, mas não nos priva, absolutamente, de buscar conhecer, nas nuances e na profundidade previstas, as dinâmicas de violências e vitimização que se colocam nesta população. A propósito, mas reservando o desdobramento para os capítulos de resultado, a própria abordagem ANT corrobora com esta espécie de “decomposição” de tudo aquilo que, por diversos fins, via de regra, foi aprioristicamente agrupado.

Até aqui, tentei circunscrever o conceito de “risco”, tal como proposto no âmbito da saúde, assinalando tanto suas potencialidades, quanto seus limites e, sobretudo, os efeitos deletérios decorrentes do seu uso, digamos, generalizado. Finalizando tais ponderações, são as contribuições de Jock Young, agora mais no espaço da segurança

¹⁰ Os dados estatísticos disponibilizados pela série Mapa da Violência no Brasil, coordenada por Jacob Waiselfisz, demonstram a vitimização por homicídios que recaem sobre este grupo.

pública, que merecem relevo, uma vez que tanto a violência, amplo senso, quanto os crimes, são também operados preventivamente por este setor – e se, de fato, a intersetorialidade é um pressuposto que devemos insistir – estando a noção de “risco” igualmente aí centralizadas, como em:

O fator fundamental aqui é o volume da criminalidade. [...]. No tocante à suspeita, a polícia deixou de suspeitar de indivíduos e passou a suspeitar de **categorias sociais**. Por exemplo, quanto a parar e revistar: é mais efetivo suspeitar das **categorias mais propensas a cometer infrações** (negros, irlandeses, homens jovens da classe operária). Joga-se o arrastão em águas de resultados mais prováveis e riscos, em vez de se tentar a sorte de achar a “maçã no cesto”, isto é, de efetuar prisões procedendo na base de indivíduo por indivíduo. A velha evocação “prenda os suspeitos de sempre” se transforma em “prenda as categorias de sempre”: **suspeita individual passa a ser suspeita categórica** (Young, 2002, p. 73 – 4 – grifos meus).

Nesta citação, Young (2002) também ratifica aquela tendência na qual os “agrupamentos”, digamos, “forçados” ou “compulsórios” encerram um sem número de perfis e situações das mais diversas, mas, em função de uma suposta “propensão” de “cometer infrações”, como apontou acima. Mais adiante, avançando em suas críticas ao que chama de “sociedade excludente” na modernidade tardia, e agora reportando-se à intervenção no âmbito da segurança pública, podemos ver tal “propensão” assumir aquela a feição distorcida do “risco”, assim posto:

Adota-se uma abordagem atuarial que se preocupa com **o cálculo dos riscos** em vez de ocupar-se com culpa ou motivação (Feeley e Simon, 1992, 1994; van Swaaningen, 1997). [...]. Não é uma filosofia inclusionista que abrange os considerados culpados de uma infração e tenta reintegrá-los à sociedade. Trata-se, isto sim, de um discurso excludente que busca prever o problema, seja no *shopping* ou na prisão, e excluir e isolar o desviante. Ele não está interessado no crime *per se*, mas sim na **possibilidade de crime**, em comportamentos antissociais em geral, criminosos ou não, em prováveis doenças mentais ou recalitrâncias conhecidas: em qualquer coisa que possa perturbar o suave funcionamento do sistema (YOUNG, 2002, p. 76 – grifos meus)

Consideradas tais distorções, e em face da complexidade que marca o fenômeno da violência, alguns autores têm optado por pautar as suas análises mais na **noção de vulnerabilidade** do que propriamente no “risco”. Nesta direção, Peres (2014) pondera: mesmo reconhecendo a importância das análises de risco para a “identificação das diferenças nas distribuições populacionais dos agravos e o reconhecimento dos agentes

causais e mecanismos etiológicos, elas não conseguem apreender os significados concretos das vivências dos indivíduos ante as **distintas situações** de exposição” (PERES, 2014: 449 – grifos meus). Aqui, os grifos demarcam um deslocamento fundante para aquela primeira noção, tal como colocam Ruotti, Massa e Peres (2011: 380 – grifos meus): “a vulnerabilidade não é assim um estado, uma característica essencial dos indivíduos, mas uma **situação**”. E avançam estas autoras em uma proposta de definição:

A abordagem da vulnerabilidade é caracteristicamente interdisciplinar e fortemente ancorada nas Ciências Sociais e Humanas, buscando compreender, para além dos determinantes epidemiológicos, a dimensão dos sentidos e dos significados da exposição dos sujeitos a **determinadas situações de risco**, bem como as implicações e os efeitos diferenciados dessas exposições nas trajetórias individuais e interativas. (RUOTTI, MASSA e PERES, 2011: 381 – grifos meus)

Neste conceber a vulnerabilidade fica claro o deslocamento que a noção de risco sofre: dos “grupos” às “situações”. Se há ganhos em tal movimento, a exemplo de se reduzir a chance dos processos de estigmatização, é necessário, por outro lado, esmiuçar o que tais “situações” comportam para encerrar o “risco”. É então nesta perspectiva que aquelas autoras e também Peres (2014) buscam propor uma nova concepção de risco em face da chamada “violência interpessoal comunitária” e, especialmente, diante dos homicídios de jovens. Assim, é possível “avançar na compreensão dos diferenciais no risco de morte por homicídios”, uma vez que se amplia a compreensão das “múltiplas exposições (nem sempre voluntárias), ao longo das trajetórias sociais, que aproximam os jovens residentes em áreas periféricas dos centros urbanos de situações de maior risco de morte violenta” (PERES, 2014: 449). Neste ponto, é bastante valioso destacar alguns esforços de aproximações interdisciplinares para a abordagem da violência:

Tomemos como exemplo a sobremortalidade por homicídios de jovens do sexo masculino, residentes em áreas periféricas de grandes centros urbanos. A compreensão das configurações de vulnerabilidade passa, necessariamente, pela consideração de características contextuais que favorecem ou precipitam a proximidade cotidiana ao risco. **Não se trata de uma proximidade buscada conscientemente, mas sim de uma proximidade que se dá pelas condições de uma vida que se estrutura próxima ao que Feltran (2010) chama de “mundo do crime”, o qual influencia os processos de sociabilidade independente da participação ativa em atividades criminosas.** O embaralhamento das fronteiras entre o lícito e o ilícito é um dos resultados da reestruturação dos processos de trabalho e do conseqüente crescimento das economias informais e ilegais (Telles,

2006; Telles & Hirata, 2010). Trabalho precário e desemprego marcam a trajetória social de muitos desses jovens, e o processo de transição para a vida adulta torna-se menos linear (Pais, 2005). Baixa escolaridade, ocupação em trabalhos informais, momentos de proximidade e envolvimento com atividades ilícitas e ilegais, encontros violentos com a polícia e processos de rotulação e institucionalização que ancoram uma gama de ações calcadas em mecanismos sociais de estigmatização compõem muitas das trajetórias que se fazem em contextos marcados pela presença do tráfico de drogas, violência policial, conflitos armados e mortes violentas (Zaluar, 1994; Caldeira, 2000; Peralva, 2000). A construção de uma imagem social conectada ao “mundo do crime” constitui-se, desse modo, em fator adicional de fragilização para lidar com uma ampla gama de riscos (PERES, 2014, p. 449 – grifos meus).

Desta citação guardemos os destaques porque serão retomados nas análises mais tarde; e observemos também os diálogos tecidos entre esta autora com nomes que, já há algum tempo, vêm se debruçando sobre a violência urbana no Brasil, a exemplo de Alba Zaluar, Teresa Caldeira, Vera Telles, entre tantos outros, desde um olhar sócio-antropológico lançado às dinâmicas complexas deste fenômeno. Ademais, ao longo dos próximos capítulos, busquei retornar às costuras entre conceitos e instrumentos mobilizados pela saúde coletiva com aqueles que partem das ciências sociais e humanas que contribuem para fomentar as reflexões acerca da prevenção da violência enfocadas aqui desde a Teoria Ator Rede.

Por fim, ressalto que as abordagens e modelos apresentados podem ser verificados em seus desdobramentos práticos, isto é, em linhas de ações de prevenção da violência, as quais, inclusive, são pautadas pelos autores acionados neste texto. Já no que tange à avaliação destas abordagens, estão outros empenhos como os de Guindani (2014), Soares (2006), Mesquita (2004), os quais apontam, entre outros fatores de êxito, a “presença e a combinação coordenada dos três tipos de ação preventiva”, isto é, daqueles níveis primário, secundário e terciário (GUINDANI, 2014: 564). Neste trabalho, todavia, tal dimensão avaliativa não será desenvolvida, mas os capítulos de resultados contemplam, por seu turno, elementos que conformam o conceito de “prevenção” demarcados nesta seção.

5. PERCURSOS METODOLÓGICOS

Esta sessão está estruturada em três momentos que, embora distintos em seus escopos, buscam harmonizar-se em face do propósito de tornar claros os percursos metodológicos que percorri neste trabalho. Antes de mais nada, e em tudo que isto já permite significar, esta é uma etnografia. Sobre isto, Peirano (2014; p. 377) bem nos situa: “etnografia não é método”, pois, dentre outras razões, “a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar”. Todavia, explica, “esses momentos são arbitrários por definição e dependem – hoje que abandonamos as grandes travessias para as ilhas isoladas e exóticas – da potencialidade do estranhamento, do insólito da experiência, da necessidade de examinar por que alguns eventos, vividos ou observados, nos surpreendam” (PEIRANO; 2014: 379).

Justo por ser pouco provável precisar “onde começa e onde termina” a minha relação tanto com o objeto deste estudo, quanto o *locus* que o abriga – de tão intrínsecos que são, tal como buscarei mostrar ao longo – é que posso falar em uma etnografia. Porém, se são necessárias certas arbitrariedades, recorto um espaço de tempo que abarque com maior precisão os processos que compuseram esta etnografia, daí ser possível considerar o período compreendido entre 2012 a 2016. Assim, e mais especificamente nestes quase cinco anos, contando as entradas e saídas no campo, próprias deste fazer, busquei ser uma “agente da etnografia” (Peirano, 2014: 379), munida do estranhamento potente e sensível, do acúmulo das experiências, e da disposição a me deixar surpreender com tudo aquilo que já parecia ser tão próximo, tão familiar.

Evidentemente reconheço os desafios que esta escolha metodológica impõe. Tanto assim que concordo com Trad (2012; p. 630), ao refletir sobre o fazer etnográfico em tempos atuais, quando destaca que “os etnógrafos são convocados a produzir narrativas que considerem, entre outros aspectos, a dimensão histórica da realidade social, os limites inerentes ao processo de descrição”, os próprios limites temporais pré-estabelecidos, os dilemas éticos que perpassam os vários momentos da interação ao produto final e seus desdobramentos para além deste. Diante disto, em um primeiro momento, trago um pouco do histórico da minha aproximação com bairro, em especial, os processos de estranhamento e pertencimento; afastamento e imersões; vínculos e desafios, entendendo que o biográfico pode também ser revelador de um espaço, de uma história, de um objeto a se pensar.

Já no segundo momento busco traduzir, agora metodologicamente, a abordagem de escolha, a Teoria Ator Rede. Tal tradução metodológica se mostra necessária aqui, uma vez que a compreensão da dimensão prática deste estudo só se torna possível estando esta absolutamente situada teoricamente. Simultaneamente a isto, evidencio os aspectos práticos da pesquisa, tais como: espaços e sujeitos da interação envolvidos no campo; as entrevistas realizadas; as técnicas mobilizadas; os instrumentos da coleta e da análise dos dados que compuseram o *corpus* da pesquisa.

O terceiro momento, por fim, se dedica à dimensão ética, embora a compreenda em sua transversalidade. Ou seja, muito embora as questões normativas sejam aquelas que ganham primazia, de certo, por seu caráter operativo – e sobre as quais balizei este estudo – também entendo que a reflexão ética é transversal a todo o processo porque deve estar desde o acolhimento do problema, perpassando pela gestação das ideias, ao ponto final e o seu depois, isto é, o que dele se pode e deve desdobrar. Ética, portanto, concebida como os desafios de se efetivar a “prática refletida da liberdade”; em suma, ética como “verdade” (FOUCAULT, 2004). Para além dos termos e consentimentos, portanto, persegui o quanto possível que ética fosse a grande inspiração, o eixo orientador do fazer pesquisa, em particular, desta pesquisa.

5.1 Parêntese biográfico: nota sobre uma trajetória no (com) o bairro

O Calabar chegou-me ainda na minha meninice, e eu era mais um dos olhares desconfiados dos que habitavam em cima, isto é, a “cidade alta”, formada por uma vizinhança branca, elitizada e bastante incomodada, portanto. À época, mais ou menos entre o final dos anos 1980 e ao longo de toda a década de 90, os discursos mais familiares eram saturados da antipatia e do mal-estar que a adjacência provocava (e, em alguma medida, ainda provoca) a uma classe média e elite muito pouco dispostas a dividir o mesmo espaço. E, assim, constantemente me confirmavam se tratar do lugar do constrangimento, da pobreza, da sujeira, da doença, a tudo que se poderia travestir de periculosidade então.

Encravado entre bairros considerados “nobres”, lembro nitidamente emergir das falas com as quais convivia uma certa “geografia do risco”, traçada em circunferências imaginárias das zonas consideradas mais “perigosas” a outra menos, cuja escala variava de forma centrípeta e diretamente proporcional ao centro do Calabar, aos “núcleos de

perigo”: isto é, quanto mais distante deles, mais seguro se poderia estar. Ademais, era corrente ouvir relatos cujas tônicas se colocavam nos seguintes termos: “quanto mais fronteiroço do bairro do Calabar, maiores as chances de assaltos ou de sofrer outras violências”; “toda a ocorrência de crimes na circunvizinhança estava então vinculada às ‘frequências’ do Calabar, de certos transeuntes indesejáveis”. Este era o Calabar que atravessou parte da minha infância até o fim da adolescência: um lugar a ser evitado, a todo custo, a despeito da inconveniência da partilha de um território quase contíguo a nós, moradores de um entorno “nobre” e “distinto”.

Assim sempre me chegava o Calabar: um lugar fortemente marcado pelo estigma da marginalidade e da criminalidade; uma “massa amorfa” de gente potencialmente perpetradora das mais variadas violências a uma circunvizinhança cada vez mais encerrada em seus medos e preconceitos, e mais trancafiadas em suas fortalezas particulares, em suas segregações concretas e simbólicas. Distorções severas de identidade estas que todos os nossos interlocutores, neste estudo, com exemplos e acentos diferentes, fizeram questão de apontar, sublinhando inclusive os seus efeitos individuais e coletivos disto, bem como a dificuldade de desconstrução, conforme busco expor nos capítulos seguintes.

Na altura dos meus vinte e poucos anos, já estudante universitária, e em função de uma disciplina, fui “obrigada” a trair as recomendações de evitá-lo a qualquer custo: tratava-se de uma aula prática sobre *territorialização*. Era, claro, necessário estar ali, no território, ao nível do chão. Precisamente, era ano de 2001, chegada do novo século e, adentrando aquele espaço proibido, tão carregado das piores impressões que a mim chegavam, parecia-me realmente descompassado do tempo: a sensação era, pois, de muita insalubridade, do desconforto dos seus amontoados, das ausências todas, e de uma certa hostilidade no ar à nossa “estranha” e “interessada” presença. Todavia, e ambígua e estranhamente ao meu olhar tão contaminado do lugar de onde eu vinha, era também um espaço onde pessoas se cumprimentavam afetuosamente, ou que passavam apressados em direção aos seus tantos afazeres – como “pessoas normais”, tal como cheguei a ouvir algumas vezes – e que, além de tudo, abriam as portas dos seus lares àquele bando de estudantes ainda quase adolescentes, curiosos e apreensivos.

Esta foi uma experiência breve, pontual, mas que já foi capaz de produzir algum estranhamento daquelas concepções tão embebidas de preconceitos de toda a ordem que me acompanharam por tanto tempo. Porém, coisa de dois ou três anos depois, agora como monitora daquela disciplina, começamos a ter notícias do acirramento de disputas

pelo controle daquele território por grupos rivais, de trocas de tiros entre estes e a polícia, de mortes decorrentes destes confrontos que passaram a se consumir com maior recorrência e em menores intervalos para não se falar em um cotidiano de eventos destas naturezas. Foi então nesta época, mais ou menos entre os anos de 2004 e 2005, que as disciplinas do departamento onde eu já me vinculava naquela condição – depois de professora substituta e atualmente efetiva – retiraram por completo as suas idas e ações neste bairro.

Exata uma década depois daquela minha “desconsertada” ida, o Calabar recebe então a primeira Base Comunitária de Segurança, então implantada no estado da Bahia. Era precisamente 27 de abril de 2011, e cerca de 180 policiais, naquele ano inicial de instalação, faziam a segurança direta de quase cinco mil pessoas, o que perfazia a média de um policial para vinte e oito residentes deste bairro. Ou seja, estávamos, a partir dali, diante do bairro mais policiado de todo o estado baiano naquele momento, segundo informação do comando da Base. Em face disto, nos pareciam bem diferentes os ventos que de lá sopravam: as notícias daquelas ocorrências começaram a diminuir progressivamente, ao passo que aumentavam comentários e relatos dos mais variados sobre esta nova configuração, destes novos “tempos”.

A circunvizinhança, aquela mesma atemorizada de outrora, evidentemente, recebeu com clamor esta novidade, cheia da feliz expectativa de, finalmente, poder contar com as forças mais repressivas para conter as incontáveis “bestas feras” soltas por aí e circulantes às suas portas sempre cerradas. Ao passo que chegavam as confirmações de mudanças, recobrada então a sensação de segurança, a própria Universidade Federal, também vizinha do Calabar, passou a retomar confiante e incisiva, a ponto inclusive de congestionar este espaço, as suas participações das mais variadas formas, em especial, como espécie de “laboratório vivo” de pesquisa, conforme a crítica de alguns moradores, especialmente, aqueles que frequentemente se dispõem a colaborar, mas que pouco veem o retorno.

E foi neste bojo que eu também, enquanto professora e pesquisadora daquela casa, voltei àquele cenário impregnado das mais férteis e variadas representações. Dadas as supostas grandes mudanças, fomos então “pagar para ver”, como corrente no dizer popular. Assim, retomamos as nossas atividades, tanto de extensão, quanto de pesquisas, estas com algumas variações de focos, de públicos e de escopos.

A primeira pesquisa, da qual integrei a equipe, em 2012, tratava-se de uma parceria institucional entre Instituto de Saúde Coletiva e uma organização não-

governamental já bastante atuante no Calabar, e com financiamento externo, que buscava conhecer os possíveis impactos sobre a primeira infância a partir da implantação da Base de Segurança no bairro. Este estudo, apesar de se centrar no público infantil, contemplava aspectos tangenciais à condição de vida global desta população, sendo assim bastante reveladora de processos cotidianos deste lugar, uma vez que tivemos a oportunidade de participar e operar intensamente este grande projeto, desde o desenho à execução e análise dos resultados.

Deste modo, foi justo nesta ocasião que passei a conhecer melhor aquele bairro: seus espaços, suas rotinas, sua gente. Lembro-me bem das investidas de reconhecimento do território, respaldada a equipe que estava com seus mapas e recortes censitários, e já contando com a fundamental colaboração de alguns dos agentes comunitários de saúde, a maior parte deles, também lideranças comunitárias, nestes trânsitos iniciais e ao longo de toda a pesquisa. Dentre eles, destaco as valiosas contribuições de Bento e de Glória, colaboradores desde aquela época e crescentemente nesta etnografia: percorreram conosco as tantas pequenas vias que, quase enoveladas, conformam o bairro; indicaram cada esquina mais ou menos amistosa à nossa presença; subiram e desceram escadarias improváveis; enfim, revelaram um lugar desde ali.

Ainda naquela primeira experiência de pesquisa, e a partir de uma grande divisão de tarefas da equipe, entramos em quinhentas e cinquenta e nove residências, contando com a nobre colaboração de cada morador que dedicou cada minuto do seu tempo e da sua boa vontade para responder a um longo questionário, cujas questões ultrapassavam o universo da criança e buscavam, em algum grau, descortinar um pouco realidades diversas daquele lugar. Além disto, foi nesta ocasião que pudemos também conhecer com maior intimidade as principais instituições e serviços presentes no bairro, bem como suas organizações comunitárias, como a escola, a biblioteca e suas cooperativas; e, através do componente qualitativo da pesquisa, dialogar com os mais diferentes sujeitos.

Assim, entre grupos focais e entrevistas individuais, interagimos com várias lideranças comunitárias, com educadores, profissionais de saúde e com a polícia, desde o comando à praça. Inclusive, fora em virtude desta experiência que identifiquei com clareza aqueles que foram novamente convidados a participar do presente estudo. A partir do ano de 2013, passamos a contar com o apoio de bolsistas de iniciação científica, ampliando o olhar sobre outros aspectos, a exemplo dos contrastes entre vulnerabilidade e qualidade de vida, de processos de vitimização mais frequentes, de experiências de racismo, entre outros. Nestas novas versões, além da infância, a juventude também

passou ao foco. Deste modo, ampliamos também a participação de outros atores colaboradores. No ano de 2014, construímos um *corpus* de entrevistas que tanto subsidiaram este trabalho, quanto outras análises confluentes da equipe, porém com abordagens e focos diferenciados.

Foi neste período que algumas ações de prevenção de violência ocorrentes no bairro passaram a chamar a atenção da equipe, especialmente a minha. Tais ações partiam da própria comunidade, através dos seus representantes mais ativos, ou das instituições ali presentes, isoladamente ou em parcerias. Ademais, e simultaneamente às atividades de pesquisa, passei a desenvolver no bairro uma disciplina extensionista – a chamada Ação Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS) – a qual intitulei de “Prevenção da violência: abordagens interdisciplinares”. Esta disciplina contava, em média, com quinze a vinte alunos, cujo objetivo central era refletir e desenvolver ações variadas, junto à comunidade, tendo como foco a prevenção da violência em suas mais diversas expressões e com os mais diferentes grupos da comunidade.

Deste modo, nos dez semestres de vigência desta ACCS (2011.2 a 2015.1), diversas atividades foram realizadas, incluindo crianças, jovens, mulheres, idosos, lideranças e instituições, ao longo deste tempo e com ênfases e participações variadas a depender das oportunidades. Assim, a título de exemplo, foi possível realizar oficinas de prevenção de violência doméstica e entre parceiros íntimos, com o apoio de outros grupos, como o de mulheres da comunidade e do GAPA; também oficinas de grafite e arte urbana, debates com a juventude; roda de conversas com idosos e moradores antigos; feiras de saúde, incluindo, o tema da prevenção das violências, entre outros.

Ao longo destes quase cinco anos de trocas e trabalhos, muito além de colaboradores ou voluntários de pesquisa, foi possível construir algumas amizades no Calabar, e conquistar a confiança e a estima de muitas pessoas, reciprocamente. E aqui cabe um breve parêntese: eis mais um motivo para conceber a dimensão ética para além de meros procedimentos ou de protocolos institucionais, mas como uma forma de estar na vida, de se relacionar, “do cuidar de si e do outro”, tal como nos falava Foucault (2004).

A esta altura, ao leitor, deve ocorrer, e é justa a questão: precisamente, em que lugar me encontro hoje, depois destes acúmulos de vivências, em relação àquele Calabar que me chegou ainda menina? O lugar onde estou, no Calabar, certamente não é mais aquele, dos fortes preconceitos que o estigmatizam, que o segregam, que o excluem. Com isto não quero dizer, e nem cogitar ingenuamente que conflitos, segregações e exclusões não ocorram internamente ao bairro, haja vista, por exemplo, as rivalidades e

as disputas que persistem entre certos grupos, o que também não é nenhuma peculiaridade sua. Inclusive, em alguns momentos da imersão em campo, inclusive, vivi ocasiões de insegurança e, em algumas circunstâncias, deparei-me com certas hostilidades na interação com alguns interlocutores, sobre as quais não poderei discorrer com maiores detalhes por motivos éticos.

Em relação ao olhar externo, isto é, ali do seu entorno mais elitizado, pistas observadas nesta etnografia sugerem que processos de segregação, de certo isolamento e desconfianças, estas últimas, parte a parte, sejam persistentes ou reconfiguradas, o que discuto ao longo dos próximos capítulos. Por ora, sigamos com os percursos metodológicos em seu sentido mais pragmático.

5.2 O CAMPO E O FAZER A PESQUISA

Início reafirmando que para executar esta pesquisa “segui os próprios atores”. Antes, pois, de especificar o que seria bem este “seguir”, quem foram, e por que foram, estes atores, cabe avançar em certos aspectos da ANT, tal como mencionado na abertura desta seção. O primeiro deles diz respeito à própria acepção do “social” que esta abordagem admite, a qual já discutida. Aqui, todavia, tento elucidar o modo como tal concepção radical do “social” implica a sua mobilização em termos metodológicos.

Assim, quando a ANT refuta a clássica noção de “sociedade”¹¹, ou mesmo de “contexto social”, ou de “ordem ou dimensão social”, enfim, de quaisquer uma destas amplitudes que pressuponha que, nos tempos de hoje, “existam relações específicas o bastante para serem chamadas de ‘social’ e agrupadas num domínio especial capaz de funcionar” como um destes agregados, é porque está, em realidade, apontando que “o social parece diluído por toda parte e por nenhuma em particular” (LATOURE, 2012: 19). Diante disto, e para este autor, outra noção do “social” deve ser descoberta: “*bem mais ampla* do que a usualmente chamada por esse nome e, ao mesmo tempo, *estritamente*

¹¹ Na publicação – *Reagregando o social: uma introdução à Teoria Ator Rede* – Bruno Latour (2012) tece, no transcorrer, uma consistente cadeia argumentativa naquela direção, isto é, de que a concepção de “sociedade”, tal como nos empenhos mais primordiais das Ciências Sociais, e também ao longo do último século, foi útil outrora, justo por contemplar uma diversidade de elementos e de aspectos artificial ou forçosamente “agrupados num domínio especial”, no caso, a “sociedade”, todavia, “na fase atual do seu desenvolvimento, já não é possível precisar os ingredientes que entram na composição do domínio social” (LATOURE, 2012).

limitada à busca de novas associações e ao esboço dos seus agregados (idem – grifos do autor). Inclusive, é por esta razão que a definição do “social” nesta abordagem não o tem como um “domínio especial, uma esfera exclusiva ou um objeto particular, mas apenas como um **movimento peculiar de reassociação e reagregação** (LATOUR, 2012: 25 – grifos meus).

Deste modo, e justo por observar no campo de estudo tal dispersão, por vezes, empenhada a se reagregar, é que busquei captar tal movimento. Dito de outro modo, temos: muito embora este território e a “comunidade” logrem a concretude de um “bairro com os seus moradores”, e ainda aí se reconheça aquele histórico de mobilização e de ações de resistências e de benfeitorias coletivas, estive muito longe de poder “repousar” em associações já prontas, definitivas, consensuadas. A prática demonstrou justo o contrário: de fato, foram sim movimentos de coesões provisórias e dissoluções, podendo ser mais ou menos efêmeras, o mais ou menos duradouras, onde as ações – incluindo aquelas que aqui interessam – processam-se com maior ou menor intensidade e frequências diversas. Algo como bem pontuou Latour (2012: 26 – grifos do autor): “ser social já não é uma propriedade segura e simples, é um movimento que às vezes não consegue traçar uma nova conexão e redesenhar um conjunto *bem formado*”.

Decorrente então desta forma de conceber o “social”, e sendo aqui um outro aspecto fundante da ANT, já não podemos nos furtar de cogitar os sujeitos como “meros informantes”, tal como corrente nas abordagens mais tradicionais. Tanto assim que, se nesta perspectiva sociológica entendemos o “social” como a “busca de associações”, como podem então os “atores” possuir os mesmos “papéis” de outrora? Podemos responder a isto com as seguintes proposições:

Os deveres do cientista social mudam concomitantemente: **já não basta restringir os atores ao papel de informantes de casos de tipos bem conhecidos. É preciso devolver-lhes a capacidade de elaborar suas próprias teorias sobre a constituição do social.** A tarefa não consiste mais em impor a ordem, em limitar o número de entidades aceitáveis, em revelar aos atores o que eles são ou em acrescentar alguma lucidez à sua” prática cega. Para empregar um slogan da ANT, cumpre “**seguir os próprios atores**”, ou seja, **tentar entender suas inovações frequentemente bizarras**, a fim de descobrir **o que a existência coletiva se tornou em suas mãos**, que métodos elaboraram para a sua adequação, quais definições esclareceriam melhor as **novas associações** que eles viram forçados a estabelecer. (LATOUR, 2012: 31 – grifos meus).

Os destaques acima comportam exatamente os pressupostos que assumi transversalmente neste estudo, a saber: a capacidade dos atores em formular suas próprias teorias sobre o mundo social; em decorrência deste, a necessidade de segui-los então; e enfim a tentativa de rastrear as “novas associações” estabelecidas. Sobre aquele primeiro, é incisivo Latour (2012: 90 – grifos do autor) quando afirma que “os atores podem também ter suas próprias teorias da ação para explicar como se produzem os efeitos das ações”. E acresce: “bons raciocinadores e habilidosos metafísicos, os atores – segundo a nova postura provisória da ANT – possuem sua própria metateoria sobre como a ação se desenvolve e na maioria das vezes deixam perplexos os metafísicos tradicionais” (LATOURE, 2012: 90).

Esperando ter situado os aspectos teórico-metodológicos de maior pertinência, passo aos atores que segui mais de perto ao longo da imersão no campo. O critério da “seleção” deles foi simples e diretivo: essencialmente por se tratar de sujeitos que acumulavam experiências de mobilização e de ações na comunidade em questão em face do objeto, a prevenção da violência, no recorte de tempo desta pesquisa. Diante disto, cabem, todavia, duas ressalvas.

Em primeiro lugar, a seleção destes atores não esgota o protagonismo visto em tantos outros no bairro em termos do agir preventivamente. O que temos aqui é parte de mais uma das arbitrariedades que o fazer científico nos impõe, no sentido da redução de complexidade como o meio que dispomos para acessá-la a partir de um ponto tangenciável e que nos dê pistas sobre esta. Todavia, alimento a expectativa de que os atores não nominados se reconheçam ou se sintam representados, de algum modo, nas ações descritas dos capítulos que se seguem. Segunda ressalva: o fato de acompanhar com maior acuidade os percursos daqueles sujeitos não significou que a interlocução se deu apenas com estes, ou seja, vivi trocas com outros atores que, em seus discursos e em suas ações, mais ou menos especificamente vinculadas à prevenção de violência, os fazem tão protagonistas quanto aqueles, reforçando aquela ideia de que as limitações estão mais ligadas à exequibilidade dos métodos do que a quaisquer outros motivos no mundo lá fora.

Assim, foram doze os que segui por então protagonizarem ações daquela natureza. Destes, cinco vinculam-se à Base Comunitária de Segurança, e os demais são lideranças comunitárias, sendo dois deles agentes do Programa de Saúde da Família (PSF) existente no bairro. Do ponto de vista ético, antecipo aqui, além de rigorosamente respeitadas a autonomia e voluntariedade dos participantes, todos os nomes foram

preservados, de modo que optei, em todas as situações, por fazer uso de pseudônimos e, em alguns momentos, preferi omiti-los de certas citações, uma vez que poderiam portar algum risco de identificação, mesmo com o ocultamento do nome, e/ou conter um teor com maior potencial de exposição a riscos de natureza violenta, inclusive.

Reitero ainda que aquele número, evidentemente, não satura o universo de atores que agem preventivamente sobre violências e vulnerabilidade no bairro, seja pontualmente, seja de forma mais sistemática. O fato de ter “escolhido” estes doze atores teve então mais a ver com a proeminência que as suas ações ganharam no recorte de tempo desta pesquisa do que com qualquer pretensão de esgotar o amplo e diverso rol de ações preventivas que se pode observar no bairro, com destaque para a mediação que alguns dispositivos comunitários logram, a exemplo da Escola Aberta do Calabar e a Biblioteca Comunitária, esta última com forte ênfase neste estudo. Diante disto, se por um lado, são reconhecíveis os limites de tempo e de fôlego para abarcar um maior número de atores no tempo do estudo, por outro, é possível falar de modo otimista que tantos outros protagonistas desvelam ações na direção do que busquei focar nesta pesquisa.

Em relação às lideranças aqui contempladas, todas elas são “nascidas e criadas” no Calabar, exceto Dora, mas que ali reside há quase duas décadas, conforme avançarei no terceiro capítulo. Todas elas são negras, tal como se auto referenciam. Dos sete, quatro são adultos jovens, mas recentemente egressos de uma juventude plena de mobilizações em torno das ações que protagonizam: Flora, Benedito, Luan e Violeta. Os dois primeiros têm formação universitária, os dois últimos, técnica. Todos apresentam narrativas e trajetórias biográficas muito similares a maior parte das pessoas das suas idades: estudam e/ou trabalham; vivem uma vida economicamente modesta; carregam seus próprios sonhos e projetos individuais, muito embora as ações aqui enfocadas se destinem a coletividades; e, provavelmente, passarão anônimos e despercebidos para além dos contornos do bairro, a despeito das valoras ações que desenvolvem, conforme busco evidenciar nos capítulos que se seguem.

Do mesmo modo, temos a geração mais velha, aqui representada por Dora, Bento e Glória que além de protagonizarem as ações que desvelarei em seu tempo, brindaram o estudo com suas histórias e memórias das suas famílias acerca do bairro. Dora é professora da rede pública de Salvador, e aqui traz o seu olhar e o seu agir fortemente vinculado ao universo feminino. Bento e Glória são agentes comunitários de saúde com anos de experiência neste âmbito e profunda inserção no território em foco, de forma que suas contribuições se afluam mais nos dois primeiros capítulos. Todos transitam entre os

mais diversos espaços e gente da comunidade, e apesar das ações aqui enfocadas se vertam a um ou outro público em específico, é notória a transversalidade destes nas ações coletivas vistas no bairro.

Do universo policial, temos quatro soldados e uma capitã. Os soldados são todos jovens policiais militares, com maior tempo de serviço no policiamento comunitário do que em outra modalidade de policiamento. Três deles se auto referenciam negros. Os soldados Luz e Yan, além das suas atribuições enquanto policiais, são também os atores que ocupam os turnos movimentados das aulas de judô na Base; já os soldados Bruno e Dom se dividem entre fórmulas e canções, respectivamente. A capitã Sol atualmente não atua na Base do Calabar, mas protagonizou, em boa parte do tempo deste estudo, diversas ações que estiveram sobre o meu olhar mais atento, tal como detalharemos no quarto capítulo desta tese.

Feitas estas breves apresentações, é ainda necessária uma última ressalva que ainda diz respeito às biografias destes atores. Isto é, aqui, o foco esteve muito mais no agir preventivo de violências deles do que em seus percursos biográficos, aspectos estes que mereceriam, por si só, um estudo desta natureza. Diante disto, é possível que ocorra ao leitor uma curiosidade legítima acerca destes atores, e de como estas ações se inscrevem com mais profundidade em suas biografias.

Todavia, reforço veementemente: a ênfase deste estudo esteve sobre o agir preventivamente, ali, desnudo em cena. Em outras palavras, pretendi focar ao máximo a ação, desfocando então dos seus panos de fundo biográficos, de modo a ser torná-la passível de ser deslocada a tal ponto de pretender imaginá-la exequível entre outros atores, em outros contextos, onde violências pedem por prevenção, ainda que biografias imprimam suas particularidades. Ou seja, houve uma intencionalidade em suscitar um olhar mais atento e mesmo curioso sobre atores que passariam absolutamente anônimos não fosse a insistência em apontar para um agir que pode fazer diferença em face do objeto em questão.

Ademais, agrega-se a isto as questões éticas acima sinalizadas, isto é, a necessidade de preservação da identidade dos atores, o respeito ao anonimato e à confidencialidade das informações cedidas. Assim, avançar em aspectos pessoais nas descrições deste estudo implicou um exercício constante de vigilância e mensuração entre alguma contextualização biográfica das ações em foco e a proteção dos atores em face destes requisitos de natureza ética.

Isto posto, sigamos com a dimensão analítica deste estudo. Aqui, recorri aos “**quatro cadernos**”¹² propostos por Latour (2012: 194 – grifos meus). Antes de apresentá-los em detalhes, pondero que, acolhidas as controvérsias e pressupostos oferecidos pela ANT¹³, “doravante tudo foi dado”, tal como este sugere: “do primeiro telefonema à possível entrevista, ao primeiro encontro com o consultor, às primeiras correções feitas pelo cliente numa proposta de concessão, ao lançamento de um programa de busca, à primeira lista de lacunas a preencher num questionário” (LATOURE, 2012: 195).

O “primeiro caderno” foi o clássico diário da pesquisa de campo, presente desde os mais primordiais estudos etnográficos aos mais contemporâneos. De acordo com aquele autor, trata-se da “única maneira de documentar a transformação sofrida quando se empreende uma viagem; sem isso, o experimento artificial de comparecer ao campo, de deparar com um novo estado de coisas logo se perderá” (LATOURE, 2012: 196). Neste trabalho, o “primeiro caderno” assim foi conformado: a partir dos registros textuais e fotográficos das ações desenvolvidas neste espaço e vinculadas ao escopo temático deste estudo foram sendo arquivados e sistematizados, segundo critérios temporais, ou seja, na cronologia das ações e, também, em função do público as quais se destinam, isto é, se voltadas a crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos ou se genéricas.

Cabe aqui mencionar que as experiências de projetos de pesquisa precedentes ou concomitantes a este, dos quais participei, bem como as atividades de extensão universitária que coordenei e desenvolvi neste bairro ao longo dos últimos cinco anos contribuíram com este tempo etnográfico. Deste modo, os arquivos anuais tomaram como período ativo eventos e ações ocorridas entre os anos de 2012 a 2016. Ainda é importante reiterar que as atividades de pesquisa realizadas no período que corresponde os anos de 2012 a 2014 estiveram resguardadas por aprovação em Comitê de Ética em

¹² O termo “cadernos” é utilizado, ampla e metaforicamente por Latour (2012), tanto para se referir a procedimentos metodológicos confluentes com a ANT, a exemplo do sistemático registro em diário de campo caro à prática etnográfica, quanto para indicar os instrumentos possíveis de se configurar enquanto tal, ou seja, os “cadernos” podem ser aquele tradicional bloco de papel espiralado, como também os “arquivos digitais, filmes, entrevistas, websites”, etc. (LATOURE, 2012).

¹³ Aqui também Latour (2012: 129) nos oferece uma consistente síntese de tais “contradições” e pressupostos sustentados pela ANT, nos seguintes termos: “formam-se grupos, agências são exploradas, objetos desempenham um papel”. E mais “fontes de incertezas” nos mobilizam a mais trabalho: “uma ampliação da lista de atores e agências; aprofundamento dos conflitos em torno da metafísica prática; abandono do divisor de águas artificial entre ‘dimensões’ sociais e técnicas; busca através de áreas escassamente visitadas até agora; nova prática no sentido de encontrar controvérsias mais recompensadoras e, ao cabo, mais estáveis do que pontos de partida absolutos; e, finalmente, um convite para desenvolver uma prática nova e intrigante para compartilhar generosamente a metalinguagem, a teoria social e a reflexividade com os próprios atores que deixam de ser considerados como meros ‘informantes’” (LATOURE, 2012: 129).

Pesquisa. As atividades de extensão foram transversais a quase todo o período transcorrido, excetuando os últimos três semestres, incluindo aí o período de finalização da coleta de dados, em caráter complementar àquela sistematização.

Ao proceder com esta sistematização cronológica dos registros estive justo configurando o que Latour (2012: 196) chama de um “segundo caderno”, que avança, em relação àquele primeiro porque, além desta organização temporal, contempla já um esforço de “enquadramento em categorias” que vão tomando formas mais precisas e específicas. Do ponto de vista operativo, tal como coloca aquele autor, há variedades de *softwares* que auxiliam nestes processos de categorização, todavia – e igualmente a ele – acolhi o modo manual de fazê-lo, sem prejuízos da qualidade da análise, tal como acresce aquele autor: “não importa a solução, o movimento de um quadro de referência para outro será grandemente facilitado, caso o conjunto de dados permaneça intacto e disposto no máximo de arranjos possíveis” (LATOUR, 2012: 196).

A escolha destas ações, bem como os esforços de categorização destas, clareiam-se à medida que os capítulos se apresentam adiante; e a inclusão de tais ações – entre as várias que poderiam figurar neste estudo – obedeceram a dois critérios que considerei coerentes com os objetivos: primeiro, por se tratar de ações que contemplem diretamente o escopo deste trabalho, isto é, a prevenção da violência; segundo, por buscar selecioná-las em função dos diferentes públicos alvos as quais se destinaram, ou seja, incluindo ações direcionadas às crianças e aos adolescentes; à juventude, às mulheres, tal como a literatura vem sugerindo enquanto grupos em situação de maior vulnerabilidade em face das casuísticas e ao longo do tempo (WAISELFISZ, 2015; PERES, 2014; OMS, 2002; BRASIL, 2001). Somados a estes estão os idosos, entretanto, antecipo as escassas ações voltadas para este público no bairro em questão, tal como discuto entre as análises mais à frente.

De volta aos “cadernos”, o terceiro, por sua vez, fez jus a um movimento, diga-se de passagem, bastante peculiar à pesquisa etnográfica, a qual desconhece linearidade e precisão milimétrica de entradas e saídas, de início e de fim, daí a arbitrariedade da demarcação dos seus limites, sempre artificiais, o que certamente reflete sobre a escrita (PEIRANO, 2014; QUIRÓS, 2009; ZALUAR, 2009; CAPRARA e LANDIM, 2008). Latour (2012: 196), por sua vez, traduz isto na necessidade dos “registros *ad libitum*”, justo a que este caderno se presta. E explica: “a única adequação que se deve buscar para resolver problemas complicados não pode ser obtida sem a elaboração contínua de desenhos e

esboços” (idem). Aqui, vale a pena discorrer um pouco mais nas particularidades e no fino propósito deste “caderno”:

Não é viável reunir dados para um determinado período e só então começar a registrá-los. Quando elaboramos um texto, corremos o risco de incidir na linha que divide pesquisa e relatório. Aquilo que brota espontaneamente do teclado são generalidades, clichês, definições transportáveis, relatos provisórios, tipos ideais, explicações contundentes, abstrações; em suma, a matéria a partir da qual mais gêneros sociais se registram sem esforço. Para se contrapor a esta tendência são necessários esforços redobrados, do contrário não se interrompe a escrita automática; não é mais fácil escrever relatos textuais do que, num laboratório, descobrir o plano experimental correto. Mas ideias, parágrafos, metáforas e tropos costumam irromper ao acaso no curso dos estudos. Se não lhes concedemos um **lugar e uma válvula de escape**, eles se perderão ou, pior ainda, comprometerão o trabalho árduo de coleta de dados, misturando a metalinguagem dos atores com a dos analistas. Assim, é sempre boa prática reservar um espaço às muitas ideias que podem ocorrer, embora só a usemos anos mais tarde. (LATOIR, 2012: 196 – 7 – grifos meus).

Desta citação, destaco dois aspectos que de fato se confirmam na experiência da pesquisa: um é que, realmente, não podemos esperar a um “ponto final” da imersão no campo para então se dedicar ao registro – definitivamente, o fazer etnográfico não opera desta maneira – o outro diz respeito à esta bem colocada necessidade daquele “lugar” ou da “válvula de escape” para conter os excessos das vivências e das reflexões que esta natureza de pesquisa implica. Neste último, é válido ressaltar que este “extravasamento”, ao menos, na minha experiência, tendeu a ocorrer mais de modo espontâneo do que, necessariamente, calculado, programado. Exemplos disto são o que chamarei aqui de “desvios de cálculo” ao longo dos percursos etnográficos: os desencontros ou os encontros pouco férteis no campo; as sobreposições de focos e de interesses dos atores em cena; o embaralhamento de ideias; a difícil depuração do “joio e do trigo” no emaranhado tecer do texto em dados momentos. Enfim, as armadilhas todas do campo, da escrita e do pós-escrita, especialmente em certos contextos urbanos, tal como experientes etnógrafos já evidenciaram, como Magnani (2002: 25), com seus “pedaços, manchas, trajetos e circuitos” para tentar apreender a complexidade destes densos e sobrepostos espaços citadinos; ou como flagraram as reflexões de Zaluar (2009: 561) em:

Quando comecei, não havia reflexão sobre a pesquisa no meio do perigo e da violência nas cidades brasileiras. Acrescentei as minhas experiências anteriores a este fazer antropológico que, mesmo em novo

contexto carregado de ciladas e riscos, é ofício, exercício e arte de **se aproximar para conhecer e se afastar para entender, dois movimentos imprescindíveis** para garantir um mínimo de **objetividade** do pesquisador e acesso à **subjetividade** dos pesquisados. Sempre considerei que a aventura de conhecer outros mundos simbólicos é uma **via de mão dupla da subjetividade e da objetividade**. É preciso navegar em vários mares ao mesmo tempo, como Malinowski (1975) se referia ao trabalho etnográfico, real e metaforicamente, ou jogar simultaneamente em vários tabuleiros, como os gregos nos tempos trágicos (Vernant, 1992). Isto também quer dizer que o pesquisador de campo **é ao mesmo tempo ator**, nas diversas situações de pesquisa, **e autor**, quando monta o projeto, quando faz perguntas, quando escreve com os fragmentos que recolheu. Alguns pós-modernos afirmam até que esta **condição de ator e autor deve estar sempre clara quando etnógrafos escrevem sobre suas experiências alhures, que é ela a narrativa etnográfica** (Clifford, 1986; Marcus e Fischer, 1986). (ZALUAR, 2009: 560 – 1 – grifos meus)

Feitas estas fundamentais ressalvas sobre o fazer etnográfico, e que encontram acolhimento naquele “terceiro caderno”, passo ao último deles. Neste “quarto caderno”, e para fins práticos, posso dizer que estamos diante do produto final, fruto do trabalho etnográfico. E aqui, novamente, temos outra artificialidade ou, como pontuou, Latour (2012: 197), o “estudo pode ter fim, mas o experimento continua: o novo relato acrescenta a sua ação performativa a todos os outros e isso também produz dados”. Também neste ponto, podemos ter chegado ou não – daí, em ANT, falamos sempre em produzir “relatos de risco” – a um mundo “desdobrado” ou “unificado”, inclusive, para a concordância ou não dos atores ali mobilizados. Dito de outro modo, é neste último caderno – então, arbitrariamente, considerado um “produto final” – que devemos ter a condição de “averiguar como um relato desempenha seu papel de unir o social”.

Deslocando este pressuposto para os propósitos específicos deste estudo – e com todo o cuidado que uma transposição deve conter – é esperado que, ao final desta pesquisa, o “mundo social” aí unificado possa nos revelar pistas sobre o agir preventivamente sobre a violência a partir das experiências dos atores que segui durante quase meia década de trocas. Se estas podem ser replicadas em outros espaços ou, mais ainda, se podem inspirar políticas públicas de maior alcance, são um passo adiante, mas passível enquanto reflexões potentes e desdobramentos construtivos deste trabalho. Estes últimos, a propósito, são os compromissos éticos a perseguir permanentemente.

5.3 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

As etapas cumpridas nesta etnografia obedeceram às normas em vigência para a realização de pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil, então expressas na resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), sendo, a partir de 2012, observadas e incorporadas as atualizações contidas na resolução 466 publicada em 12 de dezembro daquele ano. Deste modo, foram salvaguardados os cinco referenciais basilares da bioética, quais sejam a autonomia, a não maleficência, a beneficência, a justiça e a equidade. Ademais, e tal como estabelecem estas normas, foram respeitadas as condições de acompanhamento e de observação suportáveis pelos sujeitos da pesquisa, considerando sua situação física, psicológica, social, educacional e cultural.

Neste sentido, evitei risco adicional à saúde física e psíquica dos participantes ou mesmo às dimensões moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano (Res. 196/96; Res. 466/12). Ademais, compreendi que garantir a eticidade da pesquisa, e em observância à Resolução 466/12, perpassou necessariamente as seguintes dimensões:

a) o respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida; b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos; c) garantia de que os danos previsíveis serão evitados; e relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária. (BRASIL, 2012).

Em face destas disposições e, refletindo sobre as particularidades deste estudo, procedi com aquela ponderação entre **riscos** e **benefícios**, bem como com a exposição da **relevância social** que a pesquisa encerra. Em relação aos **riscos de pesquisa**, como já ponderado acima, reitero a permanente vigilância aos processos e procedimentos peculiares à etnografia, evitando e interpelando quaisquer eventuais efeitos indesejáveis no curso das interações e das interpretações produzidas a partir delas, de modo a atentar às demandas sinalizadas pelos colaboradores no campo.

Quanto aos **benefícios da pesquisa**, entendi que a partir dela podemos a) contribuir com dados que informem sobre dinâmicas e manifestações de violência sobre grupos em contextos de vulnerabilidade; b) produzir dados que indiquem os limites e potencialidades associadas à implantação das políticas em vigência no território em

questão, mas que dele se extrapolam; c) indicar limites e potencialidades das ações de prevenção de violência acompanhadas neste estudo; e d) propor ou subsidiar estratégias que visem ampliar as ações preventivas potencialmente mais efetivas.

E sobre a **relevância social da pesquisa**, lembro aqui a grande magnitude e os forte e variados impactos da violência, tal como salientei na introdução, todavia ainda em descompasso com a efetividade e amplitude das ações de prevenção (OMS, 2014). No caso particular do território mobilizado neste estudo, aponto ainda o fato de pertencer a uma das capitais que concentra as taxas mais elevadas de homicídios (WAISELFISZ, 2015; 2014; 2013). Diante disto, compreendo que este trabalho, ainda que voltado a um dado território, pode contribuir com reflexões mais amplas sobre aspectos que favorecem ou que dificultam as abordagens preventivas em espaços de maior vulnerabilidade.

Uma vez submetido e aprovado o projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde Coletiva, através do parecer ético de número **CAAE 56981216.7.0000.5030**, a pesquisa procedeu obediente às normas vigentes. Assim, em termos operativos, e durante toda a imersão etnográfica, foi apresentado aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual foi redigido em linguagem simples e acessível. O termo reforçou ainda a garantia da confidencialidade, anonimato, privacidade, de modo a impedir a má utilização das informações coletadas em prejuízo dos informantes entrevistados e das instituições visitadas, bem como, o direito de interromper sua participação na pesquisa em qualquer momento, se assim desejado.

Destaco, mais uma vez, que foi garantido aos participantes o direito de se recusar a continuar participando desta investigação quando assim o desejaram em qualquer etapa da mesma sem que houvesse qualquer ônus para os mesmos. Garanti que toda informação colhida por este estudo será mantida em sigilo e, como dito, os nomes dos participantes foram devidamente codificados a fim de lhes assegurar anonimato e privacidade. Neste sentido, e sob nenhuma hipótese, não se veiculou, e nem se veiculará informações que possam viabilizar a identificação dos mesmos.

Por fim, aos participantes será assegurado acesso livre aos resultados do estudo que, após a defesa, revisão e aprovação deste trabalho, serão tornados públicos posteriormente, e unicamente para fins científicos e acadêmicos, sendo que os mesmos serão apresentados à comunidade. Além disso, assim que retomada as minhas atividades docentes, as ações de extensão serão retomadas e mantidas neste bairro, bem como os diálogos e a disposição para futuros projetos em parcerias e de interesse dos participantes e colaboradores deste estudo.

CAPÍTULO I

Calabar: cenário de resistências e mobilizações

Este capítulo dedica-se a situar o espaço onde este estudo se desenvolveu, não apenas por entender que é necessária uma contextualização do que podemos chamar de pano de fundo onde as ações preventivas se realizam, mas também em função da “insistência” de certos aspectos das conformações territoriais vista em muitos dos discursos ouvidos nesta etnografia, ainda que se buscasse deles se desviar em direção ao foco, as ações de prevenção de violência vivenciadas por estes atores. Assim, ao tecer diálogos com os vários interlocutores em campo, não raro, pautas referentes a questões mais estruturais da vida neste lugar, perpassando desde as vias públicas aos domínios particulares, se impuseram com força suficiente para incorporá-las no rol das categorias que interessam e informam a esta pesquisa, tal como buscarei demonstrar nesta seção.

Para tanto, estruturei este texto em três momentos. O primeiro deles dedica-se a apresentar o bairro desde sua conformação atual, a partir de informações de natureza sócio demográficas e territoriais especialmente. Em um segundo momento, teço algumas considerações sobre a origem do bairro, objetivando destacar aspectos históricos que contribuíram para a compreensão de certas reivindicações ainda fortemente vivas na “ordem do dia” da tradicional militância dos seus moradores, também enfatizando o teor de violações e de processos violentos que se entremeiam à sua história de lutas e resistências. E o terceiro momento põe em relevo os movimentos de associações e a dinâmica destas ao longo do tempo, uma vez que aqui se situam muitos dos atores que segui em virtude das mobilizações destes em torno do objeto em questão.

Cabe, todavia, assinalar que nenhum destes momentos pretendeu exaurir aqui, em detalhes, os escopos que abrigam, e torno claros os motivos. Em relação aos dados territoriais e sócio-demográficos, ressalvo que as informações oficiais relativas ao Calabar são relativamente escassas, de modo que acessei apenas os dados do censo de 2000 e aqueles do ano de 2010 quando o IBGE passou a contemplar os seis setores censitários que integram o bairro. A respeito dos aspectos históricos de conformação e de associação comunitária, podemos contar com alguns estudos como o de Conceição (1986), Giudice e Souza (2000), Santos et al. (2010), entre outros, que revelam informações relativamente fartas acerca daquelas dimensões.

Além disso, e por não se constituírem como o foco central das análises, aquelas últimas foram acionadas de modo mais interessado a observar expressões mais violentas destes processos, e que chegam então aos dias de hoje como pautas em aberto, isto é, muitas vezes, embebidas do que proponho categorizar aqui como uma “violência de base”, a qual discuto com mais detalhe no capítulo seguinte. Por ora, estamos diante de algo próximo do que a literatura registra como “violência estrutural”¹⁴, aquela que se expressa na negação, omissão ou mesmo na violação sistemática de direitos, orquestradas de modo mais ou menos intencional pelos atores que manejam o poder público e/ou pelos grupos dominantes, em geral, para favorecimento próprio, e cujas repercussões danosas e excludentes, atingem amplamente coletividades, via de regra, em maior desvantagem socioeconômica, como o caso da comunidade aqui em destaque.

1.1 O território, sua gente, suas rotinas

Em abril de 2016, uma notícia publicada em um famoso jornal eletrônico trazia em destaque o seguinte enunciado – “Aos 467 anos, Salvador é a cidade sem bairros oficializados por lei” – seguido do subtítulo que avança: “IBGE diz que legislação de 1960, que definia 32 bairros, não foi atualizada; projeto de lei com proposta da UFBA segue sem votação desde de 2010”¹⁵. À época, a referida proposta da universidade defendia a existência de 160 bairros e três ilhas constituintes da São Salvador da Bahia. Neste empenho, curiosos foram os caminhos que levaram ao conhecimento deste saldo então quintuplicado de bairros: no caso, uma extensa pesquisa que, originalmente, pretendia seguir o fluxo das águas ao longo do grande terreno da cidade, mas que desembocou também na identificação destas existências, de certo modo, ainda silenciadas.

¹⁴ A noção de “violência estrutural” é defendida por alguns estudiosos do fenômeno, a exemplo de Maria Cecília Minayo (2005: 32), para quem trata-se “das mais diferentes formas de manutenção das desigualdades sociais, culturais, de gêneros, etárias e étnicas que produzem miséria, a fome e as várias formas de submissão e exploração de uma pessoas pelas outras”. E acresce: “**mais cruel é a violência que mantém a miséria de grande parte da população do país**; todos os autores que estudam o fenômeno da miséria e da desigualdade social mostram que sua naturalização o torna o chão de onde brotam várias outras formas de relação violenta” (MINAYO, 2005: 32 – grifos da autora).

¹⁵ Reportagem acessada em 10 agosto 2016; disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/aniversario-de-salvador/noticia/2016/04/aos-467-anos-salvador-ainda-e-uma-cidade-sem-bairro-oficializado-por-lei.html>.

Proponho aqui um breve parêntese: é preciso antes que se diga o que afinal estaremos entendendo por “bairro”. Para Veiga et al. (2012: 132 – 3), “a noção de bairro nos remete aos múltiplos conceitos de descentralização e à sua associação ao polissêmico conceito de democracia”. Sem desdobrar esta longa e densa discussão, e ainda segundo estes autores, teoricamente, o “bairro é uma porção territorial que se constitui em referência para o cidadão, no universo de conflitos e contradições que perpassam a cidade e a sua gestão”, e também:

O bairro é um espaço ao qual podemos reportar as **múltiplas noções de “pertencimento”** (no exato sentido do reconhecimento), no contexto de sociedades complexas e estratificadas, sendo o mesmo perpassado por assimetrias e conflitos dos mais diferenciados. Muitas são as **histórias de vida que relatam os vínculos com essa porção do território**; o fato de “ter nascido e vivido por toda a vida naquele lugar” e a vontade aí permanecer, face o **vínculo emocional e a carga afetiva que aquela porção de território onde habita suscita**. (VEIGA et al., 2012: 132 – 33; grifos meus)

Sobre “histórias” e “afetos” dos atores que segui neste estudo e que preservam aquela sensação de pertença, não obstante nuances e conflitos, discorro mais tarde. Retornando o olhar para aqueles tradicionais 32 bairros, cujo o reconhecimento oficial ainda depende da aprovação da lei, com tudo que isto representa em termos de falta de condições essenciais para o planejamento urbano e de políticas públicas, o Calabar, evidentemente, não figurava entre eles. E este dramático “evidentemente” se tornará mais claro ao longo do segundo momento deste capítulo. Assim, sem grandes surpresas, em um mapa da cidade que representasse aquelas três dezenas e pouco, e nem tão antigo como se poderia supor, visualizamos os quatro bairros vizinhos à área que abriga o Calabar ali nominados, como Graça, Barra, Federação e Ondina, e um “campo em branco”, onde este se situa, ao lado de outros igualmente inominados para efeitos da lei.

Voltando aos fecundos “caminhos das águas”, aquela pesquisa, coordenada pela professora Elisabete Santos, tanto contribuiu para um desfecho mais justo do que este prolongado anonimato oficial, em que pese a também demorada tramitação acima referida pela reportagem, quanto nos revela intimidades sobre este lugar, a partir do olhar sobre as bacias que o conformam:

Fazem parte da **Bacia de Ondina** os bairros de Ondina, **Calabar** e Alto das Pombas, além das localidades do Jardim Apipema, Alto de Ondina e São Lázaro. [...]. Até então, a área que corresponde a esta bacia fazia

parte da bacia do Rio dos Seixos (Barra/Centenário). Entretanto, a **existência da nascente de um córrego que drena a localidade do Jardim Apipema e o bairro do Calabar, onde foi observado um suave caimento no terreno**, justificou a delimitação desta bacia, sendo os limites entre ela e a bacia do Rio dos Seixos definidos pela delimitação automática por geoprocessamento. [...]. Foi **também localizado um curso d'água completamente degradado no seu escoamento superficial, que corre paralelo à Rua Nova do Calabar, em áreas bastante impermeabilizadas**, ao fundo dos lotes lindeiros a esta via, cujo sentido de fluxo das águas indica que as áreas de contribuição para o mesmo pertencem à Bacia de Ondina. (SANTOS et al., 2010: 31 – grifos meus)

As águas que drenam a “localidade do Jardim Apipema e o bairro do Calabar”, além do curso d'água “completamente degradado” que correm paralela à Rua Nova do Calabar nos levam justo ao “lado” do bairro, mais conhecido como o “Camarão”, onde encontramos, além daquela degradação, as condições mais frágeis de pavimentação e infra estrutura, mas, sobretudo, a presença dificultada dos serviços e ações públicas e comunitárias que se situam do outro lado, quase às margens do sobrevivente Rio dos Seixos. No caso, refiro-me ao lado do “Bomba”, onde estão alocados tais equipamentos – a unidade de saúde, a base comunitária de segurança, o centro de educação infantil, a escola e a biblioteca comunitária, as cooperativas – aos quais, nem sempre, aquele outro lado pode acessar, mas sobre isto retomo oportunamente.

Independente do lado, ainda vivenciamos no bairro não apenas aquele córrego degradado, mas uma profusão de problemas de infraestrutura das vias públicas. Assim, se podemos contar com encostas protegidas, o mesmo não podemos dizer, por exemplo, da maior parte das perigosas escadarias que ligam os altos e baixos, sem corrimão ou com seus degraus irregulares; pavimentação e calçamentos danificados, em seus raros processos de manutenção; desníveis sem a devida proteção, entre outras irregularidades. Tais sofríveis configurações – em parte fruto dos frágeis improvisos típicos das “autoconstruções” e estas, por sua vez, decorrentes da histórica e persistente omissão dos poderes públicos – tornam-se importantes “mediadores”, isto é, respondem, muitas vezes, pelas dificuldades de trânsito e de acessibilidade, o que implica a pouca adesão e participação de certos grupos, com destaque para os idosos, em várias ações ocorrentes no bairro, incluindo aquelas em foco deste estudo.

Foto 01: via de acesso privado no Calabar (2014)



Fonte: acervo ACCS FOFB034

Foto 02: acesso ao bairro, lado do Camarão (2015)



Fonte: minha autoria

Foto 03: ponto comercial no Calabar (2014)



Fonte: minha autoria

Foto 04: objeto em via pública no bairro (2014)



Fonte: minha autoria

De volta às águas mais mansas, beirando o Rio dos Seixos, cujo nome significa “pedras roladas” (SANTOS et al., 2010: 19), está a outra principal via de acesso ao bairro do Calabar, na avenida Centenário, no caso, o chamado “lado do Bomba”. Ainda de acordo com estes pesquisadores, historicamente, “a área drenante desse rio tinha grande valor cênico, atributos visuais e beleza paisagística”, tendo suas nascentes e áreas de bacia em bairros antigos e tradicionais, “habitados por uma população situadas predominantemente nas maiores faixas de renda”. Sobre esta convivência, avançarei mais um pouco, além do que já abordei na nota biográfica da sessão metodológica.

Estes dados de realidade nos conduzem ao delineamento típico dos contrastes urbanos encontrados nas grandes cidades brasileiras, não sendo diferente em Salvador, ou aquilo que o professor Gey Espinheira nos dizia em termos de “dois pesos e duas medidas”: “uma cidade nunca é a mesma em seus diferentes lugares, sobretudo quando se comparam ambientes populares e aqueles outros de média e alta renda, com um padrão de urbanização elevado” (ESPINHEIRA, 2008: 15). Já aquelas águas mansas do rio que beira a entrada via Avenida Centenário nos trazem as lembranças de Bento, morador antigo do bairro:

[...] E lá na frente, naquele quiosque ali, era aberto, a gente jogava bola ali. Época de chuva, rapaz! Hoje a gente não faz isso: a bola caía – a água não era limpa, mas também não era suja como agora – aí a bola caía lá e a gente mergulhava assim, olha, pegava a bola. Ninguém nunca ficava doente. Mas, aí eu digo: eu não faço isso agora! Ninguém faz. [Risos] Ninguém! Por mais pivete de periferia, não faz. Mas a gente fazia isso. Essa descida aqui da Ranolfo, aí tem uma descida, assim, reta. Você sabe o que é o deslizante? Não, né? Mas já ouviu falar de patinete! Deslizante é estas fórmicas: a gente cortava, e aí sentava lá em cima e descia; chegava cá embaixo, aí, rabiava. Se ralava todo! [Ênfase] Batia a cabeça, ralava braço [risos]. Aí tinha aquela grama ali do ponto [na Avenida Centenário], onde tem as frutas, descia ali papelão, caía na pista, oh meu Deus! Eu digo sempre que a gente teve infância, né?! A gente saía [interrompe]. Minha família, dez filhos. Meu pai, alcoólatra, peão de obra; minha mãe lavou muita roupa de ganho. Aí a gente saía para pegar compra ali no mercado, ali na feirinha do Chame – Chame; ou então eu pedia nos prédios, nas casas. E olha como é que acontecia: a gente buzinava; aí eu dizia assim: “oh, moça, eu estou com fome”. “Eu vou abrir o portão, suba aí!”. Olha isso! Mandava a gente subir! [Ênfase] Sentava, comia, ainda dava dinheiro, dava roupa! [Ênfase] Hoje em dia ninguém não quer nem atender quanto mais: “suba aí” [risos]. Então tudo isso fez parte. Era um outro estilo de vida, uma outra situação [pausa longa]. Mas é a vida, vamos sobrevivendo [risos]. (Bento, 2016)

As memórias de Bento nos levam a um tempo, um pouco anterior, ali na década de 1980. Apesar das dificuldades relatadas, ele nos fala com leveza sobre uma outra dinâmica nas interações e relações vistas nas cidades grandes, como mesmo ressalta, apontando também para uma liberdade no trânsito e no uso do espaço público – da praça, dos passeios, das ruas que se entrecruzam ali. Por ora, reservemos tais memórias, e olhemos o Calabar de hoje em termos do seu território e população.

De acordo com Santos et al. (2010: 19), o bairro do Calabar possuía uma população de 2.943 habitantes, correspondendo a 0,12% dos soteropolitanos, na entrada

no novo século, tendo como base os dados do censo demográfico do IBGE (2000). Ainda segundo estes autores, o perfil sócio demográfico revelado nesta época falava de 30,51% dos chefes de família estavam situados na faixa de renda mensal de 0,5 a 1 salário mínimo; e, em relação ao tempo de estudo, cerca de 30% destes chefes tinham entre 4 a 7 anos (SANTOS et al. 2010: 19).

Já na pesquisa de Trad et al. (2014: 43), e então se reportando ao censo do IBGE de 2010, no qual os dados obedecem à precisão dos setores censitários constituintes deste bairro, encontramos, uma década depois daquele, um total de 4.900 residentes, ocupando 1.492 domicílios no espaço de 42 hectares referentes a este território, com uma média de 3,3 habitantes por domicílio. Deste universo, crescem aqueles autores de posse daqueles dados, temos 2.265 homens e 2.635 mulheres, as quais, segundo uma de nossas interlocutoras, efetivamente chefiam as suas famílias: “e eu visualizo aqui na comunidade, que as mulheres, em sua grande maioria, são arrimo de família. São elas que são as chefas da casa” (Dora, 2016).

A fala de Dora nos convida à rotina do bairro, e aqui, desde um olhar externo, porém atento aos movimentos das casas, das ruas e ruelas, dos salões de igrejas, do varejo movimentado, das subidas e descidas. O Calabar é, portanto, um típico bairro residencial e comercial. A vida ali acontece desde muito cedo: são trabalhadores que cruzam as principais e pequenas vias de um daqueles lados do bairro; são donas de casa que já entram e saem dos seus lares, atendendo às demandas todas; são os vários mercadinhos sempre providenciais e cheios de novidades; são os pequenos bares que, dia a dia, contam com um certo público cativo, sobretudo, de jogadores; são crianças que passam cheias de vida a caminho da escola comunitária, um dos orgulhos da comunidade, conforme destacaram Santos et al. (2010: 19), a partir da contribuição de uma das suas lideranças:

Montamos um espetáculo contando a história do Calabar que percorreu vários estados do Brasil, sempre reverenciando Zumbi. Nossa Escola Aberta do Calabar também ganhou um prêmio da Unesco, com o melhor projeto de educação do estado da Bahia e prêmio de melhor alfabetizadora da década da Rede Manchete de TV. Temos ainda um intercâmbio com a Escola Baden na Suíça, onde os estudantes desta escola formaram um grupo que se autodenomina Grupo de Amigos do Calabar. (Lindalva Amorim, 2010 citada por SANTOS et al., 2010: 19)

Foto 5: muro da Escola Aberta do Calabar (2014)



Fonte: minha autoria

Foto 6: ponto comercial (Calabar, 2014)



Fonte: minha autoria

Os fins de semana também são plenos de vida em movimento no bairro; e quase sempre, as músicas concorrem pelos espaços. Muitas crianças e adolescentes brincam nas portas das suas casas ou nas ruas: sim, e ainda se veem bolas, pipas, rodas, “cabras cegas”, “polícia e ladrão”. Jovens e adultos circulam com seus mil propósitos: uns vão à praia logo ali; muitos seguem trabalhando; alguns preferem os bares locais; outros preferem a “pelada” que sempre acontece ali na quadra contígua à escola. Os idosos seguem na discrição dos seus lares, ou ali por perto, ou nos salões de rezas. E há também, os dias mais extraordinários, com eventos diversos que as lideranças comunitárias, em parcerias diversas, realizam ao longo do ano, a exemplo do tradicional “Café da Manhã das Mães do Calabar” e a Parada Gay do Calabar.

A minha vivência nestes anos de trocas fez-me perceber um Calabar que, a despeito de processos de rivalidade persistentes entre alguns sujeitos, remete a um lugar que inspira bastante proximidade, ou até mesmo, familiaridade entre boa parte dos seus moradores. Em assim sendo, na maior parte do tempo de convivência no bairro, senti muita receptividade e solicitude dos interlocutores, de modo que muitos foram os convites e oportunidades participativas que reforçaram os vínculos construídos neste tempo.

Foto 07: IV Parada Gay do Calabar (2014)



Fonte: minha autoria

Foto 08: Decoração da IV Parada Gay (2014)



Fonte: minha autoria

Foto 09: Ornamentação Parada Gay (2014)



Fonte: minha autoria

Foto 10: III Parada Gay do Calabar (2013)



Fonte: minha autoria

As noites, suponho, tendem à quietude, como esperado para os dos bairros residenciais. Todavia, confesso, permaneceram misteriosas para mim ao longo desta quase meia década de vivências. Daí ser possível falar mais de uma “etnografia do dia”. Além das horas noturnas mais profundas, certos ângulos de ruas e esquinas, de um lado ou de outro do bairro, também se tornaram inacessíveis e, portanto, desconhecidos, e não apenas a mim, um olhar externo, mas, não raro, aos de dentro, tal como assinala um dos

nossos interlocutores, do qual omitirei aqui o nome fictício, e por motivos relativos ao que tornam aqueles tempos e espaços mais distantes:

[...] **é complicado** [ênfase]. Mas, ainda assim, não é o Afeganistão. Tempo atrás eu diria: “vá na minha casa de boa”. Tempo atrás. [Ênfase]. Tanto assim que muitos amigos que eu levei lá pra minha casa, que não eram daqui da comunidade, eu levei a primeira vez, mas depois eles costumavam ir sozinhos. [...]. Então, mesmo assim, ninguém ia fazer nada. Os caras traficavam, mas não andavam com arma, por exemplo. E, assim, respeitavam muito as pessoas de fora. Mas agora, por exemplo, eu não posso dizer isso. Não posso. Aqui sim, na área principal não tem problema nenhum, mas nos lugares mais escondidos do Calabar, eu não diria isso; para as pessoas irem assim, principalmente, se for homem, mulher ainda de boa, mas se for homem é mais complicado. Porque eles vão achar que é inimigo e tal, e vão, pelo menos, te sondar, né? Então, é complicado isso, esta questão.

Certamente, “não é o Afeganistão”, como ilustra o nosso ator, mas a questão é mesmo “complicada”, nos antecipando aqui processos de cerceamento da liberdade de ir e vir em dadas circunstâncias, atrelados a questões de disputas territoriais e de gênero, tal como será discutido oportunamente ao longo dos demais capítulos. Por ora, e a despeito destes tempos e espaços, digamos, mais obscuros, e entre calmarias e certas efervescências, falo de um bairro que expressou, e expressa, muitos momentos de vigorosa participação e acolhimento, conforme buscarei desvelar nas próximas linhas.

1.2 Calabar, cenário de lutas e resistência: um olhar sobre a sua história

A maior parte das referências disponíveis sobre a origem do bairro do Calabar aponta para a presença quilombola¹⁶, embora tentarei demonstrar que algumas possíveis controvérsias podem incidir sobre esta tese, mas não apenas sobre ela. Segundo os estudos de Conceição, feitos na década de 1980, o território que atualmente abriga o bairro fora fundado por descendentes de escravos trazidos da cidade nigeriana de Kalabari, os quais, fugindo da exploração dos engenhos, organizaram o Quilombo dos

¹⁶ As categorias “quilombo” e “remanescentes quilombolas” serão tomadas, neste estudo, em seu entendimento mais amplo e polissêmico, tal como os muitos estudos da linha tem enfatizado, e conforme bem Leite (2000: 337) coloca em: “a vastidão de significados favorece o seu uso para expressar uma grande quantidade de experiências, um verdadeiro aparato simbólico a representar tudo o que diz respeito à história das Américas”.

Kalabari. Mais recentemente, dados disponíveis na página eletrônica da Fundação Gregório de Mattos (2016) ratificam tais informações:

Segundo o historiador Cid Teixeira, alguns escravos trazidos de uma região da África, chamada Kalabari (atual Nigéria), se refugiaram e construíram um quilombo (Quilombo dos Kalabari), onde hoje está o bairro do Calabar. (FUNDAÇÃO GREGRÓRIO DE MATOS, 2016)

Em que pese a relativa recorrência desta afirmação, no recorte de tempo desta pesquisa, não verifiquei movimentos entre moradores à guisa de reconhecimento deste território enquanto remanescente quilombola, de modo que estes também não figuravam, até então, entre os processos de certificação solicitados junto à Fundação Cultural Palmares¹⁷ (BRASIL, 2016). Sem pretender avançar nesta direção, uma vez não sendo este o objeto central desta pesquisa, a relevância de evidenciar um possível desencontro de informações está nas implicações que a confirmação ou a refutação daquela tese podem ter para os seus moradores nos dias de hoje em face de uma das reivindicações mais intensamente sentida no campo: o árduo e lento direito de propriedade, e o que isto se traduz em termos de violência, no caso, daquela violência de base, a qual, como qualquer outra, seria passível de prevenção, interesse direto deste estudo.

[...]. Olhe bem, eu acho que o Calabar deve ter em torno de cem anos pra cima. Porque minha vó, ela nasceu em 1920, por sinal, se ela tivesse viva, estava fazendo 96 anos hoje. Ela disse que veio para cá com 20 anos. Ela morreu com 87, então só ela morou aqui 67 anos, mais os anos até aqui, dá 75 anos, só ela. Então, é por isso que eu digo que o Calabar deve ter pelo menos uns cem anos para cima. (Bento, 2016)

Assim, se confirmada, isto é, se estamos falando de um território que abriga remanescentes quilombolas, teríamos então outro horizonte para a efetivação do direito de propriedade por vias legais específicas, abrigadas na atual Constituição Federal, e nas sucessivas normas e atos que a regulamentam, apesar deste tender a ser um longo e moroso caminho, como tem sugerido a casuística. Colabora com esta versão, e em contraste com as definições mais tradicionais de “quilombo”, o reposicionamento proposto por Marques (2009: 339 – grifos meus) quando afirma que é preciso compreender o “quilombo não apenas como um lugar definido externamente – ou seja, geograficamente

¹⁷ Registros referentes às certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQs) atualizada até a portaria no. 104/2016 publicada no Diário Oficial da União (20/05/2016).

determinado, historicamente construído e (talvez) documentado, ou um achado arqueológico – mas também como um **ente vivo**". A propósito, e para este autor, é a etnografia o "momento privilegiado" para tal compreensão e apreensão.

Por outro lado, se refutada a existência de remanescentes quilombolas, estamos então cogitando um território que fora povoado da forma mais corrente ao longo dos séculos no Brasil, conforme descreve Holston (2013): através de ocupações que se deparavam com uma intrincado, confuso e excludente arcabouço legal que gerou muitas vezes, propositada e perversamente, contradições que "estabeleciam a ilegalidade como norma de assentamentos, facilitando as fraudes nas terras e alimentando a violência" em torno da questão fundiária. Tais ocupações, especialmente a partir do século XVIII e da Lei de Terras de 1850, foram marcadas pela a ação opressora e violenta dos grandes proprietários, em suas cruentas práticas coronelistas, como bem expressou aquele autor:

Contra essas forças, os pequenos posseiros só conseguiam assegurar uma posse de terra temporária. Os pequenos fazendeiros, os forasteiros, ex-escravos, imigrantes pobres e os índios que de fato cultivavam suas posses eram os que mais sofriam com essa violência. Embora só tivessem acesso ilegal à terra, por meio de posse e não de propriedade, **eram colonos que preenchiam o objetivo original da legislação de uso produtivo da terra.** No entanto, os mais poderosos os **estigmatizavam como invasores e os expulsavam de suas terras.** Os índios foram exterminados. Completando o círculo vicioso, os sem-terra eram recrutados por capangas. Na falta de quaisquer meios legais de estabelecer títulos de propriedade, as matanças se tornavam rotina enquanto os conflitos em torno da terra se multiplicavam de forma incontrolável (HOLSTON, 2013; p. 195 – grifos meus).

Os primeiros destaques desta citação nos fazem lembrar que, originalmente, isto é, dos primórdios da ocupação do solo brasileiro até a Lei de Terras de 1850, observamos a vigência do regime de enfiteuse, cujo significado da propriedade da terra "reside no uso, que garante os direitos do proprietário" (HOLSTON, 2013: 185). Aqui, em que pesem a conformação dos grandes latifúndios, gerados desde a Lei das Sesmarias, no fenômeno que aquele autor chamou de "emaranhado colonial da posse da terra", o uso desta, não sem conflitos, ainda era possível aos pequenos colonos, de modo que os processos violentos de exclusão acima citados passam a se intensificar, e paradoxalmente, a partir do século XIX, sobretudo, com o florescer da *res publica*¹⁸.

¹⁸ No caso da capital que abriga o bairro aqui em foco, e de acordo com Giudice e Souza (2000: 87), as "modificações estruturais que viriam desencadear o processo de favelização em Salvador,

A esta época, e como pontuaram Giudice e Souza (2000: 87) ao analisar a relação entre o bairro aqui em foco e a cidade de Salvador, o Estado passa a “atuar cada vez mais no espaço urbano dividido entre bairros ‘nobres’ e pobres, dotando de recursos somente para os primeiros, acelerando a estratificação que havia começado nas cidades brasileiras” desde aquele século, tornando-se sólida ao longo dos anos 1900, e resultando na flagrante estrutura reconhecida atualmente no binômio núcleo-periferia. Nesta linha, também reflete Espinheira (2008: 51 – grifos meus) acerca das cidades no Brasil, e particularizando Salvador, coloca que o seu crescimento “foi marcado pelos **desequilíbrios entre grupos sociais quanto ao acesso à renda e a produção dos ativos urbanos** como moradias e ambientes coletivos precarizados”, e assim “contribuindo para o arruinamento das relações sociais cordiais, **minando a estabilidade e instituindo a improvisação** em lugar da consolidação de projetos de realização de objetivos”. O relato de um dos atores confirma isto, referindo-se aqui, mais especificamente, às décadas de 1970 e 80:

[...]. Na época a gente ainda trouxe Dom Avelar Brandão Vilela aqui. E aí ele viu, e chamou a imprensa para mostrar como é que podia o Calabar estar daquele jeito: esgoto a céu aberto, a gente passava na tábua. Eu lhe mostrei onde foi que eu nasci? [...]. Para eu sair de casa era em cima de uma tábua. Quase parecido aos Alagados, mas os Alagados têm o mar, e aqui tinha esgoto. Quantas vezes eu caí neste esgoto. [...] Vixe, a gente saía de sandália e, lá na frente, tinha que lavar os pés para calçar o sapato. Lá na frente, naquele quiosque ali, era aberto, a gente jogava bola ali. Época de chuva, rapaz! (Bento, 2016)

Retomando a fala de Holston (2013) acima, esta também nos antecipa os famigerados processos de estigmatização que permearam estes meandros, e que chegam à atualidade como, por exemplo, na condição de “invasores”, em geral, atribuída a certos grupos, ainda que tenham residido em uma determinada porção da terra, via de regra, assentada naqueles controversos e duvidosos emaranhados de leis e títulos. É o caso do bairro aqui em relevo, nitidamente expresso na relação pouco amistosa, para não dizer, quase hostil, com o seu entorno, muitas vezes, endossada pelo poder público, tal como retomo mais adiante.

tiveram início no começo do século XX quando, segundo Suarez (1995), com a proclamação da República, o regime de enfiteuse entra em contradição com as relações sociais que pretendiam os brasileiros em seu novo momento histórico. O sistema teve de ser alterado pelo da propriedade absoluta, em que se somavam o domínio útil e a propriedade em um só proprietário – o proprietário privado – que passou a ser completamente protegido a partir de 1917 pelo Código Civil.

Por ora, e de volta às origens do Calabar, ainda podemos ter uma terceira via: um misto daquelas possibilidades na extensão deste território, isto é, a convivência das duas versões da história em um nó intrincado de interesses e reivindicações, de dentro e de fora, que podem datar de longo tempo. Neste sentido, e considerada a sua localização geográfica, tal hipótese parece guardar maior plausibilidade, uma vez que identificamos uma configuração heterogênea¹⁹ existente nos dias de hoje: ou seja, habitam no mesmo espaço desde moradores mais antigos, inclusive, descendentes de escravos africanos, como aqueles que mais recentemente fixaram moradia, muitos deles advindos de pequenos municípios baianos. De todo modo, quaisquer que sejam os caminhos, vemos um território que chegou à contemporaneidade com uma complexa questão em torno da propriedade – ou, como prefere Conceição (2015), com um “longo percurso fundiário” – e uma imensidão de demandas, típicas dos espaços que se desenvolveram às custas de lutas e esforços dos seus moradores:

Primeiro, o conceito de violência [...] que é amplo, e eu vejo muita violência realmente na minha comunidade. Eu destaco uma que é a ausência do Estado, que em serviços básicos pra comunidade: saúde, educação e saneamento básico ainda. Avançou-se muito na comunidade nessa questão de qualidade de vida, que antes aí tinha os barracos de madeira, esgoto a céu aberto, mas ainda muito precisa ser feito para que seja considerado um local saneado. (Glória, 2014).

No bojo daqueles esforços, esta fala expressa uma das sensações mais presentes e pronunciadas entre os atores: aquela da omissão do Estado na efetivação do conjunto de direitos sociais constitucionais, traduzida, como neste caso, em uma forma de violência. Vemos ainda a ênfase nas questões habitacionais, as quais, segundo Giudice e Souza (2000: 87), e do ponto de vista histórico, tiveram início com a República “quando os municípios começaram a ser ordenados pelas suas próprias leis, mas deixando a cargo da União o ônus de prover a moradia”²⁰. Já em uma perspectiva mais ampla, vale

¹⁹ Tal heterogeneidade, e se confirmada a existência de remanescente quilombolas no bairro, pode ser compreendida se atentarmos para o fato de que “os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado”, etc. (SCHMITT, TURATTI, CARVALHO, 2002). Outros autores apontam ainda indícios de que em territórios quilombolas conviveram outros sujeitos que não escravos de origem africana.

²⁰ Um reflexo de tal predomínio da ação federal no que tange às questões habitacionais está nos avanços mais recentes como a criação Estatuto da Cidade de 2001 (Lei Federal 10.257/2001) e do Ministério das Cidades; e a formulação da Política Nacional de Habitação de 2004 e do Plano Nacional de Habitação. No nível municipal, e especificamente para o caso de Salvador, um dos princípios que regem a Política Urbana do Município de Salvador contemplam a função social da

destacar a leitura de Holston (2013), acerca de tal conduta estatal omissa, especialmente, em relação ao seu papel de garantir e de regular o direito de propriedade, inspirada nos pensamentos de Locke e Hegel, tal como:

Não obstante importantes diferenças, as linhagens lockiana e hegeliana de direitos de propriedade concordam quanto à relação direta entre o que pode ser chamado de propriedade interna (o eu) e de propriedade externa (terra/coisas), e entre propriedades (nos dois sentidos) e cidadania. Ambas defendem que **é o direito de propriedade, acima de todos os direitos, que assegura a liberdade de um indivíduo**. Os dois entendem essa liberdade como liberdade da dependência da vontade de outros. A propriedade é, portanto, a corporificação e a exteriorização do livre-arbítrio de um indivíduo. Assim, **um indivíduo é livre à medida que for proprietário de sua própria pessoa, uma relação corporificada e expressa na propriedade de terra e de coisas** (HOLSTON, 2013; p. 158 – 9) – grifos meus).

Podemos observar nestes modos de conceber o denso e profundo significado do direito **de** propriedade, anterior mesmo ao direito **à** propriedade, e que aquele autor desloca tão precisamente ao contexto das “periferias urbanas” quando assinala incisivamente os “valores da terra e da propriedade de uma casa para os moradores” destes espaços. E, colaborando com as análises que podemos fazer do lugar que estes direitos – o de propriedade e daqueles sociais – ocupam no rol das reivindicações do Calabar, ao longo do tempo, e como sentido no campo, temos: “a autoconstrução é ao mesmo tempo uma medida de seu autodesenvolvimento como pessoas e seu **drama social** como cidadãos” (HOLSTON, 2013: 159 – grifos meus). O exemplo abaixo, da biblioteca comunitária, ilustra a contradição entre a “autoconstrução” e o “drama social”:

[...] A gente sofreu quando chovia aqui na biblioteca. Tinha um problema lá no banheiro que eu não sabia o que era que quando chovia, a água da comunidade todinha, de esgoto, entrava. Aí, dava um banho aqui. Aí, se eu chegasse, e a porta estivesse molhada, aí eu: “meu Deus!”. [...] E aí, eu disse: “meu Deus do céu, e agora?!”. Aí, eu ligava para Benedito: “a biblioteca está toda alagada de água de esgoto”. Esgoto mesmo, as coisas descendo assim. E tudo que estivesse no chão perdia. Aí, eu disse: “meu Deus do céu, eu não aguento mais”. Aí, como eu sou “pidona”, né?! Porque eu sou conhecida como na comunidade como “pidona”, eu peço tudo, mas não pra mim. Aí eu vi o rapaz trabalhando nas coisas da Embasa, aí eu disse assim: “pelo amor de Deus, eu já pensei até em fechar este banheiro”. Aí, ele veio, mexeu lá no banheiro,

cidade, a qual “corresponde o direito à cidade para todos, compreendendo o direito à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento básico, à segurança, à infraestrutura, aos serviços públicos” (SALVADOR, 2016), entre outros direitos. Todavia, e no que toca o bairro em foco, os investimentos para fins de provisão e/ou de reforma habitacionais, sejam eles de quaisquer níveis de governo, são bastante tímidos em relação às demandas atualmente vistas.

quebrou, e disse assim: “rapaz, aqui é porque o esgoto todinho da comunidade está descendo para cá, mas eu vou tirar, e vou o seu e vou botar junto do vizinho”. Aí, botou junto; aí, quebrou o piso, mas eles mesmo botaram, e não pagamos nada. Ele quebrou o piso, consertou, e nunca mais teve nada: pode chover o que for, não cai uma gota. Isso foi bem no início. Pois é, era o esgoto que vinha, e a gente não sabia, aí molhava aqui tudinho. [...] Porque o que eu sofri que não foi brincadeira; e Benedito já chorava: “oh, Flora, não me chame não”. Aí, eu: “e eu vou chamar quem?”. Aí, descia, vinha aqui, limpava, oh, Deus! As estantes sofreram porque elas eram até lá o teto, olha! [Apontando as fotos antigas das estantes originais]. Aí, a gente foi cortando, cortando, cortando, aí foram reduzindo porque estragava os pés. (Flora, 2016)

[...] Um dos sonhos já foi realizado que era a gente ter autonomia para assumir os projetos. Era uma coisa que a gente buscava e foi muito difícil, mas felizmente a gente conseguiu formalizar o grupo, e a gente conseguiu uma certa autonomia, mas o que eu pretendo agora para frente é assim: que a instituição dependa muito menos de mim com relação a esta questão mais burocrática, a questão administrativa, a questão financeira, questão mesmo de aprovar os projetos. E eu sou o único que faz projeto na instituição. Então, isto pra mim é muito ruim, né? [Ênfase]. Porque, a qualquer momento que eu saia, que aconteça alguma coisa, a gente não tem uma pessoa aí que possa segurar isso. Então, isto é uma coisa muito ruim, de não ter outras pessoas nisso. (Benedito, 2016)

Naquela primeira fala, o caso da autoconstrução refere-se ao espaço da biblioteca comunitária, ao qual retornarei mais vezes neste trabalho, e que, como assinalado, sofreu constantes agruras, e não incomuns às edificações assim feitas. Já o outro relato, deste segundo ator – apesar do protagonismo e das realizações notáveis, como posto no terceiro capítulo – demarca claramente a outra face de um projeto que tanto o mobilizou, e ainda mobiliza, mas que não deixa de circunscrevê-lo aos limites da sua "autoconstruída" comunidade, de certo modo, tolhendo o seu direito à cidade, e entendendo "cidade" em seu mais amplo senso, caso aí se mantenha ao longo do tempo, em que pesem o entusiasmo e os êxitos que ele mesmo aponta.

Ainda aquela colocação de Holston (2013) nos abre caminho para prosseguirmos com o olhar sobre a história do bairro em duas vertentes, inclusive, porque ela mesma nos sugere tal dualidade: o Calabar enquanto espaço de autoconstrução e autodesenvolvimento desde as suas origens, mas, por outro lado, um bairro marcado por certos “dramas sociais” que assistimos até a atualidade. Sobre a primeira vertente, é preciso antes salientar que dispomos de poucos dados acerca daqueles processos em seus períodos mais remotos, de modo que tomarei como um recorte mais fecundo de informações aquele que corresponde o início dos anos 1900 à primeira década e meia do

presente século. Deste recorte, destaco os anos subseqüentes a 1960 quando, para a maioria dos estudos, e é compreensível este olhar mais atento a partir daí, intensifica-se a ocupação deste espaço em decorrência do aprofundamento do êxodo rural à época.

Assim, no período que corresponde ao nascer do século XX aos anos de 1960, aproximadamente, ocorre no Calabar o que Giudice e Souza (2000: 89) vão caracterizar como um movimento de “ocupação lenta e sem violência, não se constituindo inicialmente por um processo de invasão²¹, e sim, por outras formas, tais como arrendamentos, parcelamentos e doações, caracterizada por um processo de resistência e conquista palmo a palmo”. Já de acordo com Santos et al. (2000: 36), a dinâmica de ocupação mais expressiva se inicia na “década de 1950 quando a região ainda era uma grande fazenda”. Estes últimos pesquisadores, apoiados no relato de uma das moradoras antigas do bairro, destacam que “inicialmente as famílias pagavam ao senhor José Teixeira, na época, um ocupante destas terras, para construírem suas casas” (SANTOS et al., 2010: 36).

Aqui, uma ponderação: é essencial assinalar as controversas contestações de direito de propriedade recorrentes sobre o território onde se assenta o bairro, as quais se tornaram, e ainda o são, complexas e de difícil resolução, inclusive, em razão da atuação, muitas vezes, confusa dos poderes públicos. Neste empenho, são valiosas as contribuições de Conceição (2015) quando analisa tais movimentos, identificando os conflitos de versões e interesses, a começar pela suposta propriedade conferida àquela grande fazenda referida pelos autores acima, possivelmente, a denominada Fazenda São Gonçalo, que pertenceria não exatamente àquele senhor, José Teixeira, mas sim à Santa Casa de Misericórdia da Bahia, organização que, só apenas recentemente, isto é, coisa de menos de dez anos, obteve escritura do imenso terreno que compreende não apenas o Calabar, mas outros bairros adjacentes.

De 1977 para cá, e ainda antes disso, meus pais e outros pagavam uma taxa à Santa Casa, que dizia ser dona. (Bento, 2016)

E aí, vêm estas questões que até hoje eu bato na tecla: para mim não é dona, isto tudo é jogada política e financeira – “me dê o meu, tome o seu, e vamos embora” – tanto que na área que eu moro, eles falam de poligonal. Nesta poligonal, tem uma casa, segundo a menina, diz que esta casa ganhou; aí vem umas cinco casas, aí vem a minha, aí, a minha, não ganhei o título da posse da terra. Disse que, pela poligonal, eu não tenho direito. Aí, passa mais duas casas e a outra ganha. Aí, lá na frente tem uma outra que a menina me mostrou que ganhou que ela me

²¹ Os termos mais comumente utilizados para se referir à ocupação feita pelos grupos populares ao longo da história – tais como “invasão”, “favelização”, “periferia”, entre outros – refletem o grau de segregação e de estigmatização que marcaram estes processos.

mostrou o documento. Aí, fica a pergunta: “qual é o critério que estão usando?” Que poligonal é essa? Por que está existindo esta poligonal? Que na mesma rua, porque a gente dá o fundo, estas duas junto com a minha dão o fundo para o fundo da Escola de Filosofia e Ciências. Esta outra já mais na frente dá o fundo para o Alto da Pombas. Mas como é que dois ganham na mesma rua e no mesmo lado e uma não ganha? (Bento, 2016)

A fala de Bento reflete o emaranhado fundiário que incide até os dias mais atuais, e que é geradora de permanente insegurança e, por vezes, tensões entre os implicados. Já sobre aquela concessão de suposta propriedade a retomo mais adiante porque mais uma, no caso, a mais recente tentativa de “transação”, tal como define Conceição (2015), em torno da dramática questão fundiária do bairro. Por ora, deste primeiro conjunto de informações e, evidentemente, de controvérsias, cabe sublinhar aqueles processos aos quais referi acima, isto é, os movimentos de autoconstrução, inclusive, da infraestrutura destes espaços e, em segundo, da precariedade e da insegurança incidentes sobre as questões legais da aquisição da terra, mais um dos seus “dramas sociais”. Somado a estas dificuldades temos o fato da maior parte da população residente deste bairro se constituir de negros, o que, se por um lado corrobora, em algum grau, com a tese da presença quilombola referida anteriormente, por outro, intensificam aqueles fenômenos, haja vista o longo histórico de marginalização social e política e segregação que incidiram sobre os negros no Brasil, tal como apontou Leite (2008: 966), e também em:

Os negros – diferentemente dos índios – considerados como os “da terra” – enfrentaram muitos questionamentos sobre a legitimidade de apropriarem-se de um lugar, cujo espaço pudesse ser organizado conforme suas condições, valores e práticas sociais. A repressão policial aos terreiros de Candomblé e aos bairros periféricos por eles habitados constitui exemplos recentemente discutidos pela história e pela sociologia política. [...]. Em diferentes partes do Brasil, sobretudo após a Abolição (1888), **os negros têm sido desqualificados e os lugares que habitam são ignorados pelo poder público ou mesmo questionados por outros grupos recém-chegados, com maior poder e legitimidade junto ao Estado.** (LEITE, 2000, p.334 – grifos meus)

No caso do Calabar, há muitos indícios de que tais processos de exclusão, agravados pelo racismo acima sublinhado, foram fortemente presentes e, em alguma medida, ainda o são. A propósito, e ao longo das interlocuções, em nenhum momento, neste estudo, os atores explicitaram oralmente tal relação direta entre racismo e exclusão

fundiária, de modo que não teria aqui nenhum relato a destacar nesta direção. Porém, bem longe de pretender negligenciá-la e, evidente, reconhecida a sua gravidade e implicações violentas e discriminatórias, retornemos às décadas de 1970 e 80, uma vez que fora aí que assistimos o “grande crescimento populacional em virtude da chegada de famílias inteiras expulsas de localidades de Salvador, bem como de muitos migrantes vindos da zona rural” (SANTOS et al., 2010: 36). Em relação a estes períodos, para Giudice e Souza (2000: 89), o Calabar era uma “área de ocupação já consolidada”, todavia que teve seus “problemas agravados com a chegada de novas levas de moradores que provocaram adensamento, fragmentando o espaço ao longo das encostas”. E avançam:

Este período de maior densificação, onde várias famílias passaram a ocupar as áreas livres remanescentes, gerando a frequente subdivisão dos lotes originais das antigas ocupações, coincidiu com período de maior fiscalização e repressão às invasões (1968 – 1979). Estas pequenas parcelas passaram a ser comercializadas com outras famílias pobres, como forma de obtenção de renda extra, ou ainda, foram cedidas para outros membros da família sem condição de acesso ao mercado formal de habitação. Na década de 1980, o processo de ocupação se intensificou, e começou a ocorrer a verticalização, onde dois a três pavimentos, na sua maioria plurifamiliares foram acrescentados ao pavimento térreo. (GIUDICE e SOUZA, 2000, p. 89)

Esta fala nos demonstra as sobreposições, físicas e legais, e a complexidade que as questões fundiárias assumiram ao longo do tempo no interior das fronteiras do bairro. Para além delas, e agravando tais processos, temos um entorno que fora se constituindo de uma vizinhança elitizada – muito provavelmente, protegida pelos interesses e poderes dos grandes empreendimentos imobiliários em termos de legalização da ocupação – e pouco “receptiva” à proximidade do Calabar, confluyente então com aquelas tendências de estigmatização acima referidas.

Uma vez [interrompe]. Eu não sei mais que adjetivo eu dou para uma jornalista aí. Ela tirou uma foto do Jardim Apipema e tirou uma foto do Calabar. E ela botou lá: “uma linha tênue entre o lixo e o luxo”. Quer dizer: a gente é o lixo. Tem até aí na mão de Flora porque a gente guarda um monte de coisa aí. (Bento, 2016)

As implicações práticas disto podem ser vistas na síntese de Santos et al. (2010: 36): “com o tempo foi aumentando a pressão para que os moradores fossem transferidos para a periferia da cidade”, uma vez que o Calabar “está localizado em uma região dotada

de infraestrutura e na qual o valor da terra é alto”. Bento prossegue nos confirmando nesta mesma direção:

[...]. Porque muitas pessoas, como aconteceu com este prédio que está sendo construído, não aguenta ver o dinheiro. Aí, a especulação imobiliária chega aqui oferecendo, e eles não aguentaram ver e venderam. Este é o perigo. E quando vai ver já não tem quase ninguém mais aqui, como foi com o Mirante, como foi que aconteceu com a Curva Grande, aqui no Nina, como aconteceu aqui com Ondina, São Lázaro, e outros locais. **E eles jogarem pra local longe, ainda tem essa.** (Bento, 2016 - grifos meus)

Ao longo do tempo, temos, portanto, um aspecto que tornou, e ainda torna, grande a necessidade de resistência do Calabar às pressões de deslocamento dos seus moradores: o fato de se situar, geograficamente, em um espaço privilegiado da cidade, dada sua proximidade ao centro e à orla marítima, contrariando, inclusive, a tendência que observamos para a maioria dos bairros que se configuraram enquanto “periferias urbanas”. Mais uma vez são as reflexões de Holston (2013) que nos favorecem o entendimento acerca destes processos e dos significados desta polarização centro-periferia, presente na maior parte das cidades brasileiras:

As periferias urbanas se desenvolveram no Brasil como o lugar dos trabalhadores pobres e o lugar para os trabalhadores pobres. Depois dos anos 1930, essas regiões afastadas se tornaram praticamente as únicas áreas em que os trabalhadores estabelecidos e os novos imigrantes conseguiam garantir uma residência na economia urbana de um Brasil que se industrializava. E fizeram-no construindo barracos numa subdivisão periférica que quase sempre era ilegal e não dispunha da maioria dos serviços de infraestrutura. Quando a migração urbana se acelerou nas décadas subsequentes, o mesmo aconteceu com essas autoconstruções em regiões afastadas, fora do alcance da supervisão do governo ou de seus funcionários. (HOLSTON, 2013, p. 197)

Nesta fala fica clara a tendência da configuração centrífuga que marca a maior parte dos nossos municípios, sobretudo, as capitais. Ou seja, e no dizer daquele autor, as cidades no Brasil não são “constituídas separadamente da sua municipalidade”, de modo que “uma cidade é o centro de comando da região que a rodeia, a ideia de uma organização social extensiva corporificada por escritórios centrais”, onde se concentram os poderes que governa o município, alojados em “instituições normalmente localizadas ao redor de uma praça central” (HOLSTON, 2013: 199). Tanto assim que, originalmente, e tomando São Paulo como exemplo, uma lei municipal de 1915 dividia a cidade em zonas,

quais eram aquela central, a urbana, suburbana e rural; todavia, a partir da década de 1940, mas mais fortemente dos anos 60 em diante, a “periferia” tornou-se então “uma forma popular de designar os assentamentos de pessoas além do perímetro de serviços urbanizados e de infraestrutura da cidade” (HOLSTON, 2013: 198).

Diante disto, e considerando a disposição geográfica do Calabar, isto é, muito próxima do centro da cidade, inclusive, dos centros de poder, observamos a “teimosa contramão” em relação àquela configuração vista e prevista para abrigar as classes populares no então Brasil urbano e industrial. Evidentemente, o tamanho de tal contrariedade foi, e é, diretamente proporcional à necessidade de resistência dos seus moradores até hoje. Em assim sendo, podemos flagrá-la, com mais força, desde as décadas de 1970 e 80, como alguns autores registraram. Para Giudice e Souza (2000: 89), as primeiras manifestações da comunidade datam da década de 1970, “marcando o início do processo de luta por uma política urbana”, de tal modo expressiva que passou a ocupar as “páginas dos jornais, os noticiários policiais e a imprensa em geral”, nas quais figuravam os seus “maiores problemas, tais como a marginalidade, precariedade das habitações, saneamento, etc.”.

Ainda de acordo com aqueles autores, o ano de 1977 fora emblemático de tais processos, pois a “violência policial fez o Calabar se levantar numa luta incansável contra o descaso do poder público”, cujo objetivo central voltava-se à pressão da Prefeitura Municipal para a “realização de obras de habitação, saneamento básico, contenção de encostas, drenagem pluvial, mas **a propriedade era a legalização das terras**, sem as quais todas aquelas conquistas de nada valeriam” (GIUDICE e SOUZA, 2000: 89 – grifos meus). Sobre este movimento, Santos et al. (2000) contaram com o relato de uma antiga moradora, assim posto:

Foi em 1977 que começou o Movimento de Luta e Permanência no Calabar. Fizemos uma grande caminhada no dia 11 de maio até a prefeitura e, após muitas resistências, prisões e espancamentos, conseguimos sair de lá com um decreto que garantia nossa permanência aqui por cinco anos. Com este decreto, começamos a fazer a urbanização no bairro. (AMORIM citada por SANTOS et al., 2000, p. 36)

[...]. Naquele dia fez 39 anos de luta comunitária, 12 de setembro de 1977. [...] E que começou a luta comunitária ali com o JUC, Jovens Unidos do Calabar. (Bento, 2016)

Segundo a primeira colaboradora, quando se findou o “prazo de cinco anos do decreto, o Calabar já tinha melhoria em infraestrutura como água encanada, luz elétrica e rede de esgoto” (SANTOS et al. 2000: 36). E, de acordo com estes autores, a prefeitura procedeu com a indenização daquela pessoa que reivindicava propriedade do espaço – o então senhor José Teixeira – e se seguiu, na área então onde este residia, a “construção de equipamentos comunitários”, de grande importância atualmente, como farei notar ao longo deste trabalho, a exemplo da Escola Aberta do Calabar, a creche, agora o atual Centro de Educação Infantil, e um “pavilhão multiuso”, que concentra a biblioteca comunitária, espaços para pequenos comércios, cooperativas, salas de aula e, mais recentemente, a Base Comunitária de Segurança, alocada no pavimento superior deste prédio. Neste estudo, veremos a mediação de alguns destes equipamentos comunitários em relação ao objeto em foco.

Esta versão se depara, todavia, com algumas contradições ou, como prefere Conceição (2015), com as muitas “idas e vindas” da questão fundiária do bairro. Segundo este autor, na ocasião do decreto acima citado, não temos, por exemplo, como expropriada a Santa Casa de Misericórdia – a mais atual requerente do direito de propriedade de todo o terreno – mas sim a figura do senhor Alcides Barreto Fontes e outros, dentre eles, possivelmente, o referido senhor José Teixeira. No nosso estudo, um dos atores aponta para estes confrontos, ou mesmo, conflitos de versões e de interesses:

[...]. Porque eu já tenho 52 anos, nascido e criado aqui. Porque começou [interrompe]. E eu acho que foi invadido aqui, segundo os mais velhos contam, que foi invadido pelo menos umas três vezes aqui, inclusive, a polícia veio. Isto a época antecedendo 1977, que já era uma outra luta, já na época do coronelismo, que aí tinha o “bico de ferro”, tinha o “mirante”, que aqui não tinha estes prédios, já na época dos meus pais e da minha vó, aliás, dos meus avós. Mas aí, de 77 para cá, e ainda antes disso, meus pais e outros pagavam uma taxa à Santa Casa, que dizia ser dona. Só que quando surgiu o JUC, nossos pais e outros deixaram de pagar porque provaram que a Santa Casa não era dona. Tanto que eles nunca mais cobraram. E são 39 anos do JUC para cá, sem pagar. E eles vêm de João Henrique para cá dizer que é dono. Inclusive surgiu um dono chamado Alcides. Este cara andava muito aqui com a pasta cheia de documento, e dizia que era dono. Entrou com uma ação na justiça e tudo, mas não conseguiu ganhar. O que eu [interrompe]. Muitos não falam abertamente assim, não sei qual o motivo, mas eu, na minha convicção, para mim, é coisa de ladrão. Mas você vai entender por que eu estou dizendo isso. Porque se a Santa Casa dizia que era dona, aí o JUC provou em setembro de 77 que não era, e agora vem dizendo que é, tem alguma jogada política e financeira da Santa Casa com estes governos de João Henrique para cá até o atual. (Bento, 2016)

De modo a permitir um maior entendimento da complexidade que marca tais desencontros de reivindicações de direitos sobre a terra, e suas implicações, sobretudo, para os grupos mais vulneráveis, é bastante válido destacar o resgate que nos apresenta aquele pesquisador, atento que está ao bairro desde a década de 1980 aos dias de hoje:

A Ação de Expropriação originariamente de nº 131, ajuizada em 18/12/1980 na 3ª Vara da Fazenda Pública pela Prefeitura, tinha por expropriante a Renurb (Companhia de Renovação Urbana de Salvador). O expropriado nunca foi a Santa Casa de Misericórdia da Bahia (SCMB), mas, sim, o Sr. Alcides Barreto Fontes (e outros). A seguir a ação foi redistribuída para a 6ª Vara, cujo titular era o juiz Rubem Dario Peregrino Cunha. A ação tramitou por uma década e meia. Em sua sentença terminativa, pela qual extingue o processo, datada de 26/09/1994, o juiz escreveu: **“O poder público [Prefeitura], como afirma o Ministério Público em seu parecer [...], decorridos 15 anos, também se omitiu, não promovendo os atos destinados a efetivar a sua pretensão, deixando, dessa forma, que ocorresse a caducidade”** Ao examinar o conteúdo do processo, verifica-se que a única pessoa que o poder público municipal considerou como passível de desapropriação foi Alcides Barreto Fontes e familiares, defendido na ação pelo advogado Otávio Martins Sá. [...]. Na sentença terminativa o juiz acata a tese do Município, representado pela Procuradoria Geral do Município. Não julga o mérito da ação, “por inexistência de comprovação de legitimidade para pleitear o quanto alega” o Sr. Alcides. Que também não demonstrou cabalmente ser proprietário da área. Recentemente este escrevinhador tentou localizar o advogado e seu representado, sem êxito. Lá atrás, como a maioria da comunidade, conheceu pessoalmente o Sr. Alcides, um homem negro-mestiço que aparentava poucas posses e recursos. Trajava roupas desgastadas, puídas, peregrinando com uma pasta repleta de folhas soltas de documentos cartoriais, alguns amarelecidos pelo tempo. Certidões várias. Afirmava-se herdeiro de toda a área que, oficiosamente então, a SCMB informava à população dos dois bairros ser dela. Tanto que muitos moradores do Alto das Pombas e do Calabar até àquela época eram cobrados por prepostos da Santa Casa e pagavam, sem recibo válido, um valor anual pela ocupação. Também muitos pagavam – como ainda pagam – o IPTU, imposto predial e territorial urbano. Como a parte passiva do processo de expropriação, Alcides Barreto Fontes recorreu do valor que a Prefeitura ofereceu pela área. O juiz da 3ª Vara, sem adentrar no mérito da ação, em 1982 reajustou os valores. Até mandou o município indenizá-lo. O então prefeito da cidade, Renan Baleeiro, advogado, encontrou maneiras de descumprir a ordem judicial e a 14 de junho visitou o Calabar para vistoriar as obras urbanísticas ali iniciadas meses antes. Isso virou notícia de jornais, como o carlista Correio da Bahia de 15 de junho. Em resposta, Alcides ingressou na Justiça, a 15/07/1982, com uma Ação de Atentado contra a Prefeitura (Processo 132/82), anexando aos autos o recorte de jornal. Alega que a Prefeitura “invadiu a área do Calabar” para realizar as obras, sem ter obedecido a ordem judicial de depositar “o valor correspondente à indenização já julgada e transitada pelo juiz da 3ª Vara”. [...]. Toda essa batalha judicial durou até 1994. (CONCEIÇÃO, 2015 – grifos do autor)

A longa citação se justifica, primeiro, por demonstrar cabalmente as fortes contradições, as quais mencionamos acima, mas também dela podemos observar a natureza espoliativa e, claro, excludente dos atos descritos. Exemplo contundente disto está na cobrança de pagamento, ao que tudo indica, duvidosa em termos de legitimidade feita por “prepostos da Santa Casa Misericórdia”, tal como apontou o autor acima. Em contraposição, temos a figura do senhor Alcides, também citado por Bento, “homem negro-mestiço que aparentava poucas posses e recursos”, marcado por toda sorte de dificuldades e manobras político-jurídicas no percurso do reconhecimento do direito de propriedade pleiteado. E quem poderia facilmente representar os tantos outros “senhores Alcides” deste bairro e para além dele, como bem nos mostrou Holston (2013: 258), em seus densos estudos sobre os tipos de cidadania que se desenvolveram no Brasil, dentre eles, aquela que é includente, afinal, “somos todos brasileiros”, mas desigual, isto é, portador de uma cidadania que “permite a identificação moral, simbólica e patriótica com o sentido de ‘ser brasileiro’, e de ser igual entre os que ocupam lugares muito distintos na hierarquia de poderes e privilégios mantidos pela dimensão da desigualdade”. O resultado disto foi possível flagrar, mais uma vez, nos relatos acima e no que se segue:

Agora uma coisa é certa: como a gente chegou aqui, a partir de cinco anos, é o chamado usucapião. E a gente sempre diz que não é favor nenhum, nem da Santa Casa, nem do governo. É um direito nosso. Só voltar para o povo o que é do povo. [...] A regularização, ela é boa, não é ruim. E mais uma vez eu vou dizer: ela é uma obrigação do governo, seja municipal, estadual, federal. Não é favor nenhum que está fazendo pela gente; está voltando para o povo o que é do povo. (Bento, 2016)

A meio caminho de completar esta contextualização, invisto um pouco mais nas três últimas décadas recentes aos dias de hoje. De acordo com Conceição (1986), e fruto das constantes e intensas mobilização dos seus moradores, outro importante fato ocorreu no ano de 1979: a entrada do Calabar na agenda política municipal, em especial, a partir da visita do então prefeito Mário Kertész. Desta ocasião, ainda segundo aquele autor, e reiterado por Giudice e Souza (2000: 89), surgiu, novamente, a “possibilidade de transferência da população para outra área”, o que se colocou, certamente, como uma polêmica, isto é, seguir a luta para permanecer no espaço ou sair em bloco para o terreno cedido pela prefeitura (GIUDICE e SOUZA, 2000; CONCEIÇÃO, 1986).

Àquela época, depois de longas discussões em busca de consenso, a opção da permanência fora vitoriosa, todavia, convicta da necessidade da manutenção e

intensificação dos movimentos reivindicatórios no sentido da garantia de recursos e da implementação da infraestrutura básica em sua plenitude. Além disto, e ainda de acordo com aqueles autores, a luta pelo título da terra era a pauta central, uma vez que todas as demais conquistas dela dependiam. Neste sentido, em novembro de 1980, vemos o decreto 6.037 que declara “de utilidade pública para fins de desapropriação uma área de 79.354 m² onde se situa o Calabar” (GIUDICE e SOUZA, 2000: 93). Estes acrescem:

A primeira intervenção da Prefeitura ocorreu só a partir daí, tendo sido iniciada em agosto de 1981, com trabalhos realizados pela Companhia de Renovação Urbana de Salvador (RENURB) e se prolongou até setembro de 1982, quando foi considerado cumprido o programa de obras de urbanização previsto para a área que contemplava a construção de rampas e escadarias drenantes que deveriam se espalhar em modelo tipo espinha de peixe, a partir da rua principal, rua Nova do Calabar, que foi pavimentada e drenada, permitindo o acesso de veículos, serviços de água, esgoto e energia elétrica, bem como a coleta de lixo, extensiva para toda a área. Porém, nem tudo foi cumprido. (GIUDICE e SOUZA, 2000, p. 93)

Estas foram as mais significativas intervenções feitas na década de 1980, de modo que uma segunda fase de obras estruturais veio a ocorrer novamente apenas nos anos noventa. Aqui então passamos a observar a participação de entes privados, a exemplo da Fundação José Silveira. Esta Fundação, segundo Giudice e Souza (2000: 93), elaborou, em parceria com a comunidade do Calabar, o chamado Plano Integrado do Calabar, “cujas metas eram tornar a ocupação valorizada e integrada à cidade de Salvador”, objetivando melhorar a “qualidade de vida da população, através de ações nas áreas de saneamento, educação, saúde”. Os moradores mais antigos confirmam tais movimentos:

Moro no Calabar há mais ou menos vinte anos. Vim pra aqui em oitenta e nove. Particpei de algumas lutas históricas que o Calabar teve, que não foram poucas. Esse bairro é um bairro muito resistente, apesar de pecar pela sua qualidade. (Jonas, 2013)

Antes de prosseguir, faço um resgate na história, pois permite-me a recompor as fontes das lutas e dos problemas com a qualidade, aos quais se referiu nosso interlocutor acima. Trata-se de mais uma das controvérsias fundiárias que culminou com mais uma violenta subtração de espaço comunitário. Voltemos às análises feitas por Conceição

(2015) quando identifica “terceiros na disputa” territorial da então “zona especial de interesse social”, a empreiteira Terrabrás. Assim, temos em suas pesquisas:

Em 4/03/1991, por meio da Patrimonial Silveira Castro, a Terrabrás oficia o juiz e pede a extinção do processo, afirmando defender seus “interesses” na área de terras em disputa. De fato, a empreiteira Terrabrás obteve para si, na segunda gestão do prefeito Mário Kertész (1985-1988) uma área de 5.290 metros quadrados, originariamente pertencente à comunidade do Calabar. Ali, pelo lado do bairro de Ondina, ergueu um condomínio murado, com torres de 20 andares cada. A área subtraída da comunidade por Mário Kertész e Terrabrás (a Santa Casa jamais deu um pio sobre o assunto em público), conforme decreto municipal 6.679, de 3 de novembro de 1981, que instituiu uma Zona Homogênea de urbanização, **“corresponde à Praça XPTO, que deverá ser arborizada e equipada, com quadra de esporte e parque infantil, se constituindo na principal área de recreação e lazer para a população do Calabar e adjacências”**. (CONCEIÇÃO, 2015 – grifos do autor)

Esta fala traduz claramente os efeitos das tais controvérsias, e para que lado elas tendem a pender mais ou menos vantajosamente: de certo, processos de expropriação e exclusão recaem quase sempre sobre os mesmos grupos, isto é, os moradores do bairro, em sua maioria, negros, de baixa renda e escolaridade. A subtração do espaço onde havia a referida praça é um exemplo, e a que resta atualmente, no momento, repousa sobre o descaso do poder público, conforme ainda nos aponta aquele autor: “a pracinha em frente à principal entrada da comunidade do Calabar, sobre o canal da avenida Centenário, está com os equipamentos de brincadeiras infantis todos deteriorados; os pais ainda levam as suas crianças à pracinha, por não ter outra opção de lazer dentro da comunidade” (CONCEIÇÃO, 2015).

De volta à década de 1990, mais precisamente, no ano de 1998, a prefeitura de Salvador voltou a seguir com mais uma expressiva intervenção, parte de mais um dos projetos²², aqui chamado Viver Melhor, através do qual, e em convênio com o estado, “retirou a população da área mais carente – Jardim das Mangueiras – e construiu casas do tipo apartamentos geminados, com toda a infraestrutura” (GIUDICE e SOUZA, 2000: 93). Tal projeto iniciou-se durante a primeira gestão do prefeito Antônio Imbassahy, a qual, embora extensiva a um segundo mandato (2001 a 2004), não fora suficiente para atender em plenitude as demandas de regularização legal e das obras estruturais e de

²² Falamos em “mais um projeto”, pois observamos na atual gestão municipal projeto semelhante, batizado de “Morar Melhor”, o qual, ao menos em relação ao Calabar, parece confrontado com as velhas controvérsias fundiárias, e seus desdobramentos, citados ao longo desta subseção.

moradia do bairro; e, tal como típico no país, sem a devida continuidade na gestão subsequente em face da mudança de composição partidária.

Chegando enfim às décadas mais recentes, é possível afirmar que, do ponto de vista das intervenções do poder público no bairro, temos uma janela de estagnação que compreende os anos de 2005 a 2014, na então gestão do prefeito João Henrique Carneiro, tanto no âmbito da política habitacional, quanto da infraestrutura interna. Ao contrário, nas áreas adjacentes e também de interesse dos bairros “nobres”, verificamos neste período obras de canalização, drenagem e de estruturação dos espaços de lazer e esportivo; todavia, atualmente carentes de manutenção, conforme sinalizado acima. Destaco ainda a situação dos serviços públicos de saúde, em especial, a unidade do bairro, porque fortemente evidenciado pelos nossos atores vinculados a esta área:

[...] A saúde já teve dias melhores, mas de João Henrique pra cá, deixou muito a desejar. Tanto que na administração dele teve o quê? Oito secretários de saúde, quer dizer que dá uma média de um por ano. E com ACM também não está bom. A Unidade passou quase cinco meses com o ar condicionado quebrado do laboratório, um ar condicionado da sala de reunião também levou mais de cinco meses; o telhado quebrado quando chovia era uma cachoeira; o piso quebrado; um monte de problema; a janela ficou lá mais de seis meses quebrada. E tinha duas pessoas da limpeza, eles tiraram; um casal, tiraram o homem, deixaram só a menina. [...] A gerente se esforça muito porque, às vezes, “ah, a gerente não está nem aí”, ou ele, mas ela se esforça muito. E a gente tem as reuniões, e ela escreve tudo, manda ofício, manda email, mas o problema está entre a secretaria e a prefeitura que é a execução da reforma. E está vivendo de fachada a saúde de Salvador. (Bento, 2016)

[...]. No posto de saúde que eu gostaria muito [ênfase] de ver [interrompe]. Porque a gente lá, temos um artigo, um artigo que fala do [interrompe]. Acho que é o 131 que fala do desacato ao funcionário no comprimento do seu, que está trabalhando, né? Só que tem um outro que fala do direito do usuário, entendeu? Aí, eu sempre falo assim: “poxa, deveria ter aqui o outro, né?”. Que tanto o usuário tem direito e deveres, como o funcionário também tem, os direitos e tem os deveres. Então tem que ter. Direitos e deveres eles andam sempre juntos, né? Eles não andam desassociados um do outro. E é uma luta que a gente está tendo, que é de colocar esse pedaço que fala sobre o direito do usuário pra o usuário também se enxergar quando chega ali. Porque é uma agressão, você não pode nem abrir a boca. Já tá ali, atrás do funcionário: ‘Desacato a funcionário no exercício da função’, sabe?! (Glória, 2014)

Justo naquele hiato em termos de projetos e investimentos voltados ao bairro, um fato chama bastante atenção porque de forte interesse a este estudo: a intensificação de episódios de violência entre grupos rivais no controle do tráfico de ilícitos no bairro, e em

confronto com a polícia militar, inclusive, com uma expressiva letalidade decorrente de tais eventos, como detalho no próximo capítulo. Todavia, já nos antecipa um dos atores:

Eu sempre falo assim para as pessoas: “não precisa ter medo de entrar no Calabar”. Os meus amigos que tinham medo, e que eram de fora: “não precisa”; “eu te levo a primeira vez, da segunda vez você já vem só”. Porque não tinha de fato a necessidade das pessoas terem esse medo. Então, a pessoa quando vinha já começava a se acostumar com isso, né? [...]. Aí quando começou a divisão do tráfico no Calabar, ferrou. Porque, assim, o nosso público era praticamente o Calabar inteiro, né? O nosso público era o Calabar inteiro, e até o Alto das Pombas também. Ainda da Roça da Sabina e do IBIT. Então, quando começou o confronto de tráfico, ficou muito intenso este confronto. A gente nunca tinha visto isto antes. (Benedito, 2016)

É então neste bojo que temos, como resposta do governo do estado, a implantação da primeira Base Comunitária de Segurança, como aposta política ao problema da violência daquela natureza, tomando o Calabar como uma espécie de “bairro piloto”, conforme alguns atores avaliam. A chegada de tal dispositivo implica mudanças naquela dinâmica das ocorrências violentas no bairro, e representa uma nova fase de relação entre a comunidade e a polícia militar, o que também retomo oportunamente, e conforme conclusões de Trad et al. (2014) sobre a sensação de segurança dos moradores pós implantação da Base, constatando que 87% dos respondentes identificaram avanços naquele aspecto, e diferentemente de anos antes, como em:

E aí, assim, nessa época [década de 1980] não tinha muita violência não. Assim, eu não percebia. Claro que existia os casos pontuais, existia os traficantes, mas eles tinham um respeito muito grande pelas pessoas da comunidade e também não tinha divisão a comunidade, assim, eu não via, eu não conseguia visualizar a divisão: é, lado A, lado B [...]. Aí, assim, eu percebi que a violência começou a ficar mais acirrada é [pausa] em 2005, 2006. E ela se acentuou muito com a retirada do módulo, que aqui tinha um módulo policial. Eu não me lembro, eu sei que foi no governo de Paulo Souto que foi retirado esse módulo; e não foi só o daqui, foi em toda cidade, não é uma coisa que foi só do Calabar. [...]. Eu não via muito isso, até porque também aqui tinha um módulo, eu não sei a data que foi implantado esse módulo policial, mas tinha, e esse módulo também era um inibidor de estar gerando esses conflitos. (Dora, 2014)

A violência mais acirrada referida por Dora de certo não é do mesmo tipo daquela pouco visível aos olhares menos atentos. Em palavras mais metafóricas, poderia dizer que a primeira é aquela que, em geral, aflora dos conflitos entre indivíduos e/ou grupos e

a polícia, a chamada “violência criminal” (MINAYO, 2006), enquanto esta última, para usar termos latournianos, “age subrepticamente”, estando, por exemplo, nas últimas tratativas vistas em torno do emaranhado fundiário também flagradas por Conceição (2015). Estas remetem àquela mais atual reivindicação da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, já mencionada, mas com a qual lograrei encerrar esta subseção:

O PREFEITO de Salvador, Antônio Carlos Magalhães Neto (Partido DEM), ao lado do provedor da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (SCMB), Roberto Sá Menezes, são dois homens probos. Até prova em contrário, não são palhaços, também probos. E, como esses, também parece que gostam de um circo. Este é o primeiro de uma série de artigos que publicaremos aqui neste blog, nos próximos dias sobre um negócio milionário envolvendo duas grandes áreas de terras em Salvador. E sobre engodo político, coadjuvado ao menos por dois “representantes do povo”: os vereadores Paulo Câmara (PSDB) e Geraldo Junior (Partido Solidariedade), respectivamente presidente e vice-presidente da Câmara Municipal. Numa das áreas, com 220 mil e 174,77 metros quadrados se assentam, há mais de meio século, as comunidades do Calabar e do Alto das Pombas, estimativa de 30 mil famílias. Na outra, de propriedade do município, livre e desimpedida, localizada na Av. Orlando Gomes, a Santa Casa quer construir mais um dos seus hospitais. A causa parece nobre. Para anunciar a transação – palavra tabu, jamais pronunciada por eles – foi escolhida a antevéspera de Natal do ano passado. “Doação” e “contrapartida” foi como ficou registrada a benemerência na capa e na página 3 inteiras do Diário Oficial do Município de 24/12/2014. As autoridades mandaram armar um picadeiro no Calabar. Ali compareceram ACM Neto e seus secretários, o provedor Sá Menezes, vereadores, a vice-prefeita Célia Sacramento (então PV, hoje PPL) e grande claque. Moradores de ambas as comunidades foram chamados para ouvir os discursos. Depois de mais de três décadas de lutas de suas organizações comunitárias pela legalização fundiária da posse da terra, os vários clones de Papai Noel ali estavam para dizer a boa nova, expressa na manchete do Diário Oficial: **“MORADORES DO CALABAR E DO ALTO DAS POMBAS GANHAM TÍTULO DE POSSE”**. Na linha abaixo da manchete, a explicação: *“ACM Neto assinou ontem o termo de doação com a Santa Casa de Misericórdia” [...].* Informa-se, ao longo do texto do Diário Oficial do Município: *“Agora, a Prefeitura passará a ser detentora da área [...]. Em contrapartida, o município transferirá para a Santa Casa de Misericórdia um terreno na região da Avenida Luiz Viana Filho (Paralela)”*. A farsa propagandística do anúncio e o embuste do ato público protagonizado pelo prefeito e o provedor da SCMB foram reproduzidos em toda parte, em rádios, TVs, blogs e jornais. Para receber seu título de posse, o morador terá de pagar. Ninguém teve o cuidado de checar os termos e os fundamentos do suposto acordo. Se a Santa Casa pode doar uma área de terra cuja propriedade é controversa. E, em contrapartida, receber um *fillet mignon* de terreno não na Av. Paralela, mas na Orlando Gomes em Piatã. **Pois foi o que fez este escrevinhador.** (CONCEIÇÃO, 2015 – grifos do autor)

E, ao fazê-lo, este pesquisador deparou-se, mais uma vez, tanto com as previsíveis contradições entre os pareceres judiciais em torno da questão, quanto com o esgarçado discurso político das “benfeitorias” acima de direitos que já deveriam, há tempos, ter sido reconhecidos, como intentei discutir até aqui. Este, portanto, coloca-se como o pano de fundo ou, como preferem a grande parte dos cientistas sociais, o “contexto”, no qual desenvolvi um estudo etnográfico de posse de uma pergunta que, *a priori*, parecia bastante distante e imune a tais aspectos: afinal, como fazem estes atores para prevenir as violências mais frequentes na comunidade?

Diante do exposto, e em face desta pergunta, posso assegurar que o contexto não é dos mais favoráveis, no que tange a convivência, como vimos, de longa data, com aquilo que chamei de “violência de base”. Dito de outro modo, ao percorrer a sua história através dos relatos vivos – falados ou escritos – percebi, tal como tentei aqui registrar, a transversalidade das violações e das violências embutidas nos processos que envolveram, e envolvem, o morar e ser dono do seu espaço no bairro do Calabar: uma exaustiva e morosa luta por reconhecimento, mas, por outro lado, uma incansável mobilização e resistência à guisa de efetivá-lo plenamente. E é sobre este protagonismo comunitário, através dos grupos organizados, que discorro a seguir.

1.3 Comunidade e mobilizações: a prevenção da violência em pauta?

Este momento, tal como anunciado na abertura do capítulo, busca situar os processos de formação das associações de moradores do Calabar, de modo a evidenciar o papel de tais mobilizações em face do exposto na seção anterior, destacando, em especial, o lugar destes atores coletivos, no que diz respeito à prevenção da violência desde um contexto comunitário e em interação com os serviços e instituições públicas afins. Dito de outro modo, descrevo aqui os processos associativos no Calabar em sua dinâmica, isto é, em suas entradas e saídas de atores, nas ações e nos períodos de aquiescência, burburinhos e silêncios diante das demandas e problemáticas sentidas pela comunidade. Neste último, e por isto a pergunta do título, aqui já procurei mapear o espaço que o agir preventivo sobre as diversas formas de violência e violações ocupam nas pautas das principais associações do bairro.

Antes, todavia, é imprescindível delimitar o que estaremos entendendo aqui por “comunidade”, haja vista a centralidade que esta noção ocupa nos discursos e no agir dos atores, sendo, no limite e ao mesmo tempo, a razão de ser e a condição para muitas das ações em relevo neste trabalho. Assim, ao longo das muitas e longas trocas estabelecidas em campo, chamou atenção o fato de todos os nossos interlocutores recorrerem à ideia de “comunidade”, em intensidades variadas, porém sempre presente em todas as falas concedidas. Diversos também foram os sentidos a ela atribuídos, tal como elenco abaixo alguns destaques:

Eu me sinto mais segura aqui dentro hoje, na comunidade, eu me sinto mais segura dentro do Calabar. (Dora, 2014)

Eu estava pensando assim: imagine estes caras querer não deixar eu ir para um lado que é da minha comunidade onde eu nasci somente porque eu moro lá em cima. (Benedito, 2016)

E a gente sente também o olhar da gente que mora em comunidade quando a gente vai pra algum lugar. (Flora, 2014)

Porque para eles, comunidade é isso: é o lugar onde vende drogas, onde vende estas coisas. (Flora, 2016)

Inclusive, a pessoa era negra e tinha um discurso muito branco. Muito branco, sabe, assim no sentido daqueles brancos que deixar os negros lá nas favelas, nas comunidades, e que não querem que ascendam na vida. (Benedito, 2016)

Aí eu vim pra comunidade, e disse: “é, o que eu posso dar de parcela de contribuição pra comunidade é montar uma companhia de dança que possa representar a comunidade em diversos lugares nestes espaços culturais ou não, e que seja pagando ou não, a gente vai levar a informação. (Luan, 2016)

É difícil hoje manter a participação da comunidade na gestão da biblioteca. (Benedito, 2016)

Eu sinto falta de mais pessoas da comunidade envolvida, sabe?! (Glória, 2014)

Estas falas exibem a diversidade de sentidos e também de situações nas quais a ideia de “comunidade” é acionada pelos atores. Assim, podemos encontrar, por exemplo, na fala de Dora, desde a “comunidade” como o espaço da “segurança”, ou próximo daquela espécie de “círculo aconchegante”, a qual se referiu Göran Rosenberg (2000)²³,

²³ Este autor é citado por Zygmunt Bauman em seu conhecido livro – Comunidade – quando busca definir tal noção, assim colocando: “muitos anos depois que Tönnies identificou o “entendimento comum” que “fluía naturalmente” como a característica que separa a comunidade de um mundo de

ou, ambigualmente, termos processos de segregação interna, ainda que estejamos falando de uma mesma "comunidade", tal como pontua Benedito na sequência.

Também podemos ter a mesma palavra indicando processos de segregação externa, aqueles flagrantes nas dinâmicas centro-periferia, como discuti na subseção anterior. E aqui as duas falas de Flora, em momentos distintos da nossa interação, bem como o adendo de Benedito na sequência podem nos confirmar nesta direção. Neste último, destaco para o componente racial incidente na exclusão mencionada pelo ator.

Em outro giro, os três derradeiros relatos podem nos sugerir "comunidade" enquanto "pertença" e "retorno", quando Luan nos fala em "contribuir" e em "representa-la"; também como instância de participação política, no sentido da reivindicação de direitos da coletividade, tal como assinalado por Glória, ou na expectativa de maior adesão e partilha na condução de projetos em vigência no bairro – aí apontando, mais uma vez, as dificuldades e desafios da manutenção da coesão de grupos e ações coletivas. A estes dois últimos sentidos recorro mais à frente, dada a sua relação com os processos associativos aqui em relevo.

Por ora, olhemos desde um ponto de vista teórico para a "comunidade". Esta remete-nos às noções mais evasivas, controversas ou, até mesmo, utópicas, como pensam alguns, conforme buscarei evidenciar. Alguns pesquisadores contemporâneos apontam que, desde um olhar sociológico, um dos pensadores pioneiros disto que conhecemos por "comunidade" – *gemeinschaft* – foi Ferdinand Tönnies (1855 – 1936), quem, como Émile Durkheim, Max Weber e George Simmel, "pertenceu a uma geração de acadêmicos que chegaram a ser os pais da sociologia moderna" (SCHLUCHTER, 2011; p. 43). De acordo com este autor, "quem reflete sobre o conceito de comunidade e sobre sua importância científica é remetido atualmente aos estudos de Tönnies", em *Comunidade e Sociedade* (1887).

Nesta obra, fica claro que Tönnies constrói um entendimento acerca de "comunidade" de modo opositivo, isto é, enquanto uma espécie de contraponto à ideia de "sociedade". Ou, como bem colocou Brancaloneo (2008; p. 98), quando revisitou aquele autor: encontramos aí um "modelo de caracterização, análise e descrição dos arranjos de sociabilidade consolidado como construto conceitual norteador do jargão sociológico

amargos desentendimentos, violenta competição, trocas e conchavos, Göran Rosenberg, o sagaz estudioso sueco, cunhou o conceito do "círculo aconchegante" para captar o mesmo tipo de imersão ingênua na união humana – outrora, quem sabe, uma condição humana comum, mas hoje somente possível, e cada vez mais, em sonhos". (BAUMAN, 2003: 15 - 6)

através da oposição binária comunidade-sociedade”. Assim, é nesta lógica que aquele primeiro autor desenvolve a sua tese:

La teoría de la sociedad construye un círculo de hombres que, como en la comunidad, conviven pacíficamente, pero no están esencialmente unidos sino esencialmente separados, y mientras en la comunidad permanecen unidos a pesar de todas las separaciones, en la sociedad permanecen separados a pesar de todas las uniones. Por consiguiente, no tienen lugar en ella actividades que puedan deducirse a priori y de modo necesario de una unidad existente, y que, en consecuencia, también en cuanto se operan por medio del individuo, expresen en él la voluntad y espíritu de esta unidad, o sea que tanto se llevan a cabo para él mismo como para los que con él están unidos. Todo lo contrario: en ella cada cual está para sí solo y en estado de tensión contra todos los demás. (TÖNNIES; 1947, p. 65)

Desta breve passagem é possível depreender que, para a reflexão sobre “comunidade”, este autor mobiliza construtos que despontam de debates filosóficos e mesmo sociológicos de outrora – como a noção de “vontade, espírito e de unidade” – inclusive, com inspirações aristotélicas e em Thomas Hobbes e Karl Marx. Por ora, e longe de pretender tocar em profundidades de tal construção, é suficiente extrair certos atributos que conformam este conceber “comunidade”, tais como: “hombres que se sienten y saben como perteneciéndose unos a otros, fundados en la proximidad natural de sus espíritus” (TÖNNIES; 1947, p. 45).

A propósito, foram a partir destes pressupostos que Zygmunt Bauman, mais recentemente, vai nos reafirmar a comunidade enquanto o “entendimento comum”: ou seja, “o tipo de entendimento em que a comunidade se baseia **precede** todos os acordos e desacordos”. E complementa ele: “tal entendimento não é uma linha de chegada, mas o **ponto de partida** de toda a união” (BAUMAN, 2003; p. 15 – grifos do autor).

Já aqui, e é importante destacar, seja em Tönnies ou em Bauman, encontro alguns aspectos consoantes com a abordagem teórica acolhida neste estudo, tais como a proposição de que “comunidade” não se apresenta necessariamente de modo pronto, dado e consolidado, como bem expresso por aquele primeiro: sociedade e comunidade “não têm lugar nas atividades que podem deduzir-se a *priori* e de modo necessário de uma unidade existente” (TÖNNIES; 1947, p. 65 – minha tradução). Mas sim algo como um movimento em direção à coesão; ou como expectativa de “unidade”; ou como “ponto de partida” para a união, o que incide sobre as ações voltadas à coletividade, tal como nos sinaliza um dos atores:

A gente trabalha com um dos pilares de metodologia que a gente atua é o “enraizamento comunitário”. É uma metodologia que tem cinco eixos, e esse é um dos eixos; e esse “enraizamento comunitário” é envolver a comunidade, de forma geral, nas atividades que a gente elabora, né? Tanto na gestão como em opinar, criticar. Então, a gente tem de criar mecanismos em que a comunidade participe. (Benedito, 2016)

Por outro lado, as mesmas noções propostas por aqueles dois autores podem se afastar bastante se, de repente, admitem a comunidade como “homogêneos”, e o campo também apontou-me isto: lá podemos tanto perceber atores imbuídos daquela “sensação” do pertencimento ou do “entendimento comum” que os levam a agir, muitas vezes, em nome de um coletivo do qual se sentem parte, tal como previsto naquela noção de “comunidade”; quanto podemos encontrar, no mesmo espaço, atores absolutamente distanciados destas sensações e deste modo de agir. Ou seja, não há necessariamente consensos e homogêneos, mas controvérsias e movimentos, tal como pontuei acima, e podemos notar também na fala de uma de nossas atrizes quando interrogada sobre a qualidade de vida no bairro, desde o seu olhar:

Olhe, hoje inclusive vai estar tendo um lançamento de umas obras que serão feitas dentro da comunidade pela Conder, pelo Estado, e que aí eu acho que tende a melhorar. Está melhorando sim; está melhorando sim! Agora, esse melhorar é uma construção de todos, e eu **sinto falta de mais pessoas da comunidade envolvida**, sabe?! De estar discutindo com outros órgãos, com o próprio Estado. Eu acho que o que facilita, o que traz pra gente também a qualidade de vida é a busca que a gente tem, as coisas que a gente tem. A gente também tem que buscar, né? **Tem que participar e eu sempre sinto falta dessa participação de jovens, de mulheres.** Eu não acredito que seja só aqui. Os movimentos sociais de comunidades e associações é uma coisa que as pessoas estão muito, muito imediatistas. (Glória, 2014 – grifos meus)

Neste relato é possível observar a recorrência àquela noção calcada na expectativa da “união” e do “entendimento comum. Todavia é notória também a ideia de processo e de movimento expressa na necessidade de “participação” permanente dos demais moradores, então, membros de uma “comunidade”. No caso, a participação atualmente reivindicada se coloca em termos da plena efetivação daqueles direitos sociais sinalizados na subseção anterior, tais como moradia, saneamento básico, educação, etc. Entretanto, historicamente, fora esta mesma disposição participativa vista no bairro, como pontuado antes, que esteve na base da conformação das associações.

Já aqui, todavia, tais aspectos se desdobram em possíveis controvérsias, tal como previsto desde a perspectiva teórica adotada. A primeira delas, e a que me parece mais evidente, está no contraste entre aquele histórico associativo de mobilizações o qual, inclusive, fora fundamental para manter a comunidade no território e uma mais recente aquiescência desta postura, tal como a fala acima sinalizou e as observações do campo reforçaram nesta direção. Disto também se torna controversa a imagem vinculada ao Calabar enquanto uma “comunidade mobilizada”, uma vez que, ao que tudo indica, podemos falar mais seguramente em movimentos oscilantes de associações e mobilizações do que em um *continuum* fortemente consolidado.

Outra controvérsia, talvez, menos aparente do que aquelas estaria nos “dramas sociais” (Holston, 2013) enfrentados pelas comunidades residentes das chamadas “periferias urbanas” do século XX para cá. E aqui explico: a constante necessidade de mobilizações é diretamente proporcional à negação de direitos previstos, de modo a criar uma espécie de cultura de barganhas ou de “moeda de trocas”, isto é, a provisão de direitos essenciais, e já sem mais espaço para a contestação de externos, como o da propriedade, estaria na estrita dependência daquele atributo – o da postura associativa e reivindicatória – sendo então, como podemos ver, mais ou menos forte ao longo do tempo ou, ao que parece, em função de circunstâncias mais drásticas e extremas, como a ameaça de expropriação e deslocamento da comunidade vista na década de 1970.

Isto posto, retomo um pouco mais a noção de comunidade porque também contribui à análise daquelas controvérsias. Para tanto, as reflexões de Frúgoli Jr. (2003: 108) podem ser bastante interessantes quando este autor parte da afirmação de que o “conceito de comunidade envolve múltiplos sentidos e as críticas quanto ao seu uso em pesquisa já são de longa data”, afirmando ainda que, pelo menos desde o século XIX, e no contexto da “emergência da sociedade moderna, urbana e industrial, o tema da comunidade constitui uma espécie de contraponto societário à modernização”.

[...] Já na reflexão sociológica dessa fase, vários autores analisavam a comunidade sob uma tipologia social marcada em geral por grupos de pequena escala, que estabeleciam relações solidárias, coesas, pessoais, espontâneas, cotidianas e permanentes, propícias à prática da ‘vida em comum’ e do associativismo” (FRÚGOLI JR., 2003; p. 108).

Em contraposição a esta configuração comunitária, e o que vão chamar de uma espécie de “narrativa da perda”, estariam então as percepções de uma conformação de

mundo moderno pautado em “relações formais e de interesse, em acordos contratuais, desde uma lógica de mercado, de competição individual, em multidões urbanas e anônimas” (FRÚGOLI JR., 2003: 108). Ainda este autor constata que a noção de “comunidade se revestiu de aspectos idealizados de um passado de certa forma inexistente”, todavia “persistente como uma espécie de referência simbólica – desejada ou imaginada”. E em assim sendo, teríamos:

[...] A tensão entre comunidade – como reconstrução simbólica de um suposto passado perdido – e sociedade moderna tem se mantido recorrente até o presente sob distintas sínteses e ressignificações, tanto no campo das representações sociais, como nas formas concretas com que certos grupos sociais buscam se situar e se organizar dentro da cidade. (FRÚGOLI JR., 2003; p. 108).

Brancaleone (2008: 102 – grifos meus) também comunga com estas constatações ao afirmar que, em que pesem as transformações vistas na modernidade, podemos compreender que “**padrões de sociabilidade comunitária**” continuam a existir na sociedade urbana e capitalista, marginal e residualmente, na maioria dos casos, segundo a perspectiva de Tönnies, e possibilitando a articulação até mesmo de outras sociabilidades “híbridas”. E é justo a partir deste hibridismo que se torna notória a existência de “**padrões de sociabilidade comunitária**” no Calabar – como em outros tantos bairros das cidades brasileiras – a despeito da vigência de padrões societários concorrentes no mesmo espaço e, especialmente, em função das pressões externas, a exemplo das nebulosas questões fundiárias antes discutidas, bem como as ranhuras do seu entorno imediato, a tal vizinhança elitizada e não rara incomodada com a sua existência e permanência ali.

Sobre este hibridismo, os estudos etnográficos desenvolvidos por Frúgoli Jr. (2003: 108) o ratificam através da observação da convivência entre os padrões de sociabilidade comunitária e societários em um dado espaço; e também quando afirma que a noção de comunidade pode ser mobilizada enquanto estratégia discursiva articulada a determinadas práticas concretas, e vinculadas, muitas das vezes, a objetivos políticos difusos ou bem definidos. Ademais, antes que tal noção seja atrelada apenas a contextos de maior desvantagem socioeconômica, no caso, como “estratégia discursiva, articulada” e reivindicatória, aquele autor também nos sinaliza a sua amplitude a despeito de um viés de classe, assim posta:

Isso se dá por razões distintas e muitas vezes envolve grupos marginalizados e de menor poder aquisitivo – como, por exemplo, migrantes que tentam recriar comunidades marcadas pela origem comum, ou favelados que tentam se organizar comunitariamente, na luta pela obtenção de equipamentos urbanos coletivos (cf. Durham, 1973; Kowarick, 2000; Banck, 1998). Mas isso também tem norteado, com dinâmicas peculiares e distintas, a busca, por parte de grupos de maior poder aquisitivo, de espécies de comunidades em torno de moradias nas “bordas” das cidades modernas, ou mesmo em espaços seletivos e auto-segregados no interior da própria cidade. (FRÚGOLI JR.; 2003: 108)

No caso do Calabar, como visto, temos movimentos vívidos de atores buscando afirmar e reafirmar a sua “comunidade”, muitas vezes, como atos políticos que constituíram a resistência àquelas pressões ou seguiram à guisa de direitos sociais positivados. Neste sentido, e de acordo com Santos et al. (2010: 36), foi a partir da década de 1970 que os processos associativos se consolidaram progressivamente, e cujo protagonismo foi vital à permanência dos moradores neste espaço: desde aquela época, o lema era “a essência do ser é existir, a nossa é persistir no Calabar”, de modo a contar com a atuação de “homens, mulheres, jovens e adultos” que permaneceram em luta, especialmente, contra a especulação imobiliária para “não sumir do mapa”, tal como assinalaram aqueles autores.

Giudice e Souza (2000: 89) também confirmaram tais movimentos, afirmando que “a expansão do Calabar se deu através de muita luta de seus moradores, primeiro com o chamado JUC (Jovens Unidos do Calabar), e depois com a Associação de Moradores, que pode ser considerada originária daquele grupo”. Nesta etnografia, os atores confirmaram a importância e o protagonismo conferidos àquelas associações mais tradicionais, e também as mais recentes, todavia enfatizando o rol de dificuldades que incidem sobre as mesmas, incluindo aí, as transitoriedades acima sinalizadas.

Tem o grupo de mulheres, né? O grupo de mulheres, dos jovens, né? Tem uns jovens que são o pessoal da biblioteca. É, o promotor legal popular. É basicamente isso. Eu diria, na Associação, quando eu estava, eram três pessoas. Três pessoas pra dar conta disso tudo, né? E a gente estava sempre [interrompe]. A dificuldade era pra trazer pessoas, né? Mais vozes, mais pessoas para fortalecer até o que a gente estava falando. Às vezes, a gente estava falando por uma rua, e não tinha ninguém da rua pra dizer o problema daquela rua. Então é mais, digamos assim: do grupo de mulheres, tem duas mulheres que sobressaem, do grupo de jovens, tem dois jovens, da Associação tem mais dois. Então a

gente tem um grupo de pessoas que está sempre em movimento, sempre pensando. [...] Cada um a gente vai tentando envolver e; pra que tenha um grupo que represente. Um grupo grande que represente as reivindicações da comunidade, entendeu? Mas é assim: um trabalho bem árduo da gente conseguir juntar porque, às vezes, você não consegue. As agendas não se batem. Então são trabalhos voluntários. Ninguém aqui [interrompe]. Não tem uma ONG que as pessoas recebam pra isso, se organize pra isso. Todo mundo é voluntário. É um tempinho do seu trabalho que você deixa pra poder ir em uma reunião; aí o outro também deixa seu tempinho do seu. Um trabalha de manhã, outro trabalha de tarde, não pega folga. A gente vai, vai muito assim no improviso também, né?! Tenta se organizar, mas dificulta a gente não ter uma instituição, uma organização que esteja essas várias representantes, e que essas pessoas, como outras ONGs que atuam aqui, recebam por isso, entendeu? Como ONGs que vem aqui, é, aplicam os cursos, recebem o financiamento do governo pra fazer as políticas públicas. A gente não tem aqui dentro uma ONG assim, que tenha um coordenador da comunidade. A gente pensa, a gente mostra, a gente sabe fazer levantamento, faz tudo, mas a gente não recebe por isso. É tudo voluntário, então acho que isso também, esse voluntariado não se sustenta não, porque as pessoas precisam de sobreviver, precisam de dinheiro para garantir, né? É muito assim, tem essa questão do: ‘ah, você vai amanhã?’; ‘ah, amanhã eu não posso porque [interrompe]’; ‘hoje eu estou com a folga da vacina, então eu posso’. Então, às vezes, nem tem pessoas participando de tudo que é necessário participar por falta de gente porque as pessoas estão, a maioria, trabalhando. (Glória, 2014)

Esta fala expressa claramente os desafios postos às associações comunitárias, a começar pelo próprio movimento da agregação, isto é, do “associar-se” que, como nos diz Latour (2012: 50), está longe de algo que se assenta em solidez, certeza e estabilidade, mas sim em “um processo sem fim constituído por laços incertos, frágeis, controvertidos e mutáveis”. Contrastado isto com o que coloquei acima em termos de uma “cultura de barganhas” como pré-requisito para a efetivação de direitos, podemos flagrar os grandes e constantes desafios que se colocam a estas pessoas. Nossos atores confirmam tais desafios, assim ressaltando:

[...]. Aqui a gente tinha trinta jovens quando a gente começou. Depois foi saindo pela questão de não ter dinheiro mesmo. E os outros jovens – e você sabe que isso pega muito em casa – os pais: “você estavam o dia todo na rua e não traz nenhum pão”. E a gente não tinha mesmo dinheiro aqui. (Flora, 2016)

[...]. Aqui era uma serigrafia, né? Mas o espaço já estava abandonado há algum tempo, e a gente conseguiu, com a associação de moradores, um contrato, na época, de um ano, pra montar a biblioteca aqui. A parede estava toda pichada, o chão todo esburacado e tal. E na época a gente

tinha o grupo de jovens, chamado Jovens em Ação do Calabar, e tinha uma parceria com a *Avante – Educação e Mobilização Social*. Então, quando a gente conseguiu o espaço, a gente fez uma série de atividades pra arrecadar fundos. Então foi rifa, foi cinema, fizemos diversas atividades, e conseguimos arrecadar fundos pra reformar; e com este recurso que a gente conseguiu a gente reformou a primeira sala, né? [...] Assim, tem muita gente que saiu que era da biblioteca e que saiu, mas que deram suas contribuições e tal. (Benedito, 2016)

Outro aspecto que chama bastante atenção no conjunto das dificuldades relatadas está na precariedade das condições estruturais e funcionais dos processos associativos, as quais tem a ver com a constante falta de recursos das mais diversas ordens para a manutenção e execução de ações e projetos, como bem assinalou Glória, especialmente, quando traz o exemplo da inexistência de “uma ONG”, tomando esta como alternativa de solução à problemática que expõe, assim como o fez Benedito, quando cita o apoio da ONG “Avante – Educação e Mobilização Social”, acima citada. Neste ponto, e porque esta e outras formas de associativismos foram bastante referenciadas nesta pesquisa, cabem algumas considerações.

Primeiramente, e desde um ponto de vista conceitual, as contribuições de Maria da Glória Gohn acerca das particularidades que o chamado “terceiro setor” assumem no Brasil são especialmente úteis para analisar a sugestão da interlocutora acima. Então, segundo ela, aqueles que o admitem enquanto um “bloco homogêneo sem contemplar suas diferenças, acabam sendo induzidos ao erro, à simplificação e estigmatização, fazendo uma leitura reducionista da sua realidade” (GOHN, 2000: 60). E avança a autora:

Assim, vários autores veem o terceiro setor negativamente, como mais uma forma de exploração da força de trabalho, uma resposta das elites à organização e à mobilização sindical e popular dos anos 80, além de fazer parte das estratégias neoliberais para desobrigar o Estado de atuar na área social (vide Gentili, 1995). Para outros, o terceiro setor é algo realmente novo, pois o Estado não consegue penetrar nas microsferas da sociedade. Ele só saberia atuar no nível macro e as políticas públicas necessitam de mediadores para serem efetivas (GONH: 2000, p. 60).

A primeira tendência analítica encontra críticas contundentes na direção acima apontada, tal como ressalta Borelli (2008: 12) ao afirmar que as “ONGs passam a desempenhar funções antes assumidas pelo Estado, confirmando sua inserção no projeto neoliberal, com conseqüente enfraquecimento dos movimentos populares de resistência política”. Ou, antes disto, quando Coutinho (2003) assinalou que o terceiro setor cumpre

“um papel ideológico importante na implementação das políticas neoliberais e está em sintonia com o processo de reestruturação do capital pós 70: de flexibilização dos mercados nacional e internacional, das relações de trabalho, da produção, do investimento financeiro”.

Já naquela segunda linha interpretativa, e que parece não ser a mais predominante, é a própria Gohn (2000: 60) que, apesar de também considerar aquele conjunto de críticas, reconhece a amplitude e heterogeneidade do terceiro setor, identificando nele “programas e projetos sociais que objetivam tanto a emancipação de setores populares e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, com justiça social”. Mais recentemente, conclui ela a partir de um estudo em um bairro popular paulistano: “um novo associativismo está nascendo, interclassista, carregando elementos conservadores, mas também pequenos grãos de inovações e possibilidades transformadoras” (GONH, 2010: 279).

Neste trabalho, partilho deste olhar, digamos, ponderado sobre este universo, ou seja, tanto considerando o risco de isenção do Estado em atuar e efetivar direitos neste deslocamento de atribuições a entes da sociedade civil – e a isto me contraponho ideologicamente – quanto admitindo que neste mesmo bojo, e contraditoriamente, também podemos ter mais espaços de inclusão e participação cidadã. Assim também se posiciona uma de nossas colaboradoras neste estudo:

O Estado não tem [interrompe]: não seria a palavra competência, mas eu vou usar a palavra competência para gerenciar o sistema sozinho. Ele precisa dos movimentos sociais. Os movimentos sociais são um braço necessário nesta estrutura que está aí. [...] Porque o Estado, ele ver a coisa de forma ampla. Ele ver de forma ampla; só que quem está nas comunidades ver as coisas de forma mais detalhada; ver as necessidades de fato, né? O Estado procura atender de forma ampla, quando atende. E quem está em comunidade não: ver as necessidades porque está no dia a dia ali, e aí consegue perceber mais; está na ponta, na verdade. O Estado não está na ponta, está em cima, mas a sociedade civil está na ponta. E quem está na ponta é quem realmente sofre e é quem sabe suas necessidades. (Dora, 2016)

Aqui reitero mais uma vez que a perspectiva teórica adotada permite acolher tais “controvérsias sobre o mundo social”, e os seus desdobramentos, como modo de tentar acessar a complexidade dos objetos que me dispus a apreender, e justo por isso a estratégia central esteve em “seguir os atores” (LATOUR, 2012). Para avançar na

controvérsia aqui em relevo – a ambivalente relação com o associativismo visto ou proposto no campo – é válido recorrer às analogias que este autor nos oferece:

Para os físicos, está longe de ser a mesma coisa travar complexas controvérsias sobre buracos negros ou ser presenteado, ao contrário, com as “lutas pelo poder entre os físicos”. Para uma alma religiosa, está longe de ser a mesma coisa fazer uma oração a Deus e dizerem que ela está orando apenas para a “personalização da Sociedade”. Para um advogado, não é a mesma coisa obedecer à Constituição ou ceder a lobbies poderosos escondidos atrás da lei. Para uma costureira da *haute couture*, não é a mesma coisa cortar um veludo grosso e brilhante ou dizerem que ela faz uma visível “distinção social”. (LATOURE, 2012: 137).

Na mesma linha de raciocínio, e o deslocando para o caso em relevo, o fato de Glória reclamar por “uma ONG”, como forma de estabilizar as associações comunitárias que reivindicam direitos ou buscam melhores condições de vida para a coletividade no bairro, não significa que a mesma defenda a existência de um Estado mínimo ou pretenda esvaziar movimentos populares de resistência e reivindicações. No caso dela, particularmente, muito pelo contrário: estamos sim diante de uma das pessoas mais críticas e conscientes das responsabilidades estatais quando inspiradas no modelo de bem-estar; e também muito participativa, inclusive, porque, além de uma liderança, é também agente comunitária de saúde.

Portanto, e em quaisquer veios analíticos, quando Glória fala em ONG, ela aponta para a necessidade de se garantir os recursos das mais diversas ordens e essenciais ao funcionamento e manutenção das ações de interesse coletivo no bairro, pois seja através dos “mediadores” capilarizados nos micros espaços, ou seja, através de um Estado executor direto de uma dada política, são, em última instância, a sua concretude, qualidade e resolutividade que mais interessam ao usuário lá na ponta. Além disto, também da sua fala parece clara a sugestão, quase um apelo: e se estes “mediadores” fossem nós mesmos ao invés dos “mesmos” terceiros e quase sempre “forasteiros” às condições ali vividas?

No que tange às ações de prevenção de violências a partir dos processos associativos da comunidade, especialmente, daquelas de natureza interpessoal, as dificuldades acima relatadas, de certo, incidem sobre o executar destas e a sua manutenção ao longo do tempo. Tanto assim que, ao longo desta etnografia, observei ações preventivas, sobretudo, da prevenção primária de modo mais vinculado a determinados atores, e por isso o segui, do que propriamente vinculadas a um dado

coletivo, a exemplo das associações comunitárias ou dos serviços, tal como descreverei nos capítulos subsequentes, e como relatam as atrizes abaixo quando questionadas acerca da intervenção sobre as violências mais frequentes no bairro:

Alguns grupos discutem, algumas pessoas discutem. Eu sinto falta de ampliar esse tema aqui, sabe? Da gente discutir até estratégias mesmo de enfrentamento ou de as pessoas poderem reconhecer e entender o que é racismo, porque as vezes você está tão acostumado a viver com isso que você acha que isso é normal. [...]. Eu acho que precisa de um grupo de mulher bem estabelecido, combativo. Um de jovens, sabe? Grupo mesmo que pudesse ser [pausa] organização [pausa] organizado, que pudesse discutir isso com mais [interrupção] e assim trazer, fazer parceria com outros de fora que tivesse como pauta sempre discussões de violência, de racismo, da violência contra mulher. (Glória, 2014)

Você vê a falta dos serviços, de uma forma ampla você vê muitas crianças, muitos jovens ociosos. Isso eu falo na área de capacitação, na área de informação, e aí eu falo de uma forma, de uma forma bem confortável, as políticas na questão de educação, as políticas são muito desfavoráveis às comunidades, as políticas que vêm pra aqui são muito desfavoráveis, por que? Por exemplo, vem um curso pra aqui pra comunidade, aí o curso diz: tem que ter segundo grau completo. Não existe. Existe um déficit de escolarização dessas comunidades e todas as comunidades periféricas. Se você chegar na [interrompe], eu falo aqui do Calabar, mas eu também falo de Paripe, eu conheço ali aquela parte de Paripe, que tem esse problema de escolarização. Então não adianta você fazer um curso pra recepcionista se o mercado de trabalho exige que uma recepcionista tenha no mínimo segundo grau completo. Então vai entrar? Não vai. (Dora, 2014)

Na primeira fala, temos em destaque as violências interpessoais recorrentes no cotidiano dos moradores, como as ofensas raciais e aquelas que se desdobram dos conflitos de gênero; e, em face delas, é clara a fragilidade de intervenção desde uma perspectiva coletiva, “estratégica” e “organizada”, usando aqui das exatas palavras de Glória. Seriam, neste caso, as demandas de prevenção nos três níveis, mas especialmente naqueles onde os eventos já se expressam, uma vez que as experiências de vitimização direta tendem a ser recorrentes, como confirmou a pesquisa no bairro realizada Trad et al. (2014).

Se tais dificuldades se colocam às associações comunitárias – apesar do seu fundamental protagonismo quando das ameaças de efetivação daquelas violências de ordem mais estrutural, a exemplo das tentativas de expropriação em massa dos moradores, sobretudo, nas décadas de 1970 e 80, como vimos anteriormente – temos

também os desafios aos atores e organizações externas à comunidade, sejam eles governamentais ou não governamentais, como expressou aquela segunda fala. A propósito, este é um olhar recorrente entre os atores que seguiu: a tendência à inadequação entre as ofertas de ações e projetos que, *a priori*, objetivam a inclusão, mas que produzem um tipo de exclusão, via de regra, justificada pelas deficiências de base educacional do público a que se voltam.

São várias coisas que você vai vendo que o jovem está precisando e que do jeito que a política pública chega aqui, esses projetos que chegam aqui, é muito de [interrompe]. São projetos que invés de agregar, trazer pra si jovens, eles afastam; por que uns tem que ter segundo grau, e aqui a gente tem uma defasagem escolar bem grande, né? Geralmente os meninos param no ensino fundamental, quinta série, sexta série, sétima série. Aí, tem a questão da idade. Aí, se o menino já fez lá, 18 anos, nem sempre o projeto que chegou é interessante, e ele pode fazer. Escolaridade eu acho o pior, assim, o que mais afeta. Aí, tudo bem, que tem que estudar, dá oportunidade pra quem estudou. Mas quem não estudou vai sempre ficando para trás. Vai sempre, né?! Cada projeto que chega, vai sempre ficando pra trás. E justamente os meninos que precisam, né? Um perfil do menino que precisa estar em projeto, precisa estar tendo oportunidade são os que mais vão ficando pra trás, porque não tem idade, não tem escolaridade, né? (Glória, 2014)

Escolaridade é complicado porque eles são jovens, eles abandonam tudo, então [interrompe]. É tanto que quando a gente vai trazer alguma atividade algo assim, algum curso, que é remunerado ou não, a gente não consegue atingir alguns jovens porque eles não têm escolaridade: “você tem 18 anos e ainda está na quarta série”? Você tem 18 anos e ainda tá no [interrompe]. Então, complicado. (Flora, 2014)

Estas últimas falas, além de evidenciar as contradições que apontamos acima, expõem os processos de violações frente as quais os atores, e em suas constantes tentativas de agregação e mobilização de outros atores, buscam se contrapor. Avançarei nestes empenhos, a propósito, objeto específico deste estudo, mas antes passaremos pelo o próximo capítulo, dedicado a descrever as expressões de violência mais frequentemente vistas e vivenciadas no bairro que nos levam ao pensar e ao agir preventivamente. Ou, dito de outro modo, a prevenção tende a ser tanto mais efetiva quanto mais se conhece a problemática a ser abordada.

Aqui, finalizo com a expectativa de ter contextualizado suficientemente o espaço que acolheu este trabalho. E por contextualização entendo a aproximação a certos elementos e processos históricos da sua conformação que, em alguma medida, impactam

o objeto em foco. Assim, intentei ainda assinalar a importância dos movimentos associativos neste bairro, especificamente, aqueles nascidos nos anos 1970, em contraposição às violências, em especial, à “violência de base” e as violações que incidem sobre este lugar e a sua “comunidade”, mesmo reconhecendo os seus desafios e as dinâmicas da sua manutenção e de atuação ao longo do tempo.

Capítulo II

A violência nossa de cada dia

Neste capítulo, situo as principais e mais recorrentes formas de violência que encontrei no bairro que acolheu este estudo, as quais justificam pensar preventivamente as ações em foco. Para tanto, organizei este texto em dois movimentos distintos, porém confluentes em muitos pontos. O primeiro avança conceitual e empiricamente nos elementos que conformam a “violência de base” porque, como sinalizei no capítulo anterior, colocou-se como pano de fundo para os processos que descreverei aqui e ao longo. O segundo põe em revelo a violência difundida nas relações interpessoais, com desfecho fatal ou não, a partir das informações disponíveis sobre a comunidade.

Sobre este último, ressalto a fragilidade dos registros, sistematização e acesso aos dados relativos à violência de modo generalizado, mas especialmente às informações relativas às morbidades. Deste modo, temos uma limitação já há tempos apontada pela literatura, que se mantém e, como ressalta Peres (2014), implica grandes desafios à intervenção. Em face disto, recorro mais aos estudos de vitimização já realizados no bairro do que aos indicadores mais tradicionais, como as taxas de homicídio ou de morbidades decorrentes da violência.

Vitimização, por sua vez, pode ser concebida enquanto um “processo pelo qual alguém (que pode ser uma pessoa, um grupo ou um segmento da sociedade) torna-se um objeto da violência por parte de outrem” (SÁ, 1996). Almeida e Noronha (2012: 90) contribuem com na análise deste conceito, e apoiando-se em Ceverino Domínguez (2008), assinalam que a vitimização “consiste no fenômeno por meio do qual uma pessoa, orientada por fatores individuais e socioculturais, sofre as consequências de um episódio traumático (não necessariamente delituoso) e vive tal experiência”. Aquelas autoras evidenciam ainda as tipologias relativas ao fenômeno, diferenciando assim as chamadas “vítimas diretas (pessoas expostas diretamente aos fatos traumáticos e sujeitas a sofrer danos físicos, materiais ou psicológicos, conforme a natureza da violência ou crime) e as vítimas indiretas”, e de especial interesse deste estudo, tal como sentiremos nas falas dos nossos atores, uma vez que estas “mesmo sem terem sido atingidos de modo direto por um fato violento, são por ele afetadas pessoalmente” (ALMEIDA e NORONHA, 2012: 90).

Isto posto, abro um parêntese para ponderar que, ao eleger bairro do Calabar não afirmo se tratar necessariamente de um lugar mais violento do que qualquer outro, mas sim pelos motivos já expostos, sobretudo, na seção metodológica. Ademais, faço aqui uso do mesmo raciocínio de Espinheira (2008: 15) quando do seu olhar mais atento sobre alguns bairros populares de Salvador: “superar o estigma de lugar intrinsecamente violento, sem perder de vista o potencial de violência” em virtude de certos processos históricos, culturais e de determinada “configuração socioespacial”. Diante disto, este pesquisador defende a ideia da “intervenção sociológica”, todavia ressaltando que “não é a sociologia que intervém, mas o seu conhecimento que subsidia a intervenção social a partir de políticas locais, regionais ou globais para que determinados efeitos perversos não se ampliem ou se verticalizem” (ESPINHEIRA, 2008: 60). A propósito, esta é a grande inspiração para se pensar a prevenção da violência desde o olhar aqui assumido.

Em assim sendo, ressalto que as reflexões tecidas ao longo deste estudo poderiam emergir a partir da imersão em outros espaços de Salvador, quiçá, de outras capitais brasileiras, cujos históricos e conformações encontram pontos de contato, todavia e evidentemente, respeitando as possíveis particularidades de cada contexto. Tanto que a literatura vem admitindo a violência enquanto um fenômeno difuso, multifacetado e recorrente seja nos espaços públicos, seja nos privados (OMS, 2014; PERES, 2014), ou tal como a define Tavares dos Santos (2014: 22): “difusa, configurada pela microfísica, capaz de dar conta das diversas manifestações fenomênicas”. Neste estudo, e como já burilado anteriormente, a compreendemos como uma “forma de sociabilidade” vista nas mais diversas relações da vida cotidiana (TAVARES DOS SANTOS, 2014; 2004; 2002; TAVARES DOS SANTOS et al., 1998), e é desde esta perspectiva que problematizo o agir preventivamente aqui e nos capítulos subsequentes.

2.1 A “violência de base”: uma outra nota sobre trajetória(s)

Neste texto tomo um dos relatos de Glória como foco, uma vez que ele e as análises que dele pude colher nos conduzem aos esforços de atender o proposto neste capítulo. Para tanto adoto uma forma, digamos, pouco convencional de fazê-lo por duas razões principais: uma porque intenta fazer jus à densidade e, em certos pontos, à dramaticidade das situações que evidencia; outra porque, do ponto de vista teórico metodológico, a abordagem escolhida assim me permite. Trago então uma exposição de argumentos entremeadas de imagens que, a um primeiro olhar, parecem não se

corresponder diretamente com os elementos textuais aqui postos, todavia pretendem complementar os sentidos e as análises pertinentes ao escopo deste trabalho, tal como busco iluminar em seu tempo. E assim inicia Glória:

Olha, isso me machuca muito. Assim, porque às vezes a gente quer dar jeito nas coisas; e às vezes você até se atrapalha no que [interrompe]. Você pensa que está ajudando e, às vezes, você está atrapalhando. Porque você acha que aquilo deve ser levado de uma forma, eu vou dizer assim [interrompe]. Deixa eu explicar: é [pausa], se eu entro em uma casa, como agente comunitária de saúde, entro em uma casa e vejo uma criança ou adolescente sendo [interrompe]. É [interrompe]. Ouvindo uns desaforos, as mães humilhando, dizendo que tem que trabalhar, que já está grande, que tem que procurar o que fazer. É [interrompe]. Eu fico pensando assim: ‘poxa, o que será que ela quer que ele faça?’. ‘O que será que esse adolescente vai fazer?’ (Glória, 2014)

Foto 11: oficina de grafite (Calabar, 2014)



Fonte: acervo ACCS FOFB034

As linhas acima explicitam uma das formas de violência que se manifesta ampla e difusamente, tanto nos espaços públicos quanto privados do mundo social, não sendo diferente no bairro em questão. No caso em particular, coloca-se na intimidade dos lares, no caso, na relação entre pais e filhos, e que a literatura tradicionalmente entende como “violência moral” ou “violência psicológica”, embora não se tratem da mesma coisa. Aqui,

enfocaremos a primeira, concordando com Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2008: 135), para quem parece não existir quaisquer violências sem que alguma forma de agressão moral a anteceda, e explica:

[...]. Embora a violência física, ou aquilo que aparece sob este rótulo, tenha uma materialidade incontestável e a dimensão moral das agressões (ou dos atos de desconsideração à pessoa) tenha um caráter essencialmente simbólico e imaterial, creio que a objetividade do segundo aspecto ou o tipo de violência encontra melhores possibilidades de fundamentação do que a do primeiro. Aliás, arriscaria dizer que na ausência da “violência moral”, a existência da “violência física” seria uma mera abstração. Sempre que se discute a violência como um problema social tem-se como referencia a ideia do uso ilegítimo da força, ainda que frequentemente este aspecto seja tomado como dado, fazendo com que a dimensão moral da violência seja pouco elaborada e mal compreendida, mesmo quando constitui o cerne da agressão do ponto de vista das vítimas. (OLIVEIRA, 2008: 135)

Estas reflexões contribuem não apenas para pensar a violência moral no espaço doméstico, como acima pontuada, mas também para situar outras expressões da violência que perpassarão este estudo. As razões disto podemos ver neste mesmo autor que há algum tempo vem “tentando compreender os atos ou eventos de desrespeito à cidadania que não são captados adequadamente pelo judiciário ou pela linguagem dos direitos, no sentido estrito do termo”. E justo neste empenho busca:

Apresentar o conteúdo desses atos por meio da noção de *insulto moral* como um conceito que realça as duas características principais do fenômeno: I) trata-se de uma agressão objetiva a direitos que não pode ser adequadamente traduzida em evidências materiais; II) sempre implica uma desvalorização ou negação da identidade do outro. (OLIVEIRA, 2008: 135 – 6 – grifos do autor).

Este conceito, do “insulto moral”, contempla, em alguma medida, àquelas expressões de violência que expus até aqui, e que estou propondo chamar de “violência de base”, uma vez que nesta também flagramos “uma agressão objetiva a direitos” que é de difícil tradução em “evidências materiais”. Por outro lado, atende também à análise daquela expressão violenta vista nas relações interpessoais, como temos acima, haja a vista a presença de atos de “desvalorização ou negação da identidade do outro” ou, acresço, das chances da distorção identitária do outro.

Já a figura materna que toma forma no muro – aliás o próprio muro, o ator que grafita, o que presencia, as tantas histórias contidas apenas neste recorte que podem dizer muito, e aqui lograremos apenas nos aproximar – tentam expressar, por mais inefável que seja, a indignação e o sofrimento que se exprimem na linguagem do corpo de Glória nos vários momentos da interlocução ao longo das nossas interações, e não apenas neste relato que se segue. Ademais, o que tanto a “machuca”, que se evidencia nas suas palavras e que se imprime no seu corpo, nos gestos, nos silêncios, a literatura tem designado como parte dos processos de vitimização, mais especificamente, na vitimização indireta, aquela que se refere à vivência de uma dada violência na condição de testemunhá-la com diferentes intensidades e frequências, como em:

Às vezes parece que [interrompe]. Mães que dizem mesmo que [interrompe]. Que falam claramente, sabe? Que não tem projeto, não tem nada, não tem oportunidade, vai vender droga mesmo! Se conforma com essa situação de, de que não tem o que fazer da vida, a não ser [interrompe], sabe? Ir para o crime, ou parar de estudar para ir trabalhar em algum lugar, qualquer lugar [ênfase]. Fazer qualquer coisa. E isso, às vezes, me machuca muito: de, às vezes, eu tento falar, algumas vezes, quando eu tenho espaço, assim, eu falo, né? Tento falar com a mãe: ‘olha, não é assim, ele tem que estudar, já está na idade de estudar, tem que estudar, tem que ter oportunidade e tal’. E elas me rebatem. Às vezes me rebatem mostrando, por A mais B, que ele não vai pra lugar nenhum, que não vai conseguir porque não tem escola, porque isso, sabe?! (Glória, 2014)

Foto 12: oficina de grafite (Calabar, 2014)



Fonte: acervo ACCS FOFB034

Esta análise que Glória nos oferece converge com a noção de vulnerabilidade já apresentada antes nas demarcações conceituais, especialmente, quando a mesma é deslocada para o universo das violências e violações, tal como Peres (2014: 449) colocou ao pensar a sobremortalidade por homicídios de jovens do sexo masculino. E aqui retomo: “a compreensão das configurações de vulnerabilidade passa, necessariamente, pela **consideração de características contextuais que favorecem ou precipitam a proximidade cotidiana ao risco**” (PERES, 2014: 449 – grifos meus).

E avança esta autora se opondo às leituras mais simplistas e apriorísticas que pressupõem, muitas vezes, cheias de tom inequívoco, uma plena voluntariedade daqueles sujeitos: “não se trata de uma proximidade buscada conscientemente, mas sim de uma proximidade que se dá pelas **condições de uma vida** que se estrutura próxima ao que Feltran (2010) chama de ‘mundo do crime’, o qual **influencia os processos de sociabilidade independente da participação ativa em atividades criminosas**” (PERES, 2014: 449 – grifos meus). Aqui, um parêntese para a fala de outro ator que seguimos porque justo emblemática:

O nosso público era o Calabar inteiro, e até o Alto das Pombas também. Ainda da Roça da Sabina e do IBIT. Então, quando começou o confronto de tráfico, ficou muito intenso este confronto. A gente nunca tinha visto isto antes. Então, por exemplo: quem morava [do outro lado], não vinha pra cá. [...]. Não vem ainda. Algumas pessoas vêm, mas outras ainda têm receio, né? Depois desta ferida que ficou [...]. Então, de fato, as pessoas não vêm para este lado de cá. [...]. É, é uma ferida. **E tem gente que não tem nada a ver com nada: não tem amigo envolvido, não tem parente envolvido, mas ficou uma ferida**, um negócio que ficou uma divisão que é esquisita demais mesmo. O pessoal de [outra comunidade], que é um pessoal que tem mais medo de tudo, aí piorou mais ainda. Porque não vem mais. Então, a gente perdeu muito público por conta disso. Então, compromete esta questão do “enraizamento comunitário” que a gente faz, é, por exemplo, ir na casa das pessoas, né, falar que existe uma biblioteca e tal, conversar, divulgar todas as atividades que a gente tem, uma coisa mais de contato próximo. (Benedito, 2016 – grifos meus)

Os destaques nesta passagem confirmam a ordem involuntária que pode estar contida naquela noção de vulnerabilidade, além dos relatos nos remeter a outros aspectos da violência que ultrapassam o foco privilegiado, a exemplo da inibição ou do impedimento do livre ir e vir e das perdas de oportunidades de ordens diversas decorrentes disto ou da própria exacerbação da violência. Mas retornando àquela direção,

contribuições de Gabriel Feltran (2008: 93 – 4) são também relevantes, dado os seus acúmulos etnográficos nestes contextos voltados à compreensão da emergência desse ‘mundo do crime’ nas periferias paulistanas, onde esteve o seu olhar. Esmiuçando um pouco mais o que este autor vai chamar de “fronteiras que circunscrevem” o ‘mundo do crime’ – e porque aqui são especialmente férteis para abrigar aquelas pontuações feitas acima por Glória – temos:

A expressão “mundo do crime”, ou simplesmente “o crime”, é tomada aqui em sua acepção nativa e por isso mantenho sua utilização sempre entre aspas. Essa noção, na perspectiva dos adolescentes e jovens das periferias de São Paulo, **designa o conjunto de códigos e sociabilidades estabelecidas, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos e furtos.** [...] O exame dessas fronteiras do “mundo do crime”, traçadas no tecido social, não pode ser feito sem que estejam também em pauta as relações que esse “mundo” trava com as dinâmicas sociais consideradas legítimas, como o trabalho, a família, a religião etc. Pois nenhuma fronteira demarca uma divisão estanque entre dois domínios; em vez disso, o que qualquer fronteira procura é regular os modos da relação, os fluxos (de pessoas, mercadorias, discursos etc.) entre eles. Uma fronteira, portanto, designa uma partilha, nos termos de Jacques Rancière (1995, p.7): “partilha significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição em quinhões”. Por isso, para estudar a expansão das fronteiras do “o crime” em São Paulo, é preciso compreender, para além das suas dimensões internas, também as dinâmicas sociais mais amplas, sobre as quais elas se assentam. [...] Argumento que a **emergência de um “mundo do crime” nas periferias de São Paulo remete a, no mínimo, três décadas de crise e deslocamento nas esferas do trabalho, da família e da religião, que juntas estruturavam a promessa de mobilidade social dos migrantes que, a partir dos anos 1960, ocuparam esses territórios.** (FELTRAN, 2008: 93 – 4 – grifos meus)

As reflexões deste autor, em especial, os últimos grifos ratificam aquelas que vimos no capítulo anterior com Holston (2013: 258), quando se debruçou sobre a histórica questão fundiária no Brasil, concluindo fundamentalmente que no país os processos sociais e políticos dali decorrentes desaguarão em uma “cidadania nacional que foi desde o início universalmente includente na afiliação e maciçamente desigual na distribuição de seus direitos”; isto é, e como sustenta o dito popular, “somos todos brasileiros”, porém tal condição não garante, na prática, igualdade no acesso e efetivação dos direitos aos seus cidadãos. Ademais, e ainda de acordo com este autor, a relação com a norma e a lei em torno da terra, mas com amplos e difusos efeitos, fora marcada por toda sorte de contradições e ambiguidades. Estas, no limite, produziram “exclusões da política, da

propriedade, da dignidade”, possibilitando assim a “construção e a perpetuação de uma cidadania diferenciada” que, dado os processos migratórios do século XX, culmina com o que ele denomina de uma “cidadania insurgente”, assim posta:

[...]. Os brasileiros se mudaram em massa para as cidades e construíram as periferias urbanas. Esses migrantes autoconstrutores viram as periferias, por mais precárias que fossem no início de suas ocupações, como uma fonte vital de suas experiências enquanto brasileiros modernos. [...]. Essas experiências fomentaram a irrupção de uma cidadania insurgente que desestabilizou a cidadania diferenciada nos próprios lugares que haviam produzido a diferenciação - direitos políticos, propriedade fundiária, ilegalidade residencial, mau governo da lei e servilismo. Embora continuem a sustentar o paradigma da cidadania diferenciada, essas condições também se tornaram as condições de sua transformação. Com efeito, sob diferentes circunstâncias nas periferias urbanas, os lugares da diferenciação se transformaram em locais de insurgência conforme os pobres urbanos ganharam direitos políticos, tornaram-se proprietários, transformaram a lei num recurso e alcançaram um sentido maior de competência pessoal por meio de suas práticas urbanas. (HOLSTON, 2013; p. 260 - 1)

No Calabar, assim como muito possivelmente em tantos outros bairros populares de Salvador, encontramos justo esta configuração, isto é, uma cidadania "diferenciada e insurgente", tal como acima qualificada, seja através dos discursos, seja nas "práticas urbanas" e comunitárias, como sentimos nas linhas de Glória aqui em relevo. Além disto, lá também me deparei com o que aquele autor chama de "paradoxo perverso da democratização no Brasil" que quer dizer que, no nosso país, ao passo que "a democracia se enraizou, novos tipos de violência, injustiça, corrupção e impunidade aumentaram drasticamente", resultando em uma insegurança generalizada, assim posta:

[...]. Muitos brasileiros sentem-se menos seguros sob a democracia política que alcançaram, **seus corpos mais ameaçados pela violência cotidiana do que pela repressão da ditadura**. Além disso, ao mesmo tempo que uma geração de cidadãos insurgentes democratizou o espaço urbano, criando um acesso sem precedentes aos seus recursos, um clima de medo e incivilidade passou a permear os encontros públicos. Esses novos estranhamentos produzem o abandono do espaço público, a fortificação das residências, a criminalização dos pobres e o apoio à violência policial. Essas condições debilitam a democracia. Erodem uma esfera pública inegavelmente ampliada pela nova participação popular na formulação da lei. Apesar das mobilizações legais que deram à Constituição de 1988 e continuam a desenvolver seus princípios participativos, as instituições da Justiça – em especial os tribunais e a polícia – se tornaram ainda mais desacreditadas com a democratização. Em vez das glórias que lhes foram antecipadas, os brasileiros vivenciam

uma cidadania democrática que parece ao mesmo tempo se erodir com sua expansão, uma democracia às vezes capaz e outras tragicamente incapaz de proteger o corpo de seus cidadãos e de produzir uma sociedade justa. (HOLSTON, 2013; p. 349 – 50 – grifos meus)

Nesta última extensa recorrência que faço a este autor, podemos encontrar elementos já revelados por tantos outros estudos em contextos urbanos similares aos que os autores até aqui acionados se reportaram – e tal como verifiquei também no espaço desta etnografia – de modo que são relativamente fartos os conhecimentos a respeito dos "efeitos de muitas dessas contradições na sociedade brasileira, na forma de violência, abuso policial, segregação, privatização, mau governo da lei, racismo e doença" (HOLSTON, 2013: 350). Neste estudo, alguns aspectos deste rol se evidenciaram com mais força no campo e nas falas, com destaque antecipado para a segregação e o racismo, tal como avançarei no próximo capítulo.

Por ora, sigo evidenciando a "violência de base" sobre a qual outros processos violentos se sobrepõem, e que se caracteriza por uma quase permanente e, muitas das vezes, voluntária postura omissa dos poderes públicos no cumprimento efetivo dos direitos fundamentais que violenta pelos efeitos difusos de exclusão e segregação. Tais processos omissos abrem espaços para os esforços de mobilização de muitos dos atores comunitários com os quais interagi, em resposta às necessidades mais imediatas ou mesmo mediatas que se colocam a estas coletividades, conforme nos revela Glória:

[...]. Todo mundo faz uma relação de dificuldades que eu fico: poxa, eu venho em uma animação toda, achando que podia mudar várias coisas, né? Que eu podia buscar projetos [...], mas também os projetos que tem, realmente não são uns projetos que [interrompe] são feitos pra mudar a vida de ninguém. São projetos que pensam assim: 'ah, vamos fazer um projeto pra tirar menino da rua para ele não se envolver com droga'. Qualquer coisa que dê pra tirar o menino da rua tá bem, né? Aí, han?! É pensar que todo mundo é besta de pensar, que todo mundo é muito burro, muito besta, muito idiota, que qualquer coisa ele vai aceitar. É achar que o ser humano [interrompe]: que o fato de morar na comunidade do Calabar significa que aquela pessoa é necessitada e qualquer coisa pra ela tá servindo. (Glória, 2014)

Foto 13: muro no lado do Bomba (Calabar, 2014)



Fonte: acervo ACCS FOFB034

Naquele relato, reencontramos com os quadros de vulnerabilidade apontados por Glória, assim como a omissão estatal que referi acima, quase sempre remediada pelas famigeradas ações pontuais, seletivas e, em geral, desenvolvidas em condições inadequadas ou precárias, no lugar de políticas públicas universais e resolutivas. O muro acima fotografado reflete justo isto porque emblemático da omissão displicente e a precariedade que desta resulta. A propósito, e me furtando aqui a oportunidade de situar as fotografias até aqui expostas, a ação desenvolvida no muro decorreu, em grande medida, do descontentamento dos moradores da rua onde o mesmo se assenta, quase sempre maltratado, inclusive, tendo Glória como uma das suas principais vozes.

O muro que protagoniza o ensaio encontra-se em uma das principais ruas do bairro – a chamada "Rua Nova do Calabar" – e assim está posicionado: de frente para o complexo de escolas do bairro, de costas para as casas que se empilham logo ali, e uma estreita pista fragilmente asfaltada corta estes dois cenários; mais lateralmente, está a unidade de saúde do bairro, no lado oposto, pequenas lojas comerciais, e um pouco mais adiante, o prédio que concentra os dispositivos comunitários e a Base. Trata-se portanto de um local de grande circulação de pessoas, e o próprio muro agrega um tanto de movimento cotidiano: são crianças e jovens que neles se debruçam, seja para brincar, empinar pipas, conversar, ou apenas olhar o trânsito, com propósitos diferenciados, evidentemente; são também adultos e idosos que se sentam nos bancos de concreto defronte ao muro ou se reúnem na banca de lanche que fica logo ao lado para as trocas diárias, lamentos, risos, debates, silêncios, atos da vida, enfim.

O problema do muro, e que teve em Glória uma porta-voz, era exatamente, e ainda o é, a sua constante precariedade: rachaduras, limo, deformações, descamações. Aqui, todavia, o leitor pode questionar: mas que novidade teria isto, em se tratando de um espaço público e, portanto, sujeito às intempéries e às degradações todas? De fato, não haveria nenhuma novidade nisto não fosse a diferença que marca a forma de construir e de manter esta edificação situada no espaço público, portanto, uma edificação pública estando em uma "comunidade pobre, periférica", tal como adjetivam muitos dos meus interlocutores, em relação aos espaços urbanos centrais e elitizados.

Assim, é um muro, um simples muro de menos de quinze metros de extensão, mas suficiente para lembrar diariamente aos seus moradores a negligência dos poderes públicos, expressa ao longo do tempo e em tantos outros construtos deste "embaraçoso" endereço, ou para causar certo constrangimento em face da sua "cara suja e feia". E foi justo com estas últimas palavras que Glória, em uma dada ocasião, interrogou-me: "mas por que a gente não faz alguma coisa com o muro da Rua Nova, com aquela 'cara suja e feia', professora"? E este "fazer alguma coisa", em se tratando do ínfimo alcance de uma ação extensionista universitária, limitou-se, depois de um par de negociações, à intervenção artística que podemos ver na primeira foto exposta neste texto.

Glória, como tantos outros, ficaram radiantes com o novo fundo róseo grafitado com contornos plenos de significados para "a comunidade", como ela sempre se reporta. Todavia, as cores e a vida daquelas formas foram tão efêmeras e frágeis quanto tudo que toma corpo através das próprias mãos dos seus moradores – o fenômeno da "autoconstrução" – no lugar do que competiria ao poder público fazê-lo de modo mais sólido, seguro e duradouro, ao menos, em tese, tais como as escadas e corrimãos, vias de acesso, infra estrutura de saneamento básico, contenção de encostas, etc. Assim, em coisa de menos de dois anos, o muro já estampava novamente a tal "cara suja e feia", constrangendo e avisando duramente aos seus passantes da insuficiência da bem intencionada intervenção, o que a mim causou aquela tristeza típica do desalento, a qual também encontrei no olhar de Glória e de tantos outros.

A despeito disto, não podemos dizer de uma completa omissão estatal, mas procede afirmar do histórico das lentas respostas às demandas estruturais dos espaços públicos, assim como das escassas ou, em alguns casos, inexistentes políticas públicas de inclusão e de proteção aos mais variados segmentos da comunidade, sobretudo, daqueles em maior vulnerabilidade, como as crianças e jovens. Tanto assim que uma das

falas mais emblemáticas de Glória apontava incisivamente para tais leniência e mesmo omissão do Estado em um tanto de casos:

E tem muito adolescente que sabe o que é que quer, tem outras coisas, tem outras vontades, né? Eu pude observar isso. Têm meninos aí que eu, só em você parar pra conversar, tem tudo sabe, tem tudo que ele acha que deveria ter na comunidade: saneamento, esporte, lazer, é, cultura, é, fazer música, tocar um violão. Têm várias vontades circulando e que, hein, os meninos não têm oportunidade. Não tá nesses projetos que chegaram por aí. E, às vezes, o pessoal reclama: “não, é porque a gente não faz turma, porque o pessoal aqui realmente não quer nada”. Não faz turma porque, às vezes, não trouxe o que o jovem estava querendo. E isso pode ser feito, o jovem tem que ser escutado. Têm tantas ideias aqui que eu vejo conversando com adolescentes: “oh, tia vumbora [*sic*] passar um filme aqui, arrumar as cadeiras”. Vontades, mil vontades. Muitas coisas interessantes que se fosse [interrompe]. Se a gente conseguisse colocar no projeto, esse jovem tivesse tempo, que geralmente ele tá com o carrinho de mão, cortando cabelo. Ele tá ali cheio de ideias, mas está se virando, fazendo um biscate, né?! Mas tá cheio de vontade de fazer outra coisa: “pô, eu queria aprender a tocar violão, a senhora sabe onde posso tocar violão?”. “Eu queria”, sabe? “Eu queria aprender a falar melhor, eu terminei na quinta série”. São várias coisas que você vai vendo que o jovem está precisando e que do jeito que a política pública chega aqui, esses projetos que chegam aqui, é muito de [interrompe]. São projetos que ao invés de agregar, trazer pra si jovens, eles afastam; porque uns tem que ter segundo grau, e aqui a gente tem uma defasagem escolar bem grande, né? Geralmente, os meninos param no ensino fundamental, quinta série, sexta série, sétima série. Aí, tem a questão da idade. Aí, se o menino já fez lá 18 anos, nem sempre o projeto que chegou é interessante, e ele pode fazer. Escolaridade, eu acho o pior, assim, o que mais afeta. Aí, tudo bem que tem que estudar, dar oportunidade pra quem estudou. Mas quem não estudou vai sempre ficando para trás. Vai sempre, né?! Cada projeto que chega, vai sempre ficando pra trás. E justamente os meninos que precisam, né? Um perfil do menino que precisa estar em projeto, precisa estar tendo oportunidade são os que mais vão ficando pra trás, porque não tem idade, não tem escolaridade, né? (Glória, 2014)

[...] A gente convida para os eventos, mas eles não se envolvem muito. E eu acho que se eles seguissem o próprio projeto acho que daria um pouco certo. Que era pra comunidade ser amigo deles, mas muitos da comunidade não é. Mesmo que dissesse assim: “olha, eu sei que seu filho que estava envolvido, que trazia coisa pra dentro de casa, que estava com dinheiro assim, mas a gente está trazendo coisas que vai suprir isso, que você não vai precisar de ver o seu filho morto”. A gente vê muito projeto, a gente traz pra aqui pra dentro da comunidade, mas o jovem que não tem estudo, não tem isso, não tem identidade e tem medo de ir lá fora tirar a identidade, tem medo de ficar preso lá mesmo. Tem muitos que procura o líder comunitário daqui pra tirar a identidade, porque tem medo de ir só e ficar preso lá mesmo. Ninguém quer. É complicadíssimo. (Flora, 2014)

Foto 14: oficina de grafite (2014)



Fonte: acervo ACCS FOFB034

Foto 15: oficina de grafite (2014)



Fonte: acervo ACCS FOFB034

Aqui, claramente, as ações reivindicadas partem dos jovens em suas interações com Glória, já em sua longa experiência e maturidade, e também com lideranças jovens do bairro, como podemos ver na fala de Flora. A caminho de finalizar as reflexões que nutrem o que aqui propus como uma “violência de base”, olhemos para um outro muro e o que ele tem a nos dizer nesta direção. No caso, não se trata de mais um muro “autoconstruído” na intimidade do bairro, mas de um muro construído pelo poder público, mais especificamente pela universidade que se avizinha, a propósito, “bem construído”, apesar de totalmente gélido, sem vida.

Foto 16: muro entre o Calabar e campus da UFBA (2014)



Fonte: acervo ACCS FOFB034

Por diversas vezes, sobretudo, nas ações extensionistas, ouvi e conversei com os alunos, e também com os atores, sobre as interpretações que muitos dos moradores têm sobre o chamado “muro da universidade”. O principal veio interpretativo é aquele que o compreende como mais um elemento, no caso, concreto e ali estanque, das segregações e das exclusões comumente vivenciadas. Somado a isto está o fato de se tratar de uma instituição pública e educacional, o que, no olhar de muitos dos interlocutores, agrava aquela tônica segregadora e excludente. Na mesma linha está a crítica de Glória que se amplia a outras negações no que tange ao direito pleno de educação e formação profissional e/ou técnica, tal como coloca quando questionada sobre a necessidade de o bairro contar com uma escola de ensino médio no seu interior:

No bairro não tem nenhuma. Dentro do bairro não tem nenhuma. Ao redor que tem o João das Botas, o Evaristo da Veiga, o Hildete Lomanto, um pouco mais pra lá que é o Manuel Novaes. [...]. Não, não tenho justificativa não. Porque já, uma vez [interrompe]. Inclusive foi uma reivindicação nossa: que no espaço que tem entre a UFBA e o Calabar, que fosse um prédio, fizesse um prédio, e que fosse, é, um instituto de formação e que tivesse ensino médio. Alguns colegas mesmo aqui dizem: “olha, Glória, nem precisa se preocupar com isso por que eles vão alegar, eles alegam que não precisa porque ao redor tem escolas próximas”. Que é, no caso, são essas: o João das Botas, o Evaristo, o Hildete, que tem ensino médio. [...]. Não justifica ter uma dentro da comunidade já que no entorno tem outras. (Glória, 2014)

Todavia, o que geograficamente pode parecer muito próximo, até mesmo, no “entorno”, em se tratando de uma cidade de grande porte, como Salvador, tal proximidade se torna bastante relativa por vários motivos, não apenas físico, mas também simbólico, político, circunstancial. Trocando em exemplos, os flagrei quando um morador não atravessa uma rua por questões de rivalidades entre grupos que disputam o domínio do tráfico; quando o transporte público não chega a todos os lugares e, mesmo se chegasse, nem sempre há recursos próprios para garanti-lo com a regularidade exigida; quando o racismo tácito ou explícito demarca que lugar o negro e, sobretudo, o negro pobre pode ou não frequentar, como tão comumente assinalado pelos interlocutores. Em face destas duras variáveis, expõe Glória:

[...]. Tem a dificuldade de locomoção. É, é perto, mas os jovens, a maioria vai andando. Poucos são os que tem transporte pra pegar o ônibus. Sem contar que é um horário de sol, né? Ou quando vai ou quando vem, é um horário que, imagine? Você obrigado a andar, fazer esse sacrifício, tomar

sol, né?! Às vezes, está com fome, saindo da escola. Então tem várias, várias dificuldades. Eu conheço uma menina que eu insisto com ela tem um tempo, eu falo com a família dela, e eu perguntei a ela porque foi que ela parou de estudar. Ela parou na quinta série. Ainda não conseguiu retornar. A gente não conseguiu ainda fazer com que ela voltasse pra escola, mas ela falou que era porque é [interrompe]. O cartão, né? O pai dela fez o cartão, mas que às vezes ela não tinha, muitas vezes, ela não tinha o dinheiro pra colocar no cartão. Tinha essa dificuldade, ela mudou de escola, ela foi pra uma escola no Rio Vermelho. A mãe tirou por conta de briga na escola, e aí botou numa escola do Rio Vermelho. Nem sempre o pai dela botava, recarregava o cartão. Ela tinha que ir andando para o Rio Vermelho, pra uma escola lá. Eu esqueci o nome dessa escola, mas ela tinha que ir andando, e ela falou que tinha dor de cabeça. É. Ela disse que parava no meio do caminho, mas ela disse que dóia muito a cabeça dela. Aí, ela parou. Eu sei que daí pra cá, ela ainda não foi. A gente tem outra escola aqui que é [privada], de noite. (Glória, 2014)

Neste relato ficam, portanto, claras as dificuldades de ordem prática e material destes jovens, no sentido da acessibilidade à escola e as condições frágeis de permanência. E mesmo quando aquelas barreiras são suplantadas em alguma medida, em especial, a barreira física, que então permitiria que o estudante estivesse sentado em sua carteira a poucos metros da sua casa, no caso, contando com a “filantropia” das instituições privadas, podemos ainda encontrar:

[...] Sim, em Ondina, à noite é filantrópico pra estudar, mas o pessoal se queixa que cobra muito documento. Vai várias vezes e [pausa longa] sempre está faltando documento. E eles não acertam fazer aquela documentação toda. Aí levam faltando, não entendem. Esse ano, inclusive, a gente conversou com o pessoal [da instituição], que tem uma coisa que realmente é muito documento, que eles precisam de documento de todo mundo da família: carteira de trabalho do lado de todo mundo da família, quem não tem, tem que tirar. Mesmo que esteja sem assinar, mas tem que levar esse documento. Então, conta de água, luz, telefone e certidão de nascimento. E as pessoas se atrapalham com tanto papel. Às vezes parece fácil, até já tentei fazer. Levar tudo já, listar tudo que precisa, falar com as pessoas. Fazer tipo uma oficina mesmo do que é que eles [interrompe]. Conversar mesmo nas casas: “olha, precisa isso, você leva a xerox”. Ensinar “como” porque minhas filhas já estudaram lá, e eu sei como é que é o processo. Realmente vai, falta papel, aí volta de novo. Falta, volta e aí vai. Não tem como declarar a pessoa não tem como fazer uma declaração de que não trabalha, não recebe, não é trabalho formal. Aí tem que dizer, fazer declaração de próprio punho quanto é que recebe mais ou menos. Às vezes, é meio complicado: tem uma série de coisas que parecem fácil, mas que dificultam. Essa menina, especialmente ela, eu não consegui. Eu falo ela porque tem cinco anos que eu estou tentando fazer com que ela retorne pra escola e ela está sempre: “tem projeto, tia?”; “rapaz, se você quer os projetos que estão vindo tem que está na escola, dentro da escola pra ver se quando chegar um projeto você consegue e em um desses”. E eu

sei que o tempo tá passando, né? Na época ela tinha 13 anos, agora ela tá com 18, e aí vai passando. Vai fazendo outras coisas, outros interesses e **vai se esvaindo**. (Glória, 2014 – grifos meus)

Tal como apontou Glória, sim, para esta juventude, “vão se esvaindo” o tempo, o fôlego, os caminhos cidadãos, assim como colocou Pimenta (2014: 275 – grifos da autora): “para muitos jovens, a capacidade de projetar o futuro é impossibilitada pelas circunstâncias da vida, pelo risco, pela exposição à violência e também pela exclusão dos trajetos legítimos de transição e mobilidade social”. Ao conjunto das variáveis que conformam esta trajetória excludente, a maior parte delas decorrentes da omissão do poder público, e fortalecida pelos grupos que a confirmam e legitimam, é que chamo então de “violência de base”, cuja prevenção perpassa processos e dinâmicas naquela direção que Peres (2014: 450) sistematizou a partir do “nível de risco do modelo ecológico”, mais especificamente, no âmbito das ações “voltadas para a modificação de características dos contextos comunitários que se mostram associados a maior risco de vitimização violenta, a exemplo de medidas de urbanização dos espaços públicos, iluminação pública, intervenções nos ambientes escolares e ocupacionais”. Nestas, não exclusivamente, mas em grande parte, estamos falando das políticas públicas de amplo alcance, estáveis e sensíveis às necessidades apontadas por Glória, todavia plenamente reconhecíveis em cenários urbanos semelhantes no país.

2.2 Calabar: o lugar das violências?

“O Calabar está longe de ser o bairro mais violento de Salvador, mas, mesmo assim, foi o primeiro a receber uma Base Comunitária de Segurança”. Esta fala partiu de um dos policiais atuantes na Base, todavia fora reafirmada, de diferentes maneiras, por tantos outros atores, pertencentes ou não ao Calabar, como ouvi dentro e fora do tempo-espaço desta etnografia. Se mais ou menos, o “ser violento” nos exige avançar em uma reflexão crítica acerca do seu teor essencialista e estigmatizante, a qual desdobrarei mais tarde. Por ora, atentemos para o outro lado, o das “controvérsias que marcam o mundo social” (Latour, 2012), e que aqui estão no olhar de outros tantos interlocutores, de dentro e de fora do bairro, quando apontam justo o contrário: “sim, estamos falando de um lugar onde convivemos com a violência, nas suas mais variadas formas”.

E é justo no bojo das controvérsias em torno da violência, tanto em termos de percepções e como de experiências vividas, e estas entenderemos aqui especificamente como experiências de vitimização, que buscarei situá-la no espaço que acolheu este estudo. Em relação à dimensão perceptiva, a pesquisa quanti-qualitativa realizada por Trad et al. (2014), tendo como referencia populacional uma amostra censitária do bairro em foco, havia revelado que 60,3% dos respondentes o veem como tanto (45,3%) ou mais violento (15%) do que as mídias televisivas reportam, o que corrobora com aquela segunda versão, e considerando que cerca de 70% deste universo afirmaram acessar telejornais locais ao menos uma vez cotidianamente.

Ainda no que tange às percepções, as análises do componente qualitativo feitas por aqueles autores confirmaram a tendência à expressiva polissemia incidente sobre a violência, a qual é bastante referida pela literatura no tema. Apesar disto, foi notória a ênfase sobre as formas de violência que se traduzem em crimes, em especial, contra a pessoa ou ao patrimônio, em que pese a baixa ocorrência de vitimização desta natureza neste bairro, no período corresponde aos anos de 2011 a 2013. Este aspecto foi também sentido nesta etnografia, de modo que foram recorrentes as falas que sobrepunham a violência criminal às demais expressões da violência, de tal forma que trazê-las ao primeiro plano quase sempre demandou alguma "insistência" em muitos casos e o que, por si só, merecerá uma maior atenção, mais a frente.

[...]. Assim, existem outros casos de violência, por exemplo: a questão da violência contra mulher isso é uma coisa que sempre a gente acompanha, né? Acontece na comunidade, e é uma coisa que fica invisível, mas a Base ela sempre acompanha essas coisas; a gente também da associação das mulheres; tinha aqui também o grupo do GAPA. O GAPA também tinha catalogado aqui na comunidade essas informações e atuava muito forte aqui nessa questão da violência contra mulher. Mas fora isso, a gente não tem violência, fora essa violência contra a mulher e também a questão da violência no que tange a bebida alcoólica. (Dora, 2014)

[...]. É porque, quando se pensa em Calabar, se pensa na violência do tráfico, se pensa em tráfico, violência de bandido, polícia, né?! De armas. E a gente observa outras violências, né?! Também. Principalmente com a infância. Negligência com a criança, o jeito de falar, de tratar as crianças. Eu diria que o que eu mais vejo circulando pela minha comunidade, que mais me chama atenção é a violência contra criança, a violência contra a mulher e a violência da falta do Estado. (Glória, 2014)

[...]. Foram retirados os módulos, e aí a violência, ela se proliferou de uma forma muito rápida. Não só aqui no Calabar. Porque assim: Calabar por ser uma comunidade pequena, uma comunidade centralizada, isso

fica muito mais evidente, mas **a periferia toda sofreu com essa questão da retirada dos módulos policiais da cidade. Isso é um fato que a gente não pode negar.** E a partir daí, dessa retirada dos módulos, começou realmente a se instalar a competição; que eu chamo isso de competição, entre o tráfico de drogas do pessoal [omissão de trecho]. Agora assim: era uma violência entre eles, a disputa de poder. É claro que o morador termina sendo [interrompe], também é [interrompe]; fica refém, quer queira, quer não a essa questão de violência. **E quando a gente fala violência, a gente fala violência arma de fogo.** É que se fosse só vender sua droga, cada um vender sua droga, é uma violência que está atingindo só um grupo menor, mas a violência aí se torna de uma forma ampla porque ela atinge toda a comunidade. (Dora, 2014 – grifos meus)

[...] Foi em 2009 que começou isso. Aí ficou 2009, 2010, 2011, se eu não me engano, quando a Base entrou. [...] A gente sentiu que melhorou bastante com a entrada da Base. Estes confrontos diminuíram e as pessoas que não vinham começaram a ter coragem de vir pro lado de cá, mas não todo mundo. Porque a ferida ainda existe até hoje. (Benedito, 2016)

Os relatos acima nos revelam as nuances de percepção da violência entre os atores: uns a flagram mais, outros menos; enfatizam mais um tipo a outro; a sentem e se posicionam de modos distintos; ou mesmo oscilam entre estas diversas ações em um mesmo espaço de discurso. Tais aspectos nos conduzem novamente às controvérsias e ambiguidades que marcam o conceber as violências no espaço, como ponderei anteriormente. A exemplo, nos grifos da última fala de Dora, notamos a atribuição da escalada da violência no Calabar, mas não só nele, à supressão da presença policial nos bairros, ou seja, em última análise, da prerrogativa do monopólio do uso da violência pelo Estado. Simultaneamente, Dora vincula aquele aumento à rivalidade violenta, e muitas vezes letal, entre determinados grupos pela "disputa do poder", assim como o fez também Benedito. Nisto ainda podemos confirmar tanto a primazia que a violência criminal assume, quanto o lugar deste objeto que "age", podendo mediar toda a interação – a arma de fogo – tal como discutimos na abordagem teórica.

Ademais, a sensação de Dora referente aos disparos da violência armada, mais marcantes entre os anos de 2005 e 2006, encontra plena correspondência com os números disponíveis relativos às taxas de homicídio na capital situados na década de 2002 a 2012. De acordo com os estudos sistemáticos de Jacob Waiselfisz²⁴, e tomando

²⁴ São robustos e valiosos os estudos coordenados por Jacob Waiselfisz, através de variadas publicações em torno da dinâmica e distribuição da violência no país, dentre elas os chamados Mapas da Violência, em sucessivas edições desde o final dos anos 1990.

por base os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM)²⁵, Salvador figurou entre as cidades que lideraram os mais expressivos volumes de mortes, inclusive tendo o ano de 2005 um acréscimo de 30% em relação ao ano anterior, aumento que se manteve ao longo dos anos, de modo que naquela primeira década do corrente século, vivemos nesta capital um crescimento dos homicídios em 181% (WEISELFISZ, 2014: 50 - 1).

Deste universo, e de acordo com este autor, a situação da juventude é ainda mais dramática. Em um dos seus mais recentes relatórios, traz um panorama dos homicídios da população jovem brasileira, compreendendo o período de 1980 a 2012, revelando que “os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, e atingem especialmente, jovens negros do sexo masculino, moradores de periferia e áreas metropolitanas dos centros urbanos” (WEISELFISZ, 2014: 9). Em termos numéricos, isto significa que, em 2012, “mais da metade dos 56.337 mortos por homicídio eram jovens (30.072, equivalentes a 53%), dos quais 77% negros (pretos e pardos) e 93,3% do sexo masculino”, conforme aquele autor, respaldado pelos dados do SIM/Datasus.

E aqui, novamente, os casos de Salvador e região metropolitana (RMS) são dos mais gritantes. Tanto assim que a capital apresenta, em 2012, uma taxa de homicídio juvenil de 138,5 por 100 mil habitantes; e duas cidades da RMS, Mata de São João e a vizinha Simões Filho exibem, respectivamente, o primeiro e o segundo lugares no *ranking* dos municípios mais violentos do país em relação à morte intencional dos seus jovens, com as exorbitantes taxas de 371,5 e 308,8. A propósito, números estes três ou mais vezes superiores aos coeficientes de mortalidade desta natureza de países em conflito, como já nos advertia Briceño León (2002: 34 – minha tradução), em sua ampla análise acerca da escalada da violência urbana no início do presente século na América Latina, sublinhando aí a vulnerabilidade juvenil neste cenário, e apontando que “as mortes que se podiam contar depois de um fim de semana normal em Caracas, Medellín e São Paulo, eram numericamente superiores que as que ocorriam em Kosovo durante a guerra”.

Em face daqueles alarmantes números, algumas iniciativas direcionadas à juventude, não apenas voltadas à proteção e à prevenção da violência, mas de cunho mais abrangente foram vistas no Brasil, especialmente, a partir de 2008, com a I Conferência Nacional de Juventude. Dentre as principais ações, destacamos a aprovação

²⁵ No Brasil, é relativamente farta a literatura que aponta o crescimento da violência letal nos centros urbanos a partir da década de 1980; e as fontes de registros são diversas e setorializadas, com destaque para os sistemas de informação vinculados ao Sistema Único de Saúde, como o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e o Sistema de Informações Hospitalares (SIH), em que pesem a persistência de algumas fragilidades como sub-registros e imprecisões de preenchimento dos campos (MASCARENHAS e BARROS, 2015; TOMIMATSU et al., 2009).

do Estatuto da Juventude (2013) e o lançamento do Plano Juventude Viva (2014) pela Secretaria Nacional de Juventude, em seu rol de orientações para a estados e municípios, cujo foco está especificamente na intervenção preventiva, considerando o quadro acima referido. Sobre este Plano, ainda retornarei a ele, de modo a situá-lo e contrastá-lo com as experiências do bairro em foco.

De volta ao nosso cenário, Nunes e Paim (2005: 462) investigaram etno-epidemiologicamente a violência urbana, enfocando os “atos de extermínio” pulverizados nos mais diversos bairros soteropolitanos, e deste modo, como dizem, tornando “possível ‘microlocalizar’ o risco de morrer por homicídios para populações que residem nas diferentes zonas de Salvador”. Assim, no ano de 2000, o Calabar apresentava um coeficiente de 37,4 homicídios por cem mil habitantes, não figurando entre as localidades com as maiores taxas, como a avenida Frederico Pontes (179,6) e o bairros de Pirajá (73,1), nem estando entre aquelas com as menores, como o caso do seu vizinho Jardim Apipema/Morro do Gato (6,9), no mesmo ano (NUNES e PAIM, 2005: 461 – 2).

Isto, portanto, contrasta com aquele quadro visto cinco anos mais tarde no bairro, tal como apontado acima por Dora, e que nos leva a ratificar uma das conclusões bastante correntes entre os estudos sobre a violência criminal: a sua distribuição é notadamente dinâmica e não estanque e estruturante, inclusive, de modo a ser este mais um dos motivos que desautorizam quaisquer tendências falaciosas, improdutivas e estigmatizantes da essencialização de um dado espaço como, *a priori*, “violento”. Assim, no caso do Calabar, e no que se refere à violência criminal, em um espaço de quinze anos, observamos números que vão desde aqueles que a tornaram, em um dado período, uma constante temida e aguda no cotidiano dos seus moradores até aqueles que se refletem em um evento raro e espaçado neste lugar, tal como visto nos últimos cinco anos, como revelam as falas abaixo:

Olhe, desde de 2011, eu tenho que fazer um resgate também da instalação da Base; 2011 pra cá essa violência, ela diminuiu, diminuiu eu digo quase zerou, né?! Porque assim, a gente não tem violência com arma, é, com, com óbito, até com agressões de atingir o físico das pessoas, isso a gente não tem mais visto. É, na greve dos policiais teve [pausa] uma morte aqui na comunidade e disse que teve outra também lá no Alto das Pombas, o daqui da comunidade eu cheguei a saber porque é na comunidade eu tenho que saber, né?! Mas fora essas coisas a gente não tem tido caso de, depois de 2011 pra cá, a gente não tem tido caso de violência como era, assim, violência a coisa sequenciada. Não. Mas melhorou muito, muito, muito mesmo [ênfase]. [...]. Melhorou, melhorou assim essa, essa vinda da Base. Ela melhorou, eu não tinha pensado por esse recorte, mas assim, você dorme mais tranquilo que

antes. Por exemplo, na minha janela mesmo tem lá a marca de uma bala que partiu a janela. Quer dizer, imagine quando eu escutava qualquer tiro, qualquer coisa de tiro de noite, eu levantava e me jogava no chão porque eu tinha medo, não sabia de onde estava vindo, então hoje já não acontece mais isso. Então isso é qualidade de vida porque eu durmo melhor, as pessoas dormem. Então isso [pausa] não tem. (Dora, 2014)

Antes da Base chegar, a gente tinha situações aqui na comunidade de violência. É [pausa]: relacionada a tráfico, drogas, essas coisas. E eu lembro que a gente estava na biblioteca e simplesmente acontecia [pausa] é [pausa]: essas pessoas estarem em movimento e a gente ficava com medo das pessoas estarem na rua, né?! E toda as atividades que a gente tinha na biblioteca, a gente ia buscar as crianças em casa pra trazer pra biblioteca, pra depois trazer elas pra casa de novo porque os pais ficavam com medo de que acontecesse alguma coisa. E isso era muito ruim. E eu lembro que quando a gente começou com a biblioteca lá em 2006, por volta de 2006, a gente desafiava, né?! Porque acontecia na televisão: “ah, morreu [pausa], é, três jovens na comunidade”. E, aí, depois a gente aparecia: jovens do Calabar faz atividade com canadense; e a gente sempre estava tentando e achava isso muito legal da biblioteca. Agora, não porque a gente não tem essas pernas toda pra está fazendo essa atividade grande. Mas eu lembro que o Calabar foi um local é [pausa] muito [pausa] é [pausa] violento. Agora não muito, mas já foi. [...]. Porque assim, acontecia [interrompe]. A gente estava sempre tentando tirar essa imagem. É, [pausa] acontecia fatos: “ah, o Calabar” – aparecia nas redes sociais – “ah, mataram dois no Calabar”. E a gente aparecia: jovens, que deveriam está também envolvidos, mas não, estavam fazendo atividade com criança, fazendo atividade com a infância. Fazendo atividade, sempre a gente tentando tirar essa imagem da comunidade. (Flora, 2014)

[...]. Eu vou te dizer uma coisa: a gente, quando formou o grupo de jovem, a gente tinha um lema, né? Um dos lemas era assim: “**mudar a imagem inditosa da comunidade do Calabar**”. Porque era o tempo todo página policial, página policial, página policial. A gente só aparecia aí, e isto aumentava muito o estigma, uma distorção da identidade da comunidade. Então com isso, **as pessoas tinham vergonha de dizer que moravam aqui no Calabar**. (Benedito, 2016 – grifos meus)

A primeira fala, de Dora, conflui com os resultados encontrados por Trad et al. (2014: 74) quando estes autores identificaram que cerca de 68,6% dos moradores da sua mostra censitária afirmaram se sentir em seguros dentro do bairro, e 10,9%, muito seguros, após a instalação da Base Comunitária de Segurança, no ano de 2011. E ainda em Dora é interessante notar a ênfase sobre a redução da violência armada em relação às demais formas de expressão violenta, reforçando a tendência da centralidade que aquele primeiro tipo assume em muitos momentos e entre nossos interlocutores.

Já a fala pausada de Flora, e não por um acaso, assim como o relato mais inflamado de Benedito refletem tanto as flutuações que assinala acima, quanto a

preocupação com a produção de estigma que incide sobre o bairro – a “imagem inditosa” – inclusive, tratando com cuidado as palavras que podem reforçar tal distorção identitária ou que podem produzir vulnerabilidade, tais como “foi um local violento” ou “mataram” um ou outro por aqui. A propósito, também este cuidado foi visto ao longo da entrevista com Dora e em diversas situações de trocas com os atores no campo. E, em resposta a isto, observei “tentativas” de resistência e de contraposição, através de discursos e de ações, com uma clara ênfase na infância e na adolescência, como veremos no próximo capítulo.

Ademais, no olhar e nos gestos dos nossos interlocutores até aqui também foi possível sentir doses perceptíveis de constrangimento ao se reportarem a certos episódios de violência ou crimes no Calabar. E ainda sobre aquelas flutuações na dinâmica de tais ocorrências e, mais uma vez, mediado pelo acesso amplo e indiscriminado às armas de fogo, as contribuições dos atores nos fazem conhecê-las para além do que se noticia através das grandes mídias, e a despeito da implantação do policiamento comunitário no bairro em seus reconhecíveis avanços:

[...] E é igual quando fez o PSF, antes não, mas depois do PSF, antes quando era PACS: identificar o ponto de drogas [fala em tom muito baixo]. Aí, eu disse: “mas vocês são malucos é?”; “vocês estão delirando”; “ninguém aqui vai lhe dizer onde é”; “pelo amor de Deus, vocês vão embora, poxa”. “Vocês vão embora na sexta-feira, passa o final de semana, nas suas mansões, só curtindo; e a gente está aqui 24 horas!” [Tom enfático]. A gente é agente de saúde, é psicólogo, é líder, é assistente social, é, não tanto assim, mas até matador de fome da galera, no geral, que não é fome só de comida. Eles perderam a noção de tempo, né? Porque eu não vou numa dessa. Ainda mais que eu já passei por uma situação de ameaça [pausa longa], assim, bem explícita; de dizer assim: “ah, se fosse outro local, você estava no forno micro-ondas”.

[...] A gente não está tendo agora aquele confronto de antes, mas aconteceu há pouco tempo. [...]. Porque o efetivo está muito pouco; [...] ou circulando ali pela Centenário ou pelo Apipema. Então, não tem mais aquele trabalho de antes, de ronda aqui dentro da comunidade, que era uma presença que a gente se acostumou com a presença da polícia. Antes, a gente tinha [interrompe]. Eu cresci com medo de polícia, com raiva de polícia [forte ênfase no tom]. Eu cresci com raiva, eu tenho raiva de polícia [forte ênfase no tom]. Mas eu apoiei muito a instalação da Base; e sempre conversei com os moradores que tinham maior dificuldade de aceitar isso. E, assim, a gente tinha que chegar a um acordo para uma convivência. Então, eu apoiei bastante a vinda e a permanência da Base aqui. E foi uma época muito boa quando entrou, tinha muita ronda. Tinha alguns casos de violência também, mas tinha a escuta. Por exemplo, a gente nunca teve, né?! Aí, aconteceu alguma coisa e: “ah”, chamava meio mundo de gente, e fazia uma reunião lá em cima, e tinha esta escuta. Alguns policiais foram afastados daqui por conta de excesso, né? E isso foi muito bom. Mas agora não tem mais. [...]. Na verdade, o bom mesmo foram os dois primeiros anos; os

primeiros três anos da Base foram ótimos. [...]. Aí, complicou. Porque, assim, a gente conversou várias vezes com a capitã, por exemplo, na época, e ela dizia: “não tem efetivo”; mas justificava, “mas tem ronda no Calabar”. [...]. Antigamente, eu via policial passar na minha porta o tempo todo, né? As pessoas viam policiais passando, e se acostumaram com a presença da polícia o tempo todo. E isso foi muito bom: a gente não estava enxergando mais a polícia como aquela polícia de repressão. Porque, quando eu via polícia antes, ou eu corria pra casa, ou rezava pra não acontecer alguma coisa. E o modelo foi muito diferenciado, a abordagem foi muito diferenciada; e a presença da polícia inibia muito a questão do confronto e do tráfico de forma geral. Não deixou de acontecer, mas, por exemplo, eu fiquei, praticamente, uns três anos sem ver arma no Calabar. [...]. Aí, agora, voltou tudo de novo [pausa longa]. Tudo de novo. [Pausa]. Agora tem gente armada, tem confronto, que não estava tendo mais. Parece que, assim, **o Estado ele quer que não aconteça a violência para não aumentar a estatística, e só isso. Enquanto não tiver morte, está ótimo para ele, mas se tiver confronto, se tiver barricada, se a comunidade tiver vivendo em desespero, pra ele não interessa, né?** O importante é que não morra gente, mas o medo, ele voltou. O medo que a gente tinha perdido, ele voltou.

Na primeira fala, a ameaça do “micro-ondas” ao qual se refere o ator, e aos que desconhece este código nativo de práticas criminosas, é a “forma de homicídio em que são utilizados pneus ou similares para circundar um corpo e após o que este vem a ser queimado”, segundo a compilação de “termos e gírias utilizados por detentos”, disponibilizada pelo Centro de Apoio Operacional Criminal do estado do Ceará (CEARÁ, 2016). Já o segundo relato nos traduz claramente a dinâmica a qual citei acima, isto é, as oscilações entre as ocorrências mais ou menos constantes de eventos agudos e acirrados de violência criminal e os lapsos de relativa calma. Destaco ainda da sua fala a análise que oferece sobre o papel do Estado em face da violência, a propósito, confluyente com as reflexões de Wieviorka (2005; p. 5 – minha tradução) quando questiona a “célebre fórmula de Max Weber, apresentada como uma tese, e vista como uma teoria”, no sentido de que “tal fórmula não deve ser um convite a sobre-generalizá-la no tempo e no espaço”.

Tanto assim que este, como outros autores, têm flagrado certas fragilidades e, até mesmo saturações, que marcam o monopólio da violência pelo Estado na modernidade recente, sobretudo, em sociedades como a nossa que, como diz Adorno e Dias (2014, p. 188), “não concluíram o processo de modernização econômica e política, bem como a consolidação da democracia social”. Estes autores têm refletido sobre impasses e desafios do “controle democrático da violência e da instauração de um Estado de Direito” no contexto brasileiro, concluindo que no país, o “monopólio legítimo da violência física pelo Estado permanece incompleto”, de modo que se assiste a concorrência entre

“formas privadas de resolução de conflito e a autoridade estatal na aplicação da lei e da ordem” (idem; p. 195). Inclusive, ainda para eles, o próprio “desenvolvimento de novas modalidades de policiamento, como a própria polícia comunitária”, pode ser sintomático do processo de esgotamento do modelo weberiano (ADORNO e DIAS, 2014: 196).

Voltemos agora àquelas “insistências” que buscam evidenciar as demais expressões de violência, embaçadas que ficam muitas vezes por aquelas que matam ou expropriam, traduzidas nos tipos criminais dos homicídios e dos roubos, a propósito, mais fácil, ou pelo menos, mais tradicionalmente mensuráveis do que aquelas que não são tipificadas, tal como encontramos entre os indicadores da saúde e da segurança públicas. E, aqui também, os relatos dos atores e demais colaboradores nos dizem muito:

Ave Maria, a gente já começa [interrompe]. A gente que é negro e morador de periferia, já traz essa vivência partindo de casa, né? Onde eu cresci vendo a minha mãe sendo *homilhada* [sic], sendo agredida pelo meu pai. Onde vim passando pelas minhas irmãs que eram agredidas pelos maridos até chegar no âmbito comunidade, né? Onde por ser um bairro negro, tinha muita resistência, a população lutava para permanecer aqui no bairro, na década de 80, onde o governo queria tomar posse da comunidade, onde mandava os policiais entrar em combate com os moradores. E assim, a violência perpassa a todos instante por a gente que, infelizmente, moramos na periferia de Salvador. (Violeta, 2014)

Assim, existem outros casos de violência, por exemplo: a questão da violência contra mulher isso é uma coisa que sempre a gente acompanha, né? Acontece na comunidade, e é uma coisa que fica invisível, mas a Base ela sempre acompanha essas coisas, a gente também da Associação das Mulheres, tinha aqui também o grupo do GAPA. O GAPA também tinha catalogado aqui na comunidade essas informações e atuava muito forte aqui nessa questão da violência contra mulher. (Dora, 2014)

São os próprios familiares, né?! Os pais, as tias, crianças. Eu acho assim, que é uma que [interrompe]; uma coisa que [interrompe]. Porque assim quando você começa a pensar em violência, ela vai ampliando. Você vai estudando, vai pensando, vai conhecendo e você vai vendo que violência não é só [interrompe]. Antes eu achava que violência era só me sentir amedrontada quando eu via uma arma na mão de uma pessoa, né?! Mas, muitas vezes, aquela pessoa estava com a arma na mão, mas não estava sendo violenta. Não, não fazendo, mas demonstrando que poderia, né?! Ser violento. Depois eu comecei a enxergar também essas coisas do marido que bate na esposa, da mãe que agride o filho. Aí, você pensa também que o adolescente é muito, né?! É [interrompe]. Sofre muita violência também na família. Aí, depois, eu fico pensando que tem as crianças também, né?! Que agora eu presto muito atenção nessa questão de violência contra a criança. O modo como as mães [interrompe]. E aí é o círculo que tem em volta da criança que [interrompe]; que agride aquela criança, né?! Eu não percebo as crianças sendo educadas, né?! Isso não é muito, é um pequeno número, mas você vê que observa que a criança

está sendo de toda maneira ali, é [interrompe]; sofrendo violência, né?! Tanto física, como moral, intelectual. (Glória, 2014)

Em todas as colocações, podemos notar a diversidade das expressões da violência, tanto nos espaços públicos, quanto privados, e nas mais diferentes relações, com ênfase no repertório violento acionado para a mediação dos conflitos domésticos, segundo o olhar destas interlocutoras. Ademais, na primeira fala, reafirmo aquela violência que se reconhece como “estrutural”, mais precisamente, a “violência de base”, tal como defini; e o racismo que se coloca nas entranhas destes processos, aqui claramente expresso na frase “por ser um bairro negro”.

Na segunda fala, por sua vez, temos uma compreensão também difusa da violência e especialmente capilarizada nas relações, todavia, a tônica esteve menos nas assimetrias do acesso àquele repertório – sem necessariamente negá-las a existência – e mais no caráter dinâmico deste acesso, isto é, a violência ao alcance e como uma forma de sociabilidade presente no cotidiano da comunidade. A vivência destes quase cinco anos no bairro permitiu-me deparar com situações variadas onde expressões de violência física e moral se coloram entre diferentes sujeitos com certa ênfase, desde o meu olhar, entre pais e filhos e entre parceiros íntimos nos espaços públicos onde pude estar. Este aspecto leva-me a duas constatações. Primeira, o fato destas situações ocorrerem publicamente, ali aos olhos mais testemunhais, pode sugerir baixo grau de constrangimento no uso de violência para resolução de conflitos, sem pretender afirmar, evidente, que isto seja uma regra. Segunda, e em decorrência desta, se não há este constrangimento e violências assim se manifestam, o que se pode imaginar da intimidade dos lares, sobretudo, quando estamos falando dos sujeitos mais vulneráveis e com maior dificuldade de autoproteção como crianças, adolescentes e idosos?

Dentro de casa, podemos ter alguns indícios, tal como a pesquisa de Trad et al. (2014) feita no bairro pôde revelar: uma contradição entre o admitir e o agir no que tange o uso do castigo físico, de modo que 54% dos participantes discordavam radicalmente da necessidade deste artifício no bojo das relações e educação dos seus filhos. Entretanto, a recorrência à punição física nos lares foi assumida por 91,2% dos respondentes que tinham crianças sob seus cuidados, ao afirmarem tê-las castigado fisicamente através de palmadas; sendo que 95% o faziam se utilizando de objetos, tais como cintos ou varas.

Nesta mesma linha das “contradições”, e partindo agora do denso universo da “violência contra mulher”, há a problematização de Mourão (2014: 287) na qual pondera

que, por mais reconhecidas que sejam as taxas de vitimização feminina no Brasil, mas não apenas aqui²⁶, “tem sido tão grande a força política do modelo segundo o qual a violência íntima sempre vitima uma mulher que todas as outras situações que compõem o intrincado leque das experiências humanas foram sendo progressivamente eliminadas do horizonte”, dada a hegemonia que tal noção logrou alcançar. E é justo em contraposição a esta tendência que aquela autora busca superar a polarização, pronta e dada, entre “agressor” e “vítima”, tal como se segue:

Quando, por exemplo, dizemos a uma mulher que ela deve denunciar o crime cometido por seu parceiro porque ela é vítima de violência contra a mulher, ou quando sugerimos que essa violência deriva da dominação masculina e que não se reconhecer nesse quadro explicativo é sintoma de submissão de gênero, estamos lhe oferecendo uma **narrativa pronta e fechada, no lugar de um espaço de diálogo**. Partindo-se, então, de um modelo abstrato, produz-se uma escuta pouco atenta às necessidades específicas de indivíduos, o que acaba por silenciá-los e desautorizá-los em seus discursos e percepções. As definições sobre as experiências se deslocam, portanto, para fora do campo discursivo de seus agentes e eles se tornam, paradoxalmente, objeto do discurso que postula sua autonomização. Porém, **é no espaço da relação, e não no plano das teorias abstratas, que as agressões sofridas e praticadas adquirem significados para quem as experimenta**. A passagem ao ato violento ocorre em lugar e momento específicos e, justamente, quando se inviabilizam as outras possibilidades de comunicação. Mesmo quando as agressões são unilaterais, como prevê o modelo da violência contra a mulher, e ainda que elas expressem o desejo de controle e dominação, **a violência permanece relacional por excelência, já que só ganha existência e sentido no curso de uma relação**. (MOURÃO, 2014, p. 289 – grifos meus)

É com esta ênfase nas “relações”, e o que elas podem conter em termos de dinâmica das conflitualidades e as “formas” de mediação destas, que esta autora e a interlocutora acima parecem ler a violência, buscando reduzir posições estanques e dicotomizadas, mesmo reconhecendo assimetrias. Então, quando Mourão (2014: 291) faz a crítica ao que chama de “modelo monolítico da violência contra a mulher”, propõe ela superar a “essencialização de posições antagônicas” a fim de favorecer a “reconfiguração dinâmica de identidades e alteridades”, “abrir canais dialógicos”, “gerar transformações

²⁶ Em um breve levantamento do volume da literatura nacional e internacional sobre a “violência contra a mulher” na base de dados BVS Salud, utilizando-se dos descritores “violência” e “mulher”, encontramos um total de 8372 artigos publicados, entre os anos de 1974 a 2016, sendo mais expressiva a produção a partir da década de 1990, e intensificando-se na última década mais recente. A maior parte destas publicações se dirigem aos países da América do Norte (28,1%), seguida daquelas europeias e asiáticas. E em relação ao recorte temático, a maioria está no âmbito dos “maus tratos conjugais” (75%) e a vitimização feminina direta (16,5%).

intersubjetivas”. Inclusive, esta perspectiva foi sentida por alguns atores que segui, revelando tanto um olhar mais ampliado sobre a dinâmica dos processos violentos nas relações, quando uma maior disposição para uma atenção menos unilateralizada e mais sistêmica na intermediação de dadas situações de violência:

Você sabe que a ingestão de bebida alcoólica altera os ânimos das pessoas? E vira e volta a gente percebe o bate boca, tanto entre mulheres com mulheres. Raramente a gente vê com homens; os homens não brigam muito nessa parte não. Às vezes, eles falam um pouco alterado, mas eles são mais [interrompe]. As mulheres, assim, como elas estão se envolvendo muito agora – eu não sei com essa vinda da Base Comunitária do Calabar, eu não sei nos outros bairros – mas aqui assim, proliferou muito o consumo de bebida, e uma coisa que preocupa a gente é que as mulheres estão muito assim envolvidas nisso. Claro que a gente luta por políticas de igualdade, promoção da igualdade; gente fala muito na igualdade. Eu costumo dizer que eu luto por igualdade e a oportunidade, mas a palavra ampla que tá [sic] colocada é: vocês não lutam por igualdade. Então acho que as mulheres tão entrando nessa e mergulhando de igual pra igual com os homens, como se estivesse estabelecendo até uma competição. Agora, isso é o meu olhar, certo? Não tenho nenhum dado de pesquisa, nada. Eu estou visualizando dessa forma porque a gente fica transitando pra lá e pra cá e a gente vê. (Dora, 2014)

E ainda tem um detalhe: se for uma agressão do homem com a mulher, e ela vai lá na delegacia, se ela der uma queixa, acabou, não vai tirar mais. E aí tem outro pior: quem vai dar segurança a ela? Ela vai voltar pra casa; aí, o marido vai ficar a cem metros dela. Sim, e ele vai cumprir? Se for ela – porque tem mulher também que é “retada” [ênfase] – ela também vai cumprir isso? Principalmente se ela ver – porque têm umas que não aceitam de jeito nenhum, não vamos generalizar, mas acontece – aí separou e não quer ver ele com outra; aí quer matar a companhia dele, quer matar ele. E quem vai dar esta segurança? (Bento, 2016)

Eu vou dar um exemplo de violência contra mulher. Logo quando eu comecei como Promotora Legal Popular, tinha acabado de fazer o curso, então estava cheia de vontade de fazer as coisas acontecerem. A gente, no núcleo, tinha esse núcleo de direitos humanos que eu atuava. A gente recebia pessoas pra falar tanto de saúde sexual, saúde reprodutiva, pra conversar sobre [interrompe]; atender a mulher no geral. O foco era atendimento à mulher. Então sempre teve essa questão da violência, né? Contra a mulher. Embora muitas vezes ela não viesse falar sobre a violência, mas às vezes você identificava que aquela mulher estava passando por um processo de violência doméstica. Então teve um caso que ela era casada com a pessoa durante muitos anos, 12 anos. Ela começou a ser [interrompe]; como é que chama? [Pausa]. Hostilizada pela família e pelo companheiro; e foi expulsa de casa. Mandaram ela sair de casa e ela era uma pessoa do interior, não tinha onde ficar. E aí eu orientei ela, e a gente conversou várias vezes. Falei pra ela um pouco sobre o que era violência doméstica. Foi um trabalho assim, bem básico, né? Bem de começo, meio e fim. Que foi ela com um tempo se dar conta de que realmente ela tinha direitos. É, porque primeiro ela achava que

não tinha pra onde ir, não tinha o que fazer, não tinha direito mesmo. Não era casada, não tinha filhos. Então ela era uma pessoa que [interrompe]; iria ficar assim mesmo, naquele sofrimento, e se virar. Mas aí ela foi enxergando que realmente: 'eu posso, será que eu posso?' E: 'será que eu tenho esse direito?' Eu digo tá: encaminhei pro Loreta Valadares. Ela foi atendida, foi acompanhada, entendeu?! A advogada cuidou do caso dela. Ela chamou o companheiro dela, né? A família dela chegou pra mim e falou, a família dele: 'olhe, se ela realmente tiver direito que ela vá a justiça; vamos ver se ela tem direito mesmo então'. Então ela foi pra justiça, o advogado cuidou do caso dela, ela ganhou. Ele foi chamado pra pagar uma pensão pra ela, né? Acertaram pra ela se estabelecer, sair de casa, ter como se manter. Fizeram o acordo, né? [...]. Ela teve todos os direitos assim. (Glória, 2014)

Este último relato evidencia os aspectos acima pontuados, quais sejam, de uma amplitude do olhar e da tentativa de uma atenção mais abrangente em uma dada intervenção preventiva, muito embora, nesta situação em particular, o desfecho tenha se encaminhado para o lugar onde se assentam muitas das expectativas “senso comum” vistas em relação aos casos de violência conjugal qual seja o do afastamento e/ou da ruptura²⁷. Entretanto, no avançar da fala de Glória, desvela-se a abertura àquela abordagem sugerida acima por Mourão (2014) que confere primazia às experiências e ao diálogo em detrimento de posicionamentos e condutas rigidamente “pré-formatadas” ou “padronizadas”, por assim dizer.

Ela ficou encantada porque ela [interrompe]. Eu lembro que, uma vez, ela foi lá no Loreta, e ela chegou, e ela fez: “Nossa, fui tão bem recebida!”. Uma pessoa tão acostumada a ser hostilizada. Ela, ela [pausa]. E ela ria: “poxa, me deram água, me deram café; é, e foi tão bom!”. E ela teve atendimento psicológico, teve atendimento da assistente social, teve advogado e o caso dela foi todo encaminhado, sabe? Foi uma coisa, assim, que aos poucos ela foi fazendo. Foi uma consciência que ela foi tomando aos poucos, e atitudes que foi tomando aos poucos. E que [pausa], é, minimizou um pouco esse trauma. Ela começou a se enxergar como pessoa, né?! Só de você vê ela sorrindo porque tinha ido no centro, tomado café e água, que as pessoas chamaram ela pra sentar, conversar. Ela nunca tinha sido tratada assim. Ela estava se achando um lixo, um nada. Então foi bem legal esse acompanhamento dela. O dela eu destaco que foi o primeiro que eu vi também ter esse encaminhamento, né? Todo assim: da mulher não ir primeiro pra delegacia, ir primeiro pra um local, pra conversar, pra se fortalecer, saber se era isso mesmo que ela queria, e ela queria dar continuidade ou não. No grupo de mulheres a

²⁷ Inclusive, a própria Lei 11340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, admite como um dos procedimentos as chamadas “medidas protetivas de urgência”, onde o afastamento do lar e da convivência é prevista, quando necessária, por outro lado, resguarda também o atendimento multidisciplinar inclusivo, ou seja, que englobe a “ofendida, o agressor, os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes”, como disposto na lei (BRASIL, 2006).

gente fez o mesmo procedimento, mas não foi avante, né? Aí, ia lá: “poxa, eu estou com vergonha de voltar lá porque já fui duas vezes”, e sempre volta para o marido. E a gente conversa com ela: “não, a ideia não é você deixar seu marido, a ideia é você se relacionar bem também com você, né?”. Você também ser uma pessoa respeitada, que se sinta respeitada. “Não quer dizer que você tenha que deixar seu marido”. Às vezes, a mulher pensa assim: “ah, eu vou ter que ir lá, vou dar queixa, não sei o quê”. E, às vezes, a mulher não está preparada pra deixar o marido. E também foi uma coisa que a gente foi aprendendo a fazer: a escutar, né? A não julgar. Porque às vezes é difícil: o mais difícil é você, às vezes, ver que a mulher está naquela situação e não consegue sair. Dá vontade de dizer: “largue!” Mas você não pode dizer “largue”. Mas, este foi um encaminhamento, teve outros, teve outros. (Glória, 2014)

Aqui, ainda que antecipadamente, devo destacar o papel dos serviços públicos de atenção a pessoas em situação de violência, a exemplo do centro de referência²⁸ acima citado, em particular, em sua qualidade no acompanhamento e na resolutividade do caso exposto. Além da importância da excelência dos serviços em suas atribuições específicas, está a fundamental necessidade da articulação entre estes e demais órgãos e organizações no que a literatura especializada sugere enquanto perspectiva de “rede” de atenção, proteção e responsabilização, assim posta:

As redes não são invenções abstratas, mas partem da articulação de atores/organizações-forças existentes no território para uma ação conjunta multidimensional com responsabilidade compartilhada (parcerias) e negociada. Esta definição de redes pressupõe uma visão relacional dos atores/forças numa correlação de poder onde a perspectiva da totalidade predomina sobre a da fragmentação. [...] A rede é, pois, uma aliança de atores/forças, num bloco de ação, ao mesmo tempo, político e operacional. [...]. **As redes democráticas compartilham o poder de decisão entre os atores, pela interação comunicativa, transparência das propostas, coordenação legitimada, ação compartilhada e avaliação coletiva.** (FALEIROS et al., 2001 – grifos meus)

Esta definição de “rede”²⁹, evidentemente, difere do que é admitido como tal desde a perspectiva teórica aqui acolhida, a qual, em síntese, “é uma ferramenta que nos ajuda

²⁸ O Centro de Referência de Atenção à Mulher Loreta Valadares é atualmente vinculado à Superintendência de Políticas para as Mulheres (SPM) do município de Salvador, e atuante desde de 2005 oferece serviços diversos, como da assistência social, psicologia, advocacia, entre outros, a partir dos seguintes eixos de ação: atenção especializada a mulheres em situação de violência (extensiva aos filhos); prevenção; articulação entre serviços e órgãos da rede de atenção e proteção; formação profissional (SALVADOR, 2016).

²⁹ Latour (2012: 190 – 2), ao analisar a precisão conceitual do termo “rede” que aparece justaposto a “ator” na então abordagem teórica que fomenta, admite que a “palavra ‘rede’ é tão ambígua que

a descrever algo, não algo que esteja sendo descrito” (LATOURE, 2012: 192). Todavia, alguns pontos de aproximação podem ser identificados, como a heterogeneidade e força dos atores em ação. Quando pensada em termos de prevenção da violência, é justo tal configuração – heterogênea, ativa, articulada – apontada como efetiva. Nesta linha, os estudos de Njaine et al. (2007, p. 1320) avaliaram como positivos os seguintes aspectos: a “horizontalidade dos setores; a corresponsabilidade de trabalhos; a divisão de recursos e informações; a capacidade de incorporar novas parcerias”, etc. Em contrapartida, estes autores apontaram os fatores que mais comprometem negativamente tal perspectiva, alguns inclusive vistos entre os serviços no bairro, como veremos nos próximos capítulos, quais sejam “as divergências políticas; os conflitos de papéis entre as entidades; vaidades pessoais; a rotatividade de profissionais que atuam nas instituições”; e mais alguns da ordem das racionalidades e de valores institucionais ou organizativos.

Encerro este capítulo no qual busquei contextualizar percepções e vivências das múltiplas expressões de violência no bairro, e que justificou o foco sobre a prevenção nesta pesquisa. Assim, evidenciei os diferentes olhares sobre a problemática em questão, bem como a diversidade de experiências de vitimização vistas com mais ou menos intensidade e frequência neste espaço, todavia rejeitando quaisquer leituras que produzam ou reforcem as interpretações mais essencialistas e estigmatizantes, as quais podemos encontrar no senso comum ou mesmo em certas abordagens. Ou seja, o Calabar não é um bairro “violento”, assim como nenhum outro lugar é, *a priori*, “violento”, mas a violência é uma forma, no caso, uma “forma de sociabilidade” que podemos observar, com força e constância variáveis, nas mais diversas relações e contextos.

já deveríamos tê-la descartado há muito tempo”. Dito isto, inventaria uma série de sentidos a ela atribuídos por autores filiados às mais diversas vertentes sociológicas, como Manuel Castells, Luc Boltanski e Ève Chiapello, e antes mesmo na filosofia oitocentista de Denis Diderot. No entanto, apesar das possíveis sobreposições e alguns limites, especialmente, decorrentes da abrangência que o termo tem logrado, mantém o seu uso porque entende que a expressão é a que melhor designa os “fluxos de translação” que se pretende captar através da teoria. Assim, e ainda de acordo com aquele autor, “rede é uma expressão para avaliar quanta energia, movimento e especificidade nossos próprios relatos conseguem incluir; rede é conceito, não coisa”. E aqui é que coloca: “é uma ferramenta que nos ajuda a descrever algo, não algo que esteja sendo descrito”. E avança metaforicamente: “mantém com o tópico à mão a mesma relação que uma grade de perspectiva mantém com uma pintura baseada na perspectiva tradicional, de ponto único: traçadas antes, as linhas permitem projetar um objeto tridimensional numa tela plana – mas não são aquilo que será pintado, apenas ensinaram ao pintor dar a impressão de profundidade antes de serem apagadas”. Assim, conclui: “do mesmo modo, a rede não é aquilo que está representado no texto, mas aquilo que prepara o texto para substituir os atores como mediadores” (LATOURE, 2012: 192).

CAPÍTULO III

Trajetórias do prevenir a violência: a ação de lideranças comunitárias em foco

Este capítulo, tal como o título nos sugere, descreve as trajetórias de mobilizações e ações de cinco atores no espaço da comunidade que acolheu este estudo, assinalando, no seu desvelar, como estas se vinculam à prevenção da violência. Assim, estamos diante de quatro jovens lideranças – Flora, Benedito, Luan, Violeta – e também de Dora, na altura dos seus cinquenta e dois anos. Todos com suas diferentes inserções e escopos de atuação, embora se comuniquem e se articulem em muitos pontos: Flora e Benedito atuam especialmente dedicados às crianças e aos adolescentes do bairro, através de intensas mobilizações, tendo a Biblioteca Comunitário do Calabar (BCC), cenário essencial de muitas das ações aqui em foco.

Luan, por sua vez, partindo da sua formação em dança, move-se neste universo, e através dele busca reposicionar outros jovens não apenas do Calabar, mas de outros espaços que concentram dificuldades de toda sorte à inclusão destes à condição cidadã plena ou mesmo que se encontram em vulnerabilidade. Finalmente, Violeta que se une à Dora para acolher o universo feminino, atentas às demandas das mulheres no bairro.

Tal como assinalado na seção metodológica, é interessante reforçar que, evidentemente, todos os empenhos vistos na direção do objeto não se esgotam nestes nomes, a despeito do protagonismo que assumem neste recorte de tempo. Mesmo consideradas todas as justificativas que a ciência lança mão por não contemplar toda a diversidade e complexidade em um só impulso, até porque humanamente impossível, e daí se falar nos artifícios da “redução de complexidade”, espero que as demais lideranças do bairro, aqui não nominadas, sintam-se representadas, de algum modo, nas linhas que se seguem, e também reconhecidas nas ações em nome de um coletivo que, direta ou indiretamente, contaram com elas.

Adentremos nestas trajetórias já de posse dos principais eixos de prevenção que encontraremos entremeados às ações em destaque. Em linhas gerais, tais eixos contemplam os esforços para a desconstrução dos processos de estigma do bairro enquanto “lugar da violência e do crime”; estratégias de construção de outras alternativas de socialização, sobretudo de crianças, adolescentes e jovens, tendo o espaço da Biblioteca Comunitária do Calabar e o rol de ações que aí permanentemente se

desenvolvem como mediadores fundamentais; processos preventivos em torno das expressões de racismo e das questões de gênero, em especial, no universo da mulher tanto jovem quanto mais madura; e ações redutoras de vulnerabilidade, especialmente, entre o público infanto-juvenil em face dos desafios próprios destas fases da vida e ainda mais potencializados quando considerados certos elementos da “configuração socioespacial”, como nos diria Espinheira (2008). Desafios, de certo, extrapolam e muito estes últimos, e serão revelados nas linhas que se seguem também saturadas de meios de superação e anseios.

Flora, Benedito e a “comunidade ditosa”

“Aqui é o mundo, você pode escolher o livro que você quiser”. Assim disse-me Flora quando insistia com ela em conhecer os meios e desafios de seduzir as crianças e, sobretudo, os adolescentes e jovens ao encanto das letras. O mundo ao qual ela se refere está em uma pequena biblioteca, com seus pouco mais de cinquenta metros quadrados, porém grandiosa em seus acúmulos de histórias, atividades e circulações em seus dez anos de existência. A relatividade destas dimensões torna-se ainda mais compreensível quando se revelam os árduos percursos que os atores implicados na sua construção tiveram que percorrer para transformar aquela tão desgastada serigrafia em um dos espaços mais essenciais para o desvelar das ações que aqui tomei como objeto e, acima de tudo, para o cotidiano de muitos moradores, a Biblioteca Comunitária do Calabar.

Desde a perspectiva teórica adotada, posso mesmo afirmar que a biblioteca ou, a partir de agora, a BCC é uma mediadora, tamanho o protagonismo que assume enquanto cenário ou, mesmo, ponto de convergência de muitos momentos, contextos, interações, transcendendo e muito as ações que destaquei neste texto. Assim, antes de me debruçar sobre aquela sedução, imaginemos a seguinte cena: trinta e poucos jovens percorrendo muitas ruas de uma grande cidade, empurrando “Herbie”, um carrinho de mercado, pelas vias acidentadas, desde as suas mais íngremes ladeiras às calçadas quase sempre desfalcadas, movidos por um leque de objetivos, do mais comum e mais imediato – como coletar livros doados – àqueles do pertencer, fazer e realizar coisas. E era com um tanto de brilho nos olhos que Benedito me oferecia estas memórias:

[...]. Algumas estantes a gente conseguiu por doação, eram todas de ferro naquela época. E os livros a gente saía aqui em diversos lugares daqui da cidade com um carrinho que a gente chamava de “Herbie”, o nome do Fusca do filme [risos]. Era um carrinho de mercado. A gente rodava com este carro! Rodava mesmo! Era cada lugar longe pra ir buscar livro! E foi assim que a gente conseguiu fazer a primeira inauguração em fevereiro de 2006, antes da inauguração oficial, em abril. A gente conseguiu funcionar a primeira sala, com cerca de mil livros, a maioria todos didáticos, naquelas estantezinhas. (Benedito, 2016)

A fala de Benedito deixa claro que a biblioteca foi realmente fruto da mobilização de um grupo de jovens que, contando com alguns apoiadores internos e externos à comunidade, instalou-se em uma das áreas que integram o conhecido prédio da Associação de Moradores do Calabar, o qual acomoda, atualmente, diferentes vizinhos, dentre eles, a própria Base Comunitária de Segurança, mas sobre isto discorro com mais detalhe no próximo capítulo. Tal como muitos dos processos de “autoconstrução” (HOLSTON, 2013) que marcou a conformação do bairro, como visto no primeiro capítulo, a BCC não fugiu à regra, e nossos protagonistas aqui narram, em um misto de entusiasmo e perplexidade, os meandros desta história:

[...] E a gente não tinha mesmo dinheiro aqui. Tanto que o chão era azul, e era no casco mesmo, a gente pintava. Pintava de tinta óleo, sei lá, eu nem lembro que tinta era aquela. (Flora, 2016)

A gente pintou, a gente ajeitou o chão, mas ainda sem trocar o piso, porque o chão era de cimento; então, a gente conseguiu ajeitar esta parte e a gente ainda estava na arrecadação dos livros. [...] A segunda reforma, que a gente considera a oficial, foi em 22 de abril, que a gente já fez com o pessoal do intercâmbio do Canadá³⁰, já com os canadenses. Eram jovens que tinham problemas lá onde eles moravam – alguns problemas de [pausa], de conviver na sociedade – aí era um projeto lá do governo do Canadá que tinha que escolher um projeto aqui no Brasil pra que eles tivessem essa convivência com outros jovens que fossem protagonistas das comunidades, pra até levar esta experiência de vida com eles. Então eles ficaram aqui com a gente mais de um mês, se eu não me engano, cerca de um mês; e ajudaram a reformar essa segunda sala, tanto pintar, como reformar o chão. Foi a partir deste intercâmbio que a gente colocou os pisos e as estantes também foram construídas nesta época. Estas estantes que estão aqui hoje foram construídas naquela época. E o projeto era não só dar um apoio financeiro, mas de estar também ali no dia a dia com a gente. Então, eles fizeram a mão de obra toda também junto com a gente naquela época. Aí, a gente fez a segunda inauguração que a gente considera a oficial que é do dia 22 de abril de 2006. (Benedito, 2016)

³⁰ A intermediação entre este programa do governo canadense e os jovens do Calabar se deu através da ONG – Avante, Educação e Mobilização, que já atuava no bairro do Calabar.

Foto 17: Primeira reforma da biblioteca (2006)



Fonte: acervo BCC

Foto 18: Primeira reforma da biblioteca (2006)



Fonte: acervo BCC

Foto 19: Reforma recente da biblioteca (2016)



Fonte: minha autoria

Foto 20: Biblioteca Comunitária do Calabar (2016)



Fonte: minha autoria

As falas e as imagens nos convencem, sem muito esforço, da precariedade e das grandes dificuldades para soerguer este espaço, e que já abrem caminho para dois aspectos que marcaram e, em algum grau, ainda marcam a existência deste lugar: as parcerias estabelecidas com entes privados, com terceiro setor e a “inexistência” da atuação do Estado, conforme a palavra utilizada por aquele ator, ao descrever a participação do poder público ao longo do tempo, exceto através de alguns editais³¹. Em assim sendo, temos “duas faces de uma mesma moeda”, ou seja, onde falta Estado, sobra necessidade de se acionar outros meios diversos para remediar os efeitos da sua ausência, como no caso não somente deste espaço dedicado à formação e à inclusão, mas também na escola comunitária – a Escola Aberta do Calabar e nas cooperativas profissionalizantes presentes no bairro; ou nas “semi ausências”, que podem ser lidas

³¹ Atualmente, a BBC se mantém financeiramente através de dois editais, um do Ministério da Cultura (MinC) e outro da Secretaria de Cultura do estado; além dos recursos de uma associação privada, tal como registro na Receita Federal, e que apoia “empreendedores sociais” vinculados a projetos de geração de renda e educacionais em contextos comunitários.

também como “meias presenças”, como nos casos dos equipamentos e serviços que são públicos, estatais, mas quase sempre de forma insuficiente, precarizada ou insatisfatória, a exemplo da Unidade de Saúde, a própria Base Comunitária de Segurança, ou da atuação ainda localmente tímida do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)³², considerando as tantas situações de vulnerabilidade vistas entre moradores.

Voltando o olhar ao espaço privilegiado, destaco ainda às flutuações referentes à manutenção e ao fluxo de financiamento, e aqui refiro-me precisamente à existência às custas de editais, parcerias com outros entes do terceiro setor e recursos privados. Estes últimos, a propósito são bastante presentes ao longo da década de trabalhos desenvolvidos pela BCC, tal como afirmaram os atores:

A gente está com o Instituto Vida³³ desde 2006. Todos os anos eles têm [interrompe]. Aí, eu penso que estas ONGs e estas empresas, claro, quando ela faz isso, ela ganha, ela tem aquelas taxas que ela não paga, né?! Só que eu achei o Vida um diferencial porque ele não só visa isso. Não é defendendo nem nada não, mas eles estão o tempo todo aqui com a gente, desde de 2006. E o tempo todo eles estão falando: “se regularizem”; “vamos, vamos, porque um dia a gente não vai estar mais”, e aquele negócio assim. Aí, eu falei: “poxa, eu nunca vi uma empresa trabalhar assim”. Deles olharem e dizer assim: “olha, problema de vocês”, mas o tempo todo, eles estão lá com a gente. Estão lá com a gente dizendo: “rapaz, está na hora de vocês terem um bibliotecário”; “está na hora disso, vamos”; “vamos, corre, faz isso”. E eu acho isso muito legal, vindo de uma empresa que visa o capital o tempo todo, né? Eles têm esse cuidado, e desde de 2006, eles estão com esta preocupação com a gente. (Flora, 2016)

Aí, já em maio ou julho, eu não me lembro bem, o Instituto Vida lançou o “Prazer em Ler”; o Instituto Vida lançou este programa e que tinha tudo a ver com a gente. E aí a gente, junto com a Avante – na época, a Avante que era o guarda chuva, né, assumia o CNPJ, a gente ainda não tinha – assumiu o projeto pra gente desenvolver as atividades do projeto de incentivo à leitura aqui dentro da biblioteca. Então isso ajudou a qualificar ainda mais, e a capacitar as pessoas que já estavam aqui, e também a comprar material que a gente não tinha – material pedagógico, equipamentos e tal. E a gente deu muita sorte de entrar no programa “Prazer em Ler”. [...] Ele tem um diferencial muito grande comparando com as outras bibliotecas que não têm, que não tiveram, este apoio. E a

³² O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é um “o sistema governamental responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica (PSB) nas áreas de vulnerabilidade e risco social” (BRASIL, 2016). De acordo com Romagnoli (2016: 152), o CRAS é a “porta de entrada da assistência social” dentro do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), estando neste situado no nível da PSB, que “sustenta ações de vigilância social para prevenir situações de risco social através das potencialidades e do fortalecimento dos laços afetivos e familiares, possibilitando a inserção dos sujeitos na rede de atendimento, garantindo o acesso às seguranças básicas e aos direitos socioambientais”. No caso de Salvador, há atualmente 28 CRAS, sendo a unidade CRAS Federação a referência para o Calabar (SALVADOR, 2016).

³³ Nome fictício.

gente ainda está até hoje com o programa “Prazer em Ler”, a gente já tem dez anos já com o programa. [...]. Inclusive, eu fui chamado lá em Brasília agora para ser homenageado, e eles lançaram um livro de dez anos do programa, e eu fui chamado porque eu sou o único que tem dez anos no programa entre todas as pessoas no Brasil contempladas por ele. Eu sou o único que tem dez anos; e aí me chamaram, e eu fiquei muito feliz que me chamaram, e fizeram esta homenagem porque eu tinha estes dez anos no programa. Então, com esta qualificação, a gente sentiu também a necessidade de [interrompe]: como a gente está num espaço que promove conhecimento, que promove formação, então a gente sentiu uma necessidade de qualificar ainda mais a nossa equipe. E aí a gente começou a estudar para ingressar na faculdade. (Benedito, 2016 – grifos meus)

A partir desta primeira e transversal experiência de apoio e financiamento, dois desdobramentos foram fundamentais tanto para o desenvolvimento do projeto da BCC, enquanto um projeto coletivo, e também para as trajetórias individuais. Coletivamente, o ganho se traduziu na busca e conquista da autonomia do grupo para propor e gerir seus próprios projetos, e para poder concorrer a editais, a partir da formalização e regularização enquanto uma associação de jovens e pessoa jurídica, a Ideologia Calabar³⁴. E, individualmente, quando, por exemplo, Benedito foi reconhecido através da homenagem que cita acima, mas sobretudo quando percursos universitários são trilhados por todos os integrantes deste projeto:

Na verdade, **todo mundo que passou aqui da equipe técnica ingressou na faculdade**. Então, isso é uma coisa que eu sempre falo nos lugares, e que é um dos ganhos maiores que eu acho que a gente teve. Foi isso, né? A nova perspectiva de vida quando você está assumindo um projeto da magnitude que a gente estava assumindo. Então, por exemplo, hoje meu primo que passou por aqui já é doutor, quer dizer, é doutor ainda não, mas está fazendo doutorado, né? (Benedito, 2016 – grifos meus)

[...] Um dos sonhos já foi realizado que era a gente ter **autonomia para assumir os projetos**. Era uma coisa que a gente buscava e foi muito difícil, mas felizmente a gente conseguiu formalizar o grupo, e a gente conseguiu uma certa autonomia. [...] A gente saiu um pouco da aba da Avante porque a Avante era o guarda chuva, e a gente sentia a necessidade de ter autonomia. E a gente sabia que a Avante também incentivava muito a gente, que tivesse esta autonomia pra assumir os projetos. Então, eu comecei a me qualificar ainda mais na área de projeto

³⁴ Originalmente, o grupo se chamava “Jovens em Ação do Calabar”, o qual, inclusive, encontra todo o sentido desde um olhar latourniano; mas foi alterado para Ideologia Calabar justo por conta da ponderação de um dos seus atores, e que Flora (2016) assim nos revelou: “rapaz, a gente tem que trocar este nome porque a gente não vai ficar jovem pelo resto da vida”; aí, trocou para Ideologia Calabar; aí botou este nome por isso”.

pra isso; e, em paralelo, a gente estava formando o estatuto. Então, a gente conseguiu, depois de muito trabalho. Porque assim, era um grupo de jovens que não tinha conhecimento nenhum, né? Nesta área jurídica, nesta área de projetos. A gente fez o estatuto, aí a gente teve que ir umas quarenta vezes no cartório: indo e voltando, indo e voltando. Aí, a gente formou o estatuto, a instituição. (Benedito, 2016)

Entre estas idas e vindas, e quanto à questão da autonomia, este ator ainda elenca uma série de desafios, em especial, de natureza contábil que, por um tempo, representou o “calcanhar de Aquiles” da Associação, uma vez que, dada a inexperiência, houve acúmulos de tributos por um dado período, os quais ainda eram desconhecidos por estes jovens atores. Fato é que – superadas as condições mínimas de “existir” administrativa e juridicamente – as ações ali desenvolvidas encontravam uma base, se não sólida, mas mínima de factibilidade. Entretanto, as incertezas relativas ao provimento econômico da Associação, do seu espaço e de suas ações, e as decorrentes sensações de insegurança e instabilidade, são apontadas como uma das dificuldades mais impactantes e presentes ao longo da sua existência, tal como assinalam:

[...]. Quando a gente só tinha o Instituto Vida, e quando acabava o Instituto Vida, a gente ficava sem nada, mas a gente não fechava as portas. Como acontecia isso? Benedito saia para trabalhar em outros lugares e a gente vinha de manhã, outros vinha de tarde, mas não deixava fechar. Eu lembro que eu trabalhei [diz o nome de uma empresa privada], e eu lembro que eu não fazia mais nada aqui porque eu não podia. Eu não tinha tempo, mas eu vinha domingo, que era minha folga, limpar. Aí quando era segunda, os meninos: “Flora já esteve aqui!”, “já limpou!”. Era o meu jeito de dar alguma coisa para a biblioteca, alguma contribuição. [...]. Porque a gente mentalizou esta biblioteca [tom entusiasmado]. A gente não pode deixar morrer! Por causa da crise que estava muito brava, não tinha dinheiro para nada. **E a gente não tem nem o de pagar a gente, mas o de fazer as coisas: pagar a luz! Porque é o pior, pagar a luz! Deixar funcionar. Mas a gente conseguiu.** (Flora, 2016 – grifos meus)

[...] E o outro sonho é que a gente não fique dependendo somente de projetos, de editais, porque isso é muito difícil, é muito complicado. E todo mundo que está aqui hoje só está sobrevivendo com isto, né? Eu fiz uma escolha: antes eu trabalhava sempre em dois lugares, né? Eu tinha meu emprego em outro lugar e eu vinha pra cá no turno que eu estava disponível. E [pausa longa]; e eu achava que isto prejudicava muito; eu precisava me dedicar aqui pra conseguir esta autonomia. E foi isso que eu fiz: arrisquei. No primeiro ano, eu sofri demais porque eu larguei um emprego e eu tinha um salário seguro e tal. Então, eu sofri demais pessoalmente assim [ênfase no tom]. Mas, enfim, **os frutos foram bons: a gente conseguiu colher os frutos.** (Benedito, 2016 – grifos meus)

Tal como nos diz Flora – o “não ter o de pagar a gente, mas o de fazer as coisas” – confirma-nos a mediação destas tantas coisas, incluindo o “básico” e “essencial”, como a luz, em que pese a falta de remuneração destes atores em muitos momentos, ou ainda mais difícil, a doação daquilo que não se tem com facilidade ou abundância. Em Benedito, por sua vez, também encontramos a ênfase sobre as dificuldades de ordem material e os impactos disto para a manutenção do projeto. Destaco ainda destas falas os meios que, não raro, estes atores buscam suplantar tais de desafios, no caso, implicando sacrifícios ou abdições pessoais, como o horário do descanso ou mesmo de um emprego formal.

Por outro lado, o relato deste último ator nos conduz aos “frutos”; e justo estes “frutos” os decodifiquei enquanto o conjunto de ações que potencialmente tanto tem prevenido certas formas de violência incidentes sobre determinados sujeitos, quanto vem contribuindo com a redução de vulnerabilidade em determinados casos, tal como buscarei evidenciar a partir daqui. E inicio com uma das expressões de violência de caráter simbólico, mas cujos efeitos se fazem sentir difusa e concretamente: aquela da distorção da identidade comunitária, isto é, de um estigma “coletivo”.

[...] Quando começou a biblioteca, e estava no auge de sair no jornal, e não sei o quê, **a gente concorria com as coisas ruins – “mataram dois jovens na comunidade” – e já na outra página, “jovens do Calabar vêm com um grupo do Canadá para construir uma biblioteca”**; ah, **“morreu não sei quem, mataram não sei quem, não sei aonde, do Calabar”**, e **“jovens fazem ação de entrega de livros”**, sempre isso. Então, isso foi bom para a comunidade porque mostrava o outro lado. Eu fazia Gestão Ambiental na época, e eu lembro que cada um tinha que apresentar onde que trabalhava, né? Aí, uma apresentava “em bar”, a outra “em loja”, e eu apresentei a biblioteca. E como o povo é “metido à besta” da sala, aí: “no Calabar tem isso, é?”. “Eu não sabia não, mentira!”. “Oxe, se eu moro lá, como é que é mentira?”. (Flora, 2016 – grifos meus)

[...]. Porque na minha opinião [pausa], pouca não, né, porque se você for comparar com outras comunidades, pra mim é pouca, mas se você for [interrompe], não deveria ter violência. Então, **a gente vivia numa condição de violência, mas não era aquela que a mídia mostrava**. Eram fatos isolados que aconteciam e que **batiam muito na gente, batiam demais na gente**. Isto era muito ruim. Então, até para conseguir emprego, por exemplo: você dizia que morava no Calabar, ninguém queria. Então, **a gente fez um investimento nesta questão de visibilidade de comunidade organizada, de comunidade que a cultura pulsava, e tal**. (Benedito, 2016 – grifos meus)

A fala de Flora mais nos faz lembrar as leituras de jornal feitas por Latour (2013: 7) quando este autor encontra misturadas, em uma mesmo artigo, “reações químicas e reações políticas”, ou um “o perigo mais global e as próximas eleições”, concluindo que “as proporções, as questões, as durações, os atores não são comparáveis e, no entanto, estão todos envolvidos na mesma história”. Do mesmo modo que “não são comparáveis” as mortes e toda sorte de violência e crime com as ações de uma construção coletiva na área das letras – uma biblioteca, a doação de livros – elas foram dispostas em uma mesma história, no caso, a do bairro do Calabar. Todavia, e segundo o olhar dos nossos atores, tratou-se sempre de uma “concorrência ruim”, e mesmo produtora de distorção de identidade, de estigma.

Para Benedito, por sua vez, e bastavam os “fatos isolados”, tal estigmatização “batia muito”, “batia demais” neles. Ou, como típico dos desdobramentos da violência desta e de outras naturezas, elas de fato tolgem, limitam, restringem, fazem perder oportunidades, a exemplo de: “você dizia que morava no Calabar, ninguém queria”, no caso, “ninguém queria” aqueles que habitam os tais “endereço embaraçosos”, como já nos falava a professora Tânia Cordeiro. Em face disto, e mesmo considerando uma provável desproporção entre o possível tímido impacto dos esforços contrários destes atores e o alcance massivo da distorção, sobretudo, midiática, eles apontam para as ações de contraponto. Isto é, aquelas que poderiam contribuir para o árduo deslocamento da “comunidade inditosa”, tal como adjetivou Benedito ao exprimir o estigma, em direção oposta, então, a uma “comunidade ditosa”:

[...]. Então, a gente conseguiu muito entrar na grande mídia enquanto as atividades que a biblioteca fazia, e a gente conseguiu entrar muito na mídia. A gente insistia muito, a gente brigava muito para que gente tivesse um pedacinho de pauta nestas grandes mídias. Então, a TV [diz o nome de uma empresa midiática] que mudou um pouquinho a questão dela do objetivo de trabalhar com as comunidades; então, ela aceitou um pouquinho isso. Então, querendo ou não, a Rede [diz o nome de uma empresa midiática] é uma grande emissora do Brasil, então a gente vislumbrava também ela. Então eles mudaram também um pouquinho a característica de não apenas ficar atacando as comunidades, e começaram a aceitar um pouco estas pautas de cultura. Então, a gente entrou muito na TV [diz o nome de uma empresa midiática], nos jornais, nas reportagens. Então, a gente conseguiu alguns espaços que isto começou a aparecer. E isto foi muito bom pra a auto estima da gente, mas pra comunidade de uma forma geral. Hora ou outra, alguém dizia: “ah, lá no Calabar tem biblioteca”. Então, isso pra gente era uma questão de muito orgulho [ênfase no tom] porque a gente estava aparecendo, e estava mostrando o trabalho que a gente fazia, e isso na época foi muito legal. (Benedito, 2016)

[...] A gente faz muita coisa que biblioteca pública não faz. A gente faz o mais difícil: o incentivo à leitura. Porque está lá o livro, você pega se você quiser, mas não puxa uma pessoa lá de fora para cá para dentro não. E a gente, mesmo quando começou este sistema de biblioteca diferente [interrompe]. Porque a gente ia na Biblioteca Central e tinha um balcão, eu lembro que tinha um balcão, para você pedir o livro. Não tinha contato com o livro não. Você pedia, e a pessoa olhava lá no sistema se tinha o livro ou não; se tinha, ela dava pra você ler lá na outra sala. O negócio de você levar para casa – que eu não sei nem se leva – e nem de você pegar o livro e ir lá na estante procurar não – era lá no sistema que você olhava, eu lembro. E o da gente não; a gente disse: “não, a gente quer que as pessoas peguem no livro; e escolha o que quer pegar; quer que veja a capa; quer que faça tudo”. A gente quer que a biblioteca seja um espaço de cultura onde os jovens se encontrem para discutir as coisas, pra declamar poesia; pra fazer suas expressões artísticas. Logo isso que a gente pensou, mentalizou. E depois que veio outras bibliotecas na mesma pegada: de colocar não só livros, mas que seja um espaço de cultura mesmo. Já teve roda de capoeira aqui que você ficava besta! Dança! Aqui já teve tudo que você imaginar! (Flora, 2016)

Foto 21: agenda de atividades da Biblioteca Comunitária Calabar (2016)

TURNO/DIAS	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
MANHÃ	ROTINA TÉCNICA 8H ÀS 12H LOCAL: BIBLIOTECA	ROTINA TÉCNICA 8H ÀS 12H LOCAL: BIBLIOTECA	A HORA DO ENCANTAMENTO 8H ÀS 9H LOCAL: ESCOLA ABERTA	A HORA DO ENCANTAMENTO 10H ÀS 11H LOCAL: ESCOLA BALÃO MÁGICO	A HORA DO ENCANTAMENTO 8H ÀS 9H LOCAL: ESCOLA ABERTA	A HORA DO ENCANTAMENTO 10H ÀS 11H LOCAL: ESCOLA BALÃO MÁGICO	A HORA DO ENCANTAMENTO 8H ÀS 12H LOCAL: BIBLIOTECA
TARDE	ROTINA TÉCNICA 13H ÀS 17H LOCAL: BIBLIOTECA	ROTINA TÉCNICA 13H ÀS 17H LOCAL: BIBLIOTECA	A HORA DO ENCANTAMENTO 15H ÀS 15H30 LOCAL: BIBLIOTECA CINOTECA A PARTIR DE 15H30 LOCAL: BIBLIOTECA	ROTINA TÉCNICA 13H ÀS 17H LOCAL: BIBLIOTECA	A HORA DO ENCANTAMENTO 15H30 LOCAL: BIBLIOTECA	ROTINA TÉCNICA 13H ÀS 17H LOCAL: BIBLIOTECA	REUNIÕES DE EQUIPE 15H ÀS 16H30 LOCAL: BIBLIOTECA
						AULA DE DANÇA 9H ÀS 12H LOCAL: BIBLIOTECA	AULA DE DANÇA 9H ÀS 12H LOCAL: BIBLIOTECA
						AULA DE DANÇA 13H ÀS 15H LOCAL: BIBLIOTECA	AULA DE DANÇA 13H ÀS 15H LOCAL: BIBLIOTECA

Fonte: minha autoria

E, em sendo "tudo que você pode imaginar", não seria inimaginável que, dentro de uma população eminentemente negra, circunscrita em um bairro, não raro, estigmatizado, o racismo não fosse uma das pautas de prevenção desta expressão de violência nesta biblioteca que, como nos diz Flora, é um "espaço de cultura", em "tudo" então que possa caber em uma cultura. Assim, além das longas pautas do combate ao racismo, tácito ou explícito, os atores também pautaram, e pautam, as reflexões acerca das (in)tolerâncias

religiosas, das tensões acerca de determinadas políticas públicas, em especial, das políticas afirmativas, entre outras tantas coisas da diversidade de ações que cabem então falar no "inimaginável", como nos diz Flora.

Mas, antes de avançar nestas pautas, volto ao início deste texto, quando falava de uma suposta dificuldade de "seduzir" as crianças, adolescentes, jovens e, até mesmo, adultos e idosos para o universo das letras e das expressões todas, artísticas e culturais, que este pequeno-grande espaço tem comportado. A minha suposição se confirmou, em especial, no que tange os desafios da adesão do universo adulto e senil nas ações desenvolvidas neste espaço, como apontaram os atores, em contraposição aos demais usuários e participantes que, nas suas mais tenras idades às mais efervescentes fases, estão ali, em frequências variáveis, mas ali:

[...] Adolescente vem muito, principalmente, quando é religião. Aqui tinha muito um público fixo, os meninos estavam aqui o tempo todo. Estavam aqui o tempo todo, e saíam comigo a cidade toda: a gente fazia grupo de poesia com este pessoal, saía por aí o tempo todo, e este discurso preconceituoso de religião era muito forte. Aí, tinham os coleguinhas que eram do candomblé e aí era opressão pura, né? Intolerância pura; e para desconstruir isso, minha amiga, foi difícil. Não muito pelas crianças, pelos adolescentes e pelas crianças, mas sim pelos pais em casa, que estes daí não tem conversa não. [...]. É muito, muito [desafiante trabalhar com o público adulto; forte ênfase no tom]. Parece que cristaliza o conhecimento, sabe? É muito difícil quebrar. A gente tinha reunião com os pais aqui, muitas reuniões com os pais mesmo, e é muito difícil quebrar. Mas assim, às vezes, a gente levava para o lado do Direito, da criminalização: [...] "você acha isso, você está fazendo isto, mas isto é crime" [...]; "porque se quer defender a sua religião, a sua fé em detrimento do outro e prejudicando o outro, aí não dá". Aí, o discurso é mais para o lado de: "isso é crime!"; "isso é crime!"; "se você está querendo educar seu filho pra fazer pode ser preso também"; "você está cometendo um crime". [...] Tinha que ser assim porque muita gente a gente não conseguiu quebrar, né? Não conseguia de forma nenhuma quebrar, mas a gente ainda faz. (Benedito, 2016)

[...] Eu vejo como um espaço mesmo de encontro deles, inclusive, quando eu vejo jovens na rua, eu falo: "rapaz, a biblioteca está lá, é seu espaço, vá lá usar"; aí apresento lá dentro, mostro os equipamentos – "já que vocês gostam de música e estas coisas" – e têm os equipamentos aqui e instrumentos, carron, não sei o quê, está tudo lá pra vocês usarem porque "o espaço é seu". E as crianças, não precisa nem falar, quando eu estou em outro lugar, aí: "minha mãe, minha mãe, olha ela ali!"; eu tomo até um susto! Aí: "é ela ali que conta história para mim". Há mil anos que eu contei a história para o menino; e o menino lembra até hoje que eu contei história para ele. E você vê que tem até pessoas "envolvidas" e tudo [fala em tom baixo] – que eu nem sei se eu posso assim – mas que vem trazer o filho aqui para o cinema [fala em tom baixo]. Aí, você diz assim: "meu Deus, olha a transformação!". Aí, você não só bota o cinema, mas antes tem uma contação de história, tem falando sobre o

que é a biblioteca, o que é o espaço, o que é você não agredir o outro, cada história tem, como eu digo, uma “lição de moral” para as crianças e tudo. A gente escolhe a história pensando nisso. A questão do cabelo, a questão da cor, a questão da religião, e a gente sempre está com esta preocupação: “não, vou botar para as crianças ficarem lá e acabou”. Eu já vi mãe, trabalhando aqui feito doida, e: “ei, vai ter cinema aqui hoje, é?!”. Aí, voltou para o filho e: “mas que dia vai ter?!”. E: “essa criança não para de falar mais nada do que neste cinema”. (Flora, 2016)

A fala de Benedito nos confirma o desafio expresso de se trabalhar com o adulto, em que pesem as ações desenvolvidas com este, no caso, com ênfase na questão religiosa, tomando as “cristalizações” e “quebra” de preconceitos como o foco da prevenção. Neste empenho, podemos observar claramente como a “mediação” é feita pela “linguagem fria da lei”, conforme reconhece e, de certo modo, lamenta o nosso ator. O público idoso, por sua vez, tem efetivamente pouca participação em relação aos demais, e os nossos atores, via de regra, atribuem a sua relativa baixa adesão, sobretudo, ao fator “acessibilidade”, considerando, inclusive, os poucos espaços adequados à permanência, bem como as dificuldades mesmo de locomoção de um canto a outro em um bairro com muita irregularidade e acidentes topográficos, tal como descrito no primeiro capítulo. De todo modo, os atores nos dão algumas pistas sobre as possibilidades de ampliar tal participação:

[...]. Idosos, pouquinho. Tem uns “cativinhos”. Mas a gente já pensou muito em criar metodologias para trabalhar com o público adulto e idoso, mas até para mobilizar é complicado pra caramba, de mobilizar este público. É um desafio. (Benedito, 2016)

[...] aí, tem uma senhora de idade, que ela chega aqui, e ela pega vários livros, ler correndo para trazer logo, e pegar outros. Aí, ela: “eu não sei como você consegue ficar aqui nesta biblioteca cheia de livro e não ler tudo!”. Aí, eu digo: “mas como é que eu vou ler tudo?!” [Risos]. [...]. É um pouco desafiador; o adulto mais, entendeu? Porque o adulto não viaja feito criança; não viaja tanto, assim, como a criança. Viaja, tem uns que viajam legal, mas não viaja mais como a criança. Você pegar e dizer assim para a criança: “você já leu este livro?”. [levanta-se e pega um livro]. Este livro [A Casa Sonolenta]. Eu conquisto as crianças com este livro. É muito engraçado este livro! (Flora, 2016)

Já as falas de Flora nos levam às tardes agitadas na biblioteca quando as crianças chegam, algumas ainda uniformizadas da escola comunitária frequentada no turno oposto; outros vêm de jogo de futebol logo ali na quadra ou das aulas de capoeira; ou

mesmo da comodidade do sofá de casa. E, quase sempre ofegantes, vão se rendendo às letras, ao filme, às performances todas. E as estratégias de sedução e encantamento vão variando entre os atores, e as respostas aos seus esforços os retroalimentam, especialmente, em face dos desafios que já apontados ou mesmo em relação aos seus conflitos pessoais ou dilemas entre a doação exigida por um projeto coletivo e as demandas das trajetórias individuais.

[...] Eu vou conversando com os meninos, falando com os meninos aqui: **“você tem que mediar do jeito que você sabe”**. Não adianta tomar a técnica – pode até tomar – mas mediar do jeito que você sabe: **“você lê muito livro, então conquiste as crianças e o jovem assim”**. Por exemplo, você chegar aqui, aí você ver que está saindo, aí você: “mas você gosta de que tipo de livro?”. Aí: “ah, de romance”. Aí, você: “e você já leu este livro”; “este livro é tão bom”. Aí você começa a contar, e a pessoa se sente curiosa”. Aí parece que a pessoa pensa: “eu quero saber se este livro é isso tudo mesmo”; parece que a mente da pessoa diz isso. A pessoa pega o livro. Aí, quando chega, “eu vou saber se leu”: “gostou”? “Menina, que mulher ruim, viu?!” “Por que é que ela fez isso com ele?” Aí, conta. “Eu quero o segundo dele!”. Aí, começa, começa. (Flora, 2016 – grifos meus)

[...] Porque o tempo todo você pensa: **“ah, vou desistir, não quero saber mais de nada”**. Mas aí você vai construindo as coisas, entendeu?! Eu tenho mesmo a contação de história na escola, até a gente parou, porque a escola estava com os meninos no teatro. E eu sempre trazia a história, mas com algum elemento, tipo: “hoje a gente vai fazer uma contação de história diferente”. [...]. Não vai ser a partir do livro. A gente bota uma bolsa cheia de objetos, e cada objeto que você pega, você vai contando uma história: “era uma vez uma menina que ia passeando pela floresta e que ela encontrou uma caneta” [gesticula correspondendo a este ato]. E aí, é legal, porque os meninos criam a imaginação: “não, os óculos da bruxa, ela perdeu, e não está conseguindo enxergar, mas aí, ela encontrou o colírio que ela tanto usava”. Aí, eu: “meu Deus!”. Aí, é isso que acho importante de você chegar aqui e ver uma criança que não sabe ler, e aí ver as outras lendo, e aí tem um bocado de coisa; e aí aquela criança que está lendo junto dela parece ser tão intrigante aquela história; aí, ela quer porque quer aprender, e começa a ler uma revista em quadrinho, dando risada das figuras. E depois, você ver vindo para cá e lendo, aí você diz: “meu Deus, **eu fiz parte da construção de vida dessa criança!**” [Forte ênfase no tom]. [...] E eu acho isso muito importante. E a gente tinha depoimento das meninas que faziam poesia e diziam: “ah, eu tenho notas ótimas na escola; e eu não fico mais tímida na hora de apresentar porque eu já apresento poesia na frente de um bocado de gente”. Então, **a gente teve todas as fases**, né? (Flora, 2016 - grifos meus)

Em que pesem as **"todas as fases"** pelas quais percorreram os atores, tal como pontua Flora, e estas fases perpassam os desafios e as superações, ânimos e

desânimos, dúvidas e certezas, ainda que provisórias, é notória a ênfase dada por ela nos processos de "mediação" e de "construção". No primeiro caso, entendamos a performance na contação da história, mais do que a "técnica em si", como a mediação nestes caminhos da adesão e do encantamento das suas crianças. Já em relação à "construção", é possível uma confluência entre a acepção desta desde a ANT com as colocações de Flora, então, na "construção das coisas"; na "construção da vida dessa criança". Lidas inversamente, e tal como contumaz em outras vertentes sociológicas, as coisas são de fato "construídas", no caso, a vida daquelas crianças são também "construídas", todavia, e como nos apresentou Latour (2012: 131), e "em inglês claro, dizer que alguma coisa é construída significa que ela não é um mistério surgido do nada ou que tem uma origem mais humilde, mas também mais visível e mais interessante".

Dito isto, aquele autor nos convida a "visitar locais de construção", assinalando nisto uma "grande vantagem": afinal, "eles oferecem um ponto de observação para se testemunhar a **ligação entre seres humanos e seres não humanos**". E avança: "mais importante ainda, quando somos levados a qualquer local de construção estamos vivenciando a perturbadora e estimulante sensação de que as coisas poderiam **ser diferentes ou que elas ainda poderiam falhar**", a propósito, "sensação esta que nunca é tão profunda quando nos vemos diante do produto final, por mais belo ou impressionante que ele possa ser" (LATOURE, 2012: 132 – grifos meus e do autor).

De posse disto, e então deslocando o olhar para o nosso cenário, o leitor mais atento pode ter observado que, até aqui, e também sequencialmente, a maior parte das vivências no campo e dos relatos dos atores perpassam aquela ligação entre estes e o mundo imaterial, no caso, com mais processos de ausências, inadequações ou mesmo precariedade do que a disponibilidade ou a acessibilidade às condições concretas que fazem as coisas acontecer e funcionar no tempo. Ainda assim, deparei-me com a doce ou a nem tão doce insistência dos atores em "fazer coisas", melhor, em "construir coisas", em "construir vidas", a despeito dos seus posicionamentos ideológicos e políticos diversos; dos seus conflitos pessoais, em especial, entre os projetos individuais e coletivos; das contradições todas, inclusive, em torno do objeto em foco, a prevenção da violência.

Por falar em contradições, longe de ter sido incomum encontrar discursos e ações voltadas à prevenção, como no caso do racismo, em outro giro, pude flagrar uma dose declarada de aceitação e uso, por exemplo, do castigo físico, a clássica "palmadinha", nos processos de "educação" dos filhos entre alguns dos atores, calcando então aquela sociabilidade que transporta esta forma fisicamente punitiva de mediar os conflitos

previstos das relações interpessoais. E é justo diante disto, e também de outras tantas contradições e incertezas, que faz mais sentido aquela provocação oferecida acima por Latour (2012) quando nos fala da sensação de que as coisas sempre podem ser “diferentes” ou mesmo “podem falhar” nos seus percursos de construção, tal como muitas vezes sentido no campo, em que pesem os “bons frutos”, aqueles o “melhor construído possível”³⁵, que os atores podem ter oferecido até aqui.

Foto 22: bonecas *Abayomi* (BCC, 2016)



Fonte: minha autoria

Foto 23: sessão de cinema (BCC, 2016)



Fonte: minha autoria

Por ora, voltemos aquelas "fases" às quais Flora se referiu: eis que as encontramos também nos relatos de Benedito, e especialmente, nas oportunidades que tive de conviver com ele neste espaço: desde quando mais cotidianamente presente, conduzindo as tantas demandas e interações com o público, incluindo aqui os

³⁵ Esta colocação nos remete ao desenvolvimento das proposições que Latour (2012: 132 – grifos do autor) faz quando discorre sobre o “construtivismo versus construtivismo social”, e para melhor compreensão do que quis dizer com “o melhor construído possível”, assim pondera este autor: “usar o termo *construção* afigurou-se a princípio ideal para descrever uma versão mais realista daquilo que significa, para qualquer coisa, *perdurar*”. Acresce: “e, de fato, em todos os domínios, dizer que uma coisa é construída sempre esteve associado a uma apreciação de sua robustez, qualidade, estilo, durabilidade, valor, etc.; tanto assim que ninguém se daria ao trabalho de dizer que um arranha-céu, uma usina nuclear, uma escultura ou um automóvel é ‘construído’; isso é demasiado óbvio para ser enfatizado” (LATOURE, 2012: 132 – grifos do autor). Isto posto, apresenta as “grandes questões” que nos levam ao que pretendemos enfatizar ao acionar tais reflexões e deveríamos, se não neste trabalho, mas como desdobramento, tentar responde-las em face do nosso objeto neste estudo: afinal, “com que habilidade foi projetado?”; “com que solidez foi construído?”; “até que ponto ele é duradouro e confiável?”; “quanto custou o material” (idem). Em síntese, temos: “em qualquer domínio, na tecnologia, na engenharia, na arquitetura e na arte, a construção é de tal modo sinônimo do real que a questão passa a ser imediatamente a seguinte questão interessante – foi *bem* ou *mal* construído?”. (LATOURE, 2012: 132 – grifos do autor)

adolescentes e jovens, até as suas inserções mais recentes, que incluem sonhos e voos mais altos. Das primeiras e intermediárias fases da sua trajetória na BCC, rememora as ações e desdobramentos que considera outros tantos "bons frutos":

[...]. Eu não tenho preocupação nenhuma com nome. Inclusive, eu tenho uns blogs que eu publicava uns textos bem abertos assim com relação até a fazer crítica a um monte de coisa, então, eu nunca tive esse medo não. É porque o [...]. A preocupação da gente é que a informação chegue e, assim, que ela chegue de forma qualificada, de forma de debate. Por exemplo, a gente teve, por exemplo, **uma das missões mesmo da gente foi quebrar certos preconceitos, inclusive, com o pessoal próprio daqui da comunidade**. Então, a gente, com relação a este trabalho que a gente tem desenvolvido aqui nesta questão, a gente conseguiu muitas conquistas como, por exemplo, **meninas todas negras de chapinha**. Não que a gente quisesse impor uma ditadura contra a chapinha, mas levantar um discurso do por que o uso da chapinha, né? Então, assim, [...] muitas pessoas que fizeram parte destas discussões aqui, e quando começou de fato a conhecer um pouquinho a história, começaram de fato a usar o cabelo crespo. **E essa é uma das coisas que eu mais me orgulho: começaram a usar os cabelos crespos, mas também a achar aquilo lindo, que estava linda!** [Tom enfático]. Porque a dificuldade era essa, né? O crespo estava relacionado com uma coisa feia e a chapinha com uma coisa bonita. Então, todas estas discussões que a gente fez com a juventude e esse resultado que a gente teve das pessoas se **auto afirmarem, né, de aceitarem a sua identidade**, é uma das coisas muito maravilhosas. (Benedito, 2016 - grifos meus)

E também com relação à religião. A gente trabalhou muito com as crianças. As crianças têm pais evangélicos e isso, minha amiga, você não sabe cada absurdo que a gente ouvia aqui. Então, à base de muita luta aqui, a gente conseguiu quebrar muitas barreiras, desconstruir muitas coisas em relação à religião. Muitas coisas mesmo **porque a gente fomentava assim uma forma de ter cuidado de não entrar num embate de uma religião com a outra, mas de forma a ter respeito**. Então, a gente sempre criou muitas atividades com relação a isto também, e muitos jovens e adolescentes cresceram com um pensamento diferente, mudaram sua forma de pensar, por causa dos eventos, de todas as atividades que a gente promoveu para quebrar isso. [...] E outra era as políticas em geral que a gente discutia aqui, principalmente, políticas voltadas ao social e políticas também relacionadas com as minorias, né? Gay, negros, mulheres, e tal, né? A gente fazia umas discussões aqui que o negócio fervia, viu?! [Risos] (Benedito, 2016 – grifos meus)

Os dois relatos não nos deixam nenhuma dúvida de que as expressões de racismo se colocam fortemente em diversos aspectos e dimensões, aqui destacados naqueles constitutivos da identidade do sujeito – quando, por exemplo, Benedito nos fala

em necessidade de autoafirmação, aceitação, de autovalorização – e em relação às expressões culturais de matriz africana, como as religiões, aqui enfatizados os processos de discriminação e intolerância aos quais os atores buscam se contrapor. Antes mesmo disso, aquelas dinâmicas de segregação e de estigmatização do bairro descritas de início – condensadas na então “comunidade inditosa” e “violenta” – tangenciam em algum ponto, ou em vários, tais expressões de racismo, tal como Trad et al. (2014: 76) evidenciaram ao estudar aspectos étnico raciais no contexto da abordagem policial em três capitais nordestinas, incluindo a que abriga o bairro em questão e ele mesmo:

Nas relações sociais assimétricas de poder, a exemplo daquelas estabelecidas entre a polícia e a sociedade, o fator racial, o pertencimento territorial e a situação socioeconômica dos envolvidos são comumente definidos pelo *outro* como elementos fundamentais para estabelecer as formas de contatos e a posição de hierarquia. A herança étnico/racial por si só é definidora de um conjunto de características depreciativas, que podem ser resumidas no pré-conceito da inferioridade negra congênita (OLIVEIRA, 2006). Assim, o fator racial está intrinsicamente ligado ao pertencimento territorial e à condição socioeconômica, marcando uma situação de *estigma* (GOFFMAN, 1998) e desigualdade no que tange ao procedimento das abordagens policiais, imputado, principalmente, aos jovens, do sexo masculino, de faixa etária entre 15 e 26 anos, moradores dos bairros vulneráveis. Isto pôde ser verificado em diversos momentos quando se ouvia dizer pelos policiais militares que **os negros/pardos são mais abordados porque são a grande maioria dos moradores das comunidades e bairros vulneráveis.** (TRAD et al., 2014 - grifos meus)

Os destaques nesta citação acolhem aquelas críticas tecidas por Benedito quando se referia aos processos de construção de estigma incidentes sobre o bairro, os quais "respingam" sobre a comunidade, enquanto coletivo, ou, como prefere ele, o estigma que "bate, bate muito". E incide também individualmente, de modo que todos os atores que seguiu apresentou, pelo menos, uma história marcante de "recusas" tácitas ou explícitas ou de "olhares tortos" pelo simples fato da pertença.

Oportunas também são as análises propostas por Camara Jones (2000) para iluminar tais questões. Esta autora discute as manifestações do racismo em três níveis – o institucionalizado, aquele mediado interpessoalmente, e o racismo interiorizado – e, tanto nas falas a mim concedidas, quanto na vivência do campo, foi possível, com uma importante frequência, encontrar qualquer uma das formas. E aqui prefiro falar mais em “formas” ou “expressões” do que em “níveis” por simplesmente observá-las em um mesmo “plano”, em que pesem as suas origens e efeitos diferenciados, porém mais

convergentes para um ponto, isto é, sobre o sujeito negro que se depara com as três formas em algum ou, provavelmente, em vários momentos da sua existência, sendo, via de regra, mais intensificadas se em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Aquela primeira, institucionalizada, diz respeito às dificuldades de acessibilidade às condições materiais adequadas e ao poder, incluindo aqui à informação, aos recursos, à representação e à participação política (CAMARA JONES, 2000: 1212; minha tradução). Neste trabalho, a encontrei entremeada nos processos de exclusão e da “violência de base” que descrevi nos dois capítulos antecedentes e que aqui continuam presentes, como pretendo que emergja com mais clareza no desvelar deste. De todo modo, estamos diante dos efeitos drásticos de tal expressão racista que têm sido progressivamente assinalados, tal como no texto da recente política nacional "Juventude Viva", onde os "dados indicam as diferenças estruturais da sociedade no tocante às chances dadas a jovens brancos e negros", a exemplo da "maior defasagem idade - escola, menos tempo de permanência na escola, menores salários", e somado a estes, o "processo histórico que transforma a juventude negra no alvo de várias violências no Brasil, especialmente as mortes violentas" (BRASIL, 2014: 6). Tanto assim que podemos confirmar com segurança o racismo que assassina em:

É alarmante o modo como a violência tem atingido a juventude brasileira e, especialmente, os jovens negros, nas últimas décadas. Não é possível permanecer indiferente. O homicídio de 30 mil jovens entre 15 a 29 anos no ano de 2012 é uma tragédia de uma magnitude tal que se mostra difícil encontrar termos de comparação. Destes, 23 mil são jovens negros. Em um mês, são mais de 1900 jovens negros mortos. Ou seja, 76 a cada dia, mais de 3 a cada hora, ou um assassinato atingindo a esta população a cada 20 minutos. (BRASIL, 2014: 5)

A segunda expressão, por sua vez, está posta no calor das relações interpessoais, e, se não fere de morte, certamente alveja de outro modo, através dos preconceitos e das discriminações que se baseiam, especificamente, em critérios raciais, envolvendo atos intencionais ou não intencionais, comissivos ou omissivos, tendendo a ser a forma mais amplamente reconhecida como tal, segundo aquela autora. Todavia, e a partir da experiência neste estudo, esta fora justo a forma de racismo mais “escorregadia”, em termos da sua captação, tanto nos atos, quanto nos discursos; e não negando, em absoluto, a sua existência ali, pulsante, quase que como uma névoa ácida corrosiva. Portanto, ao contrário da negação, estive, ao longo desta etnografia, plenamente

consciente do potencial destrutivo e causador de sofrimento decorrente deste racismo, sentido ao nível da pele e da alma, o testemunhando, quase sempre "escorregadio", no apagar das luzes ou do gravador.

Finalmente, aquela terceira forma, o racismo interiorizado, Camara Jones (2000: 1213; minha tradução) a define enquanto a "aceitação pelos membros de raças estigmatizadas das mensagens negativas sobre suas próprias habilidades e valores intrínsecos". Evidentemente, tal violência tende a impactar a auto estima e a autoconfiança dos sujeitos, em graus variados, mas sempre prejudiciais, daí a vibração maravilhada de Benedito quando afirma que "todas estas discussões que a gente fez com a juventude, e esse resultado que a gente teve das pessoas se auto afirmarem, de aceitarem a sua identidade, é uma das coisas muito maravilhosas".

Prosseguindo com os atores, é importante sublinhar outro aspecto, e que também se vincula, em alguma medida, às expressões de racismo, qual seja a vulnerabilidade que se relaciona diretamente com o universo do tráfico de ilícitos. Aqui, estes e outros atores concordaram, seja explicitamente, seja através de um silêncio desconfortável e persistente, os desafios da interação permanente e preventiva daquela vulnerabilidade, tal como pontua Flora:

[...]. Eu acho que adolescente, porque crianças não tá [*sic*] envolvida no tráfico, nem nada. Mas adolescente é que está a mercê a ser convidado ou então sentir necessidade de entrar [no tráfico]. Eu acho que são mais adolescentes. Criança também porque está [*sic*] vendo aquela situação, mas mais adolescente que [pausa] **a gente perde muito**. [...]. Os jovens que não estão sofrem porque é convidado, vê os amigos também, é influenciado a essas coisas, mas isso são eles mesmo. São alguns jovens que tão envolvido nessa situação que faz de si próprio estrago na sociedade. **É por isso que a gente, é [pausa] trabalha com as crianças, pras [*sic*] crianças não chegar a esse ponto**. (Flora, 2014 – grifos meus)

[...] Aí, tem um menino que começou com a gente aqui na biblioteca, e que ele estava "nesse mundo". Aí, eu falei assim: "**rapaz, cadê você?**"; "**volte para escola**"; porque eu não sei se ele sabe ler direito. E a gente, o tempo todo: "**venha, rapaz**"; "olha aqui a sua foto"; e a foto dele está ali também [e aponta para o mural]. Aí, volta e meia que ele está "no mundo", ele sai e chega assim, com os olhos cheios de lágrima: "poxa, velho, eu dou um ponto danado para esta biblioteca; vocês nunca tiraram a minha foto daí" [pausa longa]. "Eu estou aí o tempo todo". E o tempo todo ele faz as besteiras dele, e depois se arrepende. Agora, ele se arrependeu um pouquinho; está trabalhando em outra situação, não está nem envolvido mais. Assim, a gente espera que não. Aí, ele traz as pessoas, o chefe dele do trabalho dele, e aponta: "olha aqui, olha; olha minha foto aqui porque eu fiz parte da biblioteca também". E eu acho isto gratificante na questão de ele lembrar que ele fez parte de uma coisa boa

e que as pessoas não esquecem disso. E o tempo todo, a gente está dizendo: **“rapaz, volte para a biblioteca; volte para fazer as coisas”**. E toda vez que ele olha a foto dele, ele diz: “olha eu aqui!”. (Flora, 2016 – grifos meus)

As falas de Flora, separadas em um intervalo de dois anos, refletem as dificuldades ainda permanentes de “seduzir” estes adolescentes e jovens para o mundo das letras ou para qualquer ponto do vasto universo que não seja o do “envolvimento”, categoria sobre a qual discorro com mais detalhe na próxima subseção. E certas frases, quase apelos, traduzem bem dramaticidade do desafio: “a gente perde muito”; “volte para a escola”; “volte para a biblioteca”.

Evidentemente, esta angústia não pertence apenas à Flora, mas esteve entre todos os atores que segui, em nuances e expressões diferenciadas, desde as mais vocalizadas às mais silenciosas, porém sempre denunciadas pelos gestos e gritos de um corpo constrangido. Assim, partilhando deste drama, ainda que de posse de motivos e motivações também diferenciadas, encontrei, ao longo desta etnografia, lideranças comunitárias, educadores, agentes e profissionais da saúde e da segurança atuantes no bairro mobilizados, também em graus diversos, e a despeito de todas as dificuldades e limitações que já apontei até aqui e ao longo. A exemplo, olhemos com atenção à fala pausada de Bento, agente comunitário de saúde, ali, na primeira mesa da biblioteca, sentado e lendo o seu jornal cotidianamente, nas horas mais prematuras da manhã, respondendo-me sobre os meandros do prevenir, com a generosidade de sempre:

[...]. Porque não é fácil para você chamar estas pessoas para reuniões e virem; não é fácil [ênfase no tom]. Mas você tem que tentar. Tem que aproveitar a sala de espera, tem que chamar na reunião de pais na escola, nas creches. Usar o veículo de comunicação, apesar de que agora está fechado [referindo-se à rádio comunitária]. Eu sempre chamava o pessoal da aliança da Redução de Danos [...]; aí, a gente debatia os temas. Então, esse é o momento de fazer desta maneira, usando os veículos de comunicação, as escolas, as creches, os postos. **Eu acho que é a melhor forma porque para você para chamar para vim é mais complicado.** (Bento, 2016 – grifos meus)

O “é mais complicado” de Bento tem múltiplas possibilidades de leituras. Uma delas, e de ordem técnica, refere-se às dificuldades de execução das medidas de prevenção individualizadas, apesar de estritamente necessárias em determinados casos, e como posto nas demarcações conceituais deste trabalho. São, portanto, relativamente

mais complexas em relação àquelas de alcance comunitário e coletivo – a começar pelo simples fato de serem “individuais” – mas especialmente no sentido de mobilizar uma maior engenharia de serviços, com destaque para os da saúde e da assistência social, e também dos sistemas de proteção e de responsabilização, em muitas das situações.

Aqui, estou especialmente nos reportando àquela configuração de rede de atenção e de proteção a pessoas em situação de violência que “não são uma abstração”, mas uma “totalidade que predomina sobre a fragmentação”, e que se traduz em um “bloco de ação, ao mesmo tempo, político e operacional” (FALEIROS et al., 2001). Não obstante tais condições ideais, os atores apontaram menos para a articulação e resolutividade e mais para as fragilidades, em especial, das várias portas de entrada da rede no município, a exemplo dos próprios serviços de saúde, dos conselhos tutelares e dos centros de referência a pessoas em situação de violência, de um modo generalizado.

[...], **mas todos são frágeis; não é 100% frágil, mas têm dificuldades.** Porque inclusive o ECA, no seu artigo 4, diz lá que nem só os pais, no caso, pai e mãe, mas todos, todos, a sociedade em geral, nós somos obrigados a cuidar da criança e do adolescente. Tem que proteger. Mas aí, como é que você faz? Então tem uma criança que a mãe está lá numa situação, que você quer proteger, mas como é que você faz? Vai denunciar? Você vai até o local? **Tipo assim, o conselheiro vai lá e, se for, vai com a polícia, aí vai ficar tido como “caguete” [sic] [alcaguete].** Então, é uma espécie de uma bola de neve. Mas, alguém tem que fazer [interrompe]. (Bento, 2016)

Ademais, as medidas individualizadas são também “mais complicadas”, e tal como os últimos destaques desta fala nos indicam, por motivos que dizem respeito à própria dinâmica da sociabilidade violenta, sobretudo, no que tange à uma cultura do revide e da vingança privada que é secular no Brasil e, se não posso afirmar, por faltas de dados comparáveis, se esta se intensifica, certamente, toma novas feições e motivações nos espaços urbanos (BARREIRA, 2014; GALHEIGO, 2008; VELHO, 2004; SILVA, 2004). Tanto assim que aquele mesmo ator nos sinaliza os desafios que incidem sobre a prática da notificação compulsória da violência a partir do serviço de saúde, ao passo que as questões que dizem respeito à segurança pública também são assim marcadas:

[...] não é fácil. [...]. Não é fácil. Porque você vai entrar em uma linha que não é sua. E aí pode até abrir um precedente perigoso. [Pausa longa]. Porque você ver várias situações. Pode ser alguém ligado ao tráfico [fala em tom muito baixo]. Pode ser um cara psicopata, uma mulher psicopata, alcóolatra, outras drogas e aí vai. (Bento, 2016)

[...]. Teve um dia que aconteceram duas mortes num mesmo dia, mais ou menos, não sei precisar bem se no final de 2010 ou no início de 2011, mas antes da implantação da Base. Então assim, estava precisando mesmo desta, desta intervenção. E aí, o que não aconteceu foi o diálogo entre a coisa e a sociedade. Isto aí não aconteceu, mas também não tinha clima. [...]. Porque assim: quem é que queria dialogar? Ninguém queria dialogar sobre segurança aqui. Ninguém. Quem é que ia, quem é que quer? Até hoje quem é que quer dialogar sobre segurança? Mesmo com a Base aí? Quando se faz uma reunião, para se tratar de segurança, pouca gente aparece. Ninguém quer colocar [interrompe; faz um gesto na altura do pescoço]. Ninguém quer colocar o seu rosto na vitrine. Até hoje ainda é assim. (Dora, 2016)

Do exposto até aqui podemos observar, por um lado, a diversidade com a qual a “violência” se manifesta no espaço e nas relações – desde de expressões mais difusas, a exemplo dos processos de produção de estigma comunitário e do racismo, àquelas vistas nas interações interpessoais, entre pais e filhos, parceiros íntimos, entre outros. Por outro lado, e a exemplo dos atores que evidencie até aqui, ações diversificadas são desenvolvidas como respostas preventivas, porém com ênfase naquelas que são “selecionadas”, do ponto de vista do perfil do público contemplado, e ainda como “relacionais”, considerando o parâmetro do “nível de risco” a situações de violência (PERES, 2014; KRUG et al., 2002), em que pesem as dificuldades das mais variadas ordens que busquei apontar.

As ações de prevenção da violência “universais” e de alcance “comunitário” ou ainda “social”, de acordo com a tipologia apresentada por aqueles últimos autores, fazem se sentir muito discretamente no bairro. Tais ações se referem àquelas que partem das políticas públicas, cujas responsabilidades e competências das esferas governamentais são definidas e implementadas a partir da mobilização de recursos diversos, dos mais simples aos mais complexos: humanos, materiais, normativos, estruturais, etc. Todavia, tais políticas, no que tange ao escopo da prevenção tradicionalmente visto no país, tendem a ser focadas na violência criminal, sobretudo, na prevenção dos homicídios, em que pesem a premente necessidade de tais medidas.

Em face disto, Silveira (2014: 542 – 3), ao analisar as dificuldades vistas no Brasil para a “implementação eficiente de ações de prevenção de crime e violência”, cita a “precariedade dos sistemas de informação em segurança pública” e, acresço aqui, da saúde também, no que tange às morbidades por violências (MINAYO e DESLANDES, 2009; MELO, 2008); a “inexperiência na implementação de programas de prevenção em

segurança pública”; as “resistências à integração transversal entre as diversas agências de justiça criminal e a implementação articulada de prevenção”, a “grande pressão por recursos para as políticas repressivas”; e, ainda, a “falta de financiamento e a crença de que a distribuição de renda, geração de trabalho e acesso a serviços por si própria será capaz de deter a criminalidade” (SILVEIRA, 2014; 2007). Ainda esta autora, pensando nas ações preventivas no espaço das comunidades, coloca:

Programas comunitários de prevenção têm por alvo modificações na infraestrutura da comunidade, na cultura ou o ambiente físico, de modo a reduzir a criminalidade. A diversidade de abordagens inclui vigilância do bairro, o policiamento comunitário e mudanças no desenho urbano. Essas estratégias, em geral **multidisciplinares e abrangentes**, procuram prevenir a violência das gangues e o uso de drogas, reduzir o acesso a armas de fogo, prover atividades de lazer e ocupação para os jovens, mobilizar a comunidade para a vigilância do território e cooperação com a polícia, incentivar a adoção de comportamentos seguros e ordeiros e promover mudanças no ambiente que aumentem a segurança pessoal e das propriedades. (SILVEIRA, 2014: 543 – grifos meus)

A despeito da pertinência das medidas sinalizadas por esta autora, e não obstante a expectativa da articulação entre setores e o envolvimento da comunidade, da multidisciplinaridade e da abrangência, ainda assim, podemos notar a ênfase na prevenção da violência criminal no espaço das comunidades quando estamos diante daquela diversidade que pautei acima. É justo nesta perspectiva – da diversidade da ação em função da multiplicidade das formas de sociabilidade violenta, e não apenas do crime letal ou expropriador – que norteie meu olhar e então interpretei os empenhos dos atores aqui em foco, e os demais que segui neste estudo. Estou falando, portanto, de uma complementaridade de ações, reconhecendo que a ênfase sobre o crime é de absoluta importância, mas também o são as demais expressões violentas que se observam permanentemente nos espaços públicos e privados, as quais tendem a ficar subsumidas nas políticas voltadas à intervenção sobre a violência.

Diante deste quadro, e de volta àqueles poucos metros da nossa biblioteca, enfatizo ainda o potencial de mediação que este dispositivo comunitário nos apresenta. Nesta direção, concordo com Cavalcante e Feitosa (2011: 128) quando dizem que é preciso, primeiro, transcender o significado de “uma biblioteca”, ainda calcado nas “fortes marcas ancoradas na tradicional ideia do acesso ao livro e não à informação como elemento essencial”, isto é, é preciso concebê-la como “parte de um contexto amplo que

inclui cultura, política, diversidade, direitos humanos, identidade e pertença". Assim, tanto para Machado (2008), quanto para aqueles autores, respectivamente, as bibliotecas comunitárias – porque emergem de contextos, via de regra, marcados pela omissão do poder público em prover as condições básicas e legais de uma cidadania plena – surgem como "poder subversivo de um coletivo, uma forma de resistência contra - hegemônica, de quase enfrentamento social", de modo que são "espaços simbólicos de ações integradoras de saberes, sociabilidades e mediações informacionais e comunicacionais (MACHADO, 2008; CAVALCANTE e FEITOSA, 2011).

No caso da biblioteca do Calabar, e a partir dos relatos dos atores aqui, estamos claramente diante de tais aspectos e ações. Consideradas enquanto perspectiva preventiva de violências, a compreendi enquanto uma essencial mediadora, inclusive, das ações de caráter mais difuso – como os contrapontos aos processos de estigmatização do bairro – e aquelas mais capilarizadas, como a prevenção do racismo interiorizado e a intolerância religiosa nas interações face a face. Destaco ainda a importância deste espaço para a convergência de outros setores – nesta difícil concretização das famigeradas "interdisciplinaridade" e "intersetorialidade" – como é o caso do próprio serviço de saúde do bairro e também da vizinha universidade. Assim, e não raro, deparei-me com ações coletivas que partiram daqueles espaços ou que os agregaram em torno de temáticas das mais abrangentes e variadas, mas também aquelas que contemplam a prevenção de violências.

Ademais, buscando responder àquela amplitude e mesmo transcender o espaço físico do bairro, ressalto finalmente as ações que caminham nesta direção, tanto aquelas que apoiam a conformação e manutenção de uma rede de bibliotecas comunitárias na capital, quanto aquelas da participação em instâncias mais amplas, como na proposição das políticas que fomentem e ampliem o acesso e a cultura da leitura. Em relação à "rede", refiro-me precisamente aqui à Rede de Bibliotecas Comunitárias de Salvador que na atualidade conta com a participação de quatorze unidades, distribuídas em bairros populares da cidade, sendo a do Calabar uma das pioneiras e mobilizadores deste movimento agregador e solidário entre elas.

[...] A gente quer que o Brasil seja um dos países que esteja na lista de leitores por prazer, e não porque vai cair na prova ou alguma coisa assim; mas pelo prazer mesmo. E aí, quem está na Rede, todas as bibliotecas da Rede estão do mesmo jeito que a gente: investindo na literatura. Tirou os didáticos – porque o didático tem o seu valor, que é para pesquisa, para estudo – mas a literatura é para você ter o gosto da leitura mesmo. (Flora, 2016)

A nossa luta enquanto redes, não só de Salvador, mas do Brasil todo, a rede nacional de uma forma geral: é entrar no sistema de bibliotecas públicas, né, que sejamos incluídos. Inclusive, eu acho que já tem estado que tem, que incluiu as bibliotecas comunitárias neste sistema. E é o que a gente vislumbra de ter um apoio, de ter um recurso direto do estado, entrando no sistema de bibliotecas públicas. Mas também é uma luta constante, é uma luta diária porque as bibliotecas públicas também já reclamam de dificuldades, ainda mais de dividir os recursos que elas acham que é só delas. [...] O encontro nacional agora levou pessoas do sistema de bibliotecas, levou pessoas de bibliotecas públicas para fazer este diálogo junto com a gente lá. Então, isto foi uma coisa muito interessante que teve para a gente melhorar a nossa relação com as bibliotecas públicas e com o Conselho também, né, o Conselho de Biblioteconomia. (Benedito, 2016)

[...] E tem muita gente que ama os livros, né? Graças a Deus! E tem muita gente que não ama livro porque é da cultura da negação mesmo, né? Então, já vem da escola e da falta de políticas para isso, então é difícil. Tem um dos eixos da Política Nacional do Livro Escrito que a gente está lutando pra que vire lei é a valorização institucional do livro, né? Porque a gente acredita que só vamos ter um país leitor quando as famílias quiserem, por exemplo, que seus filhos leiam como se fosse, por exemplo, jogar futebol. Porque assim, todo mundo quer que seus filhos façam algum esporte, mas ser um escritor ninguém quer. [...]. Então, é muita, muita coisa pra fazer! [Ênfase]. Muito difícil para quebrar. [...]. Mas pelo o que a gente alcançou com uma biblioteca que não tinha nenhum acesso ao livro, à questão da leitura, pelo que a gente alcançou, a gente ver que é possível, né? O público que a gente conseguiu formar, os novos leitores que a gente conseguiu conquistar porque tem um espaço como este daqui foi muita gente. Então, dar pra dizer que muito dos leitores que não tínhamos é porque não tinham acesso; de fato, não tinham acesso a este universo, e quando a gente começa a ter o acesso, e começa a incentivar este acesso, muda muito, muito. Muitas pessoas fazem empréstimo de livro, e isto é uma das maiores conquistas nossa. (Benedito, 2016)

Finalizo este texto justo destacando estes sonhos dos "voos" mais altos, inclusive, para este projeto coletivo, de uma biblioteca que nasceu naquela pequena e maltratada serigrafia e que completa uma década de vida intensa de partilhas e ações, dados os percursos e mobilização dos atores, como busquei aqui revelar. Assumindo, portanto, a **mediação**, encontrei frequentemente, naquele pequeno espaço, outros tantos atores que ali se agrupam; formam ou resistem aos vínculos; concordam e discordam de posicionamentos; acolhem a diversidade das pautas; trocam entre si; projetam coisas; se projetam; entre outros tantos agir e interagir. Tanto assim que voltaremos algumas vezes mais a este lugar, seguindo os demais atores.

Luan e a juventude que dança

“Caminhos de fogo”, este é o significado do nome, em língua banta, da companhia de dança criada e coordenada por Luan. Lembro-me nitidamente da ênfase com a qual ele me contava das razões da sua escolha – “fogo significa luta, crescimento, origem” – e, enquanto eu delegava ao gravador a missão de se fidelizar às palavras deste protagonista, naquele momento de fala generosamente concedido, voltei-me com especial atenção às expressões do seu corpo, do seu olhar, do seu jeito de falar, de gesticular que, como quase sempre, se desenhavam tão efusivas, para não dizer, inflamáveis mesmo.

Luan, portanto, é uma das figuras ativas mais vigorosas e críticas, porém mais carismáticas e dedicadas que logrei interagir nestes últimos anos. Neste tempo, pude acompanhar com maior proximidade as ações que desenvolve no bairro e que aqui ganham relevo. Inclusive, em uma das atividades extensionistas que coordenei, tivemos a oportunidade de realizar uma ação conjunta, contando com a participação de alguns alunos que, por coincidência, também pertenciam ao universo da dança. Todavia, e em que pese todo o entusiasmo visto naquela interação, fora justo um período de greve docente e discente, então de grande dispersão e aquiescência, o que comprometeu o ritmo daquelas trocas, causando uma grande frustração, sobretudo, em Luan quem teceu críticas incisivas aos desdobramentos deste fato, as quais, em seu olhar, aplicam-se a outras condutas da Universidade em relação à comunidade do Calabar, o que retomo mais tarde. Assim, a convivência com este ator ora fora marcada por posturas mais ternas, ora mais enérgicas, tal como ele mesmo colocou:

[...]. Na verdade, eu uso um pouco da metodologia da polícia, sabe? [...] Da polícia geral; e que é o militarismo. Eu uso um pouco da parte negativa do militarismo pra transformar isto em algo de bom com os meus bailarinos e com jovens. Não é algo imposto, para não cair nesta coisa da imposição, não é isso, mas eu uso o arquétipo disso, para que os meus bailarinos entendam muitas das coisas. E a companhia tem realmente os degraus, não é? Enquanto coreografo, enquanto bailarino, enquanto dançarinos, enquanto amadores, enquanto iniciantes, então, em cada degrau, você vai ganhando uma oportunidade. [...]. Isso que é a coisa do militarismo. E aí assim, eu digo a eles: olha, a partir da hora que você entra na companhia de dança [...], você tem alguém que – não mandar – mas que vai dominar o seu cotidiano, para indicar, talvez, o que pensa o que é certo, né? E aí assim: eu tinha uma menina, eu vou dar como exemplo, que ela era – *pu!* [sic] – eu acho que o Face dela, não tinha Face de tal magnitude igual ao dela. Ela botava foto de calcinhas, ela botava foto na praia se abrindo, tal, e depois que entrou, ela foi tirando isto, não imposto, mas sim com o conhecimento da convivência da companhia, sabe? Onde as pessoas diziam: “olha, esta foto não está

legal”, os próprios bailarinos. Sabe? Eu acho que você poderia ser um artista de verdade, né? Que bacana uma menina que bota uma foto de short e de calcinha hoje e que depois bota uma foto de *ballet* num palco bacana. Vai se mudando e se moldando isto para não cair nesse meio onde seja um **meio de risco**, sabe? (Luan, 2016 – grifos meus)

O “meio de risco” em destaque ao qual Luan se refere o guardemos para logo adiante. Já a sua inspiração pode parecer ambígua, a um primeiro olhar, e sobretudo para os pouco familiarizados com as nuances de relação entre a polícia comunitária e os jovens residentes de bairros populares, como no Calabar. No caso, não podemos falar, a priori, de homogêneos, isto é, não há necessariamente austeridade, nem absoluta complacência a toda e qualquer demanda; não há um distanciamento radical, mas os vínculos respeitam os limites dos papéis e das condutas esperadas parte a parte. E assim transita o professor de dança, em seus processos contínuos de construção de senso de autoridade e de pertença entre os seus bailarinos, com todo o esforço que isto pode exigir, sobretudo, em se tratando da relação com adolescentes e adultos jovens. Ademais, segue atento e auto vigilante às suas próprias ações que, como assinala todo o tempo, não podem lhe contradizer:

[...]. Eu não faço coisas que eu gostaria de fazer, e que eu gosto de fazer, mas eu deixo de fazer só para os meus bailarinos não terem espaço para estar. Tipo, eu não fico em porta de bar. Então assim: “ah, não, meu coreógrafo chama a gente, mas ele está lá na porta do bar”, né? [Risos]. Ou: “meu coreógrafo diz para a gente não fumar maconha, e fuma maconha”, sabe? “Meu coreógrafo diz para a gente não roubar e ele pegou uma uva no mercado”, né? “Meu coreógrafo disse para a gente não fazer corrupção, e aí me dá um atestado falso para eu poder sair da escola e ir me apresentar”. Então, assim, eu tenho que pegar este “não fazer”, e realmente não fazer, sabe? Para que eles entendam assim: “poxa, este cara está batendo nesta tecla com a gente”. (Luan, 2016)

Os empenhos de Luan nesta direção dizem respeito à necessidade constante de reafirmação do grupo enquanto grupo e à manutenção da sua coesão. Tanto assim que ressalva: “o grande lance de tudo é não ser um militarismo do militar, e sim trabalhar no coletivo”. O inverso disto, por sua vez, estaria na relação ambivalente com o “indivíduo” e em contraste com o “coletivo”: por exemplo, quando se exalta energicamente ao recordar de um dos integrantes que expôs o grupo em uma dada situação moralmente questionável, em seu olhar, assinalando que o comportamento de um pode falar do todo, e vice e versa. Por outro lado, destaca nome por nome daqueles que conseguiram se

inserir e se projetar em outros contextos do mundo artístico: “eu também tenho bailarinos meus que são grandiosos, aí, eu tenho gente na Itália, eu tenho gente na Turquia, eu tenho gente na França, no Japão, que saiu daqui, do grupo de dança daqui”.

De volta ao “meio de risco”, quando Luan a este se reporta o faz contemplando situações bastante variadas, as quais, todavia, podemos sistematizá-las em duas principais categorias, a saber: uma que se refere às condições mais amplas de vida, no caso, às diversas dificuldades, tanto de ordem concreta, como simbólica, e que confluem com os elementos que conformam aquilo que já defini por “violência de base”; outra que diz respeito às complexas questões comumente vinculadas às dimensões de gênero³⁶. Esta última, por sua vez, desdobra-se em duas ênfases no discurso do nosso interlocutor: sobre o universo “feminino” e “masculino”. Apesar da distinção proposta aqui, e mais para

³⁶ Preferimos falar aqui em “dimensão de gênero” justo por considerar o vasto e multifacetado movimento social, político e científico implicado na gênese e no desenvolvimento das ideias que conformam então o que se tem compreendido por “gênero”. De acordo com Matos (2008: 336), apoiando-se em Rubin (1975) e Scott (1986), “é certo e já estabelecido que gênero, como um conceito, surgiu em meados dos anos 1970 e disseminou-se instantaneamente nas ciências a partir dos anos 80”. E avança aquela autora: “tal reformulação surgiu com o intuito de distinguir e separar o sexo – categoria analítica marcada pela biologia por uma abordagem essencializante da natureza ancorada no biológico – do gênero, dimensão esta que enfatiza traços de construção histórica, social e sobretudo política que implicaria análise relacional” (MATOS, 2008: 336). Evidentemente, no passar das décadas, diversos nomes, filiados a diferentes perspectivas teóricas e de pensamento, burilaram tal base conceitual originária; alguns deles, inclusive, investindo mesmo na construção de elaboradas e complexas “teorias de gênero” e não apenas em “teorias e gênero”, tal como problematizou Matos (2008). Além disso, chama a atenção a densidade das críticas a algumas tendências vistas ao longo do tempo, tal como as leituras binárias e polarizadoras entre um suposto universo feminino *versus* masculino; a homogeneização destes universos que pouco contempla a diversidade dos sujeitos à despeito da condição de gênero, a exemplo, e com destaque, para os aspectos étnicos, raciais, geracionais, etc.; a já esgarçada e prevista dicotomia natureza (sexo) e cultura/história/sociedade (gênero); a ênfase no viés feminista, mesmo considerados os déficits das mais variadas ordens no que tange às demandas históricas e políticas dos estudos sobre e feitos por mulheres; e apesar de um crescente interesse sobre as nuances e aspectos da masculinidade vistas mais recentemente. Tanto assim que, em um breve levantamento sobre as publicações na base de dados na Biblioteca Virtual em Saúde, utilizando os termos “*feminist*” e “*masculinity*”, exibiu um total de 3.794 artigos vinculados ao primeiro e 2.540 ao segundo, concentrando o maior volume destas publicações entre as décadas de 1990 e a partir dos anos 2000. Destes números, interessante notar que, em 42% dos estudos feministas e 48% sobre o universo da masculinidade se reportam, em algum grau, às questões da identidade de gênero ou do feminismo ou da masculinidade em si. Ainda sobre a vertente crítica da “dimensão de gênero”, e finalizando esta contextualização, tendemos a concordar com em parte com as reflexões propostas por Judit Butler quando ela problematiza a dicotomia sexo/gênero e desestabiliza o lugar estanque, apriorístico e confortável do gênero quando coloca que este não deve ser “construído como uma identidade estável, mas como uma identidade tenuamente constituída no tempo” (BUTLER, 2003: 200). Ademais, e tal como valiosamente contribuiu Rodrigues (2012: 149), Butler também “retira da noção de gênero a ideia de que ele decorre do sexo e discute em que medida esta distinção sexo/gênero é arbitrária”. E é justo nesta direção de diluir infecundas dicotomias que flagramos possíveis convergências entre aspectos desta abordagem com os pressupostos da teoria que aqui adotamos, a ANT, de modo que vislumbramos aprofundamento em trabalhos futuros a partir desta tese e desta perspectiva.

efeitos de análise, tais categorias se entrelaçam ou se sobrepõem na vida prática, na maioria das vezes, como intentarei sublinhar nos fragmentos a seguir, e iniciemos pelo seu olhar sobre a mulher:

[...]. Eu acho que vai até muito mais do que só a preservação do corpo. É, eu digo a elas também que, antes de qualquer coisa, qualquer ato, ela tem que ser respeitada enquanto mulher. E quando um cara vira cantor de banda e diz, e desculpe a expressão: “senta na pica”; “vem cá novinha que vai receber alguma coisa”; ou o namorado vai lá e bate porque ela estava conversando com o coleguinha no *Whatsapp*; ou porque um menino muito bonito conseguiu encantar ela e manda uma *selfie* no *zap*, para mim isto não é se reconhecer enquanto mulher, não é? Ou quando a coleguinha chama ela de “*piriguete*”, aí é pior ainda. Então assim [interrompe]. Ou, quando um menininho simpático vira para ela e diz: “e aí, qual é, vamos ficar”? Eu acho que a menina não: “e aí, qual é, vamos ficar”? Eu acho que a mulher não deve mostrar qualquer ato das partes íntimas pelo *Whatsapp* ou por qualquer lugar que seja, a não ser em quatro paredes em uma relação combinada, porque se você não faz por prazer, pra mim, não é fazer amor, ou sexo, ou qualquer outra coisa que se dê este nome, para mim já é estupro. Porque se você diz não e eu continuo? Já teve uma negação. E aí, não é legal. [...] E eu não acho que as pessoas devam julgar a mulher porque simplesmente ela quer usar um *short* curto, e aí, é a “putinha”; é “a menina que eu quero comer”; é outras coisas que eu vejo a comunidade falando, sabe? [...]. Então eu acho que não é se resumir nisso. A mulher está em muito mais lugares, a mulher está em chegar na presidência; a mulher está em chegar a ser uma coreógrafa, a ser uma bailarina; a mulher está em juntar um monte de menina e fazer um grupo de discussão a favor ou contra as coisas que acontecem na sociedade em si. (Luan, 2016)

[...] E o mais legal das coisas que eu falo é, e com a linguagem mais pesada, é: gente – e agora eu estou falando mais leve, mas com eles eu falo mesmo – é, gente, transem com camisinha; gente, se vai fazer sexo, faça com prazer. [...] E aí é uma forma de se fazer refletir para que se faça com alguém que goste, com alguém que realmente respeite, com alguém que trabalhe ou que pelo menos estude, com alguém que não esteja na linguagem do tráfico, ou que oprima ou que bata, até porque a carta de alforria foi assinada a lápis, mas pelo menos já foi dada. Então, assim, namorar não é ser dono; namorar não é ser pai, e que também ser pai não significa que pode bater, né? Então, eu tento sempre trazer, principalmente para as minhas bailarinas, que elas têm o poder do sim e do não, e que se tem alguém para encaminhar pra um sim, que acredite que seja certo. Porque, talvez, também a gente acredita que bate muito na tecla do sim e lá na frente, muitas das vezes, o sim era totalmente o errado, e a pessoa querer ir para uma outra linguagem que não era aquela que você acreditava, e acabou que você destruiu a história de alguém que queria ir para um outro lugar. (Luan, 2016)

Em sua primeira fala, o “meio de risco” relativo à condição feminina conflui com a problematização que Marilena Chauí nos apresentava na década de 1980 – ápice das

reflexões em torno do “pretensioso conceito” de gênero³⁷ nos mais diversos meios acadêmicos aqui e mundo afora, em que pesem as diferentes tônicas, vieses e pautas (MATOS, 2008: 336) – quando aquela primeira autora defende que um dos processos mais expressivos e basais da socialização violenta que incide sobre a mulher estaria na “heteronímia”. Tal fenômeno baseia-se na sua “conversão heteronomamente em sujeitos”, uma vez que, historicamente, ao menos, amplamente no mundo ocidental, a construção da subjetividade feminina decorreu do discurso masculino, em domínio quase absoluto. E é justo neste bojo que encontramos o conceito de “violência perfeita”, o qual nos pode ser útil para as análises que aqui se desvelam:

A violência perfeita é aquela que obtém a interiorização da vontade e da ação alheias pela vontade e pela ação da parte dominada, de modo a fazer com que a perda da autonomia não seja percebida nem reconhecida, mas submersa numa heteronímia que não se percebe como tal. Em outros termos, a violência perfeita é aquela que resulta em alienação, identificação da vontade e da ação de alguém com a vontade e a ação contrária que a dominam. (CHAUÍ, 1984: 35).

Evidentemente, e ainda de acordo com esta autora, tanto nestes processos de socialização violenta – onde vemos violência perfeita – quanto no discurso masculino historicamente hegemônico que os fomenta em alguma medida, são certos atributos conferidos à condição feminina que ganham primazia, como “um corpo à serviço”, em especial, da maternidade, ou a maternidade como o papel primordial da mulher. Além disso, a “sensibilidade”, como uma forma de “inteligência própria” e inerente à mulher, e que, portanto, atenderia perfeitamente ao espaço doméstico e materno, tornado então o espaço privado como uma espécie de lócus “nativo”, em contraposição à vida pública e a outros papéis do mundo social. Na primeira fala de Luan, portanto, encontramos suas referências a esta distorção e abuso do corpo feminino, muito embora ele mesmo busque transcende-lo quando afirma que vai além da “preservação do corpo” – perpassando

³⁷ Ao usar o termo “pretensioso” para se referir ao “conceito” de gênero, Matos (2008) sinaliza certa inadequação, no sentido do conceito não contemplar, e daí as aspas por ela utilizadas, a complexidade dos processos implicados naquela dimensão, em que pese reconhecê-lo como “útil e até iluminador de questões” ou mesmo, na origem, como um “divisor de águas” para fases distintas dos movimentos ao longo do tempo. Em face disto, propõe “pensar na possibilidade de postular o gênero como algo na ordem de um *campo* legítimo e legitimado de conhecimento”, recorrendo aqui à ideia de “campo científico” *bourdieusiana*; sugere também o fomento a “teorias de gênero” que “o absorbam substantivamente”, defendendo esta autora, a retomada do conceito desde uma “perspectiva emancipatória (e portanto, feminista) para as mulheres e até mesmo para as ciências” (MATOS, 2008: 339).

pelas questões relacionais, seja na relação homem – mulher, ou entre pares, chegando ao que ele chama de “muito mais lugares”.

Destaco ainda a sua crítica ao que Chauí (1984) identificou como uma espécie de vigilância permanente e violenta das mulheres entre si a respeito de condutas e comportamentos à espera do “padrão” estabelecido como a “boa mãe/esposa/filha. Ou, como mesmo coloca, a “subjetividade se torna um instrumento de violência contra outra mulher” (CHAUÍ, 1986) quando então abandona aquele “padrão”, daí a ênfase de Luan: “a coleguinha chama ela de “piriguete”³⁸, aí é pior ainda”.

Em ambos fragmentos, mas ainda mais na segunda fala, o “meio de risco” também se dirige ao eixo relacional, especificamente, no que se refere a posturas de dominação, as quais podem se desdobrar em atos de violência física – a agressão física como repertório comum na mediação dos conflitos nas relações entre parceiros íntimos – além do componente moral e psicológico que encerram, como em: “o namorado vai lá e bate porque ela estava conversando com o coleguinha no *Whatsapp*”. Neste ponto, cabe acionar reflexões acerca da “construção da masculinidade” de modo a complementar a nossa análise, e uma vez que já pautada a construção heterônoma do feminino, evidentemente não a considerando como dada e singular, mas apenas como mais uma possível leitura sobre a emaranhada e densa dimensão do gênero.

No caso, não estamos diante de heteronímia, mas de um processo de construção de uma “subjetividade masculina”, ou de “subjetividades masculinas”, que pertenceu historicamente ao homem, tal como o fez Robert Connell, por exemplo, quando propôs o controverso e contestado conceito de “masculinidade hegemônica”³⁹, que “diz respeito

³⁸ O termo “piriguete”, utilizado correntemente na capital baiana, figurando, inclusive, em letra de música, encontra definição em dicionários virtuais enquanto “gíria na língua portuguesa, considerada um termo pejorativo usado para descrever uma mulher provocadora que demonstra interesse por outras pessoas, mesmo que uma das partes esteja em um relacionamento” (Disponível em: www.significados.com.br; acessado em: 15 de setembro 2016). Podemos também encontrar na grafia “periguete”, portanto os seguintes significados: “mulher que se veste como prostituta; mulher oferecida; vadia; vagabunda; galinha; mulher que não se valoriza; mulher fuleira” (Disponível em: www.dicionarioinformal.com.br).

³⁹ De acordo com Connell e Messerschmidt (2013: 241 – 2), a origem do conceito de “masculinidade hegemônica”, data da década de 1980, difundindo-se de forma relativamente rápida no meio acadêmico, e “possibilitou uma ligação entre o campo em crescimento dos estudos sobre homens (também conhecido como estudos de masculinidade e estudos críticos do homem), ansiedades populares sobre homens e meninos, posição feminista sobre o patriarcado e modelos sociais de gênero”. Ademais, e ainda de acordo com estes autores, “encontrou uso em campos aplicados que variam desde a educação ao trabalho antiviolença até à saúde e o aconselhamento” (idem). Apesar disso, um conjunto de críticas se colocou a este conceito, dentre as quais se destacam o risco de essencialização e reificação do poder, certas sobreposições e ambiguidades em relação a outras expressões de masculinidade, de modo que “as masculinidades hegemônicas

àquele grupo masculino cujas representações e práticas constituem a referência socialmente legitimada para a vivência do masculino” (FIALHO, 2006: 2). Em que pesem as críticas robustas a este conceito, foi o seu próprio propositor, em parceria com James Masserschmidt, quem, mais recentemente, as reavaliaram, todavia o reafirmando como “fundamental”, e ponderando que “na maioria das pesquisas que o opera, seu uso não é reificador nem essencialista” (CONNELL e MASSERSCHIMIDT, 2013: 241).

Se “hegemônica” ou se “masculinidades plurais”, para efeitos desta análise, é interessante aqui identificar quais construções mais se expressam em dados recortes contextuais, como o fez Briceño León (2002: 42 – minha tradução) quando considerou a disponibilidade de armas de fogo e a sua relação com a construção da masculinidade, concluindo que “para além da sua função utilitária, a arma tem a sua função simbólica, representando a masculinidade, o valor e a capacidade de se defender e de demonstrar sua hombridade e sua coragem entre os jovens”. Ou, conforme interpretou Zaluar (2014: 45), ao analisar o acesso a armas de fogo por jovens vinculados ao tráfico, concluindo que, nestes casos, “houve a interiorização progressiva do etos guerreiro”, no sentido empregado Nibert Elias, além da “hipermasculinidade ou o excesso na virilidade agressiva e destrutiva que passou a impregnar o lugar onde viviam”. Possivelmente muito próxima desta construção estaria então o que Luan nos revela quando questionado sobre as chances de adesão dos “meninos da boca” em sua companhia de dança:

[...] Eu não acho que eu tenha problema nenhum de ir lá boca conversar com o traficante e dizer: “olha, **seus soldados** vão fazer uma oficina comigo”. [...] Eu não digo nem oficina de dança porque o olhar crítico de

podem ser construídas de forma que não correspondam verdadeiramente à vida de nenhum homem real”, mas sim estes modelos “se articulam livremente com a constituição prática das masculinidades como formas de viver as circunstâncias locais cotidianas”, entre outras vertentes críticas (CONNELL e MASSERSCHIMIDT, 2013: 252 – 3). Para Fialho (2006: 2), por exemplo, o uso do adjetivo “hegemônico”, no caso, no sentido *gramsciano*, faz surgir um “sério problema teórico, uma vez que o termo implica constante luta pela posição de preponderância”. Diante disto, e admitindo que haja uma “masculinidade hegemônica”, este último autor propõe uma pertinente reflexão: “formas distintas de masculinidade, ao se contraporem a predominante, buscam ocupar tal posição hegemônica, ou, será que o que pretendem é, sobretudo, reconhecimento como uma forma também legítima e possível de experienciar a masculinidade?”. Justo diante de problematizações como esta que aquela dupla de autores buscou se posicionar mais recentemente, reafirmando o conceito, porém admitindo que as seguintes reformulações ou incorporações: “um modelo mais complexo de hierarquia de gênero, enfatizando a agência das mulheres; o reconhecimento explícito da geografia das masculinidades, enfatizando a interseccionalidade entre os níveis local, regional e global; um tratamento mais específico da incorporação (termo utilizado para traduzir a categoria ‘embodiment’) em contextos de privilégio e poder; e uma maior ênfase na dinâmica da masculinidade hegemônica, reconhecendo as contradições internas e as possibilidades de movimento em direção à democracia de gênero” (CONNELL e MASSERSCHIMIDT, 2013: 241).

alguém que está no tráfico vai dizer: “**dança é coisa de veado**”. Mas se for uma outra oficina que estimule ele, sei lá, um audiovisual, fotografia, uma coisa que seja perguntada, uma coisa que ele goste, uma aula de boxe, uma oficina de boxe, uma oficina de capoeira, de karatê, qualquer que seja, mas que tenha uma grana para eu poder estar lá dentro atuando, né? De eu dizer assim: “olha, eu vou estar alugando um ringue para hoje, tem um festival de boxe na comunidade”; e aquele menino que está lá poder ter espaço pra lutar um boxe consciente, né? Onde ele dá um soco no outro, mas no final ele aperta a mão e se preocupa com aquele colega. E aí, isto consecutivamente vai falar: “não, poxa, velho, eu luto boxe; não quero mais estar com arma na mão, quero lutar”; “poxa, semana que vem eu vou para o campeonato baiano de boxe”. (Luan, 2016 – grifos meus)

Neste relato podemos observar que a estratégia inclusiva deste ator não estaria em trabalhar diretamente com os elementos da “masculinidade hegemônica” que podemos flagrar nas pistas que nos oferece acima, e entendendo que esta masculinidade “se distingue de outras, especialmente, das masculinidades subordinadas”, e que é admitida como “um **padrão de práticas** (isto é, coisas feitas, **não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade**) que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuassem” (CONNELL e MASSERSCHIMIDT, 2013: 245 – grifos meus). Se um “padrão de práticas”, mais do que uma “expectativa de papéis” ou de uma “identidade” estanque e definitivamente consolidada, podem então existir as chances de desconstruí-lo ou, ao menos, de negociá-lo nas ações e interações entre Luan e seus alunos, ainda que este não seja este o seu objetivo mais imediato.

Assim, sem necessariamente negligenciar elementos da subjetividade destes jovens, até como as falas anteriores nos sugere, ali temos algo mais na direção de adaptar a sua oferta, no caso, estando disposto a trocar a dança pelo boxe, o que, de certo modo, corrobora com uma intervenção que, ao que tudo indica, prioriza a redução do “meio de risco”, no caso, do risco de exposição à violência e ao crime vinculados ao universo do tráfico. Mesmo diante de tal prioridade, Luan nos surpreende com uma expectativa ainda mais ampla, assim posta:

[...] E eu digo aos meus bailarinos sempre – e eu acho que o grande lance da minha companhia é este – eu não quero transformar ninguém em bailarino virtuoso, eu não quero transformar ninguém em que eu possa, através das minhas técnicas, fazer com que ele dê três, quatro giros, ou escale, ou que faça uma perna na cabeça; isso – puf! – eu não me formei para isto. Mas, “ah, você está sendo hipócrita de dizer que a dança não serve para isto”. Não. Isto é o decorrer da aula, da permanência na companhia. [...]. Mas o mais importante de tudo é,

enquanto a minha dança, **é transformar o jovem em um jovem político, em transformador**. Onde ele venha com um discurso assim: “e, aí, qual é, qual foi?”; e depois ele esteja batendo na mesa, depois de um certo tempo na companhia, dizendo assim: “não, você não precisa mais falar “qual é, qual foi”, mas você precisa falar “assim, assim, assim”, e entrar no espaço onde os adultos que não acreditam nos jovens, e levantar a mesa, bagunçar tudo, e fazer com que ele escreva um projeto, que possa ser apoiado. (Luan, 2016 – grifos meus)

Neste fragmento, destaco a passagem na qual ele ressalva a importância do desenvolvimento de habilidades que transcendem o escopo da ação que desenvolve – a dança – a exemplo do posicionamento crítico, político e o domínio da escrita e da criação. E é justo aqui que podemos nos contrapor a uma das possíveis leituras que tendem a incidir sobre a perspectiva acolhida – a do protagonismo comunitário – que seria a de parecer substitutiva ou que reforçaria, ainda que involuntariamente, a exclusão dos recursos formais de formação e de participação na vida em sociedade ou, como nos disse Holston (2013), aprofundando os “dramas sociais” da autoconstrução e da constante luta pela sobrevivência dos moradores das periferias urbanas no Brasil. Em outras palavras, defender que os atores, no caso, em contextos comunitários ajam em função de benefícios coletivos não isenta em nada os deveres e atribuições do Estado, como, por exemplo, da educação formal e de qualidade a todos. Feita esta fundamental ponderação, retornemos mais uma vez ao “meio de risco”:

[...]. Porque o jovem que está ali na esquina ele não faz porque ele é excluído, porque não sabe ler; porque talvez acredita que não tem uma aptidão artística ou esportiva, sabe? Porque **simplesmente ele até gosta de estudar, mas porque ele se envolveu com uma facção ou porque o bairro é da facção rival, ele deixa de estudar pra não ser morto**, né?! Porque ele vê um coleguinha que está na praia lá e que é branco, e que tem dinheiro, e que está com um relógio de marca, e está com um tênis da Nike. Vê no *Facebook*, e principalmente agora que a tecnologia está muito avançada, toda hora está postando “festival não sei o quê” ou “Salvador *Fest*”. E aí a camisa é no mínimo 130 reais. **Um cara que não trabalha, que a mãe tem cinco filhos, que ela é lavadeira, vai conseguir tirar 130 reais pra poder fazer o menino ir para uma festa dessa? Se fizer isto passa fome**. Então assim, estes “não poder”; e que aí cai um pouco na culpa do “*funk* ostentação” que acaba trazendo o menino que pode ter uma corrente de ouro de trinta quilos, de vinte quilos, sabe, um negócio muito grande, pesado, que é surreal para uma pessoa de comunidade estar usando. Então assim, isso, o produto do consumismo acaba destruindo muito das coisas (Luan, 2016 – grifos meus)

Um primeiro aspecto que salta aos olhos nesta passagem refere-se à dimensão do consumo no contexto da juventude. E aqui são ricas as reflexões de Espinheira (2008: 36 – 7) ao analisar o “sentimento de frustração que os jovens experimentam quando se sentem periféricos, impossibilitados de consumo”: é então negado o acesso ao objeto desejado “no momento em que o desejo exige satisfação e se recusa ao adiamento” (ESPINHEIRA, 2008: 37). Neste ponto, este autor recorre oportunamente às proposições de Bauman (1998) quando este fala em “consumidores falhos”, isto é, “pessoas incapazes de responder aos atrativos do mercado consumidor porque lhes faltam recursos; pessoas incapazes de ser ‘indivíduos livres’, conforme o senso de ‘liberdade’ definido em função do poder de escolha do consumidor” (BAUMAN, 1998: 24).

Além deste tipo de “liberdade” vetado e falaciosamente moralizado quando se trata deste público, flagramos ainda elementos do “meio de risco” em, pelo menos, duas direções a partir dos destaques acima. Uma delas, e contraditoriamente, converte, ou melhor, “subverte” o “meio formal”, dos direitos fundamentais, com destaque para a educação e formação profissional, em um “meio de risco” em função dos riscos mesmos que pode estar exposto o jovem ao tentar acessar aquele primeiro, a exemplo da rivalidade entre grupos ou do racismo, sobretudo, institucional que pode se expressar em outras formas violentas, incluindo, o homicídio. Ou seja, nem sempre o que parece ser um percurso livre de riscos assim o é, uma vez que estamos falando de chances reais deste sujeito sofrer, no “mundo lá fora”, exclusão, discriminação, retaliação ou quaisquer outras formas violentas que incidem sobre o jovem negro e pobre no Brasil, diga-se de passagem, sendo “envolvido” ou não, aumentado o risco na primeira condição.

A outra direção diz respeito à vulnerabilidade que decorre das omissões e restrições que violentam porque essenciais à condição humana e cidadã, e aqui ainda mais agudizadas porque incidentes sobre a juventude, a exemplo do direito à educação de qualidade e inclusiva, do lazer, do direito de ir e vir, podado, em muitos casos, e mais uma vez, por aquela rivalidade de grupos ou pelas condutas mais racistas e classistas que segregam circunscrevendo, tácita ou explicitamente, os espaços da cidade. Nas palavras diretas de Espinheira (2008: 31), seria algo como dizer: “aos pobres a pobreza”, de modo que “nas sociedades contemporâneas a pobreza é fator contribuinte causal da violência, em que o estado de carência limita, frustra e revolta, sobretudo quando se conjugam juventude, exclusão, frustração e engajamento em atividades transgressoras com promessas de recompensas imediatas”. Aqui, recorre este autor ao exemplo do “tráfico de drogas, furtos e roubos”, e pondera: “o que deixa muitos estudiosos moralistas

na defensiva por verem a pobreza como virtude e não como um ‘pecado social’, retirando os componentes de revolta ou mesmo de vingança” (ESPINHEIRA, 2008: 31).

Isto posto, e confluindo pontos destas duas direções, temos aquelas narrativas já detalhadamente descritas por pesquisadores dedicados aos processos mais excludentes e vulnerabilizantes, como bem sintetizado por Peres (2014: 449 – grifos meus), e apoiada pelas análises de Feltran (2010), sobre o que denomina de “mundo do crime”: “não se trata de uma proximidade buscada conscientemente, mas sim de uma proximidade que se dá pelas condições de uma vida que se estrutura próxima ao ‘mundo do crime’, o qual **influencia os processos de sociabilidade independente da participação ativa em atividades criminosas**”. Já Trad et al. (2014: 55), em pesquisa sobre abordagem policial de jovens residentes em bairros periféricos de três capitais nordestinas, depararam-se com duas categorias que, em algum grau, potencializam a vulnerabilidade destes, quais sejam a do “envolvido” e a do “confundido”, tal como colocam:

Outra polaridade que emergiu do campo: a do “envolvido”, ou seja, do sujeito que mantém, em algum grau vinculação com o tráfico de drogas, em especial, e que, portanto, está muito próximo ou quando não já se considera pertencente ao camaleônico universo do “bandido”; e a categoria mais discreta ou, pelo menos, pouco conhecida do grande público, que é a do “confundido”, isto é, exatamente o ser confundido com o “bandido”. No caso desta pesquisa, interessa-nos mais de perto a do “confundido” porque, em geral, as chances do “confundido” ser o **menino pobre e negro, morador de bairros populares**, são bem maiores do que a do menino branco e pertencente às classes mais elitizadas, tal como [...] exprime um dos policiais entrevistados: “em bairros nobres é bem complicado [...] porque quando você vai abordar veículos de luxo, as pessoas se sentem bastante incomodadas porque elas acham que porque estão num veículo de luxo elas não podem [...] elas não levantam nenhum tipo de suspeita”. E avança: “quer dizer, se você mora na periferia então o risco, a probabilidade de você ser um bandido é bem maior. A nossa sociedade ela taxa, ela rotula dessa forma: se você é um morador de periferia então a probabilidade de você ser um bandido é grande, mas se você mora num bairro nobre da cidade você **não pode ser de forma alguma confundido com um suspeito**”. (TRAD et al. 2014: 60 – grifos meus e dos autores)

Estes autores acionam leituras analíticas que contribuem também com as análises deste estudo, quais sejam: uma que concorda com Young (2002: 73 – 4; grifos meus) quando aponta que, na modernidade tardia, a “suspeita individual passa a ser a **suspeita categórica**”, isto é, deixou-se de “suspeitar de indivíduos e passou a suspeitar de categorias sociais”; a outra que volta-se à teoria sociológica da rotulação, revisitada aqui

por Werneck (2014: 106; grifos meus), quem ressalta que há uma ampla tendência humana em se “prever como os outros se comportam através de **categorias gerais**”. Seja a partir da “suspeita categórica” ou das “categorias gerais”, homogêneos contra os quais, diga-se de passagem, a ANT também se contrapõe enquanto meio de conhecer um dado recorte de realidade, figurar entre as categorias do “envolvido” ou do “confundido” implicam vulnerabilidade, conforme apontado nos relatos acima.

Ademais, há uma terceira via que, não necessariamente prever algum “envolvimento”, e tampouco um eventual “confundimento”, mas sim se refere a um conjunto de práticas violentas e/ou criminosas diversificadas e deliberadas, cujo desfecho quase sempre é o homicídio, tais como os “crimes de mando”⁴⁰, o “acerto de contas”, os atos de “justiceiros” ou decorrente de vingança direta, endossadas quase sempre por uma base de rivalidade e de disputas entre grupos. Quaisquer que sejam as vias – nesta, no “envolvimento” ou no “confundimento” – o agir preventivamente se torna sobremaneira desafiante desde às políticas públicas mais abrangentes ao “cidadão comum” no calor das suas interações, tal como revela o interlocutor em foco:

[...]. Eu **tinha dois jovens que eram do tráfico aqui dentro e, infelizmente, por causa da guerra que voltou aí** [interrompe]; **aí eles se retiraram e voltaram infelizmente de novo para o tráfico**. Porque eles me disseram: “olha, Yuri, do outro lado de lá, a galera vai ver e vai bulir com a gente, e tal; eu sei que aqui dentro do espaço ninguém vai bulir, mas na saída da gente do espaço, você não vai querer assumir a gente, nem a gente vai querer te botar em risco e as outras pessoas de lá”. Infelizmente, aconteceu isto. (Luan, 2016)

⁴⁰ César Barreira (2014: 309), ao estudar amplamente os crimes de pistolagem, “diferentes termos aparecem, no Brasil, como definidores deste tipo de homicídio: crimes de mando, de aluguel e por encomenda”. Ainda de acordo com este autor, estas práticas, historicamente situadas nos contextos dos conflitos fundiários no país, “nas últimas décadas do século XX, os crimes por encomenda diversificaram-se, assumindo novos contornos”, incluindo fortemente os cenários urbanos – “o pistoleiro ocupa hoje lugar central nos enfrentamentos de conflitos sociais, mas relacionados à sociabilidade cidadina” – e de modo a contemplar “diversas situações: nas disputas políticas, nos amores não correspondidos, nas brigas familiares, contra esposas infiéis, ‘vizinhos indesejados’, pessoas ‘suspeitas’, etc. (BARREIRA, 2014: 313 – 14). Além destas mudanças de espaços e escopos, destacam-se também as novas configurações nas dimensões simbólicas e operativas, tais como “no desaparecimento dos ‘grandes matadores’, conhecidos pelas ‘proezas’ e pelas dezenas de crimes cometidos e, atualmente, a proliferação de pistoleiros”; ou na “metodologia” das execuções: caracteristicamente ocorrem em lugares públicos e “são homicídios cometidos utilizando-se da prática da emboscada, na qual a vítima é pega de surpresa, ocorrendo vários disparos; os tiros, geralmente, são na cabeça, e o assassinato ocorre sem a precedência da discussão” (BARREIRA, 2014: 313 – 14).

Naquela segunda direção – da omissão e das restrições, no caso, agravadas por incidir sobre adolescentes e jovens – recorro ainda às fecundas reflexões de Pimenta (2014: 266), tomando como ponto de partida uma distinção de base: “adolescência ou juventude”⁴¹? Pondera esta autora: “no Brasil, as dificuldades em tratar a questão da violência e de sua prevenção nesses segmentos têm início na própria delimitação da condição juvenil”. E avança:

Além disso, há contradições e ambiguidades em torno dos limites estabelecidos pela **legislação brasileira** entre crianças, adolescentes e jovens que **tornaram difícil compreender as especificidades de cada etapa etária**, uma vez que **os jovens são identificados ‘como grupo de indivíduos em condição homóloga de existência à adolescência, nos aspectos biopsíquicos e jurídicos’**. (CACCIA-BAVA, Jr., 2004: 45). O Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, considera criança a pessoa até 12 anos de idade e adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos. (PIMENTA, 2014: 266 – 7 grifos meus).

Como acresce esta autora, esta então é a “fronteira legal entre o indivíduo imaturo (ainda em desenvolvimento) e o adulto”. Em face deste hiato e de um conjunto de demandas em parte dele decorrente, fora aprovado e sancionado, em agosto de 2013, o Estatuto da Juventude, “que regula os direitos às pessoas entre 15 e 29 anos, sem prejuízo do disposto no ECA”, precedido por outras importantes iniciativas como a realização das Conferências Nacionais da Juventude, em 2008 e 2011, além da criação, no ano de 2004, da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), além de outras iniciativas políticas atentas a este segmento da população (BRASIL, 2014a; PIMENTA, 2014).

Não obstante o avanço que representa no sentido do reconhecimento das “garantias dos direitos essenciais” e de direitos nos mais variados âmbitos, e ainda de acordo com aquela última autora, tanto a legislação quanto as políticas públicas vigentes “tendem a tomar como sinônimas a adolescência e a juventude”, o que se desdobra em “consequências tanto para a compreensão dos problemas sociais específicos a

⁴¹ De acordo com Pimenta (2014: 266), “a adolescência é ordinariamente definida como a fase da vida que se interpõe entre a infância e a vida adulta”, porém, “nas sociedades modernas, a passagem para a vida adulta não se dá imediatamente após a adolescência”. Em termos etários, e ainda segundo esta autora, em linhas gerais, “a adolescência seria a idade dos *teens*, isto é, a fase da vida que vai mais ou menos dos 13 aos 19 anos”; e complementa: “nesse período, o indivíduo alcança a maturidade física, mas ainda não é necessariamente uma pessoa adulta, ou seja, que atingiu a plena maturidade social e moral” (idem). Assim, “o indivíduo que já saiu da adolescência, mas ainda não é adulto, é aquele considerado jovem” (PIMENTA, 2014: 266).

adolescentes e jovens, como para a formulação de políticas públicas apropriadas a cada segmento” (PIMENTA, 2014: 268). Em que pesem tais imprecisões e desafios, mais recentemente, passamos a contar com o Plano “Juventude Viva”, vinculado à Secretaria Nacional de Juventude, voltado especialmente ao “enfrentamento à violência contra a juventude negra”, uma vez sendo o alto índice de homicídio entre estes um dos problemas prioritários, e daí o nome de batismo do Plano, de modo a mobilizar os três níveis de gestão⁴² e diferentes atores da sociedade civil, dispostos na chamada Rede Juventude Viva (BRASIL, 2014a: 8).

Assim, as ações deste Plano são dedicadas à juventude, todavia “com especial atenção aos jovens negros, de 15 a 29 anos, do sexo masculino, em sua maioria com baixa escolaridade, que vivem nas periferias dos centros urbanos, e estão em situação de maior vulnerabilidade” (BRASIL, 2014a: 8). Para tanto, o mesmo se estrutura a partir de quatro eixos: I) desconstrução da cultura da violência; II) inclusão, oportunidade e garantia de direitos; III) transformação de territórios; IV) aperfeiçoamento institucional (idem). Sobre aquele primeiro dos eixos, vale a pena avançar mais um pouco em seus objetivos porque especificamente pertinentes às análises aqui em relevo, sobretudo, em relação aos seus processos de implantação⁴³ o mais próximo do contexto que aqui nos interessa:

⁴² O Plano “Juventude Viva” é bastante preciso em termos da sua distribuição de competências e responsabilidades das três esferas governamentais, demarcando ainda a participação social através de dispositivos institucionalizados como conselhos, o Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos (FOMPI), “instância de participação e controle social do Plano (desenvolvida pelo governo federal)” e a chamada Rede Juventude Viva que “visa à conexão de atores de diferentes segmentos da sociedade que atuam na defesa da vida da juventude, em especial, da juventude negra” (BRASIL, 2014a: 12). Em relação às diferentes atribuições dos níveis de governo, e reconhecendo a relevância de todas que, se articuladas, potencializam a execução dos objetivos do plano, destacamos o papel dos municípios que são a realidade mais próxima dos sujeitos, em especial, o de “fortalecer ações de prevenção à violência e de garantia de direitos da juventude no município”, e o de “definir os territórios sobre os quais se dará a atuação do programa, articulando a formação dos Núcleos de Articulação Territorial (NAT)”, os quais são efetivamente “os bairros nos municípios prioritários indicados para a implantação dos NATs”, podendo ser “parte de um bairro, um bairro inteiro ou mais de um bairro” (BRASIL, 2014a: 16). O Calabar, e como já assinalado no segundo capítulo, apesar de não figurar entre os bairros que concentram atualmente as mais altas taxas de homicídio, no caso, da juventude negra, apresentou flutuações ao longo das últimas duas décadas; além de se considerar que os NATs cumprem uma função preventiva, portanto, justificável.

⁴³ No estado da Bahia, o primeiro seminário Juventude Viva foi realizado em dezembro de 2014, e a expansão do Plano é ainda incipiente, com menos de 5% dos municípios aderidos ao mesmo, todavia, incluindo nestes as cidades que concentram as taxas de homicídio da juventude negra mais expressivas, como Salvador, Lauro de Freitas, Simões Filho, Itabuna. No bairro em questão, ainda não se faz sentir com força mobilizações em torno desta política em específico.

Identificação de **ações de violência contra a juventude negra que foram historicamente naturalizadas**, identificando seus padrões e oferecendo novos repertórios aos agentes que a realizam; sensibilização da opinião pública sobre a **banalização da violência e a necessidade de valorização da vida da juventude** e da **garantia de seus direitos**; demonstração de que a **violência não pode**, em momento algum, ser utilizada como **forma legítima de resolução de conflitos**. (BRASIL, 2014a: 8 – 9 – grifos meus)

Tais objetivos trazem em seu bojo aspectos que tanto Luan, quanto outros atores, apontaram neste estudo, a exemplo da vulnerabilidade, em especial, dos jovens negros e residentes em bairros periféricos, bem como a naturalização e a banalização das mais variadas expressões de violência, inclusive, como “forma legítima de resolução de conflitos”, como já discutido. Também Pimenta (2014: 271), ao revisar a “pluralidade de olhares” sobre os processos de violência incidentes sobre a juventude, assinala que uma das abordagens desenvolvidas no Brasil atualmente é “aquela segundo a qual a violência sofrida e praticada pelos jovens possui fortes vínculos com a condição de vulnerabilidade social em que se encontram, especialmente nos países latino-americanos”.

Apesar da limitação desta perspectiva para as análises da “violência entre jovens fora da condição de vulnerabilidade social”, como pontuou aquela autora, a mesma pode ser útil para pensar o contexto ao qual se volta esta pesquisa porque a “situação de vulnerabilidade social, produzida pelas desigualdades sociais e pela deficiência no acesso a bens e serviços, incluindo equipamentos de lazer, cultura e esporte, dificultaria os processos de integração social, gerando grande tensão e fomentando comportamentos violentos” (PIMENTA, 2014: 271). Tanto assim que as omissões do poder público, as restrições de recursos das mais diversas naturezas e os processos de desigualdades e de exclusão atravessam o discurso deste ator, e tomam corpo em:

[...]. Eu me culpo muito por isso: por eu não ter um financeiro, por eu não ter uma equipe de psicólogos, por eu não ter um [interrompe] [...] Muitos dos meus bailarinos que hoje morreram ou que estão no crime ou que estão em outras caminhadas erradas, não estariam lá (Luan, 2016).

Em face disto, e apesar disto, ao longo do acompanhamento destes atores, de Luan e de outras lideranças ou agentes públicos dos serviços presentes no bairro, os vi mantendo os seus projetos e ações, em especial, de natureza inclusiva e preventiva de violências, via de regra, na base do improvisado ou, se não na precariedade, longe das

condições funcionais e estruturais idealmente adequadas. Tais dificuldades impactam a manutenção das ações no tempo, tornando-as mais ou menos efêmeras, a depender da relação entre a complexidade de execução e a (in)disponibilidade dos recursos amplo senso. Impactam também a adesão e a permanência do público ao qual se destinam, como no caso das aulas de dança de Luan, sobretudo, em termos da acessibilidade dos seus alunos que residem em outros bairros mais afastados:

[...]. Qualquer oficina que venha a contribuir para o crescimento dos meus bailarinos e, desculpe, que seja também *free* porque eles também não trabalham, é muito massa, muito massa. Agora, claro que, infelizmente, tem que ser nos finais de semana porque alguns são de faculdade, outros têm uns empreguinhas que eu nem chamo de emprego, eu chamo de biscate porque dá uma aula aqui, dá uma aula ali, tenta fazer alguma coisa que é pra conseguir o transporte, e que é outra coisa que me incomoda muito. [...]. Têm alguns que não são da comunidade, e que tem vezes que eu realmente **trabalho pra poder financiar essa galera**. Então, **não tem um apoio. Tudo está em torno do financeiro**, infelizmente. (Luan, 2016 – grifos meus)

Esta fala expõe claramente os tais improvisos e “remendos” que não raro os atores se obrigam a fazer se pretendem manter vivas as suas ações. Isto não nos soa nenhuma “novidade”: afinal, quantos estudos em contextos mais ou menos semelhantes têm chegado a conclusões próximas. Todavia, alguma “novidade” pode estar na possibilidade de se questionar quantas vezes mais precisaremos concluir sobre mais ou menos coisas muito parecidas, em mais uma das “pesquisas de constatações”, ou em mais um dos estudos em profundidade dos “bastidores” sociológicos e/ou políticos, ao invés de priorizarmos os reposicionamentos e as metodologias que possam inovar orientações e meios de superar problemas concretos que os atores nos apontam com o dedo. Diante disto, faço uma aposta na abordagem teórica escolhida, no sentido de um reposicionamento, afinal, e como visto no campo: entre as danças que executa Luan e seus bailarinos, faria grande diferença ter ou não ter um espaço físico apropriado para suas aulas, como ele mesmo insiste; faria muita diferença se seus alunos tivessem assegurados os meios de deslocamento, sem que isto implicasse mobilizar recursos próprios e, no caso, quase inexistentes; faria toda a diferença, e aqui se pensando especificamente na prevenção, dispor de equipes multiprofissionais de acompanhamento e orientação de jovens em situações de violência ou que se utilizam da violência enquanto um repertório comum na resolução dos seus conflitos.

Mais uma vez, não há novidade nisto, mas há algo que pede para inovar a forma de intervir através das tais “políticas públicas”. Em suma, e mesmo que possa soar óbvio reafirmar que os recursos das mais variadas ordens fazem “a diferença” – tal como o fez Luan no calor das suas interações e em face das demandas cotidianas para executar suas ações – é tanto óbvio que quanto mais frágeis e inconstantes são os modos de provimento, sobretudo, material daquelas políticas, menores as chances de efetividade, de resolutividade destas ações do poder público. Isto posto, o que pretendo frisar nesta tese é que, a despeito das tendenciais fragilidades e da inconstância das políticas inclusivas e protetivas que dispomos no país e localmente, os atores agem, mesmo que no imprevisto e entre outros tantos desafios, mas com algum impacto em seu entorno mais imediato. Assim, a questão que se desdobra é: e se de fato fossem regularmente provedoras e verdadeiramente articuladas tais políticas, os tantos setores e os tantos atores comunitários? Quanto de potência e impacto ganharíamos?

Enquanto pode nos parecer muito distantes cumprir tais expectativas, retornemos aos desafios de Luan. Em relação ao componente “financeiro”, por exemplo, e como ele destaca acima, a ênfase está tanto em sua disponibilidade mais imediata para o custeio das ações que desenvolve, quanto para o que designa como uma espécie de fluxo inclusivo e que permita a inserção dos jovens após o desenvolvimento de uma dada habilidade, no seu caso, a dança: o que ele vai chamar abaixo de “pré acontecimento, o acontecimento e o pós”. Nisto, destaca clara e enfaticamente o papel de um Estado provedor e socialmente inclusivo, através de políticas públicas sólidas e permanentes de financiamento de ações comunitárias, e não somente de editais espaços e, em geral, insuficientes em relação às demandas ou através de programas transitórios de governo:

Eu acho que todos os mobilizadores da comunidade do Calabar [...] que fazem coisas dentro da comunidade de artes marciais ou a própria Base Comunitária, enquanto os soldados que se promovem a fazer o judô, essas coisas, se tivessem um recurso financeiro, onde assim, olha, o Estado deveria promover as associações de moradores, tipo, cinquenta mil todos os meses [pausa longa]; um exemplo. Ou então menos, para que seja dividido para os grupos organizados dentro da comunidade, tendo CNPJ ou não: a menininha que tem o grupo de dança lá vai ganhar três mil por mês pra poder ter o figurino dela, o lanche dela para ela conseguir, sei lá, uma criança, sei lá. Como Luana mesmo que atua com dança e tinha um grupo de dança com crianças; era o único grupo de dança dentro da comunidade para crianças. Então, se acabou porque ela é mãe, ela precisa trabalhar, então assim, não tinha um apoio financeiro. (Luan, 2016)

[Então faltaria uma política permanente de financiamento?] Isso, isso; e principalmente depois que capacita. **Porque o social que é enquanto o jovem só se transforma não é social.** Porque eu posso pegar o menino que eu transformei, tal e não sei o quê; ele se transformou num cara que dança muito, mas e agora? Vai pra onde? Eu me sinto muito nisso quando eu me formei na escola de dança. Se o projeto fosse mais extensivo: então, todo mundo que dança agora vai representar a escola enquanto companhia de dança [ênfase] da escola como o ballet do Teatro Castro Alves, sabe? Então assim, **se tivesse um pré, um acontecimento e um pós acontecimento, dá certo.** Todas os cursos preparatórios ou de cunho profissional, como o Sesi, o Sesc, o Senai, nenhum pensa desta forma. A gente faz o curso e aí, né? Eu vou fazer um curso de eletrotécnica, eu vou fazer um curso de soldagem, mas por que não vamos pegar uma empresa específica pra deixar, é, estes jovens? Vamos pegar um menino que se forma na escola de dança e vamos fazer uma companhia onde esta companhia represente todos os eventos da prefeitura. Vai ter o aniversário da prefeitura e a companhia da escola de dança está lá dentro. Vai ter a inauguração das Olimpíadas, a companhia de dança de Salvador está lá pra representar; vai ter a Copa do Mundo, a companhia de dança vai estar lá [...]. Então, assim, não tem esta asseguarção assim, sabe? E aí assim: “poxa, vamos dar uma ajuda de custo a estes jovens que agora se formaram e que [interrompe]. Ou então, até que não tivesse a ajuda de custo, mas também que eles não gastassem nada, que tivesse direito ao transporte, que eles tivessem direito a uma cesta básica pra poder, dentro de casa – claro que não é a cesta básica convencional – mas que conseguisse assegurar a família pra mãe não está cobrando: “poxa, você está faz dança de graça e não traz nada para dentro de casa”, sabe? Então se tivesse assim o vale luz, o vale gás para estes jovens. Então assim, isto ia assegurar [ênfase]. Acho que se isto acontece dentro da comunidade o **pré, o pós e o acontecimento agora**, as coisas seriam muito mais fáceis do que [interrompe]. **Eu acho que o tráfico estaria tentando matar as lideranças. Porque não ia ter espaço pra o poder paralelo dominar tanto.** (Luan, 2016 – grifos meus)

A experiência de seguir Luan, em sua ação que compreendi como preventiva, assim como ele também a concebe, e as reflexões feitas sobre este percurso, leva-me a concordar com ele quando assim pontua: “porque o social que é enquanto o jovem só se transforma não é social”. Aqui, dupla possibilidade de leitura se abrem desde a perspectiva da ANT: primeiro, o “social” não é um tipo de “matéria”, “substância”, “efeito”, ou quase uma “panaceia”, que teria o poder de, em si ou por si só, gerar um “jovem cidadão incluído e transformado”; segundo, este ator tem razão quando afirma que, o trabalho de agregar, de associar, de reunir – e isto sim é o nosso “social” porque em permanente e natural movimento – não pode se esgotar em uma dada ação, sob risco mesmo da desagregação, isto é, de uma inclusão parcial, incerta e frágil. Tanto assim que conclui sua fala, em que pese a ambiguidade que encerra – mas, em ANT não estamos para se esquivar das contradições – com aquilo que considera a mais drástica perda em

relação aos seus esforços inclusivos diante das chances de desagregação decorrente das omissões e das restrições às quais se refere: “eu acho que o tráfico estaria tentando matar as lideranças; porque não ia ter espaço pra o poder paralelo dominar tanto”. Um possível sentido para este “matar as lideranças” se completaria neste perder espaço do “poder paralelo”, tal como coloca.

Em outro giro, a crítica que nosso interlocutor apresenta à falta de apoio sistemático e permanente às ações comunitárias se estende à universidade pública, em especial, aquela que se avizinha ao bairro em foco, tal como sinalizei a partir no olhar de Glória, no capítulo anterior. No caso, Luan reivindica uma participação ainda mais consistente, uma presença ainda mais intensa e de trocas, inclusive, demarcando com firmeza o meu compromisso enquanto pesquisadora, ali no ato da nossa interação. Ademais, reivindica a importância da inserção dos seus alunos na universidade, sinalizando a necessidade de estímulo e de proximidade destes neste espaço:

[...]. Espero que nesta sua formação vá muito mais além do que sua escrita, né? E que você consiga tomar muito mais espaço dentro lá da Ufba para que a Ufba tenha muito mais este olhar, muito mais comunitário, muito mais participativo. Porque eu acho que é uma perda de tempo botar os jovens para estar fazendo “estagiozinho” em alguns lugares que não têm nada a ver ou construído já, mas sim eu acho que eles deveriam estar [interrompe], deveria ser obrigação da UFBA estar fazendo com que os jovens estar fazendo estágio dentro das comunidades, estágios comunitários, e pagar os alojamentos porque assim: pensa você vivendo seis meses de estágio dentro da comunidade, acordando e dormindo, você vai ter um olhar de comunidade. Então, eu acho que é mais ou menos isso: acho que essa [interrompe], este é o grande lance das pesquisas que eu vejo a galera fazendo e que eu não vejo ser citado isto dentro das pesquisas. A importância do estagiário estar dentro, da pessoa que está fazendo a pesquisa vivenciar isso. (Luan, 2016)

[...]. Eu acho também que o que poderia acontecer com os meus alunos que agora vem me rever é você conseguir fazer eles irem assistir uma aula. Eu sempre vejo as pessoas dizendo assim: “a Ufba tem um espaço lá que é aberto para as pessoas que não são de lá assistirem as aulas”. Eu acho que os meus bailarinos deveriam ter a oportunidade de estar dentro da universidade, ouvindo vários professores, ou até mesmo numa aula normal, lá dentro, pra poder estar tendo esta oportunidade. Eu acho que isto ia ser muito enriquecedor. (Luan, 2016)

Caminhemos para a finalização desta passagem pelo mundo de Luan, onde ele coloca a dança à serviço dos seus jovens alunos, destacando as apostas e os sonhos que

deposita em seu projeto, à despeito dos desafios e das dificuldades das mais variadas ordens, como intentei delinear aqui. Assim, destaco os derradeiros recortes:

[...] Enigma, ele foi um espetáculo do ano passado, e que a gente está remontando ele porque a escola de dança me convidou para os festivais! [...] O nome da companhia está no **baralho das artes** [risos]. É o baralho que está sendo mais pedido: eu fui para uma aula na quarta-feira, aí a dona da escola parou, a dona não, quer dizer, a diretora da escola parou aula pra me tirar da sala e dizer que precisava falar comigo lá numa reunião quando a aula acabasse. E aí me encaminhe até a sala, e ela me disse: “olhe, sente aí porque eu tenho muita de coisa para lhe dizer”. Eu falei: “fiquei até com medo” [risos]. Mas ela estava brincando, e disse: “você vai estar neste festival, neste festival, neste festival!”. (Luan, 2016 – grifos meus)

[...] E eu acho que foi isto também que **botou meu nome na cabeça do baralho das artes** lá enquanto escola de dança porque, enquanto eles estavam aqui, a escola, em alguns depoimentos e nas entrevistas que eu fui dar na escola, eu falei destes dois meninos, e então eles ficaram abismados com o poder de transformação. Foi o que eu disse na reunião passada: “a gente pouco faz um social”. Eu tenho um menino chamado Tom, eu tenho uma menina chamada Flor, uma menina chamada Luz, Lia, Cléo, Yan. Estas pessoas eu acho que não precisam de transformação. Porque elas já são politizadas; elas já têm uma oportunidade de ter uma família que está ao lado que é participante, vai na escola. A mãe de Tom mesmo vai na escola, vem assistir os ensaios; a mãe de Tom dá autorização para poder ele viajar com a gente enquanto companhia, né? Então assim, esta pessoa não tem oportunidade de [...]; pode até acontecer com ele uma bala perdida porque o mundo está aí; ele pode ser assaltado, mas eu não acho que um cara deste vai entrar no tráfico. Ele sabe dizer o que é certo e o que não é. [...]. Então assim, estas pessoas que acho que, não é que é perda de tempo, mas vamos dizer que **o social não afeta muito nisso**. Mas, o carinho que está lá com a pistola na cintura ou o menininho que nem é do tráfico, mas que anda no meio dos caras, eu acho que **este sim precisa do social**; e é algo que eu tento, que eu estou tentando realmente adentrar. (Luan, 2016 – grifos meus)

O “baralho das artes” que tanto ele se refere faz uma menção indireta e felizmente reconfigurada do “baralho do crime” que a Secretaria de Segurança Pública do estado da Bahia (SSP – BA) se utiliza como uma “ferramenta lúdica criada em 2011 pela SSP – Ba com as imagens dos criminosos mais procurados da Bahia” (BAHIA, 2016). No caso, exposto na página eletrônica desta Secretaria, a última imagem do “lúdico” baralho – e que, ao meu ver, teria mais de “trágico” do que engraçado – trazia justo de um jovem, “de 19 anos” que era o novo “ás de ouro”, “procurado” por ser autor de “diversos homicídios” e ser processado por “tráfico de drogas e roubo”, em substituição ao que fora “preso no início do mês” (BAHIA, 2016). Lamentavelmente, as outras tantas cartas do baralho – e,

claro, que não se esgotam nas 52 cartas, já que para cada “descarte” outra “figura do crime” é posta no lugar – exibem muito desta juventude que o “social”, como nos diz Luan, não conseguiu alcançar, afinal de contas, “fazemos pouco por ele”, como nos advertiu.

Figura 2: “Baralho do crime” da SSP – BA



Fonte: página eletrônica da SSP – BA (2016)

[...] E que pensei que com estes dois meninos ia ser o primeiro passo, mas aí acabou que o poder paralelo é muito mais forte do que o social quando não se tem o financeiro, quando não se tem uma psicóloga, quando não se tem um terapeuta, quando não se tem toda uma cúpula por trás de uma atividade que deveria ter, que deveria ser dever do Estado. Eu sempre cobro isto: que eu não deveria ter esta obrigação de estar fazendo o social, sabe? Eu não deveria estar aqui; eu deveria estar estudando para ser um PHD em dança, enquanto o governo, o Estado, e a comunidade, as mães, os pais, por não ter condições e o governo por fechar os olhos, e não querer novos presidentes, novos advogados, novos médicos, pessoas inteligentes, então não é muito interessante investir neste tipo de trabalho. E vamos deixar o jovem que tem o dom naquilo, que quer dominar aquilo, e no final de tudo a gente vai lá, no meio da política, tira uma foto, nem sabe o que está acontecendo, dá quaisquer cinquenta reais e está bom, né? Então, assim, deveria ser dever do Estado: “poxa, lá tem a biblioteca do Calabar, vamos dar toda a assessoria lá; vamos botar uma psicóloga já que a gente paga. [...] E até próprio dentro da escola. A escola pública deveria ter todo este arsenal: poxa, eu, Jero, Bento, que trabalha [...]. Eu nunca consegui assinar minha carteira de trabalho. Nunca. (Luan, 2016)

[...]. Eu acho que nada mais justo do que quando eu achar no direito de me aposentar, eu conseguir me aposentar. Eu consegui ser aposentado por estas práticas, por estas ações que eu já fiz de formação e de transformação de vários jovens, de não ter entrado no tráfico, de virar bailarinos profissionais, de virar mobilizadores, né? Eu sou assim hoje porque alguém lá na minha época bateu na tecla em mim e eu hoje [...]:

as pessoas sempre diziam – “você vai ser uma liderança lá no futuro” – e eu vou acreditar também que os meus bailarinos vão ser as lideranças dentro das comunidades ou mesmo dentro do Calabar. (Luan, 2016)

O “baralho” de Luan está muito longe daquele outro baralho, como ele mesmo exhibe sonhador, determinado e orgulhoso, ao dizer que nome da sua companhia de dança está então ali, no “baralho das artes”. Mas não sem conflitos, sobretudo, internos, como aponta acima, aliados a inseguranças, inclusive, em termos da sua seguridade social, além de toda sorte de desafios e dificuldades, tal como sublinhado até aqui. Ou ainda podemos traduzir tal contradição nos “dramas sociais” apontados por Holston (2013), e discutidos no primeiro capítulo, isto é: os esforços de autoconstrução, no caso de Luan, do seu projeto inclusivo de dança, ao passo que rendem os seus bons frutos significam também certo alijamento de direitos individuais e enquanto cidadão, uma vez considerados os termos de instabilidade e precariedade com os quais se desenvolvem. Ainda assim, e consciente do microcosmo que representa no universo gigantesco das demandas de redução das vulnerabilidades, é uma ação inclusiva no alcance dos seus braços, mas potencialmente inspiradora de políticas que acolham tantos e tantas mais.

Dora, Violeta e as mulheres do Calabar

Era algo próximo do dia internacional das mulheres, ano de 2016, e, logo nas primeiras horas da manhã, eu me deparava com a seguinte mensagem via correio eletrônico, de uma das colaboradoras da Biblioteca Comunitária e também da Associação de Mulheres do Calabar:

Meninas, estou copiando vocês nesse e-mail para solicitar uma colaboração de ideias para o edital em anexo. O prazo para entrega do projeto é dia 17 de março. Sei que todas são muito ocupadas, por isso, destaquei logo abaixo as categorias que o edital abrange. Caso tenham tempo seria bom ler o edital todo. [...] O projeto será apresentado juridicamente pela Associação Ideologia Calabar (Benedito irá ajudar a desenvolvê-lo) e executado pela Associação Cultural de Mulheres Unidas do Calabar (ASCMUC). É importante sugerir uma atividade que atinja o maior número de pessoas possíveis. Qualquer dúvida, nos falamos. Abraços. (Lia, 2016)

Ao olhar mais atento a estas linhas, a primeira coisa a se destacar é o vocativo no plural: podemos notar que a solicitação se encaminha não somente a mim, mas a um

conjunto de pessoas que, para estes atores, são vistos como potenciais colaboradores de uma proposta de projeto. Tratava-se de mais uma tentativa de ampliar a participação na referida associação de mulheres, no caso, através de mais um edital, a propósito, bastante vinculado ao objeto em foco, as ações de prevenção das violências que se voltam a este público. Poucas horas depois de ler esta mensagem, Dora não hesitava em reiterar o seu pedido:

Boa tarde, pessoal! Precisamos das ideias para Benedito escrever o projeto. Segue o resumo para as sugestões de projetos. Psiu!!! **Que atividade podemos desenvolver que agregue mulheres? Precisamos pensar em atividades que as motivem participar.** (Dora, 2016 – grifos meus)

Atentemos também para os destaques desta citação, pois intencionam apontar um dos desafios mais presentes quando nos voltamos ao universo das mulheres no bairro: os apelos para a “agregação” e a “motivação”, mas sobre isto debruço-me logo mais. Já o edital, bem topicamente, partia da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia; e dirigia-se a “pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência visando o apoio institucional e financeiro a projetos referentes ao *Março Mulheres 2016: Empoderamento e Inclusão Social*”. Não investirei aqui em detalhá-lo até porque, infelizmente, esta foi uma das propostas que não logrou se desenvolver a ponto de concorrer ao referido edital, cujo prazo se esgotava em poucos dias a partir da convocação feita por Lia.

Mas o propósito de abrir a trajetória de Dora com este episódio não é outro que enfatizar, e já por em análise, um aspecto que marca todos os empenhos vistos nestes quase cinco anos de etnografia: tanto importante quanto a fundamental existência, ou potencial existência, de recursos e apoios “financeiros e institucionais”, é a garantia do movimento de agregação dos atores, tal como pleiteado por Lia e por Dora, e por tantos outros na proposição e condução das ações que enfoquei neste estudo. Aqui, portanto, e tal como exposto nos capítulos anteriores, definitivamente, as associações não estão prontas, não estão dadas, tampouco são definitivas, mas sim decorrem de constantes movimentos de agregação, de afirmação e reafirmação de identidade, de trabalho de admissão, coesão e manutenção dos seus membros, da sua estrutura, regras, projetos, sonhos maiores. E isto, em si mesmo, não é pouca coisa, portanto.

Antes de avançar nestas “tantas coisas”, evidencio brevemente a trajetória desta atriz e importante colaboradora nesta pesquisa. Dora, mulher negra, professora da rede pública de ensino, solteira, sem filhos. Sua fala respira política, tal como é notório para quem a conhece, mais ainda para quem com ela convive. E fora justo na Associação de Moradores, com todos os seus movimentos de maior ou menor agregação, conflitos e consensos, agitações e arrefecimentos, que Dora começou a sua história neste bairro:

Meu dia a dia na comunidade começa cedo. [...] Acordo cedo. Na minha casa faço as coisas, os afazeres, cuido dos afazeres doméstico, e depois eu saio justamente pra vim ver aqui na biblioteca. Venho aqui na biblioteca, na unidade de saúde, vou na escola aberta, vou na base comunitária, é, cumprimento o morador. Às vezes, os moradores buscam informações. E assim começa o dia a dia. [...]. Cedo, começa cedo. Se eu sair seis horas da manhã, o morador já começa a me abordar. E normalmente eu faço os afazeres, cuido dos afazeres e aí a partir das oito horas que eu saí na rua. (Dora, 2014)

[...]. Eu sou natural de Santa Teresinha, Bahia. Eu cheguei aqui em Salvador, aqui no Calabar em 1987. [...]. Estava observando, eu não participava, eu via o movimento que os jovens faziam nessa comunidade. Às vezes, participava de algumas reuniões. Às vezes me convidavam e eu vinha pra algumas reuniões, mas nunca assim de me envolver. Meu envolvimento mesmo na comunidade se deu em 1994, com a reforma desse prédio que nós estamos, que aqui tem a biblioteca, mas faz parte da Associação de Moradores. E, na época, foi um projeto da Fundação José Silveira para proporcionar esses espaços uma revitalização. Na verdade, porque ele já existia na verdade, que tinha sido construído pelos moradores, e a partir daí começaram a me convidar. Tinha a menina que trabalhava na padaria [...] que, por sinal, estuda na Universidade Federal da Bahia hoje, e ela começou a me convidar pra essas reuniões. Eu fui, comecei a gostar e fui ficando, ficando e participando das reuniões. Participava dos seminários que eles faziam tanto aqui Calabar, como lá no Retiro São Francisco, às vezes na Escola Aberta, enfim, foi me envolvendo e também trabalhando. (Dora, 2014)

À rotina de Dora, voltarei em breve porque nos diz também sobre o seu olhar e suas expectativas em torno da mobilização das mulheres do bairro. Já em relação ao seu progressivo envolvimento com a comunidade do Calabar, tal como descreve, posso destacar de imediato o papel que ela confere a um episódio que, embora possa nos soar trivial, colocou-se como uma espécie de gatilho para o início da sua trajetória: a reforma do famoso prédio comunitário, que acolhe boa parte das ações, conforme já apontei.

Aqui, e mais uma vez, tenho a oportunidade de sublinhar um segundo aspecto que se coloca fortemente nos movimentos observados entre os atores: a contínua e, por

vezes, exaustiva busca pelas condições concretas e materiais para efetivar os projetos, sejam eles quais forem. No caso de Dora, e quando fala não apenas pelas mulheres, mas pelos moradores de uma forma geral, confirma que muitas das ações partem da iniciativa comunitária, via de regra, mobilizadas por lideranças, e nos diz da sua percepção em relação à presença e ao papel do Estado a partir dos seus dispositivos:

Aqui, a gente tem serviço de segurança, a presença do estado com a Base Comunitária do Calabar; a prefeitura com a unidade de saúde e com a creche. A comunidade tem como uma coisa que é pública. Bem, eu não digo como uma coisa que é pública, mas é “semi pública”: creche, a creche não, a escola que é comunitária, uma escola que atende até o sexto ano. [...]. Não, até o quinto ano, que é até a quarta série. Então, esses são os serviços públicos que a gente tem aqui. O posto de saúde é claro que ele não está atendendo a gente a contento. [...]. Vamos para a creche: a creche tem [interrompe]. Houve uma reforma, uma pequena reforma aí na creche, mas ela não foi ampliada. **Comunidade periférica, comunidade carente tem muita criança. E a demanda da creche é aberta, vem gente de fora também, então a gente não está atendendo a contento.** A Base também não está atendendo a contento hoje, porque a Base quando ela foi implantada aqui ela veio não foi só pra fazer segurança. **A Base precisa fazer segurança, mas ela também precisa estar acompanhada de alguns serviços.** No início teve uma porção de secretarias quando a Base foi implantada. No primeiro ano foi um sucesso, muitas secretarias vieram e empurraram muitos cursos pra gente, cursos que não estavam muitas vezes até dentro do perfil da comunidade, mas o importante é que veio. Eu quero ver sempre pelo lado positivo. Aí, depois de dois anos, já foi uma coisa mais tímida. Nesses três anos, já não tinha mais nada. Aí tem um centro de informática que eles davam curso em 2011, deram curso pra população, em 2012 também, em 2013 nem funcionou. Não funcionou nada em 2013, somente segurança mesmo, limpo e seco, e com pouca gente. Que, às vezes, eu tenho a sensação que a [risos] [interrompe]. A capitã diz que eu sou extremista. Não, não é. Mas você acostuma: eu via um contingente de pessoas e hoje, a cada dia, hoje parece que os policiais [pausa] estão diminuindo. Parece que tão mudando pra outros lugares, é essa a sensação que eu tenho hoje em relação à Base. **Já que o Estado se propôs a colocar o serviço público pra restringir a uma população, precisa atender também as suas outras facetas;** e precisa estabelecer parcerias com os outros entes públicos. (Dora, 2014 – grifos meus)

Este relato ajuda-me a situar o olhar de Dora em duas direções: uma, das deficiências e das discontinuidades que marcam as políticas públicas que incidem sobre o bairro, tal como já sinalizado transversalmente nesta tese; e a outra, da ênfase conferida às dinâmicas e contradições referentes ao policiamento comunitário no Calabar, dimensão esta que detalharei no próximo capítulo. Sobre aquela primeira, o que acresço

aqui é o papel das mulheres nos movimentos associativos e de resistência, bem como nos processos de “autoconstrução” do bairro, ao longo do tempo, tal como destaca Dora:

[...] A Associação das Mulheres, na verdade, a ideia de formalizarmos de fato ou resgatarmos a história da Associação das Mulheres, ela perpassa por uma questão dos instrumentos que tem aqui na comunidade, né?! Aqui, a gente tem a escola comunitária, aqui a gente tem a Unidade de Saúde da Família – que hoje é da família, mas era unidade de saúde – e aqui também nós temos a creche. E, assim, eu, através de alguns documentos que eu encontrei, e através dos relatos das mulheres mais antigas: porque eu sou nova aqui, eu cheguei aqui em 1987, mas eu me conecto com as mulheres mais antigas da luta delas aqui na comunidade. E eu percebo que as mulheres daqui da comunidade, a história da comunidade, ela, ela cometeu uma injustiça com as mulheres. Por que? Porque ela não tem [interrompe]. Porque o que nós temos hoje de escrito é o livro de Fernando Conceição que é o “Cala boca, Calabar”. Ele até fala das mulheres, mas a história não é contada pelas mulheres; é ele quem relata. Então isso para mim também fortaleceu este meu olhar também depois que eu passei pela Universidade. Eu fiz uma pós-graduação lá no Neim – Núcleo de Estudo das Mulheres – e aí foi a partir daí que eu despertei de forma mais intensa para isso. (Dora, 2016)

O silêncio ao qual Dora se refere, no caso, de uma história ainda não contada pelas mulheres, contrasta com todos os alardes que partiram dos seus movimentos naqueles cenários de lutas e conquistas coletivas, especialmente vistas nas décadas de 1970 e 80. Todavia, contrasta também com os ruídos quase inaudíveis, isto é, sem tanto reconhecimento e valorização, que vêm das rotinas de trabalhos e das providências todas conduzidas pela grande maioria das mulheres do bairro, seja exclusivamente no espaço doméstico, seja na dupla ou tripla jornada, uma vez que, como já pontuado por Dora, “as mulheres, em sua grande maioria, são arrimo de família; são elas que são as chefas da casa”. A despeito da indiscutível relevância de tais cotidianidades, mas do ponto de vista da disposição das mulheres para as ações coletivas, a exemplo da formulação da proposta de projeto com o qual abri este texto, Dora nos apresenta o seu olhar um tanto crítico e reivindicatório:

São elas que são as chefas da casa. E aí diante da violência que a gente via também: das crianças que ficavam muito na rua. Então, fortalecendo as mulheres, a gente acreditava, e eu acredito, que as mulheres estariam tendo também esta oportunidade de estar acompanhando os seus filhos, até por uma questão de poder dar um acompanhamento mais sistemático. E aí foi com este intuito que a gente começou a se reunir. Só que as dificuldades para a gente formalizar um grupo, isso requer alguns pré-requisitos. Primeiro assim, **a gente percebe que as mulheres não**

têm tempo. Nem muito tempo assim, nem disposição. Porque assim: **eu aprendi que tempo é uma coisa que a gente precisa aprender a gerenciar ele; e quando a gente quer, a gente consegue.** Por exemplo, eu sou um exemplo disso. Eu tenho “n” atividades na sociedade: eu trabalho de tarde, trabalho de noite, faço outras coisas aqui na cidade, e ainda consigo me reunir e fazer algumas ações voluntárias aqui na comunidade. Então, a gente percebe que não tem assim uma disposição também de algumas, outras até têm, mas trabalha o dia todo e só chega em casa de noite, e aí para não cometer injustiça. Aí, assim, hoje a gente está em atividades pontuais. E com o avançar da Associação Ideologia Calabar, e eu fazendo parte dela, eu acabei trazendo, na verdade, a Associação das Mulheres aqui para a biblioteca. (Dora, 2016 – grifos meus)

Em face da densidade de aspectos e posicionamentos que a fala nos traz, podemos escolher como ponto de partida o fator “tempo”, no caso, da “falta dele” ou, como sugere Dora, da “má gestão” dele. Todavia, tal “gestão ineficiente” não me parece partir apenas de uma mera escolha pessoal, conforme alguns estudos têm nos sugerido através de análises bem acuradas sobre o tempo e o espaço das mulheres. Chauí (1986: 33), por exemplo, caracteriza a “localização das mulheres no espaço doméstico – privado” como mais uma das expressões de violência incidentes especialmente sobre elas, uma vez que compreende, e inspirando-se em Arendt, “o espaço privado não como o espaço da privacidade e da intimidade, mas como o lugar da privação” (CHAUÍ, 1986: 33). Nesta perspectiva, ainda coloca esta autora:

Estar (mulheres, velhos e escravos de ambos os sexos, outrora, e homens e mulheres trabalhadores, hoje) circunscrito ao espaço privado é **estar privado da relação com os outros pela palavra e pela ação na construção e nas decisões concernentes ao mundo comum, isto é, à existência política.** (CHAUÍ, 1986: 33 – grifos meus)

A propósito, a “existência política” que Dora tem reivindicado a seus pares, especialmente, pares femininos, tem a ver com a própria acepção latourniana de “política”, qual seja “o processo de recrutamento de novos candidatos à vida coletiva”⁴⁴

⁴⁴ A concepção de “política” que podemos encontrar na Teoria Ator Rede guarda estreita coerência com os pressupostos que apresentamos no referencial teórico acionado nesta tese, em especial, no que tange àqueles processos de “associação”, de “agregação” que conformam o que a abordagem admite enquanto o “social”. Assim, e para Latour (2012: 368), o “projeto político” em ANT, além de problematizar certos aspectos basais de outras vertentes, com destaque para a sociologia crítica, perpassa o “desejo ardente de detectar, acolher e abrigar novas entidades”, compreendendo isto não apenas como um “sentimento legítimo como, talvez, a única causa

(LATOUR, 2012: 368). E é justo este pertencimento à vida coletiva que tem se mostrado o maior desafio apontado por Dora, por sinal, difícil de romper, porque retroalimentado, conforme desdobro logo adiante.

Por ora, façamos um salto maior no tempo que nos conduz à pesquisa de Araújo e Veiga (2015: 208), realizada no Rio de Janeiro nos anos de 2013 e 2014, e que analisa a “compatibilização da vida familiar com o trabalho pago e as mediações de gênero nesse processo”, tomando por base o censo do IBGE de 2010. Entre as proposições destas pesquisadoras, destacamos a noção de “destraditionalização mitigada” que se conforma em meio as seguintes conclusões:

Assim como outras pesquisas apontaram, [...] **os valores (ou o que as pessoas pensam) têm sido mais rapidamente destraditionalizados do que as práticas (ou o que as pessoas fazem). Até aí, nada de novo para as ciências sociais.** A intensidade deste *gap* e de suas permanências e mudanças só será medida numa comparação temporal com populações e questões similares. [...]. Os resultados gerais apontam para o que estamos definindo como uma *destraditionalização mitigada*. No que ela se configura? Percentuais bem elevados de aceitação do trabalho remunerado para mulheres; de aceitação da corresponsabilidade no provimento familiar, provavelmente, também em face da (im)possibilidade do provimento para um único membro do casal ou da família; de aceitação de novos arranjos conjugais; assim como corresponsabilidade na divisão de tarefas e do cuidado. A corresponsabilidade tende a ser aceita por ambos os sexos e mais ainda pelas mulheres. No entanto, **os indicadores sobre atividades domésticas e de cuidados são bem desequilibrados e desfavoráveis às mulheres, mesmo quando observados indivíduos que trabalham 40 horas ou mais por semana.** (ARAÚJO e VEIGA, 2015: 202; grifos das autoras e meus).

Diante deste quadro, possível de ser visto entre as mulheres do Calabar, e somado às pontuações de Chauí (1986), é cabível falar aqui naquela “retroalimentação” nos seguintes termos: o tempo escasso, o qual as mulheres alegam sentir, tende a ser ocupado por tudo aquilo que reforça e aprofunda tal falta de tempo, isto é, justo pelas atribuições que vêm especialmente dos espaços privados, espaços “da privação”, naquele sentido. Dito de outro modo, temos que a tímida presença nos espaços e nas ações públicas – isto é, aquela frágil “existência política” – alimenta-se da pouca disponibilidade

científica e política pela qual valha a pena viver” (LATOUR, 2012: 368). Assim, para este autor, e “se concordamos com a desintoxicação das explicações poderosas da sociologia crítica, ser politicamente motivado começa a assumir outro sentido, mas específico: procuramos meios de registrar a novidade das associações e descobrir uma maneira de reuni-las numa forma satisfatória” (idem: 370).

de um tempo preenche de múltiplos afazeres, os quais, e por sua vez, nutrem-se daquela ausência ou quase inexistência política. Aqui, portanto, está a meio confusa retroalimentação referida, e tal confusão não é por um acaso, e sim mais um fator que agudiza o quadro e o torna ainda mais difícil de entender e superar.

Todavia, sigamos, e aqui é importante que se diga: as variantes escolaridade e raça guardam a sua relevância, mas as tendências do “lugar da privação” podem ser amplamente vistas no Brasil. Tanto assim que aquelas últimas autoras bem pontuaram: “dadas as características culturais e socioeconômicas do estado do Rio de Janeiro, poder-se-ia esperar um conjunto de resultados que apontassem para práticas mais equitativas” (ARAÚJO e VEIGA, 2015: 202), mas como visto acima, não foi o caso. Ademais, no que diz respeito à representação e à participação políticas propriamente ditas, uma pesquisa realizada pelo Senado Federal, em parceria com a Procuradoria Especial da Mulher, no ano de 2014, buscou analisar o fato do Brasil ser um dos países com “menor representatividade feminina em cargos eletivos”.

Os dados revelaram a seguinte contradição: dentre os 1091 respondentes, envolvendo todos os estados brasileiros, 83% afirmaram não ser o sexo um diferencial na decisão do voto, e 79% disseram ter votado em alguma mulher para cargo político. Entretanto, “o país ocupa atualmente a 131^a posição num *ranking* de 189 países, classificados pela União Inter Parlamentar (IPU), de acordo com o percentual de mulheres nos parlamentos nacionais” (BRASIL, 2014b).

Buscando compreender tais contradições, este mesmo estudo apontou que tanto homens quanto mulheres atribuem à “falta de apoio dos partidos políticos” o principal motivo da baixa representatividade feminina (39%), seguidos da “falta de interesse por política” (25%) e da “dificuldade de concorrer com um homem” (19%). Ainda deste universo, chamaram a atenção um equilíbrio das respostas, isto é, independente do sexo, as explicações pareceram se harmonizar bastante em termos percentuais entre homens e mulheres. E ainda, uma “curiosidade”: os fatores “falta de apoio da família” e “tempo dedicado às tarefas domésticas” responderam pelos menores percentuais, algo como 7% e 5% respectivamente (BRASIL, 2014b).

O que contem nesta “curiosidade”, entretanto, pode ser revolido a partir das reflexões propostas por Miguel e Biroli (2010: 653), quando se debruçaram sobre as “vertentes explicativas” da “sub representação das mulheres nas esferas do poder político”, destacando três delas: “uma que enfatiza o caráter patriarcal subjacente às instituições políticas liberais”; “outra que foca os padrões culturais e de socialização que

constroem o político como espaço masculino e inibem o surgimento da ‘ambição política’ entre mulheres; e, de maior interesse aqui, “aquela que destaca os **constrangimentos estruturais** à participação política das mulheres que possuem, via de regra, **menos acesso aos recursos econômicos e muito menos tempo livre que os homens**” (MIGUEL e BIROLI, 2010: 653 – grifos meus). As duas primeiras vertentes contribuem para iluminar o teor daquela “falta de apoio dos partidos políticos”, mas aquela última traduz qualitativamente o que aqueles inexpressivos percentuais não dizem a respeito daquele “lugar de privação”: “sem tempo”, “sem dinheiro”, o que há de mais concreto, e ainda “sem apoio” e sem uma profunda mudança nas práticas e não apenas nos “valores” de uma cultura, fica mesmo muito difícil de chegar lá. E avança aquele par:

A literatura sobre ambição política aponta que a menor predisposição das mulheres a cogitarem disputar as eleições não é explicada pela sobrecarga de responsabilidades derivada da dupla jornada de trabalho. No entanto, os arranjos familiares tradicionais contribuem para prejudicar as mulheres nas carreiras profissionais mais competitivas. A política pode ser considerada uma dessas carreiras. Os papéis sociais femininos tradicionais comprometem as chances de êxito das mulheres na política assim como ocorre em profissões liberais ou nos negócios. Mas a política possui também suas especificidades. **De forma esquemática, três tipos de recursos são necessários para a participação política em geral, e, a fortiori, para a possibilidade de disputar cargos públicos: dinheiro, tempo livre e uma rede de contatos.** Como regra, para os integrantes dos grupos em posição subalterna faltam recursos de um ou mais tipos, frequentemente todos os três. (MIGUEL e BIROLI, 2010: 667 – grifos meus)

Dora bem sabe disto em suas duas tentativas bastante engajadas de se eleger em um cargo político do município, a despeito da sua boa gestão do tempo. Aqui, todavia, o nosso foco estará menos em identificar os motivos que inviabilizaram lograr este seu importante propósito de representatividade, e mais em sublinhar, nesta linha explicativa, os aspectos que guardam estreita relação com os elementos que ela nos fornece a respeito dos desafios da agregação e participação das mulheres do Calabar na “vida comum”, ali, do lado de fora dos seus lares, existindo politicamente nas ações de e para um coletivo. Assim, acerca do fator “tempo livre”, já sabemos da limitação, bastante sublinhada por Dora, sobre os demais, temos:

[...] E aí depois disso, em 2007, eu disse, olha, está na hora da gente pensar em estar resgatando a história das mulheres daqui do Calabar, aqui nesta comunidade. Porque elas tinham uma associação não

formalizada, inclusive, eu encontrei até uma cartilhinha das mulheres convidando, delas fazendo convite para as reuniões, mas, no entanto, a gente não tem nada formalizado. E aí, eu convidei algumas mulheres – elas até já se reuniam lá em cima, algumas já se reuniam lá em cima, aqui na Rua da Mangueira – e a gente se incorporou. E a gente fazia as reuniões, a gente começou fazendo na porta lá de casa, e depois a gente pediu uma sala à associação que não tinha uma sala aqui, e ela nos deu um espaço lá no fundo, lá na quadra que hoje já é requalificado para outra coisa, enfim, a gente foi se reunindo e se reunindo. E aí a gente começou a fazer algumas ações: bom, vamos fazer as ações para resgatar na verdade a história e formalizar a associação. A gente começou fazendo café da manhã no dia das mães, fazendo algumas intervenções, alguns diálogos, [...] a gente fazia reuniões. E aí, nestas reuniões, a gente discutia também a questão da geração de renda. [...]. Por que? Qual era o nosso objetivo? Gerar renda para que as mulheres tivessem uma ocupação. Então isso aí possibilitou. Foi até através da Avante. A Avante veio fazer escuta na época em que a Base se instalou aí, e aí ela trouxe alguns fortalecimentos de algumas cooperativas e fortalecimento de outras. Aqui no Calabar criou a cooperativa de artesanatos, e na Roça da Sabina criou a cooperativa de beleza, principalmente, da beleza negra, da beleza afro e é profissionalizante também. E, na verdade, foram dois anos que a Avante ficou lá na Roça da Sabina; e aqui também ficou dois anos. A Avante deu um suporte de dois anos, e depois de dois anos, ela entende que as cooperativas têm condição de sobreviver. Ela estrutura e vai embora; e deixa os empreendedores, que é a palavra mais adequada hoje é essa, tocando o negócio. Eu acho interessante. (Dora, 2016)

[...] A gente até tem um espaço. Nós temos um espaço. [...]. Lá para 2012, a Associação nos deu uma sala, ali na própria Associação. E essa sala está lá. Hoje ela está sendo ocupada pelo grupo de artesanato que é das mulheres; e com a vinda do Pacto pela Vida, surgiu a necessidade de nós compartilharmos a sala com o artesanato, pelo fato de serem mulheres: elas não tinham um espaço para se reunir. Aí, a gente acabou cedendo, deixando a sala para elas, mas a gente tem acesso à sala. Mas como é cômodo para a gente fazer tudo aqui na biblioteca pelo fato dos espaços, da organização da infraestrutura também, tudo que a gente precisa, a gente se reúne aqui na biblioteca. Mas a gente tem a sala ainda que está em nome da Associação de Mulheres. (Dora, 2016)

A “geração de renda”, como se pode notar na primeira fala de Dora, ganha centralidade e, como, compreensível, não poderia ser diferente, mais voltada ao auto provimento do que vinculada à construção de um fundo para um projeto associativo, coletivo. Tanto assim que são delicadas as condições estruturais e funcionais da Associação de Mulheres, e não diverge dos demais projetos comunitários, como visto até aqui. Assim, no segundo relato, flagramos tais fragilidades e, por outro lado, mais uma expressão de mediação da biblioteca comunitária do Calabar, onde, de fato, ocorrem

muitas das ações que se voltam ao público feminino, à despeito da dificuldade de adesão e participação permanentes.

Ainda sobre a “geração de renda”, é perceptível que aquelas ações que se dirigem a este fim tendem a agregar e “fidelizar” mais as mulheres, em função do provimento material a partir delas. Em assim sendo, as cooperativas cumprem um papel importante e, digamos, mais estável no conjunto das ações coletivas do universo feminino no bairro. Todavia, tais ações permanecem na linha daquelas contradições, pois, ao passo que agregam e constroem, ao mesmo tempo, mantêm e cristalizem, em certa medida, aquele “lugar da privação”. Vistas de outro ângulo, e enovelando ainda mais os paradoxos, as mesmas ações podem ainda se constituir como uma espécie de “fator de proteção”, naqueles casos onde a violência doméstica e/ou intrafamiliar é uma realidade constante. E aqui, são os relatos de Violeta que melhor elucidam nesta direção:

[...]. Hoje no bairro se vê muita agressão de homem e mulher. São maridos agredindo mulheres, namorados agredindo as adolescentes. Porque hoje você vê meninas de 12, 13 anos já mães, assumidamente, e apanhando de seus supostos namorados, maridos, namoridos [*sic*], sabe? E pra elas é uma coisa normal, sabe? Porque eu cresci vendo minha mãe apanhando e dizendo: **“se eu me separar eu vou pra casa de quem?”**; **“eu vou viver aonde?”**; **“eu vou viver com quem?”**. E isso deixa a desejar, porque as meninas que são criadas hoje dentro do bairro, são criadas na verdade pra apanharem [*sic*]. Ser mães cedo e viver tomando porrada de seus maridos, que na realidade não é isso que a gente quer. (Violeta, 2014 – grifos meus)

Falta de instrução e de prevenção mesmo, sabe? Porque uma mulher que foi criada pra apanhar do marido, pra queimar barriga no fogão, **que instrução ela vai dar a sua filha? Que mulher foi feita pra ficar dentro de casa, menino foi feito pra estar na rua?** (Violeta, 2014 – grifos meus)

As palavras “nuas e cruas” de Violeta nos levam a uma outra dramática dimensão do “lugar da privação”: aquela da violência como forma de sociabilidade, então, como repertório comum da mediação dos conflitos interpessoais na intimidade dos lares, das relações. Mas antes de desdobrá-las, olhemos com um pouco mais atenção a própria interlocutora: Violeta, e não exatamente no sentido de Beauvoir, “não nasceu, mas tornou-se mulher”. Em toda a sua exuberância e liberdade, é reconhecida no bairro pela sensibilidade e mobilização em torno das pautas LGBT, a exemplo do protagonismo que assume na organização e condução das “Paradas Gay” do Calabar nos últimos anos. E,

em que pesem as suas “dores e delícias”, particulares à condição de ser quem é, transita muito bem nas dores e delícias das outras, tal como suas falas nos permitem flagrar.

Na primeira, ao relatar as experiências que vêm da própria vida familiar e também das vivências testemunhadas no cotidiano do bairro, faz saltar aos olhos tanto a sociabilidade violenta que se expressa nas agressões das mais variadas naturezas – física, moral, sexual, patrimonial – quanto nos confirma o “lugar da privação”, inclusive, desde muito cedo “estabelecido”. Nesta direção, é duramente reveladora a pesquisa de Noronha e Dourado (2012: 151) acerca da “violência intencional entre parceiros íntimos no contexto baiano” quando evidencia que “as violências contra as mulheres, longe de declinar, configura-se como uma desvantagem persistente, conformando uma linha de incremento contínuo, em que pese a politização desta questão pelo movimento feminista”.

Além disto, e dentro do amplo rol de conclusões daquelas autoras, destaco que, entre os anos de 2004 a 2011, os registros da Delegacia Especial de Atendimento a Mulher (DEAM) situada em um bairro de Salvador apontaram “uma média de 8.391 ocorrências ao ano”, o que nos leva a constatar que a cada dia uma mulher recorre a este espaço de posse de uma violência ou crime que aí a conduza, incluindo estupro, agressão moral, ameaças, lesão corporal, entre outros. Talvez não seja necessário aqui reafirmar a imensa subnotificação que deve incidir sobre estes números, as tais cifras ocultas das violências que tornariam ainda mais alarmantes aquele índice. Já em termos das mortes violentas, a capital em foco se situava na 16º posição no ano de 2010, com uma taxa de 5,6 por cem mil mulheres, sendo o Brasil o sexto país entre aqueles com as mais altas taxas de feminicídio (NORONHA e DOURADO, 2012; WAISELFISZ, 2012).

De volta ao cenário aqui em foco, no olhar de Violeta estariam a “autonomia”, a “instrução” e a “prevenção” enquanto resistência e contraposição, isto é, um olhar que reivindica cada uma destas dimensões diante das dinâmicas violentas vivenciadas pelas mulheres. A “autonomia” que nos apresenta Violeta, na verdade, estaria na contramão do que expõe sua fala, a exemplo de: “se eu me separar eu vou pra casa de quem?”; “eu vou viver aonde?”; “eu vou viver com quem?”. E daí, de mais imediato, a variável “renda” se constituir enquanto aquele “fator de proteção” ao qual me referi acima, mas não só ela, evidentemente. Já a “autonomia” pleiteada por ela e, muito possivelmente, por tantas outras mulheres dentro e fora deste espaço, pode tocar, em algum ponto, naquela compreendida enquanto “liberdade”, tal como colocou Chauí (1986: 36 – grifos meus):

A liberdade não é, pois, a escolha voluntária ante várias opções, mas a capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir. **É**

autonomia. Não se opõe à necessidade (natural ou social), mas trabalha com ela, **opondo-se ao constrangimento e à autoridade.** Nessa perspectiva, ser sujeito é constituir-se e constituir-se como **capaz de autonomia** numa relação tal que **as coisas e os demais não se ofereçam como determinadores do que somos e fazemos,** mas como **o campo no qual o que somos e fazemos pode ter a capacidade aumentada ou diminuída, segundo nos submetamos ou não à força e à violência ou sejamos agentes delas.** Para usar uma expressão de Merleau-Ponty, a liberdade é a **capacidade para transformarmos numa situação dotada de sentido uma condição de fato,** dando-lhe um significado que não teria sem nós e sem os outros (CHAUÍ, 1986: 36 – grifos meus)

Se, nesta perspectiva, autonomia é liberdade, e liberdade “opõe-se ao constrangimento e à autoridade”, as situações apontadas por Violeta, de fato, parecem se afastar muito deste caminho. E é justo neste bojo que tanto cabe falar, mais ainda, em insistir nas dimensões da “instrução” e da “prevenção”, para usar os termos dela, quanto também faz sentido reclamar por uma maior “agregação” e “participação” das mulheres, tal como Dora o fez.

Sobre a abordagem “instrutiva”, podemos melhor senti-la quando nossa primeira interlocutora assim se questiona: “porque uma mulher que foi criada pra apanhar do marido, pra queimar barriga no fogão, que instrução ela vai dar a sua filha?”. Neste caso, e considerando as reflexões acima, sugiro ser possível cogitar tal abordagem desde o desenvolvimento daquelas “capacidades” nos processos de socialização, inclusive, o mais precocemente, a começar pela própria “autonomia”, isto é, como o ser “capaz de autonomia”, colocado aqui no sentido de construção e aprendizado. Daí, em face da pergunta de Violeta e das proposições de Chauí (1986: 36), problematizo: no contexto das relações interpessoais, poderíamos aumentar a “capacidade” de sermos e fazermos sem nos “submeter à força e à violência” ou sem que “sejamos agentes dela”? E ainda: é possível que este questionamento esteja presente, como uma espécie de fio condutor, das ações de prevenção dedicadas ao público feminino, ainda que a mesma também caiba aos homens?

Diante destas questões, faço a aposta de que as ações de prevenção de violência voltadas a famigerada “dimensão de gênero” perpassassem, em alguma medida, tais construções. Quando então Violeta aponta a necessidade de prevenção, e Dora empenha-se em mobilizar e fortalecer a Associação de Mulheres, tentando sempre ampliar o seu escopo de atuação para além do componente “geração de renda”, estamos falando da necessidade premente de efetivar aquelas ações, tal como tive a oportunidade

de vivenciar em ocasiões como oficinas, rodas de conversa, seminários, cujas temáticas, não raro, acolhiam aspectos concernentes àquelas construções. Nesta perspectiva, destaco a participação, mais ou menos constantes, das chamadas “parcerias externas”, a exemplo do grupo GAPA, de representantes do Ministério Público ou de serviços de referência do município, como o Loreta Valadares, e grupos da própria Universidade, seja enquanto pesquisa, ensino ou extensão de atividades, tal como pontuou Violeta:

Eu acho assim: essa iniciativa da UFBA está sendo, eu acho, um marco, e que está resgatando algumas questões que se perdeu dentro do bairro. A questão da valorização das mulheres, com o curso de customização que teve. Hoje eu passo as meninas me perguntam: ‘quando é que vai ter de novo?’. Então, a UFBA está trazendo essa valorização pra dentro do bairro. Eu acho que isso não pode se perder, e deve sim continuar. E a UFBA mesmo tentar puxar esse planejamento com as instituições, com algumas pessoas chaves da comunidade, pra se criar o Calabar de verdade que era antigamente. (Violeta, 2014)

A “iniciativa” referida por Violeta tratou-se de uma ação de extensão universitária, em parceria com algumas lideranças do bairro e o grupo GAPA. Nela, agregamos estrategicamente uma oficina de customização de roupas, o que garantiu um público relativamente farto, à roda de conversa sobre prevenção de violência no contexto das relações íntimas, assumida por este último grupo. De fato, fora mais uma ação pontual, porém com uma sensível reverberação entre as participantes expressa nas perguntas, na troca de olhares, nas formas sutis ou declaradas de reconhecimento entre as falas e exemplos conduzidos com grande expertise pelas colaboradoras daquele grupo. Evidentemente, o ideal seria um maior alcance e a periodicidade de ações preventivas, inspiradas em experiências agregadoras e atentas às demandas das participantes, todavia também calcadas na participação ativa das mulheres, desde a proposição das ideias e formulação dos projetos ao apoio na execução destes, tal como coloca Dora:

[...]. É, antigamente, quando estas mulheres lutavam, não tinha creche, a creche o estado não bancava, nem a prefeitura; o posto de saúde, quer queira, quer não, tinha a Fundação José Silveira, mas eles sabiam que a Fundação não era uma obrigação dela, que uma hora ela iria sair, correto? Então, isso, talvez, é, desse a elas, é, [pausa], vontade de manter. Hoje não: tudo que a gente quer, a gente busca no público; e se o público não der, a gente não faz. E antes não: as pessoas antigas aqui, dia das mães, por exemplo, as mulheres mais antigas, quando a gente convida para o dia das mães, elas fazem assim – “eu vou levar o que?”. [Pausa] Então eu acho que ou a gente pode estar resgatando – até para colocar em teste, o “ah, a gente vai fazer um evento e você traz isso, e

isso e isso”, pra ver se isso realmente vai acontecer, seria uma possibilidade – ou, a gente tenta escutá-las e elas dão as sugestões, mas também na hora de executar, também não aparecem, termina se fazendo sozinha, ou, não sei. Eu volto de novo ao mesmo tempo das decisões em relação a elas. Elas não, não [interrompe]. Acho assim: se tiver tudo pronto, elas participam. (Dora, 2016)

[...]. Porque o que eu percebo é que a gente está muito acostumada a achar as coisas prontas e participar delas, **mas o que é que a gente pode construir?** Porque diante do que vocês colocam, aí eu vejo de novo a “questão tempo”, e diante do tempo, das coisas que a gente convida vocês, e vocês não vêm. Porque aqui na biblioteca a gente faz: **a gente faz diálogo, várias atividades.** [...]. Então, a gente cai de novo na questão da disponibilidade e da vontade, da vontade de fazer. Aí, “ela”: ah, eu não tenho”; “ah, eu não posso”. Para mim, não basta ser só sugestão não porque eu não posso fazer sozinha. Aí, se é para eu fazer sozinha, então eu não faço. Eu não faço porque não tem sentido. Não, eu não quero isso. **Eu quero que as pessoas construam; eu gosto que nós construamos as coisas.** (Dora, 2016 – grifos meus)

“Participar”, “dialogar”, “construir” são as palavras mais recorrentes no discurso de Dora. Naquele último, todavia, ela nos expõe claramente os desafios desta adesão participativa e proativa das mulheres, a despeito de um interesse que podemos classificar como um “interesse acomodado”. Ou seja, uma vez existindo uma dada ação que compatibilize o interesse e a pouca disponibilidade para a produção coletiva, as chances de participação se mostram maiores. Portanto, a crítica de Dora está na necessidade de mudança de postura e de maior mobilização produtiva, até mesmo por acreditar que o interesse se torna crescente quando parte da proposição daquelas que concebem a ação.

Foto 24: Convite café da manhã das mães (2013)



Fonte: minha autoria

Foto 25: Café da manhã das mães (2013)



Fonte: minha autoria

Naquela primeira fala de Dora, e também em Violeta antes, flagramos uma espécie de nostalgia de um tempo de maior comprometimento e ação das lideranças femininas, inclusive, em face de uma agenda de mobilização política diante das demandas do bairro, tal como acresce Dora: “a participação das mulheres é muito tímida para importância que elas têm e para a luta que elas tiveram aqui na comunidade”. Aqui, não pretendo esmiuçar os motivos deste esmorecer inclusive porque o compreendo como provável entre as dinâmicas do “associar-se”, do “agregar-se”, ou seja, são esperados mais movimentos do que sólidas e estanques coesões. Caminhemos então para a conclusão deste capítulo com os sonhos maiores de Dora:

[...]. Fortalecer as mulheres. [...]. Porque assim: meu foco na verdade, e é uma preocupação muito grande, é claro que a gente sempre pensa no que está próximo da gente, mas eu quero ampliar o meu olhar, eu tenho um olhar muito ampliado. Então, assim, eu acho que as mulheres, em toda a cidade, elas precisam de atenção, né? É na área da saúde, a gente sabe que as mulheres – mesmo com todos os avanços, com todas as propagandas que estão aí – a gente sabe que as mulheres têm dificuldades de alguns serviços na área da saúde. Na área da educação também a questão da formação porque assim: a gente acha fácil dizer – “aqui tem uma escola perto, aqui tem outra” – **mas aqui dentro o que é que oferecido para as mulheres? Então, a gente não tem.** E no lugar que a mulher estar e que ela não tem este tempo todo: **o que é que é oferecido para as mulheres para que elas se qualifiquem cada vez mais?** (Dora, 2016 – grifos meus)

As respostas a estas últimas perguntas de Dora tendem a ser vazias, e não apenas se tratando do bairro em questão, tal como coloca. No Calabar, momentos da história testemunharam um maior protagonismo em relação ao visto neste recorte de tempo. Ainda assim, não podemos falar em uma absoluta apatia, mas em movimentos e anseios, mesmo que tímidos e mais filiados a poucos nomes: Dora, Violeta, Glória, Flora, Lia, Rita. Do ponto de vista do apoio e da presença dos poderes públicos no que tange às demandas mais prementes das mulheres, o desafio de respostas mais amplas e efetivas também está posto, sobretudo, consideradas as diversas expressões de violência ainda incidente sobre elas.

Capítulo IV

“O dia em que o soldado chorou”: a prevenção da violência entre policiais comunitários

Este capítulo, à semelhança dos demais, divide-se em momentos que, a despeito de diferentes escopos, tocam-se em muitos pontos. Antes de chegarmos, portanto, às lágrimas do soldado que inspiram o título, adentremos um pouco no universo do policiamento comunitário, tanto com vistas a uma contextualização conceitual quanto ao conhecimento das circunstâncias onde se inscrevem as ações que descrevo ao longo e, mais especialmente, na segunda subseção deste texto.

Ainda neste primeiro momento busco evidenciar algumas particularidades do policiamento comunitário no bairro que abriga este estudo, e já transitar entre os discursos e práticas dos atores que segui mais de perto, no caso, quatro soldados desta Base e uma capitã. A exceção desta, e em que pese a importância da sua participação que atualmente se faz de modo mais indireto, todos são atuantes nesta instituição, no recorte de tempo deste estudo. Aqui, e tal como antes, estarei utilizando pseudônimos em todas as situações ou mesmo os excluindo quando da maior possibilidade de identificação, especialmente, quando as citações contêm informações potencialmente geradoras de algum risco. Neste caso estarei substituindo os nomes fictícios por letras.

Ademais, e como se aplicou ao capítulo anterior, a seleção assume a sua arbitrariedade, todavia plenamente consciente do papel ativo de outros atores desta mesma Base em torno do objeto, o agir preventivamente em torno das expressões de violência que presenciam e, muitas vezes, vivenciam, tal como busco desvelar. Assim, e da mesma forma que projetei entre as lideranças comunitárias, espero que os demais atores também se sintam representados e reconhecidos nas linhas que se seguem.

Aqui também convido a um breve olhar sobre os eixos preventivos em torno dos quais os atores atuam em meio a desafios de diversas ordens, como veremos. Neste cenário, a ênfase clara esteve na redução da vulnerabilidade, especificamente, incidente sobre crianças e adolescentes através da participação destes nas ações permanentes, de cunho educativo, esportivo e/ou artístico, desenvolvidas no espaço da Base Comunitária de Segurança, em processos interativos com os seus mestres soldados.

O policiamento comunitário e dos desafios de existir

Tomemos como ponto de partida a contestada existência de uma “teoria de polícia”. Se a “polícia”, pensada de uma forma mais geral, encontra este “tipo de licenciosidade”, no dizer de Muniz e Proença Júnior (2014: 491), quem dirá esta formulação ainda mais estranhada, de “policiamento comunitário”, tal como discuto aqui e, mais importante, o que isto incide sobre o objeto em foco. Assim, em um primeiro olhar, pode nos parecer por demais arenoso partir deste lugar, mas, a esta altura, temos aprendido tanto com a abordagem teórica adotada, quanto com a própria vivência empírica, a tentar lidar menos constrangidamente com as controvérsias. Então, se precisamos partir de um “conceito de polícia”, é aquela mesma dupla que nos adverte: “alguns dos mais influentes autores contemporâneos do campo dos estudos policiais não elaboraram uma teoria da polícia que buscasse dar conta do fenômeno policial, mas sim optaram por abordar questões específicas acerca das práticas policiais” (MUNIZ e PROENÇA JÚNIOR, 2014: 492).

Se são as “práticas policiais” que ganham primazia no esforço de compreender este universo, o que me parece bastante fecundo, passemos então às práticas que conformam o que estaremos entendendo por “policiamento comunitário”, antes assinalando o espaço que tal conformação vem assumindo no país, mas não só aqui. Assim, Ribeiro (2014: 527) contextualiza a crescente demanda por tal modalidade nos últimos vinte e cinco anos, pontuando que, desde de 1990, “o policiamento comunitário tem sido apontado como a grande solução para os problemas comumente verificados na prestação do serviço policial”. Em razão disto, acresce a autora, o termo policiamento comunitário “tornou-se de uso obrigatório por qualquer organização policial que se pretende moderna” (RIBEIRO, 2014: 527).

Nesta mesma linha, Johnsthor (2002: 233) já assinalava que, em alguns países europeus, o policiamento sofreu “uma mudança estrutural fundamental” em face da redefinição do equilíbrio entre o policiamento público e o privado. Tais mudanças, segundo este autor, se inserem em um contexto mais amplo de transformações da chamada “modernidade tardia”, e que recaem sobre o Estado, as quais se expressam, por exemplo, na redistribuição de poder, na privatização de órgãos estatais e no deslocamento de funções do Estado nacional para entidades supranacionais, entre outros aspectos e dinâmicas.

Deste modo, e desde o olhar daquele autor, compreender o policiamento nas sociedades contemporâneas requer situá-lo nos processos complexos de reconfiguração típicos às sociedades da chamada “modernidade tardia”. No Brasil, os reflexos de tais mudanças e, evidentemente, consideradas as suas peculiaridades históricas e culturais, foram interpretados por Adorno e Dias (2014: 196), ao falar em uma “violência endêmica da sociedade”, a partir de “quatro movimentos contraditórios e centrífugos no Brasil contemporâneo”, a saber:

[...] **o crescimento da criminalidade urbana** com seu impacto sobre o sistema de justiça criminal; **a emergência da criminalidade organizada** que coloca ao direito penal e ao funcionamento da justiça problemas completamente novos; **a emergência de uma problemática em torno dos direitos humanos** que também coloca novos problemas à ordem política democrática; **e a explosão de conflitos no domínio das relações interindividuais**. Em particular, a emergência da criminalidade organizada, sobretudo, o narcotráfico, coloca em evidência o esgotamento de um modelo liberal de controle social (ADORNO e DIAS, 2014; p. 195 – 6 – grifos meus).

É neste bojo que, estes autores, vão realmente nos sugerir “o esgotamento das condições para o exercício do controle social com importantes consequências no plano da segurança e da opinião públicas, em face do medo do crime e da violência”. Frisam ainda que se trata de uma saturação das “funções ‘clássicas’ do monopólio estatal da violência” que se verifica também na Europa ocidental e na América do Norte, tendendo a se agudizar em países que “não consolidaram integralmente seus processos de modernização econômica, política e social”, como é o caso do Brasil (ADORNO e DIAS, 2014: 195). Ainda recorrendo às análises destes dois autores, porque de grande contribuição para compreendermos o pano de fundo no qual posso melhor situar este nosso ator coletivo – o policiamento comunitário – avancemos mais um pouco sobre aquele “esgotamento”:

[...] Os sintomas mais visíveis deste esgotamento são: a constituição de quistos urbanos, territórios onde o Estado não dispõe do monopólio do exercício da violência física legítima; o uso abusivo e arbitrário da violência por parte da polícia como forma habitual de repressão aos crimes; a corrupção das autoridades encarregadas da aplicação da lei e da manutenção da ordem, com consequência do ponto de vista da confiança dos cidadãos em relação à lei e à justiça as elevadas taxas de impunidade que sugerem a má administração da justiça penal. [...] Três forças sociais têm contribuído, aqui e acolá, seja para esgotar o modelo weberiano seja para torna-lo inatingível nas condições atuais: a

privatização da segurança, a internacionalização dos controles policiais, o desenvolvimento de **novas modalidades de policiamento** (como a **polícia comunitária**). (DIAS e ADORNO, 2014: 196 – grifos meus).

Diante deste quadro – e a despeito desta interpretação das “novas modalidades de policiamento” enquanto um distanciamento da pretensão do monopólio da força pelo Estado – é que, mesmo assim, temos visto no país, ao menos nas grandes cidades, uma significativa ampliação de certos padrões, com clara ênfase naquele que podemos chamar genericamente de “policiamento de proximidade”, embora este termo já resguarde um conjunto de aspectos e práticas que o distinguem de outros padrões (LISBOA, 2008). Se tomarmos o exemplo emblemático do Rio de Janeiro, a partir do ano de 2009, observamos o surgimento das chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), as quais foram cercadas por um clima generalizado das melhores expectativas, talvez, até de fortes apostas, em face dos expressivos desafios no que tange ao escopo de atuação da segurança pública, com especial destaque para as tensões vivenciadas no cotidiano da relação polícia e moradores de bairros populares, sobretudo, na capital daquele estado (NASCIMENTO, 2013; CANO et al, 2012).

Na Bahia, chegando agora mais próximo ao cenário deste estudo, temos, por assim dizer, uma tendência com fortes traços de semelhança, mais ou menos naquele recorte de tempo. Aqui, tenho que voltar a atenção ao então denominado programa Pacto pela Vida da Secretaria de Segurança Pública (SSP, BAHIA, 2016). De modo bastante sintético aqui, este programa se inspirou no Plano Estadual de Segurança Pública do estado do Pernambuco, criado em 2007, segundo informações de alguns interlocutores ao longo das interações. Inclusive, há quem afirme que fora quase uma mera “transposição de programa” – e que se estruturou a partir de algumas articulações e linhas de ação bem semelhantes àquele.

Do ponto de vista do seu escopo, o Pacto, e de acordo com as próprias informações cedidas pela SSP – BA, teve como um dos principais objetivos reduzir os índices de violência, tomando por base dois indicadores sensíveis a este setor: os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e os Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVPs). Todavia, em que pesem as referências às articulações com os mais diversos setores e segmentos da sociedade civil, ainda se constata o protagonismo policial nesta política ou estratégia, veremos. E é neste bojo que também verificamos a centralidade do denominado “policiamento comunitário” através da implantação pulverizada das

chamadas Bases Comunitárias de Segurança, cuja primeira delas fora justamente instalada no bairro que abriga este estudo, no ano de 2011.

Tal implantação – e como era de se esperar – trouxe mudanças importantes nas rotinas, nas práticas e nas relações vistas neste território. Nesta perspectiva, a pesquisa realizada por Trad et al. (2014: 133) acerca dos impactos da instalação da Base a partir da percepção dos moradores, concluiu que as “expectativas associadas com a redução da violência foram confirmadas”, sendo atribuída à presença da Base Comunitária, “a diminuição da violência no bairro, notadamente, a violência urbana”, e ainda “evidenciou-se um consenso entre moradores no que se refere à melhoria significativa do indicador de ‘sensação’ de segurança”. Todavia, e em que pese tais avanços, os relatos dos atores que apresentei nos capítulos antecedentes apontam para flutuações no tempo tanto em relação às percepções e sensações em torno da questão da segurança no bairro quanto no que tange às dinâmicas mesmo da violência no bairro, sobretudo, da chamada violência urbana (SILVA, 2004). Pois, se isto foi verificado entre moradores, assim temos desde o olhar dos atores policiais:

Nossa, o Rio lançou as UPPs, foi massa, foi bonito. Todo mundo gostou das UPPs, do policiamento comunitário, aquela coisa nova e não sei o quê, tal e tal. Beleza! [Ênfase no tom]. Vamos botar na Bahia! Na verdade, é tentar mais uma vez porque na Bahia já fazia. (Soldado Luz, 2016)

[...], Mas aqui é o seguinte: hoje, o comandante geral abraça a causa. Se por um acaso, como é um cargo político, indicação, se chegar um próximo comandante geral que não goste, ou tenha aquela visão que aqueles nossos colegas internos aqui têm, aquela dificuldade que a gente tem internamente, se chegar um comandante geral que pense desta forma – “não, isto daqui não é da polícia”. E ele simplesmente disser: “não, eu quero policial na rua”, acaba. [Ênfase no tom]. Aliás, por que é que não vai acabar? Porque já está na estrutura. Policiamento comunitário, este vai continuar. Porém [ênfase no tom], **as ações podem acabar**. Basta o próximo, o sucessor, não abraçar a causa. Ou seja, **a gente vive, vivemos, em uma linha muito, muito tênue**. (Soldado Dom, 2016 – grifos meus)

A “linha muito tênue” e “as ações que podem acabar” as guardemos para logo mais adiante, daí os grifos. Por ora, as falas dos atores, primeiro, tanto nos confirmam aquela expectativa que referi acima, isto é, das boas promessas creditadas a este padrão de policiamento, quanto lançam, e já na contramão disto, os sinais das oscilações e das fragilidades que pude constatar ao longo do tempo – e verbalizadas então por todos os

atores aqui – especialmente no que diz respeito à própria manutenção desta “política” ou “estratégia”, conforme notei uma variedade de definições.

Já em contraste com tal “variedade”, Ribeiro (2014: 527) vai nos dizer que “apenas podem ser classificadas como policiamento comunitário as iniciativas que são estruturadas com base na descentralização dos processos de tomada de decisão, os quais passam para as mãos dos policiais de linha ao invés de ficarem a cargo de seus comandantes”. Neste ponto assinalo um aspecto que decorre diretamente desta descentralização, isto é, quanto mais distante do comando central está a decisão do agir policial, maior o **poder de discricionariedade** torna-se conferido àquele agente da ponta (ADORNO e DIAS, 2014 – grifos meus).

Do ponto de vista técnico, a discricionariedade – porque um atributo relevante para a análise das ações que aqui enfoco – é compreendida por Muniz e Proença Junior (2014: 496) como “essencial à práxis policial”, e a definem como “o poder de decidir sobre o tipo de solução mais adequada a certo tipo de evento, ou mesmo de decidir agir ou não agir numa determinada situação”. Todavia, tal “tomada de decisão discricionária”, conforme colocam aqueles autores, tende a ser fortemente vinculada, amplo senso, a situações mais potencialmente geradora de conflitos entre a polícia e os cidadãos policiados. Em contraste a esta visão mais estreitada do conceito, temos:

O poder discricionário da polícia revela-se, então, bem mais amplo do que a autorização do uso da força e ainda o engloba integralmente (Brooks, 2001, por exemplo). Reporta-se não apenas as oportunidades e propriedade do uso de força, mas alcança a pertinência e a forma de toda e qualquer atividade policial, uma vez que **corresponde ao exercício da governança da polícia**, ao exercício da tomada de decisão política na esquina (*street corner politics*). Sem embargo, **o poder discricionário ganha em complexidade e latitude quanto mais o agente policial esteja envolvido com as tarefas de policiamento** (emergência, patrulha, operações especiais, investigação e inteligência), as quais estão, em virtude dos seus distintos níveis de visibilidade, mais ou menos expostas à apreciação e ao controle social. A contrapartida à delegação aos policiais de poderes superiores aos de um cidadão comum, em especial a possibilidade do recurso à coerção pelo uso da força, é a apreciação cotidiana dos atores sociais diante de cada fazer de polícia. Esses atores reiteram, ou não, sua confiança na polícia. Como resultado dessa apreciação, confere-se, ou não, legitimidade, emprestando ou não credibilidade às soluções policiais. **A despeito do impacto potencial de desvios de conduta e erros, é essa apreciação que afere a adesão das regras de ação e dos procedimentos policiais aos termos presentes do mandato policial, sob Império da Lei.** (MUNIZ e PROENÇA JUNIOR, 2014: 496 – 7; grifos meus e dos autores)

Desta citação, destaco então o caráter abrangente do poder discricionário e a “complexidade” que o mesmo alcança quanto mais diversas são as “tarefas de policiamento”, tal como assinalam estes autores. Quando então confrontamos este olhar ao universo do policiamento comunitário, cuja a prerrogativa da discricionariedade ganha ainda mais força, de certo, tais aspectos tendem a também se acentuar, como pretendo apontar na descrição das ações de prevenção em foco. Além disso, e de fundamental importância para compreender a base da legitimidade destas, estou propondo admitir também outro sentido da discricionariedade: aquele que poderíamos chamar, e por falta de termo mais preciso, de uma “discricionariedade positiva”, não desconsiderando, como visto acima, uma certa áurea de “negatividade” em torno deste atributo quando vinculado ao trabalho policial, sobretudo, desde os olhares midiáticos e do senso comum.

Mas, de volta às especificidades que qualificam o policiamento enquanto “comunitário”, Ribeiro (2014: 527) diz que estamos diante dele “se as iniciativas perpassam pela colaboração da comunidade no mapeamento dos problemas e na definição das questões prioritárias a serem atendidas pela ação policial”; e se há “definição de estratégias de ação por meio do emprego da metodologia de solução de problemas”. Justo por estas características – “envolvimento comunitário, descentralização e metodologia de solução de problemas” – é que o policiamento comunitário:

[...]. Não pode ser entendido como um **programa ou uma estratégia**, mas sim como um **processo de reforma organizacional da polícia**, uma vez que o que observa são mudanças na estruturação da agência, nos fluxos dos processos decisórios e ainda na natureza dos mecanismos utilizados para diagnóstico dos problemas que suscitam intervenção policial (RIBEIRO, 2014; p. 527 – 8 – grifos meus).

Na prática, todavia, apesar de parecer não haver consenso sobre o que seria “policiamento comunitário”, uma vez que se vê uma diversidade de ações categorizadas como tal, inclusive, pelas próprias organizações policiais, como nos aponta Ribeiro (2014, p. 528), o que também observei no campo deste estudo. No caso, concepções do policiamento comunitário – consubstanciado então nas Bases Comunitárias de Segurança – por vezes como “estratégia”, outras como “política”, ou ainda, mais recentemente, como “pontos de gerenciamento da operacionalidade policial com o objetivo de conferir segurança às comunidades, focando na prevenção” (BAHIA, 2016). Sobre esta “diversidade”, e certa nebulosidade que isto causou, os atores assim colocam:

[...] aí, você passa a perceber que este projeto de policiamento comunitário foi feito, na verdade, falando de maneira direta, foi muito mal feito. [Ênfase]. Na verdade, assim, olha, ele está sendo escrito hoje. Para você ter ideia, a Base Comunitária nem existia na estrutura física da Polícia Militar. A Base Comunitária foi inaugurada no papel, não existia nada escrito. Ela foi constar no organograma da Polícia Militar uns três anos depois; então, ela teve que existir primeiro para depois existir os projetos. (Soldado A, 2016)

[...] não existia no organograma da Polícia Militar; não constava no organograma da polícia militar. Isto veio constar lá para 2014, 2015, uns três anos depois da instalação da primeira, que é esta aqui. (Soldado B, 2016)

Se você for na Base [diz o nome do bairro], por exemplo, você vai encontrar os mesmos problemas. Na verdade, tem um capitão de uma das Bases que diz: “eles querem que a gente faça policiamento comunitário utópico, só na utopia”; “tudo é perfeito, tudo é maravilhoso, o Estado comparece, mas só na utopia”; “porque na prática [ênfase] [interrompe]. (Soldado C, 2016)

Na prática, é esforço individual, pessoal. [...]. Na verdade, porque eu vejo assim: independente de política, e tem que ter a ver com a política porque é da organização, não tem como fugir da política. O problema é: conseguiu institucionalizar o policiamento comunitário? Conseguiu. Está lá no organograma. Está lá escrito: policiamento comunitário, Base Comunitária dentro da estrutura da Polícia Militar da Bahia. [...]. Porém, não existe a formatação dizendo: a Base Comunitária tem que ter isso, oferecer isso, isso e isso. Por que? Porque o próprio policiamento comunitário veio de lá do Japão como filosofia [fala bem pausada e enfaticamente]. Está escrito no livro: policiamento comunitário, filosofia. Ou seja, é regra? Não. (Soldado D, 2016)

Tal “mosaico” de aceções, entremeado ainda de uma certa “fluidez” institucional, também fora sentida por Cano et al. (2012: 18) acerca das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro. Assim, esta equipe de pesquisa deparou-se com uma “estrutura normativa muito enxuta”, à época do estudo, composta de apenas “alguns decretos”, sendo um deles o “único” que avançava na “estrutura, objetivos e organização do programa”, significando para estes autores que o “projeto das UPPs avançou de forma experimental e pragmática, sem responder a um plano previamente desenhado”. Este “baixo grau de institucionalização do programa”, conforme concluem, encontra correspondência com as falas dos atores da Base, e o que mais chamou a minha atenção diante disto, foram e, de algum modo ainda o são, as consequências mais concretas sobre as ações aqui em relevo.

Dito isto, posso então voltar àquela “linha tênue” e também “as ações que podem acabar”. A primeira coisa que ressalto diante de tais ações, ou mesmo quando falava sobre ela com os interlocutores, é também o seu caráter de “autoconstrução”, em um sentido muito parecido com aquele que vimos no primeiro capítulo. E, em assim sendo, já podemos imaginar toda sorte de dificuldades para a realização e manutenção das ações no tempo. Tanto assim que me lembro com muita clareza de uma das primeiras reuniões que participei com os agentes da Base, algo em torno do ano de 2013, quando uma das interlocutoras, ao apresentar as necessidades de apoio a um dos projetos, o então denominado “Judô na Base”, colocou: “não é porque o Estado vira as costas pra nós que a gente deixa de fazer as coisas”. No caso, já estamos falando de uma das ações que então “sobreviveu” aos desafios de existir, e atualmente se configura como uma das abordagens preventivas sobre a qual me debruçarei. Sobre este penoso processo de construção, os atores também destacam:

[...] Bom, aí vamos para o judô. Aí: “mas não temos os tatames, os meninos vão cair como?”. Aí, com esta ideia do judô, a gente conseguiu pegar uns tatames usados que um destes setores aí ia dispensar, e eram umas placas grandes, e aí, parece que ia jogar fora, aí, a gente: “não, não, está ótimo, a gente quer estas placas!”. Aí, conseguimos as placas no centro de formação de praças. [...] E eu cautelei o meu nome para sempre [risos], está “emprestado para sempre” [risos], está lá em meu nome. Aí, eu fui lá, peguei. (Soldado Luz, 2016)

[...] E estes quimonos, nós compramos, nós conseguimos o dinheiro, lá no [diz o nome da empresa], e que ainda assim não nos vendeu o quimono no preço original, vendeu a preço de custo. Porque nós mostramos o projeto para ele, e foi mais uma parceria. **E tome “miar”**. A gente mostrou a foto dos meninos e tal. Aí, ele fez assim: “rapaz, vamos fazer assim; vamos fazer este preço aqui, e vou dar dois quimonos, um pra você e o outro pra ele”. Aí, a gente falou assim: “então, estes que você está nos dando não pode reverter para eles também não?”. Aí, ele: “rapaz, eu vou fazer pra vocês a preço de custo”. E realmente passou para gente com preço de custo. (Soldado Luz, 2016 – grifos meus)

Primeiro dia de aula, aí, chegou Luz, logo de manhã, aí: [...] chegaram para tomar aula. Aí, [...] eu olhei para cara dele e, aí, eu disse assim: “calma, rapaz, os meninos não têm nem roupa ainda, não tem quimono, não tem nada”. Aí, eu disse: “quando o primeiro quimono sair por esta porta, aí você vai ver uma coisa, uma fila de duzentos alunos aí fora”. Ele não acreditou. [Risos]. Agora, infelizmente, ele tem que dizer não a alguns pais, a algumas mães que vêm aqui porque não tem mais espaço, não tem como. Era pra ser dez alunos por turma, no máximo, quinze. Tem turma que tem vinte! (Soldado Yan, 2016)

No início, a gente tinha duas turmas, uma de manhã, outra de tarde. Hoje são seis turmas: três de manhã, três de tarde, e não dá ainda. [Risos] (Soldado Luz, 2016)

Antes de avançarmos na “diferença” que as coisas fazem no curso da ação, no caso, a mediação dos tatames e dos quimonos, explico a razão do grifo no segundo relato que nos traz uma das expressões do rico e criativo repertório de termos policiais. Pois, “miar” significa “pedir”, e não se trata apenas de um mero pedido, assim, objetivamente falando, mas de algo carregado de certa sensação de “mendicância”, uma vez que se tratam de coisas que, no entender dos atores, fariam parte do “pacote básico” de uma instituição voltada ao então “policiamento comunitário”, em toda a amplitude de escopos e que nos permita mesmo falar em “envolvimento comunitário, descentralização e metodologia de solução de problemas” (RIBEIRO, 2014). E em assim sendo, os atores ainda justapõem ao ato de “miar”, em face das mais diversas situações, o qualificador “institucional” para que não reste nenhuma dúvida sobre o contraste entre o poder do Estado ali traduzido em uma “polícia comunitária” e a rotina de grandes dificuldades de natureza estrutural e mesmo funcional:

Sim, “miar”, pedir, mendigar. A “**miada institucional**”! [Risos] E por que “institucional”? Porque faz o ofício, com o “*brasão-zão*” lá da polícia, mas pedindo. [Ênfase; risos]. Aí: “a Base do Calabar apresenta e estamos precisando disso, disso, disso e disso”. [Risos] (Soldado A, 2016 - grifos meus)

[...] Deixa eu fazer só uma analogia com aquele filme “Tropa de Elite”. Tem aquela parte que o aspirante tenta botar as viaturas para entrar em funcionamento, e não consegue porque o sistema é contra ele ficar: “major, tem uma peça tal”. Ele pega a lista e joga fora. É assim. Aí começa. Aí ele fala: “a polícia precisa do sistema e o sistema precisa da polícia”. Aí ele começa a fazer um jogo com o cara do bar pra conseguir uma peça; aí começa a sair pedindo, pedindo. E hoje a polícia é assim. Aí, a “**Ação Mirim**” está chegando aí. Aí, o que é que a gente fala? “*Vumbora [sic] mendigar!*” [Ênfase no tom]. A gente diz: “*vumbora [sic]*, mendigar”; “*vumbora [sic]*, miar”. [Risos] Tem em uma lista de “isso, isso, isso e isso”, com o que é que você pode colaborar? [...] aí, o que eu acho interessante é isto: aí, às vezes vêm as autoridades, aí vem governador, vem todo mundo, e acha tudo pronto. (Soldado B, 2016 - grifos meus)

[...] porque, eu vou explicar também: nem tudo que você está vendo aqui é o Estado, certo? Então, 90% do que está aqui é iniciativa privada [ênfase no tom]. Sabe aquela internet que tem muita capacidade, pois é, a moradora doou para nós. É sério? [Ênfase no tom] A internet daqui está funcionando por causa dela, o *wifi* daqui é dela. [...]. Porque o estado cortou a internet daqui. A gente só consegue mandar o relatório do serviço por conta da internet da comunidade. (Soldado C, 2016)

No dia que a vizinha cortar a internet ou se mudar daqui, acabou a polícia. O fio não vai chegar até lá! [Risos] (Soldado D, 2016)

Tivemos, somos representantes, exercemos o papel do Estado, porém o laboratório que a gente utiliza é comunitário, e que não está na cabeça do pessoal aí, que é cedido. Que está sob a responsabilidade? Está, não é verdade? Mas a maioria das ajudas que a gente tem é privada. O que é que o Estado entra aqui? Na autorização para a gente fazer. Só. [Forte ênfase] (Soldado E, 2016)

A forma bem-humorada com a qual os atores falam sobre as tais "miadas" que, como visto, ultrapassam as necessidades, digamos, mais "eletivas", a exemplo da falta da rede de internet institucional, é apenas um momento excepcional de extravasamento e de maior leveza que contrasta com as exigências de uma rotina de trabalho, por natureza, tensa e exaustiva, além destes desafios materiais, mas não só estes, a exemplo dos intensos processos de vitimização profissional⁴⁵. Ademais, e ainda sobre as "miadas", a minha caixa de e-mails, a propósito, também poderia confirmá-las ao longo destes quase cinco anos de relação com a Base: são pedidos dos mais diversos, especialmente, voltados àquelas necessidades mais "eletivas", a exemplo da chamada "Ação Mirim", citada por um dos interlocutores. Esta refere-se a um evento anualmente realizado pela Base, voltada ao público infantil em razão do "dia das crianças", portanto, sempre ocorrente em outubro, marcada por uma série de atividades lúdicas e artísticas, com a participação tanto de policiais quanto de convidados solidários à ação.

De início, tais solicitações me causavam certo constrangimento, e não pelos pedidos em si, uma vez sendo também funcionária pública, de certo, acostumada com tais "improvisos" em face de certas restrições, mas justo por ser, não raro, mais uma negativa. Além disso, com o tempo, e em função das reflexões em torno de tais práticas, passei a compreendê-las desde aquela noção da "discricionariedade positiva". Neste caso

⁴⁵ Estudos de "vitimização profissional" têm revelado que "policiais, em todo mundo, constituem uma das categorias de trabalhadores com maior risco de vida e de estresse", segundo Souza et al. (2012: 1297), apoiada em uma densa literatura nacional e internacional. No que tange à polícia militar, estes autores têm apontado que o "**nível de estresse tem sido apontado como superior ao de outras categorias profissionais**, não só pela natureza das atividades que realizam, mas também pela **sobrecarga de trabalho e pelas relações internas à corporação** cuja organização se fundamenta em hierarquia rígida e disciplina militar". (SOUZA et al. 2012: 1297 – grifos meus). Como desdobramento desta alta carga estressora permanente, pesquisas têm também apontado uma ocorrência preocupante de sofrimento psíquico entre policiais civis e militares, com ênfase para o desenvolvimento de quadros depressivos, com diferentes graus de evolução e repercussões para a vida pessoal e profissional destes agentes (CASTRO e CRUZ, 2015; MINAYO, 2014; PINTO, FIGUEIREDO e SOUZA, 2013; SILVA e VIERIA, 2008)

são "tomadas de decisão" a respeito de um conjunto de ações que estes e outros atores da Base compreendem enquanto meios de fomentar o vínculo e o envolvimento comunitários, portanto, previstos neste padrão, bem como uma forma de agir preventivamente sobre violências e vulnerabilidades no bojo de muitas destas iniciativas.

Assim, nem tanto as ações mais pontuais, que pela repetição e diversidade mereceriam um olhar mais atento em termos do seu potencial de agregação, vinculação e envolvimento comunitários, mas destaco aqui aquelas de caráter mais permanente, como as aulas de judô, de canto e instrumentos musicais, de informática, de reforço escolar. Portanto, tratam-se de ações que, mesmo com todas as limitações que aponte até aqui, e outras que ainda trarei, são reivindicadas pelas nossas lideranças comunitárias, tal como o fez Dora no capítulo anterior, quando assinalou que "a Base precisa fazer segurança, mas ela também precisa estar acompanhada de alguns serviços" porque, afinal de contas, se "o Estado se propôs a colocar o serviço público pra restringir a uma população, precisa atender também as suas outras facetas"⁴⁶, acresce ela.

E são também as ações que tornam aquele ambiente, digamos, "híbrido", cheio de vida quando, ao menos nos dias úteis. Assim, é patente toda aquela movimentação de crianças e adolescente, mais mães ou avós do que pais ou avôs, entre os policiais tanto em serviço ordinário quanto aqueles que são feitos então os professores daquelas ações. E falo em "hibridez" justo por estes motivos: primeiro estamos situados em um espaço que foi tomado de "empréstimo" da Associação de Moradores para abrigar provisoriamente a Base, portanto, com todas as limitações e conflitos que isto pode abarcar; segundo, estamos diante de uma das ambiguidades que decorrem destes outros papéis e que também se revertem de consideráveis tensões dentro da corporação e para além dela, tal como os relatos iluminam:

⁴⁶ Uma das interpretações do processo de ampliação do policiamento comunitário no Brasil visto na última década tem o concebido como um intenso fenômeno de "militarização do espaço", diante do qual diversos posicionamentos críticos têm se colocado. Um deles está em Fleury (2012: 219), ao analisar as UPPs no Rio de Janeiro, concluindo que "o uso da marca policial para identificar o social evidencia que o estado que está chegando a esse território é basicamente o aparato coercitivo, não havendo o mesmo empenho na construção institucional dos direitos da cidadania". Para esta autora, "as emblemáticas modificações ocorridas na política de segurança, em parceria público – privada, não encontram qualquer paralelo no fortalecimento das políticas sociais, de forma a assegurar o patamar civilizatório já alcançado na cidade formal", de modo que tais escolhas políticas reforçam a segregação e fragilizam a cidadania, ou como em suas próprias palavras: "este paradoxo expressa um projeto de cidade que amplia a mercantilização e pretende a integração pelo consumo, mas está longe de assegurar a expansão da cidadania, como reconhecimento de sujeitos e garantia de direito à cidade" (FLEURY, 2012: 219 – 20).

[...] Porque, quando a gente chega vestido com isto aqui, primeiro peso é: “é polícia”. Segundo: é o Estado. Aí, é complicado convencer alguém a: o Estado vai aplicar um projeto, mas não tem dinheiro. E eu venho lhe pedir! Sim! Mas se é obrigação do Estado fazer isto por que é que eu vou contribuir? Então, a gente tem que conseguir quebrar isso pra que as pessoas ajudem. [...] E é por isso que gente sempre bate na mesma tecla aqui, porque a gente não consegue aumentar este raio de pessoas para contribuir. E aí, no início, foi muito pior. **Aí, hoje a gente tem aquele violão, doação. E é tudo assim: o material ali de sopro, o comandante, com o conhecimento de fora, conseguiu esta doação também.** O que é que tem aqui que o Estado patrocinou além da autorização? O **ar condicionado** [risos], mas que se a gente não conseguisse alguém para instalar, não estaria funcionando, entendeu? Até o **material didático que se você observar aqui é tudo improvisado.** Coisas que eu trouxe da minha casa, e tem muito material meu, meu [ênfase]; e que era para eu estar em casa estudando e está aqui, entendeu? Então, é um dos desafios que, às vezes, a gente esbarra. E que a gente, às vezes, não consegue impulsionar mais do que a gente pode **por causa dessas limitações, por conta de recursos.** [...]. Então, outro fator que aqui nesta comunidade não nos favorece é a briga entre eles, né? Aqui tem uma Associação? Mas. Primeiro, a gente chegou aqui, e era a Associação se embicando com a gente, e a gente não conseguia nada. Mudou a administração, melhorou a relação, né? Melhorou a relação, mas esta relação não é efetiva [...]. E aí, a briga do espaço ainda. A gente está aqui neste espaço que foi cedido pela Associação e o Estado tomou conta. E aí, quando a gente precisa de alguma coisa da Associação, aí eles já dizem: “ah, já não basta que eles já estão no espaço lá?”. [...]. Então são coisas que também travam, né? Os fatores desafiantes que impedem da gente trabalhar, os fatores desafiantes são muitos. (Soldado A, 2016 – grifos meus)

A gente precisa, na verdade, conscientizar; e a gente vem fazendo este trabalho de conscientização também interno, entre os nossos colegas, para eles entenderem o trabalho da gente. Porque se os nossos próprios colegas não entendem a proposta da gente quem dirá a população lá fora. (Soldado B, 2016)

Na verdade, eles entendem. Eles sabem o que é, mas acho que por não se agradar dos métodos, ou seja, não acreditam nos processos de policiamento comunitário, por não acreditar no policiamento comunitário, ele critica. É mais ou menos isso: entende, mas critica. Então, a gente passa a viver alguns problemas internos devido a gente estar aqui fazendo esta atividade. Tem resistências, a palavra é esta. Porque não tem falta de entendimento, entendimento tem. Só que quando você é colocado em um local sem antes de você ser consultado sobre a sua visão, dá nisso, gera este conflito. (Soldado C, 2016)

[...]. Porque quando a gente veio para cá, ninguém perguntou se a gente queria participar deste processo. Simplesmente colocaram a gente aqui. Uns se adaptaram, outros não. Uns acreditaram na filosofia, que era possível fazer, e outros simplesmente acharam [interrompe]. Não viam isso como uma forma de resolver. O problema destes conflitos internos é justamente este. (Soldado A, 2016)

[...] Dentro e fora, mas eu acho que mais dentro do que fora. Porque o que acontece é que a grande dificuldade nossa é o seguinte: o processo

de aplicação de projeto, na essência, é para a gente executar, entendeu? Por que? Qual é o princípio? A polícia dar os meios para que pudesse ser feito. Trazer a segurança para que outras secretarias pudessem entrar, e fazer o que eu faço [...]. Então, a grande crítica é justamente essa. E o que nós temos de dificuldade com os nossos colegas é justamente isso: a gente está fazendo uma função que, na verdade, não era pra gente está fazendo. E o fato de eu trabalhar com [diz o nome da ação] dentro da Base Comunitária e o meu colega aqui, que fez o mesmo concurso que eu pra ser policial, estar na viatura, e enfrentando situações que eu não estou passando o mesmo que ele está passando, ele me ver como uma cara que é “sabido”, entendeu? E que eu estou fazendo uma coisa que não porque eu acredito. Na maioria das vezes, a impressão que eu tenho é essa: o que ele está falando é porque eu não estou querendo cumprir uma escala. E, na verdade, não é isso. Eu já atuo como professor fora daqui. [...]. Então, assim, eu faço, eu dou aula porque eu gosto, e porque eu acredito que a educação tem um papel fundamental para a transformação destas crianças aí. Só que os meus colegas não veem isso: eles me veem como “*macetoso*” [*sic*], vou até colocar aqui, olha, como “*peru*”. Eu sou o “*peru*” do comandante”. Por que? Porque eu executo um projeto comunitário. Muitas vezes, a gente escuta coisa que chateiam a gente assim, complicado. Um exemplo que eu vou te dar assim, uma coisa mínima, mas parece que a gente faz de propósito. Vou te dar só um exemplo: o ar condicionado desta sala aqui. **O fato da gente trabalhar a aula aqui no ar condicionado, e não ter ar condicionado em todos os ambientes daqui da Base, como, por exemplo, no alojamento, isso traz uma crítica pra gente que você não tem ideia, entendeu?** A gente enfrenta muita coisa aqui pra estar tocando estes projetos, viu? Mas muita coisa mesmo; muita coisa mesmo. [Ênfase] (Soldado D, 2016 – grifos meus)

Estas falas nos revelam a riqueza de detalhes que estão implicados naqueles conflitos decorrentes daquelas configurações híbridas. Na primeira delas, temos o olhar sobre a relação polícia e associação comunitárias que, como podemos notar, não se estabelece, via de regra, da forma mais consensual e articulada como idealmente projetado para este padrão de policiamento. Nas demais, a ênfase recai sobre os “desencontros” de visões em torno das ações desempenhadas pelos interlocutores aqui, e estes se expressam nos seguintes termos, e como eles mesmo apontam: ou são frutos de uma possível “incompreensão” destes papéis, e esta pode ser oriunda da não aceitação da própria “filosofia” do policiamento comunitária; ou são uma provável maneira de “contestar” a alocação compulsória dos agentes nesta modalidade; ou ainda, e que parece trazer um maior desconforto para estes atores, resultam de um tipo de olhar, no caso, “desconfiado” acerca de uma suposta “manobra” para poder se esquivar das atribuições ordinárias. Neste último então que ganha sentido aquele termo também peculiar – o “peru” do comandante – que seria uma espécie de “protegido” deste.

Outro aspecto que chama a atenção – e por isso acima sublinhado – conduz novamente ao mundo das coisas, isto é, da dimensão material que “faz” as coisas funcionarem a contento, mas que nem sempre estão disponíveis, e que não raro demandam esforços individuais a despeito da responsabilidade estatal. Tanto assim que, no caso das ações aqui em foco, a afirmação é emblemática: “e que a gente, às vezes, não consegue impulsionar mais do que a gente pode por causa dessas limitações, por conta de recursos”.

Neste ponto é oportuno retomar a análise da mediação que as coisas assumem, em meio, e transformando a agência humana. E aqui recorro a dois exemplos com seus desdobramentos sobre as ações. O primeiro deles é o famigerado “ar condicionado” que longe de cumprir apenas e reservadamente a sua função mais objetiva – climatizar o ambiente para torná-lo mais adequado às mais diversas atividades naquele espaço – “cria” animosidades, aprofundando, inclusive, aqueles conflitos que apontei acima:

A gente tem uma dificuldade assim: na verdade, o que acontece é um problema institucional. A polícia militar ela tem os equipamentos, tomou o cuidado de até adquirir alguns, mas não se pensou no processo de manutenção. Então, a gente tem, não só com o ar condicionado, mas pra tudo o que você imaginar: as viaturas, as instalações próprias da polícia, tem um monte de dificuldade na manutenção. Se você observar, a manutenção de coisas simples: copo descartável. Você procura um papel higiênico, não tem. Então, insumos, essas coisas básicas. Então, do mais básico ao mais complexo, não existe este pensamento, é um problema administrativo mesmo, institucional. E aí, o que é que acontece? O ar condicionado da sala do sargento quebrou porque está precisando de uma manutenção. Este ar condicionado que está aqui, veio da polícia, a polícia que deu, mas a instalação, não foi da polícia. Foi correria do comandante. Só que na instalação que ele conseguiu foi sem a manutenção. A manutenção do aparelho lá da minha sala que eu dou aula – e que está quebrado de novo, mas eu já identifiquei qual é o problema dele, eu que fui lá olhar – o cara quando veio instalar o outro, aí, eu chamei o cara com jeitinho, e falei: “oh, negão, quebra um galho aí pra gente”; “a gente está com um aparelho lá na sala quebrado, e os meninos estão fazendo a aula num calor retado [sic]”. Aí, ele disse: “que aparelho é?”. Aí, eu levei ele lá na sala, e ele viu, e disse: “eu vou conseguir uma hélice pra você”. Aí: “poxa, mas não é só hélice não; a gente já colocou duas hélices e quebrou”; “aquele parafuso ali está faltando, e aquele também está faltando, se você tiver como conseguir isto daí”. Aí, ele: “não, eu vou conseguir isto daí, e acerto isso pra você”. E é assim que a gente consegue as coisas, entendeu? Mas aí eu também não vou interferir e falar: “olha, já que você vai conseguir isso pra mim, conserta lá o do sargento também”. Entendeu qual é a questão? Aí, a gente não interferiu neste processo. Aí, veja, ele veio, instalou este daqui, o da sala ele vai consertar: “como é isto?”; “como é que funciona para o projeto e pra gente não funciona?”. Entendeu? **Então, a gente fica inventando estes ciúmes.** (Soldado A, 2016 – grifos meus)

Mas não foram apenas “ciúmes” que o ar condicionado “causou” entre os pares, mas as contendidas insufladas pelo aparelho extrapolaram aquele segundo andar do prédio da Associação de Moradores, e desceu como ar gelado para um dos espaços comunitários do pavimento inferior. Neste caso, a disposição na qual o equipamento fora instalado acabou interferindo neste espaço, e assim contribuindo negativamente para uma relação, como vimos, delicada. E aqui, tal mediação poderia ser contestada, pois seria provável contra argumentarem: mas a “culpa” da referida tensão não é exatamente do objeto ali, frio, sem nenhuma autonomia para isto, mas decorre de um terreno relacional possivelmente já árido. Todavia, não é o caso. Aliás, justo o contrário: esta era uma das relações que sempre se colocou aberta e mesmo fecunda de iniciativas partilhadas outrora. Mas fora justo a tal “contestada” instalação e, quiçá, sem muitas margens para uma negociação mais razoável, que abriu uma fenda que não existia, ao menos, do modo como encontrei no discurso e nas reações pouco amistosas de uma das lideranças implicadas neste episódio.

Por outro lado, olhemos agora o segundo exemplo: aquele do “efeito quimono”, e o qual não se esgotou apenas em uma maior e mais imediata adesão dos alunos ao tímido projeto quando do seu nascimento. Mas sim estou falando de outros impactos concreto – simbólico, como o de “pertencer”, ou o de reconhecer e ser reconhecido. E aqui os relatos são mais contundentes em apontar para tais desdobramentos:

Quando começou estes meninos a descer com estes quimonos, minha amiga. [Ênfase] Aí, terminava a aula, desciam, aí vinham dez: “professor, como é para se inscrever?” (Soldado Luz, 2016)

E a gente percebe o orgulho de alguns, né? De Juvenal, de Lurdinha, de dona Flor aqui embaixo. (Soldado Bruno, 2016)

[...] E ele não tira, ele não tira. Ele vai treinar quatro da tarde, chega uma hora, doze e meia da escola, ele coloca e já fica. [Risos]. Aí: “vai tirar o quimono, rapaz!”. “Não, não, deixa aqui meu quimono”. [Risos] (Soldado Luz, 2016)

Figura 3: convite Torneio de Judô BCS Calabar (2014)



Fonte: Base Comunitária de Segurança (2014)

Figura 26: Torneio de judô da BCS (2014)



Fonte: minha autoria

Foto 27: Torneio de judô da BCS (2014)



Fonte: minha autoria

Foto 28: Torneio de judô da BCS (2014)



Fonte: minha autoria

As fotos se referem a um dos eventos que tive oportunidade de acompanhar, em uma manhã quente de sábado, no acolhedor espaço da Escola Aberta do Calabar. Tratava-se de um torneio interno e também participaram, abrindo o evento em grande estilo, os alunos da música, tocando e cantando através de um coral que o professor soldado exibia cheio de orgulho. E, tanto verdadeira era a entrega daqueles meninos e meninas, muito bem trajados em seus impecáveis quimonos alvos e engomados, a desferir seus golpes, uns cheios de técnica, outros mais cheio de graça, que a plateia

assistia rendida, maravilhada. Ao meu lado, eu via mães bastante marejadas, algumas com aquela emoção das poucas chances que a vida nos dá, e sobre elas discorro mais à frente.

Por ora, finalizo debruçando-me sobre o protagonismo de uma capitã em face daquelas dificuldades. No caso, sua mediação desponta como um caminho, se não necessariamente mais fecundo em termos das condições materiais e funcionais para o policiamento comunitário, de certo tem contribuído para encurtar alguns daqueles percursos mais sofríveis para efetivar as ações inclusivas e preventivas que não apenas a Base do Calabar tem desenvolvido, mas também as demais. Aqui, as falas dos atores reconhecem tais avanços:

[...] O que a capitã Sol fez, foi o seguinte: ela, com esta questão de unificar os projetos, ela quis que deixasse de ser ações isoladas de alguns policiais para ser um projeto institucional, já fez todo o trabalho acadêmico, pedagógico, tudo que for específico, para poder regulamentar este projeto. [...] Porque antes, a desculpa era: “não, faça um projeto porque tem que ter um projeto porque precisa de ter um projeto para isso”. Porque até então, o que a gente entendia por projeto era só as ações, ações individuais, e estas ações tinham que ser transformadas em projeto institucional. [...] E aí, foi passando, e o que aconteceu foi que a capitã, ela começou a assumir outras Bases, e a unificar os projetos. (Soldado Luz, 2016)

Mas aí já foi com o surgimento do **DPCDH – Departamento de Polícia Comunitária e Direitos Humanos** – e foi com a criação deste departamento que centralizaram as coisas lá, e de lá [interrompe]. Mas tem um ano e meio. (Soldado Dom, 2016 – grifos meus)

[...] E isso fez adiantar o processo porque unificou e padronizou. Para que? Então, todos os projetos de informática, todos os projetos com educação, então, tudo que tiver nas Bases, você dar uma cara só, dá uma roupagem só, pra poder conseguir as coisas mais fácil: pra que um não tenha que conseguir de uma forma, outro de outra. **É um avanço isso! Muito! E a capitã foi uma pessoa que abraçou isso, desde o início, ela conseguiu isso.** (Soldado Luz, 2016 – grifos meus)

De fato, a capitã Sol foi uma das que viu nascer o policiamento comunitário no bojo do Pacto pela Vida, “abraçou”, e dele participou ativamente. Tanto assim que recordo-me com nitidez dos seus empenhos quando, e conforme ela dizia, “era tudo muito novo”, ou reconhecendo que “foi uma missão e tanta que me deram!”. Daí, algo em torno de 2012, à criação daquele recente Departamento, bem como ao mais atual processo de institucionalização dos projetos e das ações, há um percurso digno de reconhecimento, a

despeito das grandes dificuldades que ainda se colocam ao policiamento comunitário. No entanto, a capitã Sol, os atores que segui, e outros tantos com os quais tive a oportunidade de interagir nesta quase meia década de estudo têm insistido em “acreditar na prevenção”, como ela expressou quando questionada sobre tal dimensão:

Claro! Eu acredito muito na prevenção. [...] E eu acredito na educação como transformação pra qualquer tipo de problema que a gente atravessa na vida. [...]. Eu acredito nisso. Eu acredito dessa forma. (Capitã Sol, 2014)

É, a gente tenta muito fazer as coisas em conjunto. Então assim eu identifico os líderes, fui apresentada aos líderes quando eu cheguei. E um exemplo bem, bem ilustrativo, dia vinte de outubro a gente foi fazer uma Ação Mirim de cidadania que é proposto pela Base, mas é proposto também que a comunidade participe. Então os líderes foram convidados por mim para participarem, tentando conseguir algumas doações de brinquedos, de lanche para a criança. Então, a gente trabalha junto. (Capitã Sol, 2012)

Nesta última fala, podemos observar que a abordagem preventiva, e em se tratando policiamento comunitário como “filosofia” ou como “processo de reforma organizacional” (RIBEIRO, 2014), perpassa necessariamente o vínculo, o envolvimento e a participação da comunidade, com todos os desafios que isto possa representar, como visto até aqui. Finalmente, aliada à ideia de “prevenção” podemos notar também a ênfase dada ao amplo horizonte da “educação”, no caso, como meio transformador, partilhando mais uma vez do olhar de muitos dos atores, como evidencio a seguir.

“Foi épico!”: policiamento comunitário e os desafios do prevenir

Acreditar na prevenção e, mais ainda, realizá-la no interior das ações do policiamento comunitário está longe de ser uma tarefa fácil, tal como enfatizaram os atores até aqui. As ações que estaremos compreendendo como potencialmente preventivas já as pontuei, mas precisamente temos: as aulas de judô, de canto e instrumentos, de reforço escolar e informática porque permanentes; e ainda há uma diversidade de ações pontuais que não serão enfocadas neste trabalho, embora sejam reconhecíveis as possibilidades de fomentar a abordagem preventiva aos mais variados públicos. Aquele conjunto permanente, todavia, é dirigido exclusivamente às crianças e

adolescentes do bairro, de modo que diariamente estão eles ocupando o principal salão e outras pequenas dependências da Base.

Assim, uma manhã típica nestes espaços é rica de cenas e movimentações, tais como: repetitivos golpes e batidas secas sobre os tatames, entre risos e agitações, dos pequenos judocas, permanentemente orientados pelos seus tutores com suas faixas pretas; afinos e desafinos do grupo da música onde partituras e instrumentos diversos convivem pacificamente com os apetrechos nem tão amistosos assim, mas bem estacionados à cintura do mestre; computadores e uma lousa ocupada por frases e fórmulas, naquele ambiente comodamente climatizado, cujo centro das atenções está ali na figura de mais um dos professores soldados. Em qualquer destes espaços e em suas calorosas rotinas, via de regra, um vínculo, mais ou menos sólido, é construído entre alunos, alunas e os atores que assim descrevem alguns caminhos das interações:

[...] Dentro dos limites, a gente tem uma conversa franca com os meninos. A gente tem um jeito de conversar com os meninos bem aberto. A gente não gosta muito de maquiar nada. É o mais franco possível. Tipo, eles sabem que nós somos policiais, sabem que nós somos professores, e eles sabem que nós somos pessoas que eles podem contar e desabafar, e isto a gente respeita muito. (Soldado A, 2016)

[...], Mas você ver como a mente flui: quer dizer, foi de propósito, que somos altamente inteligentes, né? E o que acontece também, o fato de chegar aqui com uma dúvida da escola, aí chega lá na sala de aula, e pergunta: “como é isto aqui, professor?”. E eu falo: “olha, isto aqui é isso, isso e isso”. Aí, um deles falou assim: “rapaz, eu nunca perguntei uma coisa para você não saber!”. [Risos]. Então, assim, você percebe assim: “então, eu sou super inteligente!”, entendeu?! [Ênfase] Aí: “é, porque eu nunca lhe perguntei uma coisa para você não saber, né?”; “você sabe tudo é?”. [Risos] (Soldado B, 2016)

[...]. Eles têm a nossa resposta como uma referência. (Soldado C, 2016)

[...] Têm uns [pais] aqui que ver a gente como “herói”, assim como os filhos veem também. (Soldado D, 2016)

Estas falas nos fornecem algumas pistas sobre as possibilidades de relações que se estabelecem entre os atores e seus alunos: de autoridade respeitosa, de confiança, de admiração, de referência. Mas atentemos aos dois primeiros relatos porque podem nos conduzir a uma bifurcação típica do mundo moral dual da polícia: aquele em conformidade com a norma e aquele que dela se afasta. Evidentemente, estou aqui caricaturando esta polaridade, ou seja, no calor da prática, no bojo das interações e da

construção de vínculos, foi possível observar nuances entre tais extremos, o que pauto mais adiante. Por ora, desdobro o contexto daquela primeira fala porque justo aprofunda aquela via bifurcada: uma que nos leva aos motivos do choro do soldado, a outra que o gratifica em face dos grandes desafios da prevenção.

Foi naquele dia que [diz o nome do PM] ligou, e a gente precisou ir lá. A gente estava aqui e precisou fazer uma abordagem lá em uma suspeita de roubo. A gente estava com esta roupa assim, a gente não estava com o uniforme, a gente estava acabando de treinar e aconteceu uma situação. A gente estava até de bermuda, e aconteceu uma situação: um assalto lá na Barra e identificaram que o rapaz era daqui. Aí, a gente acabou de passar por ele aqui, e rolou o informe: “olhem, tal pessoa do Calabar acabou de fazer um assalto na Barra”. Aí: “poxa, tem como segurar ele aí porque a gente vai aí pra dar o flagrante”. Beleza. Quando chega lá, a gente assim, meio que disfarçado de treinador de judô, aí, fizemos a abordagem. Duas situações: a primeira situação é que tinha um aluno do judô sentado lá no meio do pessoal que a gente estava indo abordar. Primeiro processo: “não já falei com você?”; “que é que está fazendo aqui?”; “vá para casa”; e ele saiu. A gente fez a abordagem, pegou o rapaz que estava lá na situação e trouxe. Quando a gente trouxe, um aluno [...] mandou um zap para [diz o nome do colega] [risos]. Você ainda tem esta mensagem? [Risos]. É interessante demais! A gente vive cada coisa assim, show de bola! É o que faz a gente não parar o trabalho, né? É o que gratifica! (Soldado B, 2016)

Aqui, olha, o relato dele. Eu estava conversando com ele aqui assim: “professor, não vai dar para eu ir na aula hoje porque eu tenho que estudar porque eu tenho dois testes”. Aí, eu respondi: “ok, boa sorte, e estude, viu?!”. Aí, ele botou: “valeu, eu estou estudando”. Aí: “véio [sic], amei aquela ação de hoje, parecia filme, véio [sic]; estas ações me incentivam!”. Aí, eu respondi assim: “estude, estude, estude e estude”. Depois eu ri, né?! Aí, ele: “foi épico!”. [Risos]. “No disfarce, de judô, minha nossa!”, “pensei na mesma hora: tenho que estudar, veio”; “tenho que virar PM”. (Soldado D, 2016)

Os risos com a “cena” que o entusiasmado aluno considerou “épica” contrasta nitidamente com a frustração que abre o primeiro relato. No caso, o adolescente imerso na nada épica “cena do crime” é mais um daqueles que desafiam todo o ato de prevenir e cuja construção do vínculo se mostra encharcada de resistências. Dentro do universo de crianças e adolescentes contemplados pelas ações inclusivas e, portanto, pela abordagem preventiva da Base, felizmente, estes são a minoria. Todavia, e plenamente reconhecida pelos atores que segui, é imensa a população, e não só de crianças e adolescentes, exposta a situações diversas de violências e de vulnerabilidade para além das paredes da Base, e também logo ali na vizinhança:

A gente está com um aluno agora que se acidentou, teve uma perfuração na perna, e com este acidente dele, veio à tona toda a realidade da família. Estão passando necessidade. Tem até um irmão dele de dois anos que não desmamou ainda porque a mãe, às vezes, não tem o que comer, então prefere deixar mamando ainda porque quando não tiver nada, ele tem o peito ainda. E, aí, o que a gente está fazendo? A gente está aqui numa correria, arrecadando alimentos porque ela está direto no hospital. Porque ela faz faxina esporádica, vive de fazer faxina esporádica, então, quando ela voltar, vai ter que cuidar do filho em casa. E como ele está internado, ela não está tendo como fazer as faxinas. Dois meses já cozinhando no álcool porque, o que ela tem para cozinhar, ela cozinha no álcool porque ela não tem o gás. Então, se você para e pensa assim: “poxa”, e é claro, você tem uma situação dessas, operacionalmente, você tenta ajudar, encaminhar. Mas quando cai assim na mão da gente, e a gente que tem uma visão de trabalhar mais para o próximo assim, não tem como não dar um suporte. Não tem como não fingir que não está acontecendo nada. Não tem como. Porque, por exemplo, a gente tem uma colega que fala assim: “mas isso não é atribuição de polícia não”. (Soldado Luz, 2016)

Mas é atribuição de ser humano. (Soldado Yan, 2016)

E isso é uma questão subjetiva, porque faz parte da ordem pública, então é atribuição da polícia. (Soldado Dom, 2016)

[...] Aí, eu sempre me lembro daquela frase: “quem cuida do cuidador?”. “Quem é que cuida do cuidador? [Ênfase] E a gente não tem. E a gente internaliza muita coisa aqui dentro, poxa. Muita coisa. Eu mesmo tenho tentado separar as coisas. Tipo, na minha folga, me abster um pouco, de não me envolver muito com o trabalho, e até com os próprios problemas que eles têm, com os alunos que têm problemas. Porque tem problema que não dá, que a gente tenta até resolver, mas. Este problema mesmo do aluno que sofreu o acidente, e que eu estou mobilizando o pessoal, tentando arrecadar alimentos, pra poder fazer a cesta básica, para poder manter ou pelo menos dar um suporte pelo menos até quando ela voltar a trabalhar. Então, você fica pedindo a um, pedindo a um, pedindo a outro, e imaginando. E isso, querendo ou não, vai “corroendo” um pouco você porque você sabendo que tem uma pessoa numa situação muito ruim e na sua porta? A gente sabe que tem inúmeras, milhares, mas quando chega na sua porta? Está na sua mão, está no seu lado, não tem como você fingir que não está vendo. (Soldado A, 2016)

Estes relatos nos revelam duas dimensões entrecortadas que incidem sobre o agir dos interlocutores e também nos aproximam cada vez mais dos motivos do choro do soldado: uma, da densa carga de estresse decorrente das demandas das mais diversas naturezas, e comumente saturadas de tensão e de sofrimento humanos – as coisas que “corroem”, no dizer daquele ator; e a outra, dos esforços desenvolvidos como tentativa de respostas a estas. Sobre a primeira, há uma literatura nacional e internacional

relativamente farta sobre a “vitimização profissional”⁴⁷ já dedicada ao universo da polícia, na qual uma das expressões é o chamado “sentimento de urgência de vida” que se caracteriza pelo desenvolvimento de “uma experiência muito particular de proximidade da morte, cuja dialética entre provisoriedade e perenidade se reatualiza cotidianamente” (MINAYO, 2014: 524). Ainda esta autora coloca que “sobretudo em áreas de elevado risco para a segurança, todos se sentem ‘em guerra’ e percebem que alguns postos de trabalho significam ‘sentença de morte’ antecipada”, daí ser comum este dizer: “para o policial, o risco de morrer é a rotina” (idem).

No caso dos nossos atores – e que não estão, ao menos cotidianamente, naqueles postos – ainda assim aquela dialética se coloca em seus discursos e, particularmente, a mesma é sentida de modo difuso e, digamos, “emprestada”, em alguma medida, àqueles e àquelas que os cercam na construção destes vínculos. Ademais, este “sentimento de urgência de vida” pulsante em si mesmos ou então “emprestado” ultrapassa o mero sentido de uma suposta premência da morte, mas entende a própria vida de forma mais ampla: aquela que se pode enxergar no olhar daquelas crianças e adolescentes, tentando se esquivar das tais violações e vulnerabilidades todas em busca de outros percursos biográficos.

É exatamente aqui que entram os esforços destes atores, também na tentativa destas esquivas, agindo preventivamente até onde seus braços alcançam. E foi justo onde não se fez surtir os efeitos mais esperados, em resposta a tais empenhos, que vi o pranto do soldado: porque aquele mesmo menino que um dia desferia seus golpes de artes marciais, tombando e levantando sobre os tatames suados lá da Base, no outro dia, tombava e levantava da busca policial por furto no mercado da esquina. E não só chorou o soldado professor, mas a sua mãe também, e outras tantas têm assim lamentado:

Porque ainda tem um certo “*status*” de estar lá sentado no meio, entendeu? Então: “**eu estou sentado lá no meio dos caras**”, entendeu? É: “eu sou o temido”; “eu vou ter um lugar”. [...] E o desespero da mãe, da

⁴⁷ Minayo (2014: 519), quando analisa a “vitimização profissional” especificamente direcionada “aos agentes de segurança pública enquanto vítimas de agravos físicos e emocionais ou de morte no exercício de sua profissão”, aponta que no Brasil, e à luz da vitimologia, o policial “se enquadra em todas as categorias de vítima: a completamente inocente; a menos culpada do que o agressor; a tão culpada quanto ele; a mais culpada que ele; e a única culpada” (MINAYO, 2014: 522). Ainda de acordo com esta autora, tal fenômeno expressa-se de múltiplas formas além do “sentimento de urgência de vida”, tais como tendências a “negação do perigo e consideração de que medo ansiedade e choro são manifestações de fraqueza e devem ser reprimidas”; “alteração da consciência”, uma vez que “os riscos iminentes provocam hipervigilância e, ao mesmo tempo, perda de controle sobre vários aspectos da realidade”; “desenvolvimento de distresse, o estresse que debilita, deprime e tolhe a ação”, entre outros (MINAYO, 2014: 523 – 4)

mãe pedindo “pelo amor de Deus”. Este foi o da abordagem. E a gente, reiteradas vezes, a gente encontrando ele com os meninos lá. Eu conversei com a mãe, né? E eu: “rapaz, venha para as aulas”, e ele não estava mais vindo para as aulas. Aí, eu fiz: “e aí, você não vai querer vim mais não?”. Aí: “eu quero, eu quero, eu quero”. E sempre dizendo que quer, mas nunca vem. Tem uns dois meses já que ele não vem. Ele é evadido, né? E a gente sempre encontrando ele, e ele lá, sentadinho no meio lá. Aí, eu chamei a mãe dele para conversar: “olha, mãe, seu filho, apesar de uma série de conselhos que a gente vem dando, continua querendo ficar com aqueles meninos. **Aí, a mãe se exalta, e vai em cima, aquela coisa.** Aí, eu falo: “não, não, calma, daqui a pouco vocês conversam”; “depois, a senhora conversa com ele; agora a senhora está conversando comigo”. Então: “eu quero deixar claro para a senhora que as portas daqui vão estar sempre abertas”. E aí, eu virei para ele e falei: “olha, **você sabe que este caminho é só um**”. [...] Aí, eu disse: “pense, só pense”. Aí, a mãe começou a chorar, e aí: “**mas eu passo o dia todo no trabalho, e esse menino, eu achando que ele já estava mudando e tal**”. E eu: “mas, infelizmente, já têm dois meses que ele não vem para judô”; “e onde ele estava?”; “eu não sei”; “mas você vai conversar com ele para saber onde ele estava”. Aí: “eu vou lhe matar, menino” [aos gritos]. Aí, eu: “mãe, calma”, ela bem nervosa. (Soldado A, 2016 – grifos meus)

Mas, aí é que está: mãe, na maioria das vezes, solteira. Precisa sair para trabalhar, e não tem com quem deixar. Sai para trabalhar, e deixa sozinho em casa. Aí, é responsabilidade dele de ir para aula, de estudar. Aí, ele não vem, ele decide. (Soldado B, 2016)

[...] E realmente é aquele perfil que você tem: os pais separados, mães solteiras, que tem que sair para trabalhar e o filho fica em casa. Aí, ele tem uma, duas, três horas de contato com a gente, e ele busca uma referência e tal, mas ele passa três, quatro, cinco dias, quase dez ou doze horas no mundo lá fora, com a “**sedução**”, com a “**sedução que está aí fora**”, entendeu? Então, eu penso assim: se estas horinhas que a gente passa aqui com eles, e são poucas horas [ênfase] – e com o tempo que eles têm no mundo lá fora, que é uma briga desleal isso daí, é desleal – **mas já muda a referência, muda a referência** [ênfase]. Então, muda a referência, mas o melhor seria que o nosso trabalho fosse contínuo com o trabalho de casa, e o de casa fosse a continuidade com o daqui. Porque, você tem um trabalho aqui, mas aí chega em casa e não tem quem cobre, não tem quem oriente, não tem quem fixe e quem concretize aquilo que a gente estabeleceu, ele fica a Deus dará. Aí, quando chega de noite: “e como foi seu dia”; “ah, foi assim, assim, assado”. Aí, fala o que quer, na hora que quer. Se ninguém chegar para a mãe ou para o pai para dizer o contrário: “olha, ele está fazendo isso, aquilo”. (Soldado A, 2016)

Nestes relatos reencontramos com todos aqueles elementos que discuti nos capítulos anteriores, e que compõem concretamente o que chamamos em abstrato de “vulnerabilidade”. Assim, na primeira fala, deparamo-nos novamente com os “riscos”

embutidos na busca daquela “masculinidade hegemônica” aliada aqui ao “etos guerreiro”⁴⁸, e provavelmente mais ampla, ou quiçá, facilmente disponível ali, “no meio dos caras”. Ainda nestas linhas, podemos flagrar aquela “sociabilidade violenta” expressa na relação mãe – filho, resguardado o momento tenso, e ainda considerado o protagonismo materno, em interação com os atores, na prevenção daquele “caminho de mão única”, conforme sinalizado pelo nosso primeiro interlocutor.

Por outro lado, são evidentes as condições de vida carregadas daquela “violência de base”, e que aprofundam a vulnerabilidade destes jovens e das suas famílias. Ainda sobre o protagonismo materno, lembremos das palavras de Dora, no capítulo antecedente, quando apontava as marcantes dificuldades das mulheres, mais ainda se mães, em mobilizar-se coletivamente de modo a se fortalecer e a se contrapor às várias violências e violações que vivenciam direta ou indiretamente, e aqui não menos doloroso, a exemplo do que testemunham nos descaminhos acima descritos. Assim, e tal como também reconhecem estes atores, estas mães, de fato, chefiam seus lares e, portanto, vão ao mundo do trabalho lá fora, mas que as mantêm, como vimos, bastante presas naquele “lugar da privação”.

Já na última fala, temos outro fator produtor de vulnerabilidade que se traduziu no que nosso ator definiu como a “sedução que está aí fora”. Esta, muito provavelmente, encontra-se com o “meio de risco”, ao qual Luan se referia, ou também com o “mundo do crime”, que vimos antes em Feltran (2010). Entretanto, e tal como Peres (2014) havia nos advertido, a vulnerabilidade, diferente do “risco”, impõe-se também onde o sujeito não escolhe deliberada e conscientemente estar, ou seja, pode se estar em vulnerabilidade sem sucumbir à “sedução que está aí fora”, nem tampouco pertencer ativamente do “meio

⁴⁸ O conceito de “etos guerreiro”, e em contraposição ao de “etos civilizado”, parte das contribuições teóricas de Nobeit Elias, quem “pensou sobre a violência interna aos países e a tragédia das guerras externas, entre as nações no continente europeu, elaborando uma teoria sobre o processo civilizador em processos históricos de longa duração” (ZALUAR, 2014: 35). Ainda de acordo com esta autora, “o primeiro modo de agir seria exclusivo às guerras em que seres humanos matam-se entre si por considerarem rivais como inimigos, agredindo-os com variáveis graus de ferocidade e crueldade” (idem). Repensando este conceito no contexto de “bairros populares e vizinhanças pobres em cidades modernas”, Zaluar (2014: 39) o encontra, de algum modo, nos seguintes termos: “o orgulho e o sentimento de adesão ao grupo anulariam a pressão legal para o controle das emoções e da violência física, resultando em baixos sentimentos de culpa no uso aberto da violência para resolver os conflitos de vários tipos, desde os domésticos até os surgidos na vizinhança e na cidade” (ZALUAR, 2014: 39). Já no nosso contexto de estudo, e tal como os atores pontuaram, podemos encontrar traços deste “etos guerreiro”, sobretudo, entre os jovens que manifestam explicitamente uma dificuldade de compreender e, mais ainda, de internalizar a mediação da polícia nos conflitos que muitos deles têm entre eles mesmos.

de risco” ou mesmo do “mundo do crime”, mas simplesmente por encontrar-se em uma situação semelhante a esta, por exemplo:

Tem um aluno aqui que tem um irmão que já está, já é do crime. E quando ele veio, ele era muito calado, né? Muito calado. Aí, à medida que ele foi ganhando confiança, ele foi se abrindo mais, foi conversando mais, perguntando mais sobre a atividade policial. E eu fui explicando a ele, né? Quebrando alguns paradigmas, derrubando alguns mitos, e falando a ele qual era realidade, baseado, claro, na retidão do profissional. Porque o que a gente ver hoje é a imagem do profissional *denegrada* [sic], né? E, dentro de mil policiais, se tiver vinte ruins, é muito. Então, se tiver só hum, é este hum que a sociedade consegue enxergar, e toma como parâmetro. Então, ele veio também com isso. Ele chegou para mim e disse assim: “professor, meu irmão ficava lá, eu ficava olhando meu irmão, ele fazia, e ganhava o dele”. E, uma única vez, ele fez. Só que quando ele fez este “aviãozinho”, na sequência, a mãe dele tinha vindo aqui, com medo também dele entrar. Veio aqui conversar comigo, e eu mandei trazer. E eu disse a ela: com música é complicado a gente trazer o jovem por obrigação. Traga ele para a aula; ele vai assistir a aula, e se ele se sentir bem e gostar, ele vai ficando. E assim a gente vai indo, e é assim que eu faço com os pais quando vêm. Aí, assim ela fez, trouxe. Quando ele ganhou confiança, ele me contou isso, e pediu “pelo amor de Deus” que eu não contasse para a mãe dele. Claro, e eu não sou nenhum maluco de contar. Estou contando aqui porque eu não preciso identificar quem é. Aí, ele conversou, e eu disse: “sério, velho, você chegou a fazer?”. Aí, ele disse: “fiz, professor, e me arrependi”. E disse: “primeira vez que eu fiz, eu fiz, na verdade, sem saber”. **Como meu irmão era do meio, eles me viram passando e me deram um saco, e pediu para eu entregar, só que eu não sabia o que era**. Aí, ele pegou e entregou. Aí, o irmão pegou ele, interpelou, e perguntou a ele: “quem fez aquilo”; e se ele sabia o que era. Aí, ele disse: “não, eu fiz um favor; eu faço favor pra tanta gente, não posso fazer pra ele?”. Fez. A segunda vez – porque o irmão chamou os parceiros a atenção – o menino que pediu a ele já disse logo o que era: “olha, velho, você agora é do movimento, e aí?”. Aí, ele: “eu vou ganhar quanto?”. **Olha o menino já entrando, né?** Aí, ele pegou e fez, né? O menino não deu aquele dinheiro, mas já deu alguma coisa. Foi quando ele veio para cá. Quando ele veio para cá, já quebrou isso dele ficar o dia inteiro na rua. Ele me contou isso. O irmão dele, ele ficava o tempo inteiro tentando convencer o irmão dele de vir para cá também. E hoje, o sonho dele é ser policial. Todo dia me pergunta o que ele tem que fazer pra entrar na polícia para ser policial. Não quer conta com os meninos. Os meninos tentam chamar ele, e conversam. E eu já disse a ele que não era para ele procurar briga, né? Mas para que ele se afaste apenas, só não vá. Qualquer situação, você informa à sua mãe, para a sua mãe chamar a atenção. Porque quando o adulto chama a atenção, eles veem de outra forma, né? Mas também não peça a sua mãe para que ela vá brigar porque também ela pode correr risco. Mas chame ela e diga: “mãe, peça a este menino, querendo que eu fique conversando com ele, e diga que eu não quero”. Pronto. Ele disse que ainda não precisou chamar a mãe. Bom, né? E que ele mesmo resolveu. Então, ele fica querendo ser, o sonho dele é ser policial. (Soldado D, 2016 – grifos meus)

Neste relato podemos notar, além da vulnerabilidade, ou mesmo, contra ela, o “embate” do nosso pequeno ator entre a “sedução de lá de fora” e aquele outro lado, diametralmente oposto, exatamente onde o soldado professor o aguarda para mais uma manhã de aula. Também pode nos parecer evidente aquela janela da não intencionalidade de cair no “meio de risco”, onde dois caminhos polarizados poderiam se abrir: um, da permanência nele, e com todos os desdobramentos possíveis, incluindo, o risco da morte precoce⁴⁹; o outro que estaria naquela “zona cinzenta” ou naquelas “nuances”, as quais me referi no início deste texto. E, no entender dos atores, inclusive, é justo neste espectro que as ações de prevenção podem ainda interceder e fazer alguma diferença diante daquela bifurcação ou entre as nuances, sendo o “mundo do crime” pensando em outros termos.

Fazer a diferença, todavia, não significa estar livre das incertezas e dos desafios que tentei elencar até aqui. Tanto assim que eles mesmos os reafirmam em vários momentos, reconhecendo todas as limitações postas, a exemplo das condições quase sempre fragilizadas de trabalho; dos conflitos institucionais internos; da “deslealdade” entre o tempo de convivência que eles têm com seus alunos e as “seduções todas lá de fora”; do difícil acompanhamento familiar, sobretudo, por se tratar de uma das fases mais sensíveis da vida destes meninos, evidentemente, sem a maturidade e discernimento necessários para se contrapor às “seduções lá de fora” ou para “decidir” quais ações e condutas adotar em seus cotidianos de um modo geral. Apesar deste conjunto de desafios, as falas a seguir avançam em mais algumas respostas:

E ele passou o seguinte: ele passou um tempo lá ouvindo dos meninos – “ah, quer dizer que agora você é alemão, né?”. Porque “alemão” para eles é inimigo, né? [...] E aí, neste período, eu ficava muito conversando com ele pra que ele não desse ouvido, não ficasse chateado, para evitar conflito com os meninos porque os meninos poderiam fazer alguma coisa com ele. Então, lá fora para ele foi muito mais desafiante até do que chegar aqui. Hoje não. **Hoje ele já tem um posicionamento. Os meninos já sabem que ele não é do movimento, e não vai ser, em nome de Jesus, ele não vai ser do movimento.** Nem tentam mais, e nem chamam mais ele de “alemão”. De vez em quando vem um e outro aqui, e ele me diz: “poxa, professor, os meninos estão me encurralando ali, professor” – os meninos usam este termo – “porque eu vim pra Base, e eles ficam soltando piadinha”. Então, eles soltam piadinhas, mas não é

⁴⁹ Tal como os indicadores que apontamos anteriormente têm nos confirmado: as altas taxas de homicídio da população jovem, negra e de baixa escolaridade, residentes das chamadas “periferias urbanas”, no Brasil, a partir dos anos de 1980.

mais da forma que foi no início. Então, o desafio para ele foi grande para suportar lá fora: ouvir piadinha e não reagir, que é a orientação que eu dava a ele aqui, que era não reagir. E ficar falando com ele assim: “olha, isto é normal; eles vão sempre fazer isso porque eles têm a gente como inimigo, se você é nosso amigo, pra eles, você se tornou inimigo, só que se você brigar, aí sim, você vai ser inimigo”; “você não pode brigar com eles”; **“você tem que se posicionar de tal forma que eles saibam que você não vai se envolver”**. (Soldado D, 2016 – grifos meus)

Teve uma situação interessante semana passada. A gente tem um aluno aqui que a gente acompanha ele bem de perto assim. Ele tem uma família um pouco problemática. E o que aconteceu: tem uma rixa aqui, deste lado aqui, Bomba, com o lado de lá, que é o Camarão, não se batem. É um processo histórico completamente complicado. As crianças crescem e aprendem a fazer isso também. É tanto que o pessoal de cá não consegue ir no posto de saúde porque não pode passar, tem que ir no Alto das Pombas. É uma divisão bem complexa mesmo. E o que aconteceu: a gente recebeu reclamação de um aluno jogando pedra que caiu no telhado de não sei quem e tal, e aí a gente chamou ele: “poxa, fulano, como é que a gente está aqui e está recebendo reclamação sua?”; “você jogando pedra na casa dos outros?”. [Ênfase] Aí, ele: “eu não joguei pedra na casa, eu joguei nos meninos que estavam jogando pedra em mim, aqueles meninos do Bomba”, porque ele mora no Camarão. Aí, a gente falou: “você errou, e você sabe que você errou porque a gente já falou para você que quando eles jogarem pedra em você, não revide, chame a gente que nós vamos lá resolver”; “eles vão parar de jogar pedra em você”; “a gente vai entrar nesta hora”. E aí, ele ficou todo na dele assim e tal. E ficou meio chateado porque o que ele queria mesmo era revidar, ele queria jogar de volta a pedra porque jogaram a pedra nele e ele queria jogar de volta, entendeu? [Risos]. Mas **esta mediação é que a gente tem este cuidado**. Quer dizer: “se você perceber quem é, diga quem é”; porque eles se conhecem, eles sabem quem é. Pronto: “diga quem é que a gente vai e resolve”. (Soldado B, 2016 – grifos meus)

[...] E estas posturas, principalmente com estes jovens, e que eu digo que é uma **fase crítica**, que é dos **12 aos 16 anos**, que é a fase que **eles são mais assediados**. Até porque estão criando maturidade, aí começam a dar um pouco mais de valor patrimoniais, já começam a dar um pouco mais de valor a isso, entendeu? Há um valor, há uma posição social dentro da sociedade, dentro da comunidade, entre os amigos deles, entendeu? Então, já começa a se ter: “o que é que eu vou galgar para mim?” Entendeu? E aí, eu acho que entre os 12 aos 16 anos, se estrutura muito isto daí. **É o momento em que ele está com muita coisa na cabeça e sendo assediado**. Transformações na cabeça e internamente. Então é a fase que a gente chama da “aborrecência”, né? Muitos conflitos, e “o mundo me odeia”, e “não sei o quê”, entendeu? Então, com as orientações que a gente vai dando aqui, a gente vai dando as orientações, e passando para eles as ideias, e vai desmistificando muitas coisas, mostrando para eles que **eles são capazes de conhecer o mundo fora do Calabar, e que existe um mundo maior do que as vielas do Calabar, que existem coisas maiores para se conquistar, e que não é só os limites do Calabar**. E a gente sempre tenta mostrar para eles que eles têm um potencial muito maior do que eles pensam. **Trabalhamos isto daí**. E que não é o tráfico, não é o movimento que vai

valorizar isso. Muito pelo contrário: para ser do tráfico, basta ser qualquer um. Mas para você ser diferente, para você ser o “bom”, para você ser o “melhor”, pra você se destacar positivamente aí, filho, você vai depender só de você. E quando você depende só de você, e não depende dos outros, pra ficar lá dizendo que “você tem que ser o máximo”, e que você depende só de você, você deixa de ser interessante pra eles. Porque eles querem as mesmas pessoas para continuarem na mesma situação que eles. Aí, eu sempre digo: “eles querem alguém até numa condição pior do que a deles”; “por que?”; para dizer que tem “alguém pior do que eu”, ou, “você é igual a mim”. Então, procure ser melhor. Melhor como? Estudando, sendo cidadão. (Soldado A, 2016 – grifos meus)

Em todos os relatos, podemos notar que a “palavra franca” entre os professores soldados e seus alunos rouba a cena, parecendo mesmo se constituir na mais efetiva das respostas. E a “palavra franca” aqui assume o sentido da *parrhesia*, mais precisamente, a partir das reflexões tardias de Foucault para quem esta seria “uma virtude, dever e técnica que devemos encontrar naquele que dirige a consciência dos outros e os ajuda a construir sua relação consigo”; ou ainda como: “a obrigação e a possibilidade de dizer a verdade nos procedimentos de governo podem mostrar de que modo o indivíduo se constitui como sujeito na relação consigo e com os outros” (FOUCAULT, 2004: 43). Traduzindo estes “procedimentos de governo”, admitindo que eles estejam em primeira e última instâncias naquele encontro mais íntimo entre o professor soldado e seu aluno, ali, no calor daquelas falas, podemos ter algo próximo do que Maraschin e Dametto (2016: 995) reelaboraram para repensar a relação entre profissional e usuário da saúde, também prenhe de “procedimentos de governo”, como sabemos, assim propondo:

Do pensamento tardio de Foucault, é possível “ver nascer com clareza uma reflexão a respeito dos métodos, dos conhecimentos e dos exercícios necessários para impulsionar uma dinâmica formativa direcionada ao dizer – fazer ético” (FREITAS, 2013: 332). Por essa razão, elege-se essa etapa do pensamento de Foucault, destacando a relação que se estabelece entre amizade e parrésia (o dizer verdadeiro, franco-falar) na direção da consciência. Nas palavras de Foucault (2004: 169), tem-se que: “*Parrhesia* é a abertura do coração, é a necessidade, entre os pares, de nada esconder um ao outro do que pensam e se falar francamente. Noção [...] a ser elaborada, mas que, sem dúvida, foi para os epicuristas, junto com a de amizade, uma das condições, um dos princípios éticos fundamentais da direção” (FOUCAULT, 2004: 169). (MARESCHIN e DAMETTO, 2016: 995)

Este “coração aberto” para o “franco-falar”, o “dizer verdadeiro”, evidentemente, não anula conflitos, não isenta de equívocos de toda sorte. Ademais, no bojo deste

recurso à “palavra franca”, e na perspectiva da construção de um vínculo o mais amistoso e pautado na confiança mútua possível, em que pese toda o potencial construtivo que isto possa ter, estamos também diante de conteúdos que nos conduzem novamente aos desafios da prática, da “vida vivida” ali e, mais ainda, lá fora. Com isto estou querendo dizer e reconhecer que a “forma” me parece bastante adequada e mesmo efetiva e/ou afetiva, já os “conteúdos” são carregados das tantas dificuldades que nos levam ao bom e velho dito popular: “na teoria é fácil, mas na prática!”. Mesmo assim, os atores têm elencado muitos êxitos no que tange à prevenção de certos “descaminhos”, mas também reconhecido algumas perdas e, diante disso, maior necessidade de investimentos, para além dos seus esforços, em termos de ampliação e fortalecimento das ações preventivas voltadas não apenas ao público que acolhem, mas também aos demais.

Em assim sendo, na primeira fala, por exemplo, um dos “conteúdos desafiantes” está em se contrapor incisiva e efetivamente ao “etos guerreiro” quando o professor soldado apela por “mediação” para a resolução de conflitos entre os “inimigos”, tal o termo belicoso que não raro utilizam. E aqui recorro novamente a Zaluar (2014: 45) quando analisou profundamente o “meio de risco” ou as “seduções de lá de fora” na cidade do Rio de Janeiro, afirmando que “entre os jovens que se juntavam às quadrilhas de traficantes, houve também a interiorização progressiva do etos guerreiro, a hipermasculinidade ou o excesso na virilidade agressiva e destrutiva que passou a impregnar o lugar onde viviam”. Todavia, e segundo esta autora, a prevenção da construção e da cristalização deste etos é plenamente possível, uma vez que “essa figuração do etos guerreiro entre os traficantes de drogas pode ser revertida, pois não é natural, a não ser na visão de senso comum dos que estão tomados pela identificação com tal etos, nem é eterno, pois **tudo está em perpétua mudança**” (ZALUAR, 2014: 45 – grifos meus).

Se tudo está em “perpétua mudança”, e os atores partilham desta visão, podemos então falar em abordagens preventivas não como ações estanques e necessariamente pré-formatas, mas sim enquanto movimentos permanentes, vigilantes e oportunos, no sentido de que as ações que destaquei até aqui, e tantas outras, podem mesmo se verter em constantes oportunidades para se atentar e se prevenir violências, sobretudo, porque as compreendi aqui enquanto forma de sociabilidade presente nas mais diversas relações e interações. Sobre o público em destaque, os atores falam claramente em uma “fase crítica”, identificada em um recorte etário que contempla especialmente os 12 aos 16 anos, e sobre o qual é preciso se debruçar porque então uma “janela de oportunidade” para “fazer a diferença” na construção da trajetória biográfica destes sujeitos.

Início da adolescência, 12, 13. É a média e é aí que pode começar o problema. (Soldado Luz, 2016)

Os hormônios estão! (Soldado Yan, 2016)

Isso, 12, 13, 14 anos. Justamente é a fase mais sensível! (Soldado Bruno, 2016)

Encerro este capítulo destacando o “mundo fora do Calabar que eles são capazes de conhecer”, ou ainda “que existem coisas maiores para se conquistar, e que não é só os limites do Calabar”, tal como insiste um dos nossos atores. Este tipo de insistência, a propósito, contrasta radicalmente com uma das visões críticas acerca do policiamento comunitário nos moldes vistos atualmente no país, a exemplo das UPPs e das próprias Bases, e que interpreta a sua existência enquanto mais uma forma de segregação entre a “periferia urbana” e o centro, uma vez que garantida a segurança ou mesmo a “pacificação”, outros serviços públicos e privados se tornam viáveis no território, de modo a confina-los em suas próprias fronteiras, constituindo-se assim em mais um meio sutil, porém efetivo de cerceamento de direitos, no caso, do direito à cidade, à cidadania plena.

Todavia, e ainda que algum teor desta crítica possa lograr alguma pertinência, o conjunto das experiências e dos dados deste estudo indicam mais nuances do que posicionamentos mais homogeneizadores. Tanto assim que, por exemplo, aquele apelo feito de se poder galgar um “mundo para além dos limites do Calabar” parte do discurso de um soldado e, mais do que isso, das suas ações e dos demais atores que segui⁵⁰. E a insistência vai além: “a gente sempre tenta mostrar para eles que eles têm um potencial muito maior do que eles pensam; trabalhamos isto daí”. Por outro lado, insistem os atores a contrapartida dos seus alunos e alunas: “então, procure ser melhor; melhor como? Estudando, sendo cidadão”. E é justo naquele rol de ações, em mão dupla e permeado de desafios das mais diversas naturezas, mas também farto de insistências e superações, parte a parte, que encontrei o prevenir e o ir além.

⁵⁰ A minha interação se deu também com atores de outras Bases Comunitárias de Segurança espalhadas pela cidade de Salvador ao longo do estudo, em ocasiões diversas como participação em cursos, oficinas, seminários voltados a este público. Isto é, no período da etnografia, pude interagir com policiais vinculados a outras BCS, o que oportunizou observar e discutir a ocorrência de ações de natureza semelhantes àquelas que enfoquei neste capítulo. Também destaco as ricas trocas realizadas com colaboradores do oficialato da polícia militar da Bahia.

Considerações finais

Neste estudo tive como objetivo descrever processos de ação e de interações entre atores comunitários e pertencentes a instituições presentes em um dos bairros populares de Salvador, conhecido pelas suas histórias de mobilizações e resistência, o Calabar. Entre tais processos, o objeto privilegiado da atenção esteve na prevenção das principais expressões de violência sentidas neste espaço, e aqui ressalto uma das decisões teórico metodológicas assumidas nesta pesquisa: tentei calar suposições, preferindo que o território e o atores apontassem ou verbalizassem quais violências são mais frequentemente vivenciadas. Ou seja, evitei o quanto possível uma tendência apriorística acerca da dinâmica deste fenômeno, neste lugar.

Entretanto, e a despeito desta livre manifestação, reconheço alguns riscos desta opção: é possível que certas formas de violência tenham sido mais enfatizadas que outras, e algumas até tenham sido silenciadas, uma vez que os olhares captam diferentes espectros e exacerbações de um mesmo fenômeno – “a violência” – e também porque esta apresenta-se muito diversamente, ora sutil, quase imperceptível, ora explicitamente. Dentre os silêncios destaco um dos que considere mais prolongado e preocupante: aquele sobre os idosos, muito embora, na vivência em campo, pude flagrar expressões violentas incidentes no universo senil, tal como a literatura tem apontado, a exemplo de sinais de negligência do cuidado amplo senso, quedas em vias públicas em virtude das irregularidades estruturais que sinalizei, quadros de isolamento, entre outros.

No primeiro capítulo, uma das expressões violentas mais pronunciadas pelos atores, e flagradas em muitos dos maus tratos e descasos com os espaços públicos do bairro, vinculou-se ao que chamei de “violência de base”, o que está muito próximo do que a literatura reconhece como “violência estrutural”. Porém optei pela primeira por pretender reforçar mais a ideia de que se trata de uma violência que é o “solo árido” sobre o qual vive boa parte da comunidade do que aquela que se “estrutura” ou, talvez, seja “estruturante” na vida destas pessoas. E, por este “solo árido”, entenda-se especificamente a ausência ou a fragilidade de direitos básicos como consequência direta da omissão dos poderes públicos em provê-los em sua plenitude. Nesta dimensão, portanto, ganhou destaque a confusa e morosa questão fundiária no bairro, cerceando assim o direito à propriedade, inclusive, de famílias que há gerações vivem neste território, assim como aspectos de infraestrutura urbana quase sempre precários por

conta de uma manutenção rarefeita ou mesmo inexistente, conforme amplamente assinalado pelos interlocutores.

Avançando ainda no conjunto de expressões violentas mais sentidas, e em resposta ao primeiro objetivo específico, observei uma ênfase sobre as idades mais precoces – infância, adolescência e juventude – e na chamada “violência de gênero”, sendo as relações entre parceiros íntimos cenários comuns de conflitos nos quais alguma exacerbação violenta grita aos olhos dos atores, como foi possível também vivenciar nesta etnografia. Além destas, deparei-me com processos violentos mais difusos e, digamos, centrípetos, a exemplo da produção de distorção da identidade do bairro que incide sobre os seus moradores, através de um estigma cristalizado do “lugar do crime e da violência”, com todos os desdobramentos para a vida destes nas mais diversas interações “lá fora”. Fomentando tais processos, em algum grau, e/ou em decorrência dele, encontrei também o racismo vivenciado na comunidade, e em seus três níveis de expressão (CAMARA JONES, 2000), sendo mais ou menos acessíveis se mais escancarados ou mais tácitos.

Todas estas manifestações de violência, e mesmo aquelas que, como dito acima, escaparam do olhar mais focado, estive as compreendendo enquanto uma “forma de sociabilidade” (TAVARES DOS SANTOS, 2014; 1998). Ou seja, admiti, em todas aquelas expressões uma sociabilidade que pode ser “violenta”, como defende Machado da Silva (2000), ou ainda como propus aqui, e concebendo “forma” desde a abordagem teórica eleita, uma sociabilidade que “transporta” algum teor de violência. Na prática, isto significou que há algo que as “unificam” enquanto “violência”, ou, dito de outro modo, há algo que conforma e distingue o que é “violento” daquilo que “não é violento”, no sentido de um “substrato comum” entre a diversidade, em que pesem as especificidades que cada expressão possa ter.

E foi mais direcionada a este “substrato comum”, ainda que considerando algumas particularidades, que busquei descrever e analisar as ações de prevenção abordadas nesta tese. Assim, e já adentrando no segundo objetivo específico, quando imersa no campo para então conhecer o conjunto de ações de prevenção da violência, as quais poderiam ser “catalogadas” e “categorizadas” a partir daqueles referenciais mais assépticos e muito bem elaborados, ocorreu-me a primeira frustração: não havia, em lugar algum, nem na Unidade de Saúde da Família, nem na Base Comunitária de Segurança, nem nos espaços comunitários, uma placa bem sinalizada e escrita – “aqui se faz prevenção primária ou secundária ou mesmo terciária da violência”; ou ainda “aqui se

previne situações de violência através de medidas ‘universais’ e/ou ‘seletivas’ para o seu caso, agende o seu horário!”.

Apesar disto, os atores não estavam de braços cruzados. Ao contrário, agiam e muito entre mediações das mais diversas. Assim, o que mais pude observar ao longo da convivência e das interações foi uma variedade de ações que em algum ou em muitos pontos contemplava o objeto em foco, o “prevenir violência”, mesmo que, em muitas ocasiões, não tivéssemos, eu e os atores, a sensação de uma consciência imediata disto, isto é, uma percepção clara e organizada a respeito daquele agir. Digamos então que tal clareza, de um lado e de outro, decorreu muitas vezes de um processo dialógico e de reflexões acumuladas no tempo, de modo que, via de regra, não estavam dadas, prontas e rotuladas, como se poderia supor.

Este, a propósito, é um dos aspectos que considero dos mais relevantes entre as conclusões deste estudo, uma vez que – e não apenas nos contextos analisados, mas defendo aqui uma possível extrapolação – as pessoas podem agir preventivamente no cotidiano das suas ações e interações sem que estas sejam imediata e claramente qualificadas como tal. Ou seja, uma das conclusões que sustento é que os atores podem agir preventivamente, com alguma regularidade e impacto importante no seu entorno de interações e relações, de modo que o que mais lhes faltariam, por assim dizer, seriam maior sistematização e apoio dos poderes públicos através de políticas mais sensíveis, inclusivas e efetivamente embasadas na participação comunitária, isto é, a partir do protagonismo dos atores que já exercem um papel significativo nestes processos.

Outro aspecto que considero essencial entre as ações aqui reside: por abordarem preventivamente violência(s) de modo mais espontâneo do que necessariamente programático – embora assim também tenham acontecido em ações pontuais ou permanentes – evitou-se em muitos momentos, e mesmo que involuntariamente, aprofundar a já esgarçada e estéril dicotomia, típica das abordagens mais convencionais da violência, na qual temos, de um lado, “o agressor” e do outro “a vítima”. Com isto, evidentemente, não estou querendo dizer que não existam assimetrias e diversidade de contextos, e que os atores as negligenciem, e assim desconsiderem as demandas próprias de cada sujeito em uma dada situação de violência.

Estou apenas reconhecendo e valorizando o fato das ações de prevenção vistas no bairro, em sua maioria, apresentarem um caráter mais inclusivo, difuso e ainda resistente, em alguma medida, a cristalizações de estigmas decorrentes daquela polarização estanque da “vítima” e do “agressor”, a qual, muitas vezes, pode encerrar

outras tantas violências na mediação com e entre estes sujeitos, além dos riscos de se aprofundar conflitos e um distanciamento que, não necessariamente, é o desejável, sobretudo porque estamos falando de muitas situações de violência alocadas entre laços familiares e afetivos. Aqui podemos lembrar de Glória, nossa agente comunitária de saúde, que assim dizia em diversas ocasiões das nossas trocas: “quando uma mulher se queixa do comportamento do seu marido, pai de seus filhos, nem sempre ela quer que ele se afaste ou que vá preso, ela quer que ele pare”.

Diante disto, e considerando a legislação e as políticas públicas que temos hoje no país ou no nível local, questionamos: quem poderia efetivamente fazer ele parar? O setor da saúde, da educação, da assistência social, da segurança, da justiça? Todos eles juntos e articulados? Os estudos temáticos têm indicado que sim, e prescrevem quase uníssono a chamada "intersectorialidade". Este lugar tão reivindicado, mas tão difícil de se ser consumado, inclusive porque tudo que é "inter", e tal como nos diz o prefixo latino, não está nem aqui, nem acolá, mas "entre", na "passagem", em uma "ponte", ou seja, por natureza, em um lugar transitório, onde, via de regra, não se pode parar, estacionar, menos ainda abrigar, nem em cima, nem embaixo, os saberes e os setores todos a agir sobre a complexidade do nosso objeto e de qualquer outro.

Intersectorialidade é, portanto, trânsito, fluxos, movimentos contínuos. Por assim sê-lo, e concordando com Pimentel (2012: 130), "fazer ponte é sempre um desafio", de modo que esta deve ser "pensada, planejada e executada de forma a não haver danos para quem vai fazê-la e por quem vai por ela passar"; e "ser ponte", mais ainda desafiante, porque "é ser detentora de uma história e deixar-se atravessar por culturas diversas, com vários olhares, diversas vozes e diversos passos" (PIMENTEL, 2012). A propósito, o quão têm sido "pontes", harmonicamente movimentada, as nossas políticas públicas, em especial, aquelas voltadas à prevenção da violência?

Sem uma conclusão segura para isto, mas de posse dos sinais que este estudo nos ofereceu, retornemos àquele olhar preventivo: afinal, quem poderia efetivamente fazer ele parar muito antes de uma condição mais grave, a de "criminoso", e com todos os estigmas e desdobramentos que isto tende a implicar? De certo que, se este é um desafio para o estado brasileiro em todas as respostas que tem buscado dar, ainda que fragilmente articuladas, tal como a literatura tem apontado, é também muito desafiante para os atores no calor das suas interações. E aqui o desafio não se esgota, evidentemente, nas relações conjugais, mas nas relações interpessoais amplamente postas. Nesta pesquisa, destaco expressões de sociabilidade violenta entre pais, mães e

filhos, com uma ocorrência importante, conforme os atores sinalizaram, evidenciando os desafios de trabalhar preventivamente com o universo adulto, especialmente verbalizando: precisamos de recursos, precisamos de profissionais, precisamos.

Em outro giro, e ao continuar seguindo os atores, aponto mais um importante aspecto: vivenciei mais ações de prevenção do “nível primário”, isto é, caracterizadas por uma abordagem que propriamente antecede eventos violentos do que aquelas “secundária” e “terciária”, quando então as violências já se consumaram e as medidas se voltam aos esforços e tentativas de contenção de recidivas e/ou da intensificação dos desdobramentos. Em relação aos chamados “grupos alvo”, tive mais frequentemente diante daquelas ações consideradas “selecionadas”, quer dizer, aplicadas a “grupos de pessoas identificados como estando sob maior risco de envolvimento” em situações de violência (PERES, 2014; KRUG et al. 2002). É o caso então da ênfase que referi acima sobre as crianças, adolescentes, jovens e mulheres. Sobre estas últimas, a questão geracional fora discretamente contemplada pelos atores, embora reconhecidas as demandas e os desafios da prevenção diante delas, em especial, do universo senil.

Por outro lado, foi justo na geração mais velha que encontrei as ações de prevenção daquelas violências mais difusas, como a “violência de base”, as complexas questões fundiárias, os problemas infra estruturais do bairro, uma vez que acumulam todo um histórico de mobilização e resistência, especialmente vistos nas décadas de 1970 e 80 quando foram vistos os quadros mais incisivos dos riscos da expulsão em massa dos moradores daquela localidade. A juventude dos dias de hoje, por sua vez, também tem respondido preventivamente a processos mais difusos e tanto violentos, como aquela distorção de identidade comunitária e o racismo em todas as suas nuances, tal como vimos no protagonismo de Benedito, de Flora, de Luan e de tantos outros que contribuem direta ou indiretamente com esta pauta. Estas ações, se é interessante classifica-las porque inspiradoras para outros espaços urbanos semelhantes, são aquelas ditas “comunitárias”, isto é, “voltadas para a modificação de características dos contextos comunitários que se mostram associados a maior risco de vitimização violenta, a exemplo de medidas de urbanização dos espaços públicos, iluminação pública, intervenções nos ambientes escolares, entre outros” (PERES, 2014; KRUG et al., 2002).

Já aquelas ações de prevenção individuais e relacionais, ainda em conformidade com o modelo que aqueles autores propõem, foram mais timidamente sentidas, muito embora tenham sido relatados casos, em especial, nos contextos da atenção à saúde e à segurança presentes no bairro. Na saúde, os nossos atores vinculados a esta – Glória e

Bento – apontaram os desafios postos na prevenção desde aquelas perspectivas, uma vez que a maior parte das situações de violência que chegam ao serviço demanda um preparo institucional e da própria equipe que ainda é deficitário em face da complexidade dos aspectos implicados neste agir preventivo, a exemplos, e a começar, das insuficientes formações técnica e profissional referentes ao próprio universo das violências, perpassando o diagnóstico ao tratamento, encaminhamento e acompanhamento dos casos, bem como são incidentes questões de ordem cultural concernentes à própria dinâmica das violências, como os medos do envolvimento, de possíveis represálias, revides, entre outros. Ademais, tais níveis de prevenção, via de regra, reclamam uma articulação forte e afinada entre serviços e instituições que conformam aquela “rede” concreta de atenção, proteção e responsabilização (FALEIROS, 2001), acolhedora e resolutiva em face das demandas complexas das pessoas em situação de violência.

Por falar em articulação das ações, e se voltando ao cenário em foco, é possível dizer que esta também se mostrou tímida entre os três âmbitos aqui privilegiados, a saúde, a segurança e os dispositivos comunitários mais ativos no bairro, e por motivos diversos, e que aqui sintetizo. Partindo da saúde, observei que fora praticamente inexistente a interação desta com a segurança, e do ponto de vista do agir preventivamente, seja através de ações mais pontuais ou daquelas permanentes; já com as ações comunitárias, há um outro quadro de articulação quando aquela provocada à interação, sobretudo, em eventos mais pontuais, como feiras de saúde, oficinas temáticas, rodas de conversa, entre outras. Partindo da segurança, é recíproca a quase nula interação com a saúde no contexto das ações de prevenção aqui enfocadas; já com a comunidade, encontrei três tipos de situações: aquelas lideranças e moradores que interagem abertamente, a exemplo do público que descrevemos no último capítulo, aqueles que interagem com alguma reserva ou mais esporadicamente, e aqueles que não o fazem em nenhuma circunstância. Finalmente, partindo das lideranças comunitárias, via de regra, ambos os setores buscam atender quando então provocados, dentro das possibilidades e em meio aos desafios das mais variadas naturezas.

Desafios, tal como busquei revelar exaustivamente, impuseram-se em todos os contextos onde os atores cavam as condições mínimas para existir e agir, em especial, diante do objeto em relevo neste estudo. Assim, se houve um aspecto transversal a todas elas é mesmo o conjunto de dificuldades que perpassa desde as condições mais basais, como a própria adequação dos espaços físicos, e aqui entram a Unidade de Saúde, a Base, os dispositivos comunitários, e segue com os demais elementos para

operacionalizar e manter as ações, a exemplo da Biblioteca Comunitária, importante mediadora do agir preventivo no bairro, sobrevivente às custas de editais e de recursos privados; e também no que foi visto entra as ações do policiamento em sua dependência dos esforços individuais e igualmente de particulares em muitos momentos.

Em face disto, e já diante do último objetivo, ressalvo que, ao buscar analisar os limites e as potencialidades das ações que descrevi ao longo, atentei para o quanto estes aspectos poderiam informar, primeiramente, sobre a presença efetiva do Estado, ali através de políticas públicas mais amplas, mas também naquelas especialmente voltados ao objeto e, como visto, conduzidas tanto por atores comunitários, quanto por aqueles situados nos serviços públicos, no caso, da saúde e da segurança. Na mesma linha, segui observando também o quanto destas experiências, em seus desafios e avanços, poderia ser inspirador para as políticas em vigência ou a se formular em face das demandas preventivas da violência.

No primeiro caso, muitos foram os questionamentos dos atores sobre o papel do Estado, sobretudo, no provimento das condições básicas dos serviços essenciais existentes ali no bairro, como saúde, educação, infraestrutura, segurança, e mais ainda quando se está tratando das ações que avançam na prevenção de violência. Tanto assim que as conclusões de Trad et al. (2014: 133), desde uma ampla pesquisa realizada no Calabar a partir de amostra censitária, apontaram para uma "insatisfação generalizada no que se refere a intervenções dirigidas à melhoria da qualidade de vida no bairro" após a implantação da Base, em contraste com "os discursos oficiais, tanto no plano nacional, quanto nas esferas estadual e municipal que reforçavam o fato de tratar-se de uma estratégia de caráter intersetorial que contemplaria investimentos" para além do policiamento comunitário.

Se a famigerada "intersectorialidade" tende a ser mais retórica do que efetiva nas políticas e nas ações voltadas à abordagem preventiva da violência – como também pude verificar neste estudo – olhemos então o que parece ser mais substancial. Aqui, Reichenheim et al. (2011: 75) afirmam que, "em resposta aos maiores problemas de violência e lesões, o Brasil fez grandes avanços em termos da legislação e planos de ação", entretanto, "o principal desafio é avaliar esses avanços para identificar, estender, integrar e manter os bem sucedidos".

Ainda que avaliação seja um dos componentes das políticas públicas mais deficitários, e não sendo uma particularidade daquelas que se dirigem à prevenção da violência e do crime, insisto em apontar algumas conclusões deste estudo que julgo

relevantes em termos de contribuições para se (re)pensar o que já temos acumulado no país enquanto respostas políticas à problemática em foco. Evidentemente, não me reportarei em profundidade a uma ou a outra política, lei ou plano de ação para dialogar com tais proposições, inclusive, porque são abundantes, tal como aqueles últimos autores sinalizaram. Diante disso, quiçá, o que mais urge não sejam exatamente mais formulações, mas sim efetivação, articulação e avaliação do amplo rol do que já dispomos, todavia sobre isto caberia a outra pesquisa, em outros moldes, que não esta.

Nesta, por sua vez, é cabível concluir que, as experiências do agir preventivo dos atores que segui, a despeito de uma gama de desafios, com destaque para as amplas restrições de recursos, coisas importantes podem acontecer naquela direção: vulnerabilidade pode ser reduzida através de ações inclusivas; percursos biográficos podem ser reconduzidos em relação a certas trajetórias marcadas por riscos de variadas ordens; sujeitos podem ser fortalecidos em face a processos frequentes de vitimização, a exemplo do racismo, da chamada "violência de gênero", da violência física, sexual, entre outras expressões. Diante disto, uma questão que considero central se desdobra: se os poderes públicos se fizessem de fato mais presentes, através da efetivação plena das políticas públicas em curso, o quanto esta mediação dos atores, que já agem em meio a tantas restrições e desafios, poderiam se potencializar, inclusive, mutuamente? O quanto de efetividade e resolutividade seria possível lograr com este reposicionamento?

As respostas nos parecem positivas, sobretudo, quando observamos o estudo de caso realizado por Paim, Costa e Vilasbôas (2009: 486), ao analisarem a "formulação e os desdobramentos preliminares" do então denominado Plano Intersetorial Modular de Ação para a Promoção da Paz e da Qualidade de Vida, na cidade de Salvador, concluindo que o mesmo se deparou com velhas resistências e grandes desafios que minaram a "efetivação desta política". A exemplo destes entraves, figuraram a insuficiência de provisionamento orçamentário para "assegurar a sua implantação", isto é, o baixo apoio financeiro; a insignificante "mobilização de recursos de poder para vencer a inércia institucional e as resistências políticas e burocráticas", ou seja, o frágil apoio político; e a exclusão da participação comunitária dos processos decisórios, prescindindo assim do apoio da população (PAIM, COSTA e VILASBÔAS, 2009).

Deste caso, portanto, três fatores apontados aqui interessam sobremaneira porque confluem com as questões acima propostas: recursos materiais, apoio político e participação comunitária. Ou seja, no olhar daqueles autores, a plena efetivação daquele plano passaria por este trio de condicionantes. Na leitura que proponho a partir deste

estudo, mesmo na falta de recursos adequados e de apoio político, não desconsiderando, evidentemente, a fundamental importância da mediação destes, a participação comunitária pode acontecer. E pode acontecer não enquanto uma agregação abstrata e absorva em um vácuo político, mas sim nas iniciativas e nas ações dos atores que podem ter mais ou menos potencial de mobilizar e de agregar, ou seja, de ser e fazer política. Dito de outro modo, **os atores agem**, mesmo em meio a muitas lacunas e improvisos, e a construção do "coletivo" pode se consumir, mais ou menos forte, e em relação direta com as **condições materiais**, isto é, de **amplos e adequados recursos**, os quais, por sua vez, são esperados como resposta concreta e efetiva dos poderes públicos.

Ou seja, na prática, e em termos de proposições, planos e políticas afins poderiam ter algum efeito positivo somado se cogitarem partir do lugar onde muitos atores já fazem, a despeito dos desafios todos. Defendo, portanto, a tese de que o fortalecimento de políticas requer um movimento permanente, articulado e em mão dupla: da própria "política", enquanto *politics* e *policy*, com os atores que já agem em alguma dimensão e repercussões. Em se tratando de "prevenção de violência" isto pode soar um tanto mais oportuno, uma vez que, e tal como intentei mostrar neste trabalho, esta deve ocorrer difusamente, e não apenas quando do evento ocorrido e das cristalizações feitas entre o que poderia ser uma "vítima" e um "agressor".

Assim, neste estudo, prevenir violência se travestiu de muitas e inusitadas formas: em meio às leituras em uma biblioteca; na visita a um domicílio ou na sala de espera de uma unidade de saúde; nos diálogos entre um jovem professor de dança e o adolescente que segue seus passos; na conversa franca entre um soldado feito professor e o menino que resiste a um certo "guerrear". E aqui reitero: em primeiro plano, reconhecemos, eu e os atores, que muitas situações de violência escapam do seu agir preventivo, sobretudo, nas situações mais complexas a partir do julgamento deles, a exemplo do lidar com os universos adulto e senil, as relações interpessoais calcadas permanentemente em um repertório de violência na mediação dos conflitos, etc. Em segundo lugar, e diretamente relacionada a esta ponderação, reafirmar o protagonismo e a proatividade dos atores não isenta em nada os poderes públicos dos seus papéis, sobretudo, de prover as condições adequadas para tanto, nem tampouco se considera outras formas de prevenção mais ou menos importantes, ao contrário, estas são absolutamente relevantes e, em muitos casos, devem ser sincrônicas, daí se falar em fluxos e em "rede de atenção".

Todavia, o que tendo a desconfiar – tal como o pressuposto da hierarquização acionado pelo setor saúde nos chamados "níveis de complexidade" – é que quanto mais

efetiva e abrangente for a prevenção primária, isto é, aquele que chega antes e difusamente, tanto as chances, ao menos, teóricas, de prescindir daquelas duas. Do mesmo modo, quanto mais universalizantes as medidas preventivas, em tese, menor seria a necessidade de seletividade ou de individualização porque aí, novamente, não chegamos antes e amplamente, mas estamos diante dos fatos consumados.

Em face desta imensidão, os atores agem preventivamente tanto ínfimo e capilarizadamente quanto se manifesta a própria violência enquanto "forma de sociabilidade": então nas relações interpessoais dentro e fora da intimidade dos lares; nos espaços públicos, sobretudo, na ação ou na omissão daqueles que agem enquanto Estado; nas interações das mais diversas. Tomando de empréstimo o olhar *tardiano*, estes atores agem "infinitesimalmente" imersos em um vastíssimo universo de demandas preventivas, até onde seus braços alcançam, todavia com poder tal de reverberação entre aqueles que se agregam, impactando em alguma medida a vida ali mais próxima.

Ademais, esta mesma orientação pode nos devolver o valor absoluto do "infinitesimal", de nenhuma vida a menos: do ator e daquele que com ele interage, então os compreendendo como únicos e imprescindíveis para a construção de coletivos mais pautados na liberdade, nos valores mais solidários, na promoção da vida. A última reflexão aqui posta está no desafio do reposicionamento dos poderes públicos em face destes atores, através de políticas verdadeiramente inclusivas, articuladas e resolutivas, à guisa de um potente efeito multiplicador daquele ínfimo realizador.

REFERÊNCIAS

1. ADORNO, Sérgio Prefácio. In: Porto, MSG. *Sociologia da violência – do conceito às representações sociais*. Brasília: Verbana Editora, 2010.
2. ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila. Monopólio estatal da violência. In: LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghieinghelli. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto. 2014. p. 187 – 97.
3. ALMEIDA, Andrija Oliveira; NORONHA, Ceci Vilar. Vitimização indireta por violência sexual infantojuvenil: aproximações iniciais e considerações preliminares a partir do campo. In: NORONHA, Ceci Vilar e ALMEIDA, Andrija Oliveira (orgs.) *Violências intencionais contra grupos vulneráveis: crianças, adolescentes, adultos jovens, mulheres e idosos*. Salvador: Edufba, 2012. 233p.
4. ARAÚJO, Clara; VEIGA, Alinne. Domesticidade, trabalho e satisfação pessoal: horas no trabalho doméstico e bem estar no estado do Rio de Janeiro. *Rev. Brasileira de Ciência Política*, n. 18, set – dez, p. 179 – 209, 2015.
5. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Gen Forense Universitária, 2013.
6. AROUCA, Antônio Sérgio da Silva. *O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva*. Tese de doutorado. 1975.
7. BAHIA – Secretaria de Segurança Pública. *Base Comunitária de Segurança*. Disponível em: www.ssp.ba.gov.br. Acessado em: agosto 2016
8. BARREIRA, César. Crimes de pistolagem e de mando. In: LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 308 – 317.
9. BAUMAN, Zygmunt. O sonho da pureza. In: _____ *O mal estar da pós modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
10. _____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
11. BOBBIO, Nobert. *Elogio da serenidade e outros escritos morais*. São Paulo: editora Unesp, 2011.
12. BORELLI, Elizabeth. Neoliberalismo e ONGs na América Latina. *Aurora*, ano II, n. 2, p. 12 – 7, 2008.
13. BRASIL. Lei 8069 de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil* – Brasília, DF, 16 julho 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm Acesso em: 12 ago 2016
14. BRASIL – Ministério da Saúde. *Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência*. Portaria nº 737/GM 16 de maio de 2001.
15. BRASIL. Lei 10.257 de 10 de julho de 2001 que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil* – Brasília, DF, 11 jul 2001. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil Acessado em: 10 jun 2016.
16. BRASIL. Lei 11.124 de 16 de junho de 2005 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. *Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil* – Brasília, DF, 17 jun 2005. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil Acessado em: 10 jun 2016.
17. BRASIL. Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. *Diário Oficial da União: República*

Federativa do Brasil – Brasília, DF, 08 ago 2006. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11340-7-agosto-2006-545133-norma-pl.html> Acessado em: 4 ago 2016

18. BRASIL – Centro de Referência da Assistência Social. Portal Brasil, 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2011/10/conheca-o-centro-de-referencia-de-assistencia-social> Acesso em: 22 set 2016
19. BRASIL – Ministério da Saúde – Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
20. BRASIL. Lei 12852 de 05 de agosto de 2013 que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude. *Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil* – Brasília, DF, 6 agosto 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 15 ago 2016
21. BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. Plano Juventude Viva. Brasília, 2014a. 74p. Disponível em: www.juventude.gov.br Acesso em: 12 set 2016
22. BRASIL. Procuradoria Especial da Mulher. *Mulheres na Política* – Pesquisa realizada pelo DataSenado. Brasília: Senado Federal, 2014b. 12p.
23. BRANCALEONE, Cássio. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. *Rev. Ciências Sociais*, v. 39, n. 1, p. 98 – 104, 2008.
24. BRICEÑO LEÓN, Roberto. La nueva violencia urbana de America Latina. *Sociologias*, ano IV, n. 8, p. 34 – 51, 2002.
25. BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
26. CANO, Ignácio. *Os Donos do Morro: uma análise exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. Relatório Final – Fórum Brasileiro de Segurança Pública/ Laboratório de Análise da Violência – LAV/UERJ, 2012.
27. CAPRARA, Andrea ; LANDIM, Lucyla Paes. Etnografia: usos, potencialidades e limites na pesquisa em saúde. *Interface – Comunic., Saúde, Educ*, v. 12, n. 25, 2008.
28. CASTRO, Maria Cristina D'Avila; CRUZ, Roberto Moraes. Prevenção de transtornos mentais e percepções de suporte familiar em policiais civis. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 35, n. 2, p. 271 – 89, 2015.
29. CAVALCANTE, Lidia Eugenia; FEITOSA, Luiz Tadeu. Biblioteca comunitária: mediações, sociabilidades e cidadania. *Liinc em Revista*, v. 7, n. 1, p. 121 – 30, 2011.
30. CEARÁ, Centro de Apoio Operacional Criminal. Termos e gírias utilizados por detentos. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/institucional/centros-de-apoio-operacionais/>. Acessado em: 4 set 2016
31. CEVERINO DOMÍNGUEZ, Antonio. *Conceptos fundamentales de Victmología*. Madrid: Fundación Instituto de Victmología (2008). Disponível em: www.institutodevictmologia.com Acesso em: 4 set 2016
32. CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro, Zahar. p. 23 – 62, 1984.
33. CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala boca, Calabar – A luta política dos favelados*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.
34. _____. ACM Neto e Santa Casa vão a circo: negociar terreno. Disponível em: www.fernandoconceicao.com. Publicado em: 16 set 2015. Acesso em: 5 jun 2016.
35. _____. Por lei, ACM Neto pode regularizar terra sem transacionar com a Santa Casa. Disponível em: www.fernandoconceicao.com. Publicado em: 23 set 2015. Acesso em: 5 jun 2016.

36. CONNELL, Robert; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, v. 21, n. 1, p. 241 – 82, 2013.
37. COSTA, Arthur Trindade.; LIMA, Renato Sérgio de. Segurança Pública. In: Lima, RS; Ratton, JL; Azevedo, RG. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto. 2014. p. 482 – 90.
38. COUTINHO, Joana Aparecida. Organizações Não Governamentais: o que se oculta no “não”? *Rev. Espaço Acadêmico*, ano III, n. 24, 2003.
39. CZERESNIA, Dina. Ciência, técnica e cultura: relações entre risco e práticas de saúde. *Cad. Saúde Pública*, v. 20, n. 2004. 1984.
40. ESPINHEIRA, Gey (org.). *Sociedade do medo*. Salvador: Edufba, 2008, 266p.
41. FALEIROS, Vicente de Paula. et al. *Circuito e curtos-circuitos no atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes no Distrito Federal*. Relatório Final de Pesquisa, 2001. Disponível em: www.cecria.org.br. Acessado fev 2015.
42. FELTRAN, Gabriel de Santis. Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. *Tese de doutorado*. Campinas: IFCH, 2008.
43. _____. Periferias, direito e diferenças: notas de uma etnografia urbana. *Rev. de Antropologia – USP*, v. 53, n. 2, p. 565 – 610, 2010.
44. FIALHO, Fabrício Mendes. Uma crítica ao conceito de masculinidade hegemônica. *Working Paper*. Portugal: Universidade de Lisboa – Instituto de Ciências Sociais. 2006. 14 p. Disponível em: www.ics.ul.pt Acesso em: 18 ago 2016
45. FLEURY, Sonia. Militarização do social como estratégia de integração: o caso da UPP de Santa Marta. *Sociologias*, v. 14, n. 30, p. 194 – 22, 2012.
46. FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Comunidades remanescentes quilombolas (CRQ's). Disponível em: www.palmares.gov.br. Acessado em: 8 jun 2016.
47. FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS. Salvador, cultura todo dia: Calabar. Disponível em: www.culturatododia.salvador.ba.gov.br Acessado em: 6 jun 2016.
48. FOUCAULT, Michael. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: _____. *Ditos & Escritos V – Ética, Sexualidade, Política*. Rio e Janeiro: Forense Universitária, 2004.
49. FRÚGOLI JR., Heitor. A dissolução e a reinvenção do sentido de comunidade em Beuningen, Holanda. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, v. 18, n. 52, p. 107 – 26, 2003.
50. _____. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
51. GALHEIGO, Sandra Maria. Apontamentos para se pensar ações de prevenção à violência pelo setor saúde. *Saúde Soc.* v. 17, n. 3, p. 181 – 9, 2008
52. GARTNER, Rosemary. Methodological issues in cross-cultural large-survey research on violence. *Violence Vict.*, v. 8, n. 3, 1996.
53. GIUDICE, Dante Severo; SOUZA, Regina Celeste de Almeida. O processo recente de favelização em Salvador: o exemplo do Calabar. *RDE – Rev. Desenvolvimento Econômico*, ano II, n. 3, p. 87 – 93, 2000.
54. GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. *Rev. Katál.*, v. 16, n. esp., p. 39 – 49, 2013.

55. GUINDANI, Miriam Krenzinger A. Políticas municipais de segurança. In: LIMA, RS; RATTON, JL; AZEVEDO, RG. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto. 2014. p. 559 – 65.
56. GODINHO, Letícia. Participação e segurança pública. In: LIMA, RS; RATTON, JL; AZEVEDO, RG. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto. 2014. p. 547 – 58.
57. GOHN, Maria da Glória. *Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.
58. _____. Morumbi: o contraditório bairro – região de São Paulo. *Caderno CRH*, v. 23, n. 59, p. 267 – 81, 2010.
59. HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunção da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
60. JOAS, Hans. Interacionismo simbólico. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Unesp, 1999.
61. JOHNSTON, Les. Modernidade-tardia, governo e policiamento. In: BRODEUR, Jean-Paul. *Como reconhecer um bom policiamento*. São Paulo: EDUSP, 2002.
62. JONES, Camara Phyllis. Levels of racism: a theoretic framework and gardener's tale. *Am J Public Health*, v. 90, n. 8, p. 1212 – 15, 2000.
63. KRUG, Etienne et al. *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Geneva: OMS – Organização Mundial de Saúde. 2002. 380p.
64. LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora*. Bauru: São Paulo. Edusc, 2001.
65. _____. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria Ator Rede*. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.
66. LAW, John. Notas sobre a Teoria Ator Rede: ordenamento, estratégia e heterogeneidade. 1992. Disponível em: www.necso.ufrj.br. Acessado em: 15 de setembro de 2015.
67. LEAVELL., Hugh; CLARK, Edwin Gurney. *Medicina Preventiva*. São Paulo: Editora McGraw Hill do Brasil, 1976.
68. LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, v. IV, n. 2, p. 333 – 54, 2000.
69. _____. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, p. 965 – 77, 2008.
70. LISBOA, Manuel. Organizações e meio envolvente: o caso do “policiamento de proximidade”. *Anais do VI Congresso Português de Sociologia*. Universidade Nova de Lisboa, 2008.
71. MACHADO, Elisa Campos. *Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado em Cultura e Informação, 2008.
72. MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *RBCS*, v. 17, n. 49, 2002.

73. MARASCHIN, Renata; DAMETTO, Jarbas. A parresia como experiência formativa voltada aos profissionais de saúde. *Interface – Comunic., Saúde, Educ.* v. 20, n. 59, p. 993 – 1003, 2016.
74. MARQUES, Carlos Eduardo. De quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico – etnográfico. *Rev. de Antropologia – USP*, v. 52, n. 1, p. 339 – 74, 2009.
75. MASCARENHAS, Márcia Dênis Medeiros; BARROS, Marilisa Berti de Azevedo. Caracterização das internações hospitalares por causas externas no sistema público de saúde, Brasil, 2011. *Rev. Brasileira de Epidemiologia*, v. 18, n. 4, p. 771 – 84, 2015.
76. MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformam em um campo novo para as ciências sociais. *Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, p. 333 – 57, 2008.
77. MELO, Maria de Fátima Aranha de Queiroz e. Seguindo as pipas com a metodologia TAR. *Rev. do Departamento de Psicologia – UFF*, v. 19, n. 1, 2007.
78. MESQUITA NETO, Paulo et al. *Relatório sobre a prevenção do crime e da violência e a promoção da segurança pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan); Brasília: Ministério da Justiça/Projeto Arquitetura Institucional do Sistema Único de Segurança Pública. 2004. [Mimeo]
79. MICHAUD, Yves. *Violence et politique*. Paris: Gallimard, 1978.
80. MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Políticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Estudos Feministas*, v. 18, n. 3, p. 653 – 79, 2010.
81. MINAYO, Maria Cecília de Souza. A difícil e lenta entrada da violência na agenda do setor saúde. *Cad. Saúde Pública*. v. 20, n. 3, 2004.
82. _____. *Violência: um problema para a saúde dos brasileiros*. In: BRASIL. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.
83. _____. *Violência e Saúde*. Rio de Janeiro: Ed. FioCruz, 2006.
84. MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely (orgs.) Análise diagnóstica da política nacional de saúde para a redução de acidentes e violências. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. 349p. Resenha de: MELO, Elza. Análise diagnóstica da política nacional de saúde para a redução de acidentes e violências. *Cad. Saúde Pública*, v. 24, n. 7, p. 1716 – 19, 2008.
85. MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely. Análise da Implantação da Rede de Atenção às Vítimas de Acidentes e Violências segundo Diretrizes da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade sobre Violência e Saúde. *Ciênc. Saúde Col.*, v. 14, n. 5, 1641 – 9, 2009.
86. MINAYO, Maria Cecília de Souza. Vitimização profissional. In: LIMA, RS; RATTON, JL; AZEVEDO, RG. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto. 2014. p. 519 – 26.
87. MOURÃO, Bárbara Musumeci. Violência contra a mulher: conceito válido? In: LIMA, RS; RATTON, JL; AZEVEDO, RG. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto. 2014. p. 285 – 92.

88. MUNIZ, Jacqueline.; PROENÇA JÚNIOR, Domício. Mandato policial. In: LIMA, RS; RATTON, JL; AZEVEDO, RG. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto. 2014. p. 491 – 502
89. NASCIMENTO, Simone Sibílio. *Segurança pública: novo paradigma com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2013. [Mimeo]
90. NJAINE, Kathie. et al. Redes de prevenção à violência: da utopia à ação. *R C S Col.*, v. 11, sup., 2007.
91. NORONHA, Ceci Vilar; DOURADO, Suzana. Violência intencional entre parceiros íntimos no contexto baiano. In: NORONHA, Ceci Vilar e ALMEIDA, Andrija Oliveira (orgs.) *Violências intencionais contra grupos vulneráveis: crianças, adolescentes, adultos jovens, mulheres e idosos*. Salvador: Edufba, 2012. 233p
92. OLIVEIRA, Luciana; VIEIRA, Vanrochris Helbert. Nas tramas do discurso: sociabilidade, comunicação, cultura e poder. *Anais do XXIII Encontro Anual da Campós – UFPA*, 2014.
93. OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Existe violência sem agressão moral? *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, p. 135 – 46, 2008.
94. PAIM, Jairnilson Silva; COSTA, Heloniza Oliveira Gonçalves; VILASBÔAS, Ana Luiza Queiroz. Política pública e controle da violência: um estudo de caso na cidade de Salvador, Bahia, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, v. 25, n. 3, p. 485 – 94, 2009.
95. PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropol.*, ano 20, n. 42, p. 377 – 94, 2014.
96. PERES, Maria Fernanda Tourinho. Prevenção, atenção e controle de violências interpessoais e comunitárias. In: PAIM, Jairnilson. e ALMEIDA-FILHO, Naomar. *Saúde Coletiva – teoria e prática*. Rio de Janeiro: Med Book, 2014. p. 437 – 63.
97. PIMENTA, Melissa de Mattos. Juventude e violência. In: In: LIMA, RS; RATTON, JL; AZEVEDO, RG. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto. 2014. p. 265 – 76.
98. PIMENTEL, Lucia. Inters_tícios – inter_tiscos. *Ars*, ano 10, n. 20, 2012.
99. PINTO, Liana Wernersbach; FIGUEIREDO, Ana Elisa; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Sofrimento psíquico em policiais civis do Estado do Rio de Janeiro. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 18, n. 3, p. 633 – 44, 2013.
100. PONCIONI, Paula. Identidade profissional policial. In: LIMA, RS; RATTON, JL; AZEVEDO, RG. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto. 2014. p. 503 – 10.
101. PONTARA, Giuliano. Il mite e il nonviolento: su um saggio di Noberto Bobbio. *Linea D'Ombra*, n. 93, p. 67 – 70, 1994.
102. PORTO, Maria Stella Grossi. *Sociologia da violência – do conceito às representações sociais*. Brasília: Verbana Editora, 2010.
103. QUIRÓS, Julieta. Política e economia na ação coletiva: uma crítica etnográfica às premissas dicotômicas. *Mana*, v. 15, n. 1, 2009.

104. REINCHENHEIM, Michael Eduardo et al. (2011) Violências e lesões no Brasil: efeitos, avanços alcançados e desafios futuros. Disponível em: <http://press.thelancet.com>. Acesso em março 2015.
105. RIBEIRO, Ludmila. Policiamento comunitário. In: Lima, RS; Ratton, JL; Azevedo, RG. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto. 2014. p. 527 – 38.
106. RODRIGUES, Carla. Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Rev. Latinoamericana*, n. 10, p. 140 – 64, 2012.
107. ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Relações macropolíticas e micropolíticas no cotidiano do CRAS. *Psicologia & Sociedade*, v. 28, n.1, p. 151 – 61, 2016.
108. ROSENBERG, Göran. Cultural diversity and political priority. *La Nouvelle Lettre*, n. 3, 2000.
109. RUOTTI, Caren; MASSA, Viviane Coutinho; PERES, Maria Fernanda Tourinho. Vulnerabilidade e violência: uma nova concepção de risco para o estudo dos homicídios de jovens. *Interface – Comunic., Saúde, Educ.*, v. 15, n. 37, 2011.
110. SÁ, Alvin Augusto de. Vitimização no sistema penitenciário. *Rev. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária*, v. 1, . n. 8, p. 15 – 23, 1996.
111. SALVADOR. Superintendência de Política para Mulheres. Centro de Referência de Atenção à Mulher Loreta Valadares – Institucional. Disponível em: <http://www.spm.salvador.ba.gov.br/index.php/fotos/cramlv>. Acessado em: 12 set 2016
112. SALVADOR. Centros de Referência da Assistência Social. Disponível em: www.semps.salvador.ba.gov.br Acesso em: 22 set 2016
113. SALVADOR. Lei 9069/2016 que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador e dá outras providências. Disponível em: www.sucom.ba.gov.br Acessada em: 16 set 2016.
114. SANTOS, Elisabete et al. *O caminho das águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes*. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010. 486p.
115. SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília; CARVALHO, Maria Celina Pereira. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade*, ano V, n. 10, p. 1 – 6, 2002.
116. SCHULCHTER, Wolfgang. A atualidade de Max Weber. In: Vilas Boas, G. A atualidade de Max Weber: entrevista com Wolfgang Schulchter. *Sociol. & Antropol.* v. 01, p. 10 – 20, 2011.
117. SCHRAIBER, Lília Blima et al. Violência e Saúde: Estudos Científicos Recentes. *Rev. Saúde Pública*, v. 40, n. Esp. p. 112 – 20. 2006.
118. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA. Lei 12357 de 26 de setembro de 2011: Institui o Sistema de Defesa Social, o Programa Pacto pela Vida e dá outras providências. Bahia: Secretaria de Segurança Pública. 2011.
119. SILVA, Luiz Antonio Machado. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil. *Sociedade e Estado*, v. 19, n. 1, p. 53 – 84, 2004.
120. _____. Violência e ordem social. In: LIMA, RS; RATTON, JL; AZEVEDO, RG. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto. 2014. p. 26 – 34.
121. SILVA, Maurivan Batista; VIEIRA, Sarita Brazão. O processo de trabalho militar estadual e a saúde mental. *Saúde Sociedade*, v. 17, n. 4, p. 161 – 70, 2008.

122. SILVEIRA, Andréa Maria. A prevenção do crime e segurança comunitária. In: Lima, RS; Ratton, JL; Azevedo, RG. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto. 2014. p. 539 – 46.
123. SIMMEL, Georg. *Sociologia* – Organizador da coletânea: Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Editora Ática, 1983, 189p.
124. SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. *Estud. Av.*, v. 20, n. 56, p. 91 – 106, 2006.
125. SOUZA, Eliane Christina de. Platão, Wittgenstein e a complexidade. *Trans/Form/Ação*, v. 34, n. 3, p. 17 – 30, 2011.
126. SOUZA, Edinilsa Ramos de et al. Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro. *Cad. Saúde Pública*, v. 28, n. 7, p. 1297 – 311, 2012.
127. STRUM, Susan; LATOUR, Bruno. The meanings of social: from Baboons to humans. *Social Science Information*, v. 26, 1987.
128. TAVARES DOS SANTOS, José Vicente et al. A Palavra e o Gesto Emparedados: a Violência na Escola. In: Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (org.) *Violência não está com nada*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação. 1998.
129. _____. Microfísica da violência, uma questão social mundial. *Ciência e Cultura*. Revista da SBPC, São Paulo, ano 54, n.1, p. 22-24, 2002.
130. _____. Violências e dilemas no controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. *São Paulo Perspec.*, v. 18, n. 1, p. 3 – 12, 2004.
131. _____. Modernidade tardia e violência. In: LIMA, RS; RATTON, JL; AZEVEDO, RG. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto. 2014. p. 16 – 25.
132. TARDE, Gabriel. *Monodologia, sociologia e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
133. TOMIMATSU, Maria de Fátima Akemi Iwakura et al. Qualidade da informação sobre causas externas no Sistema de Informação Hospitalares. *Rev. de Saúde Pública*, v. 43, n.3, p. 413 – 20, 2009.
134. TÖNNIES, Ferdinand. Comunidad y Sociedad. (1947). Disponível em: www.teoriasdelaamistad.com.ar/.../2Tonnie2.pdf. Acessado em: março de 2015
135. TRAD, Leny Alves Bomfim. Trabalho de campo, narrativa e produção de conhecimento na pesquisa etnográfica contemporânea: subsídios ao campo da saúde. *Ciênc. & Saúde Col.*, v. 17, n. 03, p. 627 – 33, 2012.
136. TRAD, Leny Alves Bomfim et al. *Políticas de segurança pública e repercussões sobre a infância de comunidades urbanas de baixa renda: sensação de segurança e expectativas sobre as estratégias em curso*. Relatório de pesquisa – Cooperação Técnica. Fundação Bernard Von Leer; Avante – Educação e Mobilização Social; Programa Integrado Comunidade, Família e Saúde – FASA/ISC/UFBA, 2014, 164p.
137. VARGAS, Eduardo Viana. Introdução. In: TARDE, Gabriel. *Monodologia, sociologia e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

138. VEIGA, Elba Guimarães et al. O processo de delimitação dos bairros de Salvador: relato de uma experiência. *RIGS – Rev. Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 1, n. 1, p. 131 – 47, 2012.
139. VELHO, Gilberto. Violência e conflito nas grandes cidades contemporâneas. *Anais do VIII Congresso Luso – Afro – Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, Portugal, 2004.
140. WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015*. Rio de Janeiro: CEBELA/FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2015.
141. _____. *Mapa da Violência 2014 – Os jovens do Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA/FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2014.
142. _____. *Mapa da Violência 2013*. Rio de Janeiro: CEBELA/FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2013.
143. _____. *Mapa da Violência 2013*. Rio de Janeiro: CEBELA/FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012.
144. WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1968.
145. WEIBE, Douglas. Homicide and suicide risks associated with firearms in the home: a national case-control study. *Annals of Emergency Med.*, v. 41, n. 6, 2003.
146. WERNECK, Alexandre. Teoria da rotulação. In: LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 105 – 116.
147. WIEVIORKA, Michel. Pour comprendre la violence: l'hypothèse du sujet. *Soc. Estado*, v. 19, n.1, 2004.
148. _____. Penser la violence: en réponse à Sergio Adorno – Dialogues franco-brésiliens sur la violence et le démocratie. *Cultures & Conflits* (online), p. 175 – 84, 2005. Disponível em: www.conflits.revues.org. Acessado em: 4 abril 2016.
149. WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Global status report on violence prevention*. Geneva: WHO Library, 2014.
150. YOUNG, Jock. *A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
151. ZALUAR, Alba; LEAL, Maria Cristina. Violência Intra e Extra Muros. *Rev. Bras. Ciências Sociais*. v. 16, n. 45, p. 145 – 63, 2001.
152. ZALUAR, Alba. Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. *Mana*, v. 15, n. 2, 2009.
153. _____. Etos guerreiro e criminalidade violenta. In: LIMA, RS; RATTON, JL; AZEVEDO, RG. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto. 2014. p. 35 – 50.